



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

**O DOCUMENTÁRIO NAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO:
Produção social de sentidos e epistemologias do Sul
contra os agrotóxicos e pela agroecologia**

MARINA TARNOWSKI FASANELLO

RIO DE JANEIRO
2018

MARINA TARNOWSKI FASANELLO

**O DOCUMENTÁRIO NAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO:
Produção social de sentidos e epistemologias do Sul
contra os agrotóxicos e pela agroecologia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Inesita Soares de Araujo
Co-orientador: Marcelo Firpo de Souza Porto.

RIO DE JANEIRO
2018

Fasanello, Marina Tarnowski.

O documentário nas lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo: produção social de sentidos e epistemologias do Sul contra os agrotóxicos e pela agroecologia /Marina Tarnowski Fasanello.- Rio de Janeiro, 2018.

310 f.;il.

Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2018.

Orientadora: Inesita Soares de Araujo.

Co-orientador: Marcelo Firpo de Souza Porto.

Bibliografia: f. 290-302

1. Produção social de sentidos. 2. documentário 3. epistemologias do Sul. 4. agroecologia. 5. metodologia colaborativa. I. Título.

MARINA TARNOWSKI FASANELLO

**O DOCUMENTÁRIO NAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO:
Produção social de sentidos e epistemologias do Sul
contra os agrotóxicos e pela agroecologia**

Aprovado em: 14 de agosto de 2018.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Inesita Soares de Araujo – ICICT/Fiocruz
(Orientadora)

Prof. Dr. Valdir de Castro Oliveira – ICICT/Fiocruz
(Examinador interno)

Prof^ª. Dr^ª. Marcia de Oliveira Teixeira – ICICT/Fiocruz
(Examinadora interna)

Prof^ª. Dr^ª. Raquel Maria Rigotto – FM/UFC
(Examinador externo)

Prof. Dr. João Arriscado Nunes – CES/Univ. de Coimbra
(Examinadora externo)

Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro – Fundação Oswaldo Cruz-CE
(Examinadora externo)

Aos buscadores sinceros no caminho por conhecimento e dignidade

.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a diversas pessoas que inspiraram e deram suporte para a realização dessa tese. Sem elas esse trabalho não teria sido possível.

Agradeço à tríade movimentos sociais, pesquisadores militantes e cineastas engajados, que fazem parte da ecologia de saberes promovida por um reencontro entre ciência, transformação social e arte.

Agradeço ao meu companheiro, Marcelo, que me acompanha e me inspira na busca por conhecimentos que unem transformação, razão e coração.

Agradeço aos meus filhos Antonia e Emanuel. Como lembra Erich Fromm, o amor mais profundo de mãe me faz conectar com todas as crianças do mundo.

Agradeço ao meu mestre e aos meus professores que, fora e dentro da academia, regaram dentro de mim as sementes do conhecimento. Dentre esses professores, agradeço ao meu pai, Ricardo, ele próprio um buscador e meu primeiro professor, e à minha mãe, Olivia, pelo seu olhar sensível e apreciador das belezas do mundo, e à Nícia Grillo, quem trouxe o encantamento e a sabedoria das histórias para minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Inesita Araujo, por ter me acolhido nessa aventura, e que permitiu várias viagens e reflexões sobre a importância da comunicação e a busca por diálogos que, mais a frente, espero deem as inspirações para futuras conexões.

Agradeço ao conjunto dos professores e funcionários do PPGICS.

Agradeço à equipe do Centro de Estudos Sociais, em especial ao meu supervisor do estágio doutoral, o querido amigo João Arriscado Nunes. Agradeço também ao diretor do CES, Boaventura de Sousa Santos, à equipe das epistemologias do Sul, e à equipe da Biblioteca Norte-Sul do CES. Essa Escola de Coimbra, que me recorda a Escola de Tradutores de Toledo que, nos séculos XII e XIII, propiciou que cristãos, muçulmanos e judeus trabalhassem com criatividade e harmonia. Em plena modernidade em crise, o CES, em sua busca por justiça cognitiva, promove novas traduções e diálogos culturais por meio de práticas e linguagens não apenas logocêntricas, mas também artísticas e artesanais.

Agradeço também ao parceiro de doutorado e descobertas, Aluizio de Azevedo.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.”

Tierno Bokar

RESUMO

A tese analisa o papel do cinema documentário produzido no contexto das lutas de movimentos sociais do campo que, de um lado, denunciam o uso intensivo dos agrotóxicos pelo agronegócio e seus impactos na saúde e, de outro, anunciam como alternativas a construção de outro modelo agrícola baseado na agricultura familiar e na agroecologia. Os documentários são compreendidos a partir de dois referenciais teóricos que envolvem e buscam articular duas dimensões, a comunicacional e a epistemológica. A primeira dimensão compreende os documentários como estratégia de comunicação e pluralidade de vozes, enquanto textos e contextos ancorados na teoria da produção social dos sentidos e em conceitos como dialogismo e polifonia provenientes da obra de Bahktin. A segunda dimensão incorpora a obra de Boaventura de Sousa Santos e sua proposta de epistemologias do Sul, incluindo conceitos como pensamento abissal, ecologia de saberes, sociologias das ausências e das emergências, e metodologias colaborativas não extrativistas. As dimensões comunicacionais e epistemológicas foram analisadas a partir de três lugares de interlocução, que se relacionam na produção dos filmes: a dos movimentos sociais, dos pesquisadores militantes principalmente no âmbito da saúde coletiva, e dos cineastas engajados nas lutas sociais. Foram selecionados três documentários para a análise de sua produção: “O Veneno está na Mesa”; “Chapada do Apodi, Morte e Vida”; e “Nuvens de Veneno”. A partir de entrevistas com representantes estratégicos dos movimentos sociais, dos cientistas e dos cineastas, foram analisados o contexto (condições de produção) e o texto (o filme em si a partir das cenas que os compõem) para cada documentário e em seu conjunto. Na análise conjunta dos filmes foram destacadas três questões de interesse: polifonia e sociologia das ausências, ecologia de saberes, e por fim metodologias colaborativas não extrativistas. Concluímos que os documentários analisados contribuem, pela capacidade de reunir ciência, arte e ética com práticas de co-labor-ação, co-produção e co-criação para criar novas estratégias comunicacionais e epistemológicas.

Palavras-chave: produção social de sentidos, documentário, epistemologias do Sul, agroecologia, metodologia colaborativa.

ABSTRACT

The thesis analyzes the role of documentary film produced in the context of the struggles of social movements in the countryside that, on the one hand, denounce the intensive use of pesticides by agribusiness and its health impacts and, on the other, announce as alternatives the construction of another model based on family farming and agroecology. Documentaries are understood from two theoretical references that involve and seek to articulate two dimensions, the communicational and the epistemological. The first dimension includes documentaries as a communication strategy and a plurality of voices, as texts and contexts anchored in the theories of social production of meanings, and concepts such as dialogism and polyphony from Bakhtin's work. The second dimension incorporates the work of Boaventura de Sousa Santos and his proposal of epistemologies of the South, including concepts such as abyssal thinking, ecology of knowledges, sociologies of absences and emergencies, and non-extractive collaborative methodologies. The communication and epistemological dimensions are analyzed from three places that are related in the production of the films: the social movements, the militant researchers mainly from the field of collective health, and the filmmakers engaged in these social struggles. Three documentaries were selected for the analysis of its production: *Poison is on the table* (*O Veneno está na Mesa*); *Chapada do Apodi: Death and Life* (*Chapada do Apodi, Morte e Vida*); and *Poison Clouds* (*Nuvens de Veneno*). From interviews with strategic representatives of social movements, scientists and filmmakers, the context (production conditions) and the text (the film itself from the scenes that compose them) were analyzed for each documentary and as a whole. In the joint analysis of the films three issues of interest were highlighted: polyphony and sociology of absences, ecology of knowledge, and finally non-extractive collaborative methodologies. We conclude that the analyzed documentaries contribute, by the capacity to gather science, art and ethics with practices of co-labor-action, co-production and co-creation to create new communication and epistemological strategies.

Keywords: communication and health, documentary, epistemologies of the South, agroecology, collaborative methodology.

ABSTRACT

SUMÁRIO

PARTE I: INTRODUÇÃO

1. DA IDEIA AO ARGUMENTO.....	13
1.1 CENÁRIO.....	13
1.1.1 Lutas e articulações contra os agrotóxicos e pela agroecologia: o embate de sentidos e saberes.....	17
1.1.2 A produção de documentários a partir das articulações entre movimentos sociais, cineastas e pesquisadores.....	22
1.1.3 A dimensão comunicacional no desvendar dos elos silenciados	31
1.1.4 Comunicação e Saúde: a dimensão transformadora do discurso.....	35
1.1.5 A visão ampliada de saúde: determinação social, promoção da saúde e comunicação.....	39
1.2 FOCO DA PESQUISA: PERGUNTAS E OBJETOS	44
1.3 MINHA CENA.....	46
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	53
2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DOS SENTIDOS, POLIFONIA E DIALOGISMO.....	53
2.1.1 A comunicação como produção social dos sentidos.....	53
2.1.2 Bakhtin: polifonia e dialogismo.....	55
2.2 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E AS SOCIOLOGIAS DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS.....	58
2.2.1 Introdução às epistemologias do Sul e ecologia de saberes	58
2.2.2 Movimentos e lutas sociais: reflexões iniciais para pensar o papel das epistemologias do Sul	60
2.3 ANÁLISE SEMIOLÓGICA	64
3. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	71
3.1 OBJETO EMPÍRICO: DEFININDO A ESCOLHA DOS DOCUMENTÁRIOS E ENTREVISTADOS.....	72
3.2 METODOLOGIAS CO-LABORATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	75
3.3 TEXTO E CONTEXTO: BASES METODOLÓGICAS PARA COMPREENDER OS DOCUMENTÁRIOS.....	80

PARTE II- ARTIGOS

4. ARTIGO 1: PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAL E EPISTEMOLÓGICA.....	84
--	-----------

5. ARTIGO 2 - METODOLOGIAS COLABORATIVAS NÃO EXTRATIVISTAS E COMUNICAÇÃO: ARTICULANDO CRIATIVAMENTE SABERES E SENTIDOS PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL	111
6. ARTIGO 3 - CÂMARA, ARTE, CO-LABOR-AÇÃO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA AGROECOLOGIA (EM ELABORAÇÃO)	141
PARTE III – CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO	
7. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS	165
INTRODUÇÃO	165
7.1 DOCUMENTÁRIOS “O VENENO ESTÁ NA MESA”	167
7.1.1 Condições de produção: o contexto	168
7.1.1.1- Cenário: a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida	168
7.1.1.2- Entrevistas com cineasta, pesquisador militante e movimentos sociais	174
7.1.2 Vozes e saberes em cena: o texto	191
7.2 DOCUMENTÁRIO “CHAPADA DO APODI, MORTE E VIDA”	205
7.2.1 Condições de produção: o contexto	206
7.2.1.1 Chapada do Apodi: contextos de resistência no semiárido e as lutas sociais no Ceará e Rio Grande do Norte.....	206
7.2.1.2 Entrevistas com cineasta, pesquisadora militante e movimentos sociais	209
7.2.2 Vozes e saberes em cena: o texto	226
7.3 DOCUMENTÁRIO “NUVENS DE VENENO”	242
7.3.1 Condições de produção: o contexto	243
7.3.1.1 Cenário: A nuvem de veneno em Lucas do Rio Verde e a investigação acadêmica militante	243
7.3.1.2 Entrevistas com cineasta, pesquisadora militante e movimentos sociais	249
7.3.2 Vozes e saberes em cena: o texto	265
7.4 REFLEXÕES SOBRE OS DOCUMENTÁRIOS: PRODUZINDO SENTIDOS E SABERES A PARTIR DE IMAGENS E VOZES	274
7.4.1 Diversidade de vozes, polifonia e sociologia das ausências	274
7.4.2 Ecologia de saberes: vivências e emergências	277
7.4.3 Contribuições Metodológicas: Co-Labor-Ação, Co-Criação e Co-Produção	280
8. DIÁLOGOS INACABADOS.....	284
REFERÊNCIAS.....	290
ANEXOS.....	303
ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
ANEXO 2- ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS	
ANEXO 3- INTRODUÇÃO À ENTREVISTA	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABEEF	Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CES/UC	Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIP	Departamento de Informação e Propaganda
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Espírito Santo
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FICA	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNS	Fundo Nacional de Solidariedade
GIAS	Grupo de Intercâmbio em agroecologia de Mato Grosso
GPM21	Grupo de Pesquisa do Movimento21
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
INC	Instituto Nacional de Cinema
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo

LACES	Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde
MAM-Rio	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Ministério da Saúde
MT	Mato Grosso
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Alimentos
PI	Perímetro Irrigado
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPGICS	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas
PT	Partido dos Trabalhadores
PVP	Projeto Vidas Paralelas
RADV	Rede Alerta contra o Deserto Verde
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SGEP	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
SIBSA	Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente
STTRA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termos de Ajustes de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
NBR	TV Nacional do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

1. DA IDEIA AO ARGUMENTO

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

1.1 CENÁRIO

A presente tese de doutorado buscou analisar o lugar do documentário enquanto estratégia de comunicação, de visibilidade, da pluralidade de vozes e saberes relacionados às lutas de movimentos sociais do campo e suas articulações. Estas articulações envolvem várias instituições e grupos acadêmicos, em especial no encontro da saúde coletiva com movimentos pela agroecologia e reforma agrária, que lutam contra o uso intensivo dos agrotóxicos e seus impactos na saúde. Tanto os movimentos sociais como as várias instâncias de articulação na forma de campanhas, fóruns e redes reconhecem a necessidade de obter visibilidade perante a sociedade para legitimar suas lutas. Para tanto, recorrem a narrativas com diversas possibilidades discursivas, dentre outras, a produção e circulação de audiovisuais.

Jean-Claude Carrière (2004), roteirista e escritor francês utilizado nos estudos da relação entre filosofia e arte reflete sobre a linguagem cinematográfica e sua grande capacidade de inserção entre as artes e as culturas na modernidade. Para ele, o filme e sua equipe de produção retomam, com os recursos tecnológicos atuais, uma função muito antiga simultaneamente mágica e educativa, a de contar histórias, diferenciada de outras narrativas como a poesia, o romance e a filosofia.

O cinema, em especial o filme documentário, tem sido um lugar privilegiado para pensar tanto os efeitos perversos da sociedade capitalista, colonial e patriarcal, bem como refletir e circular ideias e práticas sobre as alternativas para as transformações sociais, econômicas e políticas. Trata-se de um espaço relevante na atualidade de produção de pensamentos e reflexões sobre o que está acontecendo na sociedade e os desafios contemporâneos.

No caso da produção recente de documentários em torno das denúncias ao modelo do agronegócio, dos impactos dos agrotóxicos e das alternativas colocadas pela reforma agrária e a agroecologia, considero esses audiovisuais como exemplo estratégicos de alternativas de comunicação que precisam ser melhor compreendidos. Nos vários documentários assistidos

antes do início da tese, percebi três polos ou, como veremos mais a frente a partir de referenciais teóricos da comunicação, três lugares de interlocução que propiciam uma interação de vozes e saberes: (i) o lugar dos profissionais do cinema, como o diretor; (ii) o lugar dos movimentos sociais e comunidades em suas experiências e lutas sociais; (iii) o lugar da academia, especialmente os pesquisadores engajados que atuam junto com os movimentos e comunidades em suas lutas. O encontro desses três lugares permite articular vozes e saberes na construção e disputa de outras narrativas, seja de crítica a realidades existentes, seja de outros mundos possíveis. O documentário, nessa perspectiva, reúne dimensões comunicacionais e epistemológicas que revelam contradições e possibilidades de transformação social a partir de lutas sociais, novos horizontes para, como nos ensina Eduardo Galeano, continuarmos a caminhar.

Trago três elementos para uma reflexão inicial sobre o papel dos documentários como os que foram analisados nesta tese, desenvolvida no âmbito da Comunicação e Saúde:

(i) A dimensão política e social da Comunicação. Numa sociedade com tamanha desigualdade social como a brasileira, a mídia tende a ser mais um instrumento de opressão a serviço das classes dominantes. Então, como pensar, fazer e estudar a Comunicação de modo emancipatório a serviço da transformação social?

(ii) A dimensão do documentário como prática social transformadora. A questão da luta pela terra sempre teve um destaque nos documentários brasileiros. Dois exemplos são emblemáticos: “Cabra Marcado para Morrer” de Eduardo Coutinho. Em 1964 o projeto era contar a vida de João Pedro Teixeira, importante líder das Ligas Camponesas da Paraíba, que lutava pela reforma agrária e que fora assassinado numa emboscada, em 1962. O projeto é retomado em 1979, na fase final da ditadura militar com espaços emergente de redemocratização política, onde a esposa do líder conta seu exílio durante a ditadura. O segundo exemplo é “País de São Saruê” de Vladimir Carvalho. Trata-se de um documentário sobre a região sertaneja (entre Paraíba, Pernambuco e Ceará), a evolução de suas atividades econômicas, e a relação do homem e a terra. As imagens realistas e as dificuldades da sobrevivência no sertão surgem de modo particularmente forte na tela, construindo uma polifonia imagética e sonora;

(iii) A dimensão da violência na disputa pela terra no Brasil. A violência esteve presente nos documentários emblemáticos citados, mas continua presente na atualidade e nos próprios filmes que serão analisados nesta tese. Segundo a organização Global Witness (ONG internacional criada em 1993 para averiguar vínculos entre a exploração de recursos naturais e conflitos, pobreza, corrupção e abusos de direitos humanos a nível mundial), o Brasil lidera o

ranking mundial de ambientalistas populares assassinados com 49 mortes entre os 200 assassinatos no mundo em 2016. Já o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica 61 assassinatos envolvendo conflitos por terra nesse mesmo ano, sendo 13 de indígenas, 4 de quilombolas, 6 de mulheres e 16 foram de jovens de 15 a 29 anos.

A realidade atual, contudo, apresenta algumas novidades que marcam as lutas sociais contemporâneas e se diferenciam dos horizontes utópicos anteriores. Nas últimas três a quatro décadas, diversos movimentos sociais ressurgem no Brasil com pluriagendas e novas modalidades de lideranças (GOHN, 2008), que trazem novas bandeiras e sujeitos políticos. Inúmeras questões são levantadas e atualizadas, dentre elas as lutas pela reforma agrária e pela agroecologia por camponeses e agricultores familiares, além da busca de afirmação de identidades, territórios, culturas e cosmovisões, com o resgate e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, economia, desenvolvimento, saúde e natureza. Questionam-se os modelos de sociedade existentes e são colocadas como alternativas economias mais solidárias e mercados não subordinados às grandes corporações e à lógica capitalista, com sua busca obsessiva pelo lucro, exploração do trabalho e desprezo pela natureza.

São diversos os movimentos sociais relacionados às populações do campo, da floresta e das águas no Brasil que vêm lutando, de um lado, contra o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos à saúde, decorrentes da expansão do agronegócio e dos monocultivos, culminando com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Por outro, lutam pela reforma agrária, pela agroecologia, pela segurança e soberania alimentar, bem como por uma saúde do campo que reconheça as necessidades dessas populações e seus saberes (RIGOTTO et al., 2012). Tais movimentos reúnem, dentre outros, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Esses movimentos têm sido apoiados desde o início do governo Lula por políticas públicas que fortaleceram, ainda que de forma contra hegemônica, a agricultura familiar e camponesa, bem como a transição agroecológica. Entre as políticas relevantes se pode destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, assim como a garantia da produção do agricultor familiar estar atrelado ao Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) em 2009, e mais recentemente o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), em 2013.

Em consonância com essas políticas, o setor Saúde instituiu em 2011 a Política

Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), resultante de discussões do Grupo da Terra no âmbito da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde (MS). O Grupo da Terra é uma instância de diálogo dentro do MS criado pela Portaria 2.460 de 12 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Tais populações incluem, além dos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais, diversas populações que habitam territórios não urbanos, incluindo os chamados povos tradicionais, como quilombolas, pescadores tradicionais, ribeirinhos, marisqueiros, caiçaras, geraizeiros¹, faxinalenses, dentre outros (LITTLE, 2002).

As populações consideradas da floresta, do campo e das águas no âmbito da PNSIPCF abrangem uma grande variedade de situações, pois são habitantes e trabalhadores de territórios específicos cujos modos de vida e relação com a natureza espelham uma relação histórica mais profunda imersa na cultura e cosmovisões desses povos. Em meu trabalho o foco se concentrará nas populações de agricultores familiares e camponeses articulados com movimentos sociais como o MST, o MPA, a CONTAG e a ANA. Autores como Van der Ploeg (2008) e Petersen (2009) defendem a existência de uma condição camponesa caracterizada pela luta para a autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas, fazendo com que o modo de produção camponês na atualidade, ainda que adaptado, seja profundamente diferente do adotado pela empresa agrícola moderna ou pelo agronegócio enquanto agricultura capitalista industrializada. Há, portanto, uma permanente resistência por parte da agricultura familiar camponesa (que fazem parte destes movimentos) para não se subordinar à lógica do agronegócio e da chamada revolução verde moderna. Esta representa a moderna agricultura empresarial capitalista, num processo desenvolvido principalmente ao longo do século XX e que persiste na atualidade marcada pela intensa mecanização, ampliação de monocultivos, dependência de agroquímicos e, mais recentemente, introdução de biotecnologias, como os transgênicos.

Levando em consideração a temática brevemente exposta, a estrutura da tese segue a seguinte organização: a parte I é composta pela introdução com os seguintes itens: cenário, definição do objeto, objetivos e questões orientadoras; antecedentes; revisão da literatura científica pertinente; abordagem teórica que norteou o trabalho; metodologia. A parte II é composta por três artigos. O primeiro, já publicado, sistematiza os dois referenciais teóricos sobre as dimensões comunicacionais e epistemológicas utilizados para compreender e analisar o documentário como estratégia de luta social. O segundo artigo, aceito para

¹ Populações tradicionais que vivem nos cerrados do norte de Minas Gerais, pois tais regiões são conhecidas como Gerais.

publicação, discute as bases das metodologias colaborativas não extrativistas e suas contribuições para a comunicação, e que nos inspiraram na realização da tese. Por fim, o terceiro artigo ainda não foi enviado para publicação, e apresenta uma síntese dos principais resultados da análise dos três documentários selecionados como objeto empírico. A parte III da tese apresenta um capítulo que detalha a análise realizada, assim outro com as conclusões finais da tese, denominado mais apropriadamente de diálogos inacabados.

1.1.1- Lutas e articulações contra os agrotóxicos e pela agroecologia: o embate de sentidos e saberes

Diversas experiências e espaços de articulação dos movimentos sociais do campo surgidos principalmente nos últimos quinze anos passaram a incluir instituições, pesquisadores, intelectuais e artistas com uma proposta de ciência militante, de base territorial e participativa, incluindo abordagens como a pesquisa-ação (RIGOTTO et al., 2012; AUGUSTO et al., 2001; PORTO e FINAMORE, 2012; PORTO, ROCHA e FINAMORE, 2014) ou ciência militante (MARTINEZ-ALIER et al., 2014). Dentre tais experiências no contexto brasileiro podemos destacar três exemplos marcantes (CARNEIRO et al. 2015):

(i) a Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida (<http://www.contraosagrototoxicos.org/>) tem por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para reduzir e eliminar seu uso no Brasil. Segundo a Campanha, atualmente existem provas dos inúmeros problemas causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo existem alternativas concretas, pois milhares de agricultores pelo Brasil não usam agrotóxicos, já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. Portanto, mais que eliminar o uso dos agrotóxicos, a luta é por um outro modelo de desenvolvimento agrário que valoriza a agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que acredita no campesinato e não no agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas. A Campanha foi lançada em 2011 no dia mundial da saúde (07 de abril) reunindo a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A Campanha recebeu adesões de sociedades científicas como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e de instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA). Além dessas, outras entidades vêm se somando em mais de vinte comitês estaduais no Brasil e em diversos

comitês locais. Inicialmente enfocando a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, foi produzido o documentário “O Veneno Está na Mesa”, em parceria com o cineasta Silvio Tendler, que possibilitou o debate sobre as relações campo-cidade a partir de diversas apresentações e discussões públicas em contextos urbanos, contribuindo para ampliar o envolvimento dos consumidores de alimentos no questionamento do modelo de produção agrícola e pautar as políticas públicas pertinentes.

(ii) O Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (<https://www.facebook.com/forumnacionaldecombateaosimpactosdosagrototoxicos/>) tem como objetivo central funcionar como rede articuladora de ações concretas de combate aos impactos dos agrotóxicos no país. Ele promove a articulação entre governos e sociedade civil para o enfrentamento dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente. Coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, foi criado em 28 de outubro de 2009 a partir da experiência do Fórum de Pernambuco surgido em 2001 em função do quadro preocupante de contaminação de trabalhadores e do meio ambiente do trabalho com vários tipos de produtos fitossanitários. O Fórum reúne diferentes setores de governo, movimentos sociais, sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, associações profissionais, universidades, entidades acadêmicas como a Abrasco e organizações envolvidas com o tema do combate aos agrotóxicos como a Fiocruz e o INCA. Sua natureza mais institucional se diferencia da natureza mais militante e contra hegemônica da Campanha, coordenada por movimentos sociais do campo. Por intermédio do Fórum, o Ministério Público do Trabalho realiza, entre outras atividades, audiências públicas e investigações, além de firmar Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para a redução e restrição do uso de agrotóxicos. Atualmente, cerca de quinze estados já constituíram seus fóruns e estão organizados em comissões para auxiliar as atividades dos ministérios públicos.

(iii) O Dossiê Agrotóxicos: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/Dossi_eAbrasco2015_web.pdf) produzido pela Abrasco, é um marco de especial importância para a saúde coletiva e para esta tese, e por isto o abordaremos com maior profundidade. Ele é uma reunião de textos produzidos desde 2012 e lançado como livro em 2015, além de ser disponibilizado gratuitamente na internet. O dossiê foi lançado em partes durante três importantes eventos relacionados ao tema realizados em 2012: no *World Nutrition Congress* em abril; na Cúpula dos Povos Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, em junho, ambos no Rio de Janeiro; e no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, da Abrasco, realizado em novembro de 2012 em Porto Alegre, cujo tema central era Saúde é Desenvolvimento: Ciência

para a Cidadania. O conteúdo revisto dos materiais apresentados nesses três eventos corresponde às três primeiras partes do livro. A primeira tem foco na segurança e soberania alimentar, a segunda dialoga com os grandes dilemas do desenvolvimento, e a terceira parte tem o foco na ciência e na ecologia de saberes, sendo este conceito uma consequência da influência do cientista social Boaventura de Sousa Santos na produção teórica e militante de vários pesquisadores envolvidos na produção do Dossiê. Além deles, o livro apresenta uma quarta parte, denominada a crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia, que traz uma atualização sobre os debates em torno do tema realizados até o ano de 2014, alertando também para a tendência à desregulamentação dos agrotóxicos no Brasil como decorrência da pressão do setor do agronegócio e novos projetos de lei apresentados no Congresso federal pela bancada ruralista.

A proposta do Dossiê surgiu em 2011, durante a oficina do GT Saúde e Ambiente no Congresso de Epidemiologia da Abrasco, diante da constatação da crescente gravidade do problema dos agrotóxicos no Brasil, país que se tornou desde 2008 o maior consumidor mundial. A magnitude do problema é ampliada pelas dificuldades do Estado e da sociedade brasileira em garantir o direito à saúde no campo. Outro elemento que resultou no Dossiê foi o processo de forte aproximação com movimentos sociais do campo e da agroecologia de diversos grupos de pesquisa vinculados à Abrasco, com a participação de vários pesquisadores nas articulações que resultaram na criação da já referida Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Nesse processo de aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais, uma importante fonte de inspiração e experiência, inclusive para a construção do Dossiê, foi a participação da Abrasco, entre 2009 e 2011, da organização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em Agroecologia, Justiça e Saúde Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo (<http://dialogoseconvergencias.org/>), realizado em Salvador em setembro de 2011. O Encontro envolveu um processo de articulação com os movimentos sociais e possibilitou identificar a crise civilizatória que vive a humanidade e se manifesta em múltiplas dimensões: econômica, socioambiental, energética e alimentar. O objetivo desse Encontro foi contribuir para a reversão da fragmentação do campo democrático e popular no Brasil, juntando as forças dos setores da sociedade civil comprometidos com a justiça social. Além da Abrasco, fizeram parte da comissão organizadora do encontro a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Fórum Brasileiro de Soberania e de

Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Pela Abrasco participaram do encontro os GTs Saúde e Ambiente; Saúde do Trabalhador; Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva; Promoção da Saúde; Educação Popular e Saúde. O sucesso dessa articulação abriu caminho não somente para a construção do Dossiê, mas também para a constituição do chamado InterGTs da Abrasco, junto com o GT Vigilância Sanitária.

Todos esses processos e resultados mencionados anteriormente têm por base uma proposta de uma ciência engajada, militante ou cidadã realizada por pesquisadores da saúde coletiva junto com os movimentos sociais. Esse trabalho tem produzido discursos contra hegemônicos, no âmbito da academia, sobre o tema dos agrotóxicos. Enfatizam a determinação social na produção de iniquidades sociais com repercussões nos processos de saúde e doença a partir da análise da expansão da agricultura industrial capitalista e seu papel na globalização econômica por meio das *commodities* agrícolas. Segundo Nogueira (2010), a teoria da determinação social compreende as relações sociais de produção, os sistemas econômicos e de poder enquanto produtores e reprodutores de desigualdades sociais com implicações sobre os processos saúde-doença das populações. Isso ocorre basicamente pelas formas como o capitalismo e suas lógicas de acumulação se desenvolvem em dado contexto histórico, social e espacial. Trata-se, portanto, de um conceito central não apenas no conjunto da saúde coletiva, mas na construção de discursos que não somente denunciam o mal do agrotóxico, mas, acima de tudo, os problemas do sistema sociopolítico e econômico por meio do agronegócio enquanto agricultura industrial e empresarial capitalista no contexto atual da globalização e do comércio internacional.

Para além da denúncia, essa abordagem anuncia outra perspectiva de produção agrícola a partir de uma agricultura camponesa e agroecológica contra hegemônica que tende a ser silenciada pelo poder do discurso ideológico expresso na mídia dominante e várias instituições. Trata-se, portanto, de alternativas que incorporam novas formas de conhecimentos produzidos, em grande parte, fora da academia. Aqui surge uma questão que foi se tornando central para a evolução da tese: analisar os documentários produzidos no contexto das lutas sociais do campo contra os agrotóxicos e pela agroecologia implicava uma aproximação da dimensão comunicacional com a epistemológica, e a busca de se produzir e articular conhecimentos sem o exclusivismo e a pretensão de superioridade da ciência e do lugar acadêmico.

O Dossiê da Abrasco aponta que a alternativa da agricultura camponesa e agroecológica significa, necessariamente, outra perspectiva de construção de conhecimento.

Esta é entendida por autores da parte 3 do Dossiê, a qual se dedica à crise de paradigma e alternativas epistemológicas, na perspectiva das abordagens pós-coloniais e de uma ecologia de saberes, tal como proposta pelo cientista social Boaventura Sousa Santos (2007). Sua proposição das epistemologias do Sul provém da metáfora de descolonização do poder e do saber a partir da análise das relações coloniais e imperiais Norte-Sul. A centralidade da dimensão epistemológica parte da compreensão do papel de conhecimentos alternativos e emancipatórios para a superação dos três eixos de dominação existentes na modernidade, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. A força dessa leitura reside em compreender a potência das dimensões ontológicas e epistemológicas com as políticas, pois o que estão em jogo não é apenas a luta contra formas de exploração pelo capitalismo, mas o desprezo colonial e eurocêntrico de outras possibilidades de ser e outros saberes que não se encaixam nos cânones da modernidade. É por isso que os oprimidos não são apenas os trabalhadores explorados, mas os indígenas, os camponeses, os negros, as mulheres, os grupos LGBT e etnias diversas que compõem o Sul Global. As lutas sociais travadas contra as diferentes formas de opressão devem caminhar para uma transição paradigmática em direção a uma sociedade pós-colonial, pós-capitalista e pós-patriarcal, sintetizada na ideia de uma sociedade e um pensamento pós-abissal. Tal concepção tem sido estratégica para articulações menos subalternizadas e mais horizontais entre movimentos sociais e a academia na construção de novas formas de produzir conhecimentos e ações políticas.

No caso da luta contra os agrotóxicos, este é um tema que envolve conhecimentos especializados de várias áreas e disciplinas técnico-científicas muito específicas, como a clínica, a toxicologia, as ciências ambientais e do risco, muitas vezes arreadas para uma ação conjunta com as lutas sociais, normalmente em nome da objetividade e da não ideologização do conhecimento científico. Justamente para enfrentar tal posição, percebi que houve uma aproximação crescente com os referenciais da obra de Boaventura de Sousa Santos. Não se tratava apenas de realizar pesquisas participativas em que a ciência e os cientistas se colocassem a serviço dos movimentos e lutas sociais, mas de reconhecer, legitimar a existência e interagir com uma pluralidade de formas de conhecimento para além do conhecimento científico. Segundo Santos (2007),

[...] o pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua

autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

À medida que fui avançando no doutorado, assumi como um desafio central para a tese a articulação das dimensões comunicacionais e epistemológicas para melhor compreender os documentários produzidos com as lutas sociais do campo, todos envolvidos em processos que buscavam expressar para a sociedade o que estava em jogo nos embates e debates travados. Aos poucos fui me dando conta se tratar de um desafio bem mais amplo que uma tese de doutorado, e que envolve não apenas o campo da comunicação e saúde, mas também a saúde coletiva, a educação e as ciências sociais. Ainda hoje percebo a complexidade de tal tarefa, minhas limitações e incompletudes para lidar com discussões que uma vida inteira não seria suficiente para abarcá-las com maior amplitude. A tese é uma etapa para essa contribuição.

1.1.2- A produção de documentários a partir das articulações entre movimentos sociais, cineastas e pesquisadores

Diversos documentários em diferentes formatos passaram a ser produzidos e utilizados por articulações entre movimentos sociais, cineastas e grupos acadêmicos militantes para ampliar vozes, argumentações e lutas envolvendo denúncias contra o uso de agrotóxicos pelo agronegócio, e o anúncio de alternativas de um novo modelo de agricultura agroecológica. Dentre os exemplos mais conhecidos no Brasil encontram-se os documentários dirigido pelo cineasta Silvio Tandler em parceria com a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela vida chamados o “O Veneno está na Mesa” e “O Veneno está na Mesa 2”; “Chapada do Apodi: Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz; “Pontal do Buriti: Brincando na chuva de Veneno” de Dagmar Talga, envolvendo, além da Campanha contra Agrotóxicos, a Comissão Pastoral da Terra; “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, uma realização da Fiocruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Saúde de Estado de Saúde do MT e Ministério da Saúde.

O contato inicial com a produção audiovisual de movimentos sociais e populações do campo foi feito a partir de uma experiência acadêmica e militante que tive acesso e participei, o Projeto Vidas Paralelas – Populações do Campo (PVP Campo) da Universidade de Brasília (UnB) (<https://www.facebook.com/PVPcampo/>), instituição que vinha participando em inúmeras articulações em torno das lutas contra os agrotóxicos. O projeto selecionou inicialmente 17 territórios rurais considerados estratégicos pelos movimentos sociais e pela

Campanha contra Agrotóxicos, seja pela existência de conflitos e vulnerabilidades das populações ameaçadas pelo avanço do agronegócio ou outros empreendimentos, seja pelas experiências em andamento de resistências e construção de alternativas. Nesse contexto, o PVP apoiou a formação de agricultores e jovens na produção de fotografias e vídeos para compartilhar suas realidades através de redes sociais. Seu papel estratégico seria contribuir para que a produção audiovisual e a inclusão digital pudessem dar mais visibilidade às experiências presentes no cotidiano das comunidades. Tratou-se de uma prática de produção e circulação de audiovisuais que buscou realçar o protagonismo dos sujeitos locais em sua realização, fortalecimento de sua autonomia. Este projeto será apresentado detalhadamente mais à frente dentro do item 1.3 (Minha Cena) como um dos elementos que marcaram a trajetória desta pesquisa.

Ao entrar para o doutorado e definido o meu objeto empírico como os documentários produzidos em articulação com movimentos sociais e pesquisadores engajados da saúde coletiva na luta contra os agrotóxicos e pela agroecologia, iniciei minha busca das bases teóricas para avançar na compreensão deste objeto. Embora a tese não aprofunde o significado e a trajetória do cinema documentário, em especial no contexto brasileiro de engajamento e enfrentamento da realidade social brasileira marcada por iniquidades, fiz algumas leituras que sistematizo a seguir (RODRIGUES, 2010; GONÇALVES, 2006; RAMOS, 2012; COUTINHO, 1997). Além disso, também realizei uma entrevista com Hernani Heffner (2016), diretor da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio), com quem desenvolvi um trabalho conjunto entre 2010 e 2013 no âmbito da pesquisa que culminou em minha dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a qual comentarei também no item 1.3 sobre minha trajetória pessoal.

Como veremos mais à frente ao aprofundarmos a perspectiva da comunicação nesta tese, o que me interessa com relação ao documentário não é definir propriamente seu estatuto enquanto aproximação ou afastamento da realidade, mas sua articulação com as lutas e os movimentos sociais a partir de sua capacidade de interlocução, de produzir, expressar e circular diferentes vozes, sentidos e saberes. Por isso, os documentários podem ser compreendidos como potentes dispositivos comunicacionais para a produção e circulação de textos com diferentes discursos que expressam e disputam sentidos na sociedade. Cada fala ou enunciação expressa num texto parte de um lugar, de vozes e sujeitos que manifestam sentidos, enquadrada num filme pela visão de mundo, pelos objetivos e a sensibilidade de seus realizadores. Dado que, em última instância, essa realização é sempre subjetiva e utiliza múltiplas linguagens textuais, imagéticas e sonoras, o cinema documentário é, sempre, uma

expressão artística e que se articula com as dimensões comunicacionais e epistemológicas que são trabalhadas nessa tese.

Há aqui outra questão relevante para esta pesquisa. Normalmente, o filme documentário enquanto obra acaba por ser analisado sob o prisma pessoal de seu realizador, normalmente o cineasta diretor e sua equipe. Recae sobre ele os bônus e ônus da obra, numa visão autoral tipicamente individualista que marca a sociedade moderna e capitalista, **concebendo** os produtos e processos como propriedades de seus autores. Porém, quando a pretensão do documentário é articulada a movimentos e lutas sociais de caráter mais coletivo, como compreendê-lo em termos de comunicação, produção de sentidos e encontros de saberes? Como discutirei mais a frente, uma resposta importante diz respeito à origem etimológica da palavra comunicação resgatada por Paulo Freire, o tornar comum que permite o aproximar solidário, um irmanar entre pessoas na busca de um lugar sem opressões e sofrimentos provocados pela desconsideração das vontades e necessidades dos oprimidos.

O cinema documentário tem sido objeto de diversos autores e discussões teóricas sobre seu significado a partir dos vários contextos históricos em que foram sendo produzidos. Segundo Rodrigues (2010), a complexidade e diversidade dessas discussões expressam-se nos vários termos utilizados para designar essa aproximação entre cinema e realidade: Cinema Direto, Cinema do Vivido, Cinema Verdade, Cinema de Realidade, Documentário, Cinema de Não ficção. Mais que um jogo de palavras, o documentário evoca um conjunto amplo de estratégias e políticas de representação cinematográfica que operam entre dois polos em torno do significado de realidade ou real. De um lado, há uma clara demarcação e oposição entre os termos realidade e ficção; de outro, há um relacionamento mais fluido que explora as diferentes nuances entre o que envolve uma representação cênica definida como ficção, e a captação de imagens produzidas diretamente a partir de paisagens e pessoas que representam diretamente suas formas de ser no mundo num dado momento e contexto. Para Eduardo Coutinho (1997), o documentário representa, acima de tudo, uma busca de alteridade, cujo principal objetivo é o diálogo entre pessoas vivas, e não uma natureza morta, artificializada. Trata-se de um diálogo assimétrico, por definição, dado o poder de quem carrega e controla a câmara. Somente a busca de alteridade, as negociações assumidas explicitamente a partir de princípios éticos, a solidariedade e a empatia entre os que dialogam pode permitir que o trabalho com classes populares e movimentos sociais flua numa outra perspectiva que não a do controle, da manipulação e da exclusão, ainda que em nome da pretensa objetividade ou neutralidade. Para Coutinho, ao contrário do que poderia se esperar, o documentário não é a filmagem da verdade, mas a verdade da filmagem.

Quanto mais aprofundo a discussão sobre os significados possíveis entre ficção e realidade, mais complexas e tênues tornam-se as análises sobre o que as diferencia. Como observa Ramos (2012), mesmo dentro da história do documentário pode-se encontrar formas de encenação construídas a partir de uma preparação anterior mais elaborada daquilo que se quer produzir enquanto ação e imagem; e outra encenação mais direta na qual a ação se desenrola a partir de uma câmera mais solta no mundo que busca captar espontaneamente o que se quer revelar, como se fosse um olhar que partisse de dentro da própria realidade. Embora o documentário seja comumente definido como o cinema que representa a realidade, quanto mais nos debruçamos sobre o estatuto de seu significado, mais constatamos a natureza dialética, inseparável e muitas vezes incomensurável entre objetividade e subjetividade, entre ficção e não ficção.

Não há como garantir a presença de um real “perfeito” ou absoluto, embora desde o início o cinema, em especial o documentário, assumisse com essa pretensão a partir das características da imagem mecânica decorrentes das tecnologias de produção cinematográfica que vêm evoluindo desde seu surgimento, com efeitos cada vez mais impressionantes. São tais características representacionais que fizeram da fotografia e do cinema, desde o início, instrumentos importantes da ciência com sua pretensão de um olhar objetivo do real.

O significado do filme documentário tem como marco importante o trabalho de dois cineastas, o americano Flaherty e o soviético Vertov, realizados desde a década de 1920 (RODRIGUES, 2010). Surgem aí duas características que passam a ser marcantes no entendimento do cinema documentário. A primeira, que as imagens do filme corresponderiam ao que tem existência fora dele, o que forneceria o caráter não ficcional do documentário, ainda que representações cênicas com atores e produções sofisticadas pudessem ser introduzidas para representar ou imitar a realidade. Essa característica conformou uma linha tênue entre o cinema documentário e o ficcional, com correntes que almejavam um estatuto de representação a mais fiel de certa realidade, seja como propaganda política, como denúncia e transformação social, como dispositivo de suporte ao trabalho científico e sua popularização, ou ainda como memória viva de paisagens e depoimentos de personagens com diferentes objetivos. A segunda característica importante do documentário é realizada dentro do estúdio de edição em seu processo de montagem, ou seja, a organização da sequência das imagens obtidas in loco ou provenientes de outras fontes acrescidas de vários outros recursos que compõem o filme em seu formato final. Tanto a captação das imagens como sua edição final fornecem o toque artístico, político e social do cineasta e sua equipe, cúmplices de uma visão de mundo e de uma época na qual o documentário está inserido.

No contexto brasileiro, durante as primeiras décadas do século XX a produção e comercialização de filmes brasileiros do tipo documentário concentraram-se principalmente nos jornais cinematográficos e filmes de curta-metragem financiados pelo Estado, por empresários e coronéis fazendeiros. Apesar de sua importância histórica, tais obras expressavam basicamente as visões hegemônicas das elites e classes dominantes, ainda que abrindo espaço para obras criativas. No Brasil, diversos documentários até a década de 1950 foram produzidos no âmbito do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), dedicados basicamente à difusão da cultura nacional, da flora e da fauna brasileiras, com destaque para a obra realizada pelo cineasta mineiro Humberto Mauro. Essa primeira fase do INCE, criado em 1936, conviveu durante certo tempo com a atuação do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) criado em 1939 por Getúlio Vargas como instrumento de censura e propaganda do governo durante o Estado Novo, e que utilizou o cinema como propaganda política a partir da voz centralizada do regime autoritário.

Com o fim do Estado Novo, o INCE continuou a funcionar até 1966 como instituição impulsionadora das bases do cinema brasileiro, quando se transformou no Instituto Nacional de Cinema (INC). Em 1969 é criada a EMBRAFILME como braço operacional para impulsionar a indústria cinematográfica, com o apoio a mais de 200 filmes entre 1969 e 1990. Logo no início do governo Collor a EMBRAFILME foi extinta pelo Programa de Desestatização, e uma série de incentivos do mercado passam a funcionar a partir da Lei Rouanet em 1991, e da Lei do Audiovisual em 1993. Tratou-se de um período contraditório entre dois processos simultâneos: a redemocratização pós-regime militar da Nova República, e a ascensão da ideologia neoliberal com a expansão da globalização capitalista e a redução do papel do Estado nacional. No final do governo Fernando Henrique Cardoso foi criada, em 2001, a Agência Nacional do Cinema (Ancine), expressão da política de governo desta época sob a égide neoliberal do mercado. Tal visão restringiu crescentemente a atuação do Estado na economia à regulação por meio de agências que começaram a operar como apoio às lógicas de mercado da indústria cinematográfica. Houve uma reversão importante durante o governo do presidente Lula iniciado em 2003, com diversos programas desenvolvidos no âmbito do Ministério da Cultura, como o programa de fomento à produção e teledifusão do documentário brasileiro, intitulado DOCTV (GONÇALVES, 2006).

Foi na segunda fase do INCE e o início do INC que surgiram as novas gerações de documentaristas que marcaram o documentário engajado a partir das décadas de 1960, 70 e 80, com forte influência no cinema documentário da atualidade. Elas surgiram sob a influência do cinema europeu e de inovações tecnológicas que permitiram maior qualidade e

mobilidade nas filmagens e gravações de som, assim como ilhas de edição que ampliariam o leque de possibilidades cinematográficas. Mais tarde, principalmente com a abertura política iniciada no final da década de 70, tais inovações permitiriam radicalizar os processos de desconstrução da linguagem fílmica por cineastas que se tornariam famosos, como Glauber Rocha, Eduardo Coutinho e Nelson Pereira dos Santos.

O início do documentário engajado com crítica social no país teve como marco importante as experiências iniciadas dentro das universidades e articuladas ao Centro Popular de Cultura (CPC) vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE), com a aproximação de cineastas aos movimentos e lutas populares. Um exemplo marcante dessa época foi o filme “Cinco vezes favela”, feito em 1962, com cinco episódios dirigidos por jovens cineastas como Miguel Borges, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Farias e Carlos Diegues. É também dessa época do CPC que começou a ser filmado em 1964 o emblemático “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho, que foi interrompido com o início da ditadura militar e voltaria a ser filmado 17 anos depois. A qualidade crescente da produção realizada fez com que, a partir da década de 1980, também se abrisse um espaço no cinema nacional para os documentários, com números de bilheteria expressivos no circuito comercial, principalmente a partir de autores como Eduardo Coutinho, Silvio Tendler e João Moreira Salles, dentre outros.

Principalmente a partir da década de 1990 e mais fortemente na virada do século, o avanço e difusão a baixo custo das tecnologias digitais permitiu o surgimento de inúmeros produtores independentes, sem vínculo com as emissoras de televisão ou com as grandes estruturas de produção e distribuição. A internet e os canais de televisão especializados na circulação de filmes e documentários nacionais, além da criação de diversos festivais para o lançamento de filmes nacionais, inclusive documentários, contribuíram para a ampliação desse processo.

Segundo Hernani Heffner (2016), diretor da Cinemateca do MAM e estudioso da trajetória do cinema brasileiro, do ponto de vista do cinema e do audiovisual existem dois momentos muito claros dentro desse período de renovação do cinema brasileiro que se inicia a partir da década de 1960. O primeiro momento em que se assumi a questão social, as relações de desigualdade e há um interesse mais direto pelas classes populares, mas também pela classe média. Este é o momento que está ligado ao surgimento do chamado Cinema Novo, em que diversos cineastas vão pensar a periferia, a favela, os miseráveis, o sertão e a fome, e descobrir uma sociedade que mal havia se inserido no capitalismo e já o exercia de uma forma extremamente exploradora e opressora ao mesmo tempo. O interesse por esses

sujeitos explorados e oprimidos é atravessado por questões e contradições, na medida em que tais sujeitos acabam sendo representados como uma metáfora do povo brasileiro quase caricata. Por exemplo, o povo deveria falar errado, usar roupas rasgadas. Este processo pode ser identificado sobretudo no início do Cinema Novo, particularmente no filme já citado 'Cinco vezes favela', feito em 1962. Buscava-se pensar esses sujeitos e apontar questões relacionadas à exploração e às desigualdades a partir de uma política mais engajada, ou seja, uma nova estética, ainda que as causas inicialmente não fossem muito esmiuçadas.

Num segundo momento, a partir dos anos 70, começou-se a fazer a crítica e a autocrítica sobre as possibilidades de se representar este outro das classes mais populares de uma maneira mais espontânea, autêntica e fidedigna. Ou ainda, até que ponto essa representação estaria travestindo este outro das próprias questões e contradições dos intelectuais e artistas engajados. No caso dos cineastas do Cinema Novo, homens de classe média que eventualmente estariam muito mais falando de um desejo de Brasil mais justo, do que de uma apreensão mais ampla desse outro sujeito a partir de uma outra dinâmica de vida. Essa autocrítica fica muito forte quando Nelson Pereira dos Santos faz o filme "Amuleto de Ogum" (1974), que em vez de criticar as religiões, particularmente as afro-brasileiras, a partir de uma perspectiva crítica marxista, assumiu-se o ponto de vista e a perspectiva dessa cosmovisão, e estruturou-se o filme a partir dela. Não se tratava mais de julgar se a religião é o ópio do povo, é uma fantasia alienadora e que não tem fundamento político real, mas sim de uma busca mais aberta para entender a religiosidade e a espiritualidade enquanto discurso simbólico eventualmente vinculado a práticas de resistências, que produz identidades, visões de mundo e que pode estabelecer uma crítica à sociedade em volta desses sujeitos formulada por outras perspectivas e linguagens.

Porém, apesar de existir essa autocrítica, ainda permaneceu nos debates e movimentos de cineastas brasileiros uma questão do porque esses sujeitos teriam que delegar a outros a função de se representar, nesse caso representá-los cinematograficamente a partir dos cineastas que dirigiam os filmes. Por que eles não poderiam ter a sua própria expressão audiovisual? Tratou-se de uma autocrítica formulada por importantes cineastas da época, como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Eduardo Coutinho e outros, que buscavam, como diz Coutinho (1997), um exercício de alteridade.

Segundo Heffner (2016), uma importante referência teórica que inspirou essa discussão teve, entre outros, a leitura e releitura de Frantz Fanon (1979), psiquiatra influenciado pelas experiências emergentes de psicoterapia institucional, pelo existencialismo de Sartre e Merleau-Ponty e pelo marxismo. Fonon, de ascendência francesa e africana figura

central da luta contra o colonialismo e inspiração do pensamento pós-colonial, morreu aos 35 anos em 1961. Apesar de ter morrido precocemente, o brilhantismo e engajamento de Fanon fez com que sua obra se difundisse em vários centros intelectuais críticos. Em um primeiro momento nos anos 1960, Fanon era lido por intelectuais vinculados ao Cinema Novo com uma percepção de que o colonizador, mais do que explorar, introjetava no colonizado a sua cultura de tal forma que, a certa altura, o colonizado sequer saberia mais de suas próprias raízes, apagando-se e ocultando-se a memória de violência e opressão que, mesmo assim, ainda permaneciam. Ao pensar a partir da cultura do colonizador, os oprimidos das classes populares perdem assim sua capacidade de fazer a crítica da sua posição em relação às práticas e processos de dominação do colonizador. Tal leitura de Fanon, para Heffner, faz aflorar para o Cinema Novo a questão do colonialismo, da relação metrópole-periferia, aparentemente superada pelos processos de independência em países africanos e latino-americanos e sua inserção subordinada ao capitalismo. Num segundo momento, já nos anos 1970, Fanon passa a ser lido com a uma percepção bem mais complexa, já que as relações sociais engendradas pelo colonialismo seriam de mão dupla. Certamente o colonizador busca introjetar sua cultura junto à sociedade colonizada e às classes subalternizadas, porém este processo não se daria de forma passiva. O colonizado permanentemente ressignifica a cultura dominante com elementos de sua própria cultura, mesclando com os seus valores. Nos estudos pós-coloniais esse tema é discutido a partir de questões como interculturalidade, mestiçagem e mestiço (ASHCROFT, GRIFFITHS, TIFFIN, 2013), essas últimas de origem espanhola e francesa que significam a mistura de raças e/ou culturas. Sua origem emerge da crítica aos discursos coloniais que pregam a ideia de pureza racial e buscam justificar a discriminação racial como uma superioridade demonstrada cientificamente pela história e pela antropologia física. Outros intelectuais das ciências sociais e da antropologia reforçam essa ideia, mostrando como a cultura e o poder simbólico existem e são construídos em relação, e a relação é tanto de absorção quanto de incorporação. Nessa relação de trocas culturais e simbólicas, o que mais contaria seria a posição assumida de dominação ou de resistência, essa última podendo significar a rejeição dos valores da cultura hegemônica e reconstrução desses valores.

Nessa forma pós-colonial de pensar as relações de dominação e subordinação, a posição original social de intelectuais e artistas não seria determinante, mas sim a relação e as atitudes assumidas diante dos processos de dominação e resistência, ou seja, uma atitude política com implicações na forma de atuar dentro da cultura e da produção de conhecimentos frente à sociedade e aos grupos sociais oprimidos. Ao tomar lado e assumir uma posição

crítica dentro da sociedade a partir de escolhas conscientemente tomadas, isso eventualmente implica em que as pessoas saiam de seu núcleo social de origem e entrem em outras relações, caracterizando assim a alteridade necessária de que nos falava Eduardo Coutinho. Ou seja, a atitude política não é propriamente saber que uma pessoa é produto da colonização, e sim o que se vai fazer com essa percepção, e a consciência histórica do passado colonial e suas implicações ocultadas na realidade presente que permitiriam uma atitude.

Portanto, essa nova leitura de Fanon chama atenção para o fato que todo sujeito possui discurso, conteúdo e tem posição, ainda que ele não tenha expressão ou visibilidade quando se trata das classes sociais subalternizadas não apenas pela exploração econômica, mas pelo racismo e outras formas de sujeição ontológica que negam o direito de ser de tais grupos, o que mais tarde vai incluir também indígenas e mulheres. Dentre os cineastas dizia-se à época que a estrutura da sociedade alienava a população subalternizada porque ainda não haviam sido ouvidos ou deixados fazer um filme por eles próprios, e uma das razões invocadas era o elevado custo das produções. Portanto, que alternativas poderiam existir frente a isso? Já nos anos 1970 temos o primórdio desse gesto no documentário de Aloysio Raulino intitulado “Jardim nova Bahia” (1971), sobre uma favela na periferia de São Paulo: a certa altura o diretor entrega a câmera ao morador da favela, que passa a filmar livremente. Este gesto, que Jean-Claude Bernardet (2003) considera fundador de uma nova forma de se fazer cinema, começou a se multiplicar ao longo dos anos 1970 em outras experiências, até chegarmos ao gesto mais definitivo quando a tecnologia se transforma em algo mais acessível. É aí que entra o trabalho de Eduardo Coutinho e outros intelectuais da época, antropólogos e cientistas políticos, que passam a entregar o equipamento para esses sujeitos pudessem fazer seus próprios filmes, expressando-se da forma como eles achassem melhor. Nesse contexto, surgem as oficinas de filmagem e de edição que continuam a se proliferar até os dias de hoje, rompendo com a ideia de que apenas os homens de classe média, intelectuais e cultos poderiam falar pelos outros das classes populares e sem capacidade de se expressarem. Tratou-se de um gesto político radical que criou novas possibilidades de criação e expressão por meio do acesso à tecnologia e diferentes práticas de capacitação.

Esse gesto se desdobra nos anos 1980: é justamente nesse período e sob a influência de cineastas como Eduardo Coutinho e Nelson Pereira dos Santos que surge o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), que passa a atuar inicialmente nas periferias do RJ. Sua criação data de 1986 e foi estratégico para a criação de um “Cinema de Periferia” no Rio de Janeiro, um modelo que ganharia uma dimensão nacional a partir de sua replicação em várias partes do Brasil. Esses sujeitos passam a poder se expressar como eles achem melhor. Nesse

contexto, surgem diversas oficinas de filmagem e edição.

Para Heffner (2016), o próprio VideoSaúde possui uma relação com a perspectiva do CECIP. O programa VideoSaúde foi criado pela Fiocruz em 1999 e desde então vem compondo um acervo com mais de sete mil títulos em saúde pública, realizados por sindicatos, ONG's, produtoras, televisões, instituições de saúde e pela própria Fiocruz. Inicialmente a exibição deste acervo foi realizada em parceria com o Canal Universitário do Rio de Janeiro, UTV, e, atualmente, se estende para outras seis emissoras: Canal Saúde, TV Nacional do Brasil (NBR), Canal Minas Saúde, TV Floripa, que também são transmitidas pela internet, TV Feevale e TV UFPR. Apesar da VídeoSaúde ser um segmento específico do campo da saúde, várias pessoas deste programa institucional já haviam conhecido de perto a experiência do CECIP.

1.1.3- A dimensão comunicacional no desvendar dos elos silenciados

Nesta interface entre a denúncia do uso intensivo dos agrotóxicos e o anúncio de alternativas agroecológicas, aproximei-me do doutorado em Comunicação e Saúde com a vontade de refletir criticamente sobre os nós e as dificuldades impostos à escuta das necessidades dos agricultores familiares, camponeses e os movimentos sociais do campo. Este processo sugere uma luta pela visibilidade dos seus sentidos, por melhores condições de produzir e fazê-los circular, ou seja, de serem ouvidos e levados em consideração (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). Tal leitura apoia-se numa perspectiva da Comunicação e Saúde que busca compreender como os processos de dominação a serviço de interesses hegemônicos ocultam e invisibilizam sujeitos sociais e seus sofrimentos, mas também seus saberes e alternativas de transformação. Tal leitura fez-me avançar no reconhecimento de que a comunicação pode integrar processos sociais de emancipação a partir das contribuições das abordagens pós-coloniais e das epistemologias do Sul.

Como trabalharei mais a frente, a noção de elos silenciados é uma tentativa conceitual de contribuir para o desenvolvimento de metodologias colaborativas não extrativistas no âmbito da comunicação e saúde. Isso pode ser feito a partir do resgate não apenas das violências abissais proposto pelas epistemologias do Sul (SANTOS, MENESES, 2014), mas de conhecimentos e projetos utópicos que envolvam e integrem amplamente sentidos, saberes e sonhos emancipatórios construídos nas frestas das opressões e distopias. Discussão semelhante é enunciada também por Inesita Araujo em suas aulas e no livro “Comunicação e Saúde” (Araújo e Cardoso, 2007), a partir de uma citação de Liv Sovik (2006), em que essa autora mencionava que, na comunicação “saber fazer requer a descoberta dos elos ignorados,

potenciais e negligenciados” (Sovik, 2006:8)². Ao desenvolver as temáticas da invisibilidade e do papel precípua da comunicação, quando associada ao campo das políticas públicas e à defesa da equidade, assim como seu potencial tanto de silenciamento como de amplificação das vozes, Araujo referencia a importante discussão de Sovik. Já a ideia de elos silenciados que desenvolve busca estabelecer uma ponte com as epistemologias do Sul ao aprofundar a compreensão das formas sociais de produção da não existência de modos de ser, de saberes, experiências e alternativas que marcam o mundo contemporâneo em sua dimensão comunicacional.

Portanto, a noção de elos silenciados que proponho busca estabelecer uma conexão entre a comunicação e a obra sociológica de Boaventura de Sousa Santos. Para este autor, uma das tarefas centrais de uma perspectiva emancipatória na atualidade é enfrentar as formas sociais de produção da não existência de saberes, experiências e alternativas que marcam o mundo contemporâneo. Santos (2002) propõe cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, expressas em cinco monoculturas que serão apresentadas mais à frente no primeiro artigo da parte 2 da tese. Para Santos, a produção social da não existência faz com que outros mundos e alternativas de existência e de futuro sejam subtraídos, configurando um desperdício da experiência. Para melhor compreender essa subtração de realidades e sujeitos é proposta uma sociologia das ausências com o objetivo de investigar as condições em que tais ausências são produzidas. Trata-se de um processo simultaneamente político, ontológico, epistemológico e cognitivo a partir da contração do presente e a expansão do futuro pela racionalidade hegemônica. É por isso que a racionalidade hegemônica propõe leituras como o fim da história e o pensamento único, pois o único que subjaz é essa racionalidade passível apenas de ser aperfeiçoada, não contestada. Afinal, como contestar uma racionalidade com pretensão de verdade universal? A modernidade eurocêntrica assume que seu conhecimento é superior e universal, o ponto mais evoluído que a humanidade poderia alcançar, e por isso não há necessidade de mais utopias, restando apenas as distopias de suas consequências. Ou seja, uma expansão de um presente contraído pela existência hegemônica. Romper com isso implica “ampliar o mundo e dilatar o presente” (SANTOS, 2002, p. 249) por meio do reconhecimento e do desvelamento de sujeitos, saberes e experiências sociais que resgatem o sentido de utópico a partir de múltiplas experiências cotidianas em diferentes escalas. Da mesma maneira que o presente antecede o futuro, as ausências antecedem as emergências, pois somente podem emergir novos mundos possíveis se os sujeitos, seus direitos e saberes

² A citação completa encontra-se em Araujo e Cardoso, 2007, p. 111)

são reconhecidos, rompendo-se os processos de negação e ocultação de suas existências.

A necessidade de explicitar e analisar os processos que invisibilizam e silenciam sujeitos que são oprimidos por não terem reconhecidos seus direitos à existência e, conseqüentemente, outros direitos incluindo territórios, modos de vida e saúde, aponta para a importância da Comunicação como dimensão constituinte e constitutiva da proposta das epistemologias do Sul, dado que os discursos são definidos como práticas sociais que fazem parte das lutas emancipatórias em curso.

Identifico a emergência desses elos silenciados nos diversos processos de resistência empreendidos pelos movimentos sociais e setores da saúde coletiva, que estão articulados em torno de uma visão ampliada de saúde discutida principalmente em textos sobre determinação social da saúde e promoção da saúde (TRAVERSO-YÉPEZ, 2007). Tais temas resgatam, atualizam e procuram dar visibilidade a uma agenda importante da Saúde Coletiva expressa originalmente na definição de saúde assumida na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 e um dos princípios da reforma sanitária. Ou seja, a saúde enquanto “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso aos serviços de saúde” (BATISTELLA, 2007).

Tal concepção, porém, possui um caráter fortemente urbano e centrado numa perspectiva eurocêntrica que marca a ideia de determinação social. Nas últimas décadas têm havido avanços nessa concepção a partir de novos movimentos e lutas sociais que simultaneamente inspiram e são inspirados pelas abordagens pós-coloniais e, particularmente, pelas epistemologias do Sul. Ao unir questões ontológicas, epistemológicas e políticas, as epistemologias do Sul contribuem para uma releitura da visão ampliada de saúde para além do acesso justo e equitativo dos benefícios do desenvolvimento. Questiona-se o próprio sentido de desenvolvimento e progresso, e busca-se repensar o significado de saúde a partir das lutas por reconhecimento de saberes e direitos realizadas por comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. Por exemplo, no caso brasileiro isso tem acontecido com a aproximação de cientistas militantes com movimentos sociais como o MST e a emergência do tema da saúde do campo, e que desembocou na construção e publicação da Política Nacional Integral de Saúde dos Povos do Campo, das Florestas e das Águas pelo Ministério da Saúde durante o governo Lula.

Para avançar em minha discussão, assumo que as lutas sociais e os temas abordados anteriormente são matéria prima para diversas articulações entre saberes e práticas, e apoio-me em Santos (2006, 2007) para defender que a produção de conhecimentos não pode ser assumida apenas pelo campo acadêmico, mas por um diálogo de múltiplas vozes e encontros

de múltiplos saberes em torno dessas lutas sociais e suas histórias, tanto coletivas como comunitárias e pessoais.

Um elemento importante para compreender alternativas comunicacionais que ampliam articulações solidárias em diferentes escalas é apontado pelo geógrafo Milton Santos (1998). O autor nos fala da interdependência universal de lugares como a nova realidade dos territórios inseridos num capitalismo crescente globalizado, articulando o local a processos mais globais em diferentes escalas. Para além dos processos de dominação impostos pelo capitalismo em suas verticalidades materializadas pelo mercado e pelas cadeias de produção e comércio, a dialética do território na contemporaneidade apresentaria novas possibilidades emancipatórias. Isso porque técnicas de comunicação e informação que têm servido para a dominação e a fragmentação podem também, dialeticamente, servir como forma de fortalecer novas horizontalidades.

Aqui, as novas tecnologias de comunicação e informação, como a internet e o audiovisual, podem ser usadas pelo lugar como estratégia comunicacional para a criação de novas solidariedades, fortalecendo a ideia de um retorno do território. Embora as novas tecnologias de comunicação e informação tenham sido criadas a reboque da globalização hegemônica, dos interesses econômicos e políticos dominantes, os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais também têm propiciado redes de comunicação independente transnacionais, regionais e locais e as diferentes mídias independentes alternativas. Isso vem permitindo que novos sujeitos sociais desses processos dialoguem com os movimentos sociais articulados globalmente com as comunidades oprimidas propiciando a criação de novas estratégias de luta.

Para Milton Santos, o “lugar” é o espaço por excelência do acontecer solidário, onde as pessoas e classes sociais de carne, osso e alma vivem, compartilham e lutam baseadas no trabalho, na vizinhança solidária, na identidade, no território compartilhado. E as novas tecnologias de comunicação e informação podem gerar “um acontecer solidário, a despeito de todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares” (SANTOS, 1998), em oposição a um acontecer hierárquico, imposto de fora para dentro, comandado por uma informação privilegiada que é segredo e poder nos mundos da economia, das instituições regulatórias, dos conhecimentos científicos especializados e dos processos decisórios que servem à expansão do capital.

A partir dessa reflexão, posso compreender o papel da mídia hegemônica no exercício do poder por meio de um duplo processo de invisibilização: silencia-se, de um lado, as intenções e os segredos não explicitados da lógica capitalista que quebrariam as promessas do

“progresso” e dos “sacrifícios necessários” para o ideário neoliberal; de outro, oculta ou ridiculariza como primitivos, atrasados ou irracionais os sujeitos excluídos radicalmente, com seus saberes, modos de vida e alternativas. Portanto, o papel de uma comunicação alternativa seria conectar-se com as vozes e os saberes ausentes, fortalecendo e tornando críveis tanto as denúncias como os anúncios de alternativas.

Apesar de centrar-se na crítica ao capitalismo dissociada do colonialismo e do patriarcado, e por isso não privilegiar os saberes e lutas de povos excluídos radicalmente como os indígenas, camponeses, quilombolas e outros, em minha opinião a visão de Milton Santos articula-se com as epistemologias do Sul na medida em que propõe ampliar a resistência do lugar para diferentes escalas e fortalecer uma outra globalização, contra hegemônica. Ou seja, enfrentar a lógica do mercado pela criação de novos laços de solidariedade, de lutas políticas, novas economias e práticas sociais. Nas palavras do autor,

[...] novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (Santos, 1998, p. 20).

1.1.4- Comunicação e Saúde: a dimensão transformadora do discurso

Compreendo o desafio neste trabalho no doutorado no sentido de trazer uma experiência e olhar construídos inicialmente no campo na Educação e Cinema, e renovado pela aproximação ao campo da Comunicação e Saúde para contribuir nos avanços do conhecimento sobre os elos silenciados mencionados anteriormente. A comunicação numa visão crítica fala de hegemonia, de contra hegemonia (ou anti-hegemonia em Bakhtin), de poder, da multiplicidade de sentidos, de vozes, da polifonia, elementos a partir dos quais fiz uma imersão nas lutas sociais que buscam visibilidade através da linguagem audiovisual.

Busquei identificar em alguns documentários produzidos os diferentes sujeitos sociais ou, como veremos mais a frente, lugares de interlocução sistematicamente excluídos que se manifestam nas lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Acredito que circunscrever a atuação desses sujeitos, seus discursos, saberes e formas de expressão, no caso o cinema documentário, pode indicar tanto o potencial polifônico de suas estratégias quanto as dificuldades políticas e epistemológicas que impedem ou permitem o avanço de tais lutas. Busquei possibilitar uma forma de aproximação na visibilização de vozes e na produção de conhecimentos frente aos obstáculos para a construção de sociedades mais justas, democráticas, inclusivas e saudáveis. A invisibilização ocorre mesmo quando as vozes

hegemônicas falam de diálogo, mas não das maneiras pelas quais o poder hegemônico bloqueia e limita o diálogo, nem apontam os impedimentos e alternativas sociais, políticos e epistemológicos que existem a partir das experiências dos vários sujeitos silenciados ou invisibilizados.

O campo da Comunicação e Saúde, ainda em consolidação, ao qual está vinculada essa pesquisa, surge no movimento de afirmação da comunicação como espaço de construção de conhecimentos científicos e também espaço de cidadania (ARAÚJO e CARDOSO, 2007). Trata-se de um campo que resulta da justaposição de dois campos distintos, porém em diálogo horizontal, sem hierarquias ou subordinações. Assumindo uma definição de campo proposta por Pierre Bourdieu (1997), as autoras descrevem o campo da Comunicação e Saúde como um espaço social de interfaces, historicamente constituído, dinâmico e permanentemente atualizado por meio de disputas por posições e capitais materiais e simbólicos.

A relação entre a comunicação e o campo da saúde está presente desde o início do século XX, em consonância com a abordagem biologicista, biomédica e comportamental que orientou a criação do serviço de Propaganda e Educação Sanitária em 1923 dentro do Departamento de Saúde Pública. Desde então a comunicação sempre fez parte da saúde, em especial no contexto das ações de prevenção e nas campanhas de saúde pública (CARDOSO e ARAÚJO, 2006). Contudo, apesar dos avanços conquistados, persiste uma forte centralidade na dimensão da responsabilidade individual do cuidado com a saúde, assim como uma visão instrumental e funcionalista da comunicação enquanto um processo de transferência de conhecimentos especializados para pessoas consideradas simples receptoras (ARAÚJO, CARDOSO e MURTINHO, 2008).

Nesse contexto histórico, para Araujo, et al. (2007), um importante problema do campo da Comunicação e Saúde a ser superado é de natureza teórico-metodológica, dada a complexidade dos objetos, contextos e processos sociais que essa interface é desafiada a analisar e propor alternativas. Além disto, novas questões emergem a partir da constituição do SUS e do próprio movimento sanitário em suas visões mais amplas e críticas sobre a relação entre saúde e sociedade.

Na Fiocruz, destaco o trabalho do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (LACES), que integra o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). Tal laboratório aporta seu referencial teórico metodológico em uma teoria crítica, enfatiza as desigualdades sociais em saúde, e o embate de interesses a partir da premissa de que existe uma contínua negociação dos sentidos sociais que opera de forma desigual entre os diversos atores sociais, o que promove processos de exclusão em termos de

prioridades e possibilidades de construção e implementação de políticas e recursos (ARAÚJO, 2009). Esta visão defende que processo de produção social das iniquidades reforça a desigualdade política, potencializada pela ausência de cidadania e pela maior vulnerabilidade dessas populações excluídas, as quais são negligenciadas em suas necessidades sociais e de saúde com o agravamento dos processos saúde-doença. Tal perspectiva une o campo da Comunicação e Saúde com a visão crítica da determinação social da saúde que orienta, em grande medida, a construção da própria Saúde Coletiva (NOGUEIRA, 2010; ALMEIDA JR., 2010).

No caso dos agrotóxicos, a dimensão comunicacional é evidente. Há uma banalização do problema na medida em que os dados não são fornecidos ou facilmente pesquisados, e a própria terminologia contribui para a sua invisibilização: em vez de agrotóxicos ou veneno, frequentemente são utilizadas terminologias como defensivos agrícolas ou remédio contra pragas (PERES e MOREIRA, 2003). Nos processos de invisibilização contribuem as concepções autoritárias; a exclusividade da fala institucional, representada hegemonicamente pela monocultura discursiva em prol do desenvolvimento do agronegócio, por sua vez pautada em monocultivo de grande extensão como a soja, como base para o crescimento econômico do país; a desqualificação de outras vozes e saberes, expressa, por exemplo, nas falas de especialistas e empresários que desqualificam a atuação da Abrasco, Fiocruz, INCA e outras instituições que atuam na campanha contra os agrotóxicos; na desconsideração dos contextos específicos que ignoram as várias formas de exposição; na abordagem da comunicação como informação a partir de especialistas selecionados que revelam “verdades técnicas”, desprezando a interlocução com a sociedade (CARNEIRO et al., 2015).

A abordagem mais crítica da comunicação, apresentada acima, envolve temáticas como a questão do direito à comunicação; da comunicação em rede; do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e discriminados; da criação de sistemas alternativos de comunicação como forma de rejeição aos regimes hegemônicos. A partir da comunicação como direito do cidadão, pressuposto do grupo de pesquisa Comunicação e Saúde do CNPq no qual esta tese está inserida, tem-se como uma das questões centrais a relação inerente entre comunicação e iniquidade social em saúde, problematizando e evidenciando o que está invisibilizado tanto pelo efeito de paradigmas dominantes, como por interesses políticos e econômicos. Liderado pela pesquisadora Inesita Araujo, este grupo assume como proposta um modelo da comunicação entendido como "mercado simbólico", uma alternativa aos modelos funcionalistas. Tal concepção teórica define o mercado simbólico a partir das disputas discursivas por reconhecimento de visões de mundo, na qual os processos de produção,

circulação e apropriação de sentidos emanam de lugares de interlocução mais centrais ou mais periféricos (ARAUJO, 2002). Como tal, é importante fortalecer os movimentos de incorporação da complexidade, que consideram o sujeito e os contextos socioculturais concretos se contrapondo às limitações das abordagens hegemônicas especializadas (ARAUJO, 2009).

O modelo em questão é fruto de uma articulação teórica que se move no amplo espaço das teorias da produção social dos sentidos, que situam o processo de enunciação em contextos históricos e sociais. Diversos autores operam neste espaço teórico da produção social dos sentidos, afirmando que a enunciação não se produz de forma imanente, mas sim socialmente (FAIRCLOUGH, 2001; ARAUJO, 2002). Nessa perspectiva teórica, a comunicação no âmbito da saúde coletiva é entendida enquanto um processo de produção social de sentidos, sendo Inesita Araujo (2002) uma autora da nova geração, vinculada a matrizes que propõem que o sentido não é inerente às palavras, mas sim produzido na relação entre a palavra e os contextos de produção e interlocução, não sendo passível, portanto, de transmissão dentro do paradigma funcionalista da comunicação amplamente adotado nas campanhas de saúde pública.

Bakhtin é uma peça forte na construção dessa perspectiva de comunicação e saúde. Seus trabalhos e conceitos continuam nos inspirando a pensar a questão da produção e circulação de sentidos na dimensão das palavras, entendidas como arenas das disputas simbólicas. Seus conceitos de polifonia e dialogismo provocaram uma ruptura epistemológica nos estudos sobre linguagem. Segundo Ribeiro e Sacramento (2010), estes conceitos permitiram relacionar as práticas discursivas com o conjunto das formações sociais, deixando de considerá-las como somente visões de mundo, como a expressão estabilizada das concepções de um dado grupo social e passou a definir-se como um lugar de trabalho, como um domínio aberto e instável. O trabalho de Bakhtin fornece uma importante base para a análise da linguagem e de suas relações com a cultura, a literatura, a ciência, a história e a sociedade. Para chegar na centralidade da minha discussão teórica e metodológica, a obra do filósofo e pensador russo contribui com estes dois conceitos e categorias centrais que utilizo na pesquisa, os de polifonia e dialogismo.

Na esfera das ideias, trago também o conceito de comunidades discursivas. Nessa perspectiva, a produção dos discursos das articulações de movimentos sociais, mencionadas anteriormente, permitem identificar a emergência de novas comunidades discursivas. Trata-se de um conceito originalmente proposto pelo linguista Dominique Mainueneau (1993) e reelaborado por Araujo (2002). Designa as pessoas que produzem discursos, que promovem

sua circulação, que se reúnem em seu nome, nele se reconhecem (MAINGUENEAU, 1993) e por eles são reconhecidos (ARAÚJO, 2002). Para Araujo (2002), o conceito de comunidades discursivas substitui com vantagem os termos “ator” (ou “agente”) no campo da comunicação, pois permite perceber os discursos para além das estruturas institucionais e evita considerar as instâncias mediadoras como simples pontos de passagem dos discursos, já que os processos que se realizam em tais instâncias também possuem a capacidade de produzir sentidos.

Admitindo tais referenciais e premissas, assumo que compreender práticas de comunicação nas lutas contra os agrotóxicos e pela agricultura camponesa e agroecológica implica em percebê-las como produtoras de sentidos por meio de comunidades discursivas, e por processos dialógicos e polifônicos. Partindo do modo de produção audiovisual, busquei entender um contexto mais amplo das produções de sentido nas comunidades discursivas formadas pela interlocução de pelo menos três lugares: os movimentos sociais do campo, os cineastas realizadores de audiovisuais e os pesquisadores militantes. As comunidades discursivas formadas produzem audiovisuais em torno de suas demandas, seus saberes, suas proposições e sua capacidade de se fazer ouvir. Busquei compreender os processos que propiciam o surgimento de polifonia e de ecologia de saberes a partir da produção dos documentários a serem analisados, os quais, assumi, são de grande potência para a promoção, emergência e fortalecimento de novas comunidades discursivas em contexto de lutas sociais. Isto significa entender tais lutas inscritas nas relações de poder e no sistema de acumulação capitalista, os quais buscam não apenas invisibilizar as lutas e as proposições de alternativas, mas naturalizar e considerar como inevitáveis ideias como a agricultura industrializada do agronegócio, a inevitabilidade do uso de agrotóxicos, as tecnologias e o modelo de ciência que sustentam tal agricultura e seus alimentos, noções como progresso e moderno, em oposição a atrasado e primitivo.

Uma discussão de grande importância para o desenvolvimento da tese, e que foi aprofundada no estágio de doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) entre 2016 e 2017, está relacionada a como o agronegócio está carregado de um projeto de dominação capitalista na perspectiva das epistemologias do Sul. Como referido anteriormente, Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes denominam de capitalista, colonial e patriarcal, os três eixos de dominação que caracterizam a modernidade e a globalização hegemônica em curso, a qual subalterniza o Sul Global das periferias e ex-colônias dos povos, culturas e visões de mundo “atrasados” e “primitivos” frente às visões metropolitanas e modernas presentes no Norte Global moderno e superior, com suas instituições, sua ciência e tecnologias. Tal projeto despreza e silencia a agricultura familiar,

camponesa e outras formas de conhecimento. Neste sentido, o discurso pós-colonial ou pós-abissal ressalta de forma articulada as dimensões políticas, ontológicas e epistemológicas da dominação, das resistências e das alternativas.

Portanto, na tese parto do pressuposto que esta leitura nos ajuda a compreender o papel dos audiovisuais em forma de documentário. Referenciando-me nas epistemologias do Sul e na proposição de uma ecologia de saberes, busquei entender se e como os documentários não apenas denunciam o agronegócio por ser ineficiente e impactar a saúde das pessoas a partir de múltiplos saberes em diálogo, mas também como o discurso da agricultura industrial, sustentado por um modelo de ciência, é também um discurso colonial. Nesse sentido, aposto que as contribuições das correntes pós-coloniais e das epistemologias do Sul possibilitam novos caminhos para reconhecer a dimensão epistemológica dos processos comunicacionais, com novos horizontes também metodológicos que me ajudam a descortinar metodologias colaborativas enquanto um processo de co-produção, co-criação e co-labor-ação de conhecimentos na direção de uma ecologia de saberes voltado à transformação social.

1.1.5- A visão ampliada de saúde: determinação social, promoção da saúde e comunicação

Quando iniciei a tese, pensei em assumir como um importante eixo conceitual as discussões provenientes da construção histórica da medicina social latino americana, do campo da saúde coletiva e seus fundamentos em torno da determinação social da saúde. Como provinha academicamente do campo da educação e do cinema, tais discussões eram relativamente novas para mim, e foram inicialmente aprofundadas com minha experiência no projeto PVP Campo descritas anteriormente, no qual as lutas por saúde e justiça social eram impregnadas pelo olhar acadêmico crítico da Saúde Coletiva de pesquisadores engajados principalmente da UnB.

A determinação social da saúde baseia-se na importância das desigualdades, inequidades e iniquidades sociais para a compreensão dos processos saúde-doença numa dada sociedade ou coletividade (ALMEIDA FILHO, 2010). Mais que elencar indicadores de desigualdades em saúde relacionados à renda, gênero, etnia ou raça, tal como na abordagem dos determinantes sociais da saúde, a concepção da determinação social da saúde está relacionada a sociedades em que haja concentração de poder em função de processos históricos de exploração, subordinação e discriminação (BREILH, 2006). Tal abordagem é marcada pela tradição marxista e crítica da formação história das sociedades capitalistas contemporâneas e tem em Jaime Breilh um dos seus expoentes. Para ele a determinação social

permite revelar como certas abordagens da saúde pública deixam de questionar os procedimentos de produção e reprodução das iniquidades – as desigualdades sociais negativas, injustas e evitáveis - e suas manifestações no campo da saúde. Portanto, a abordagem da determinação social da saúde, um dos marcos da construção da Medicina Social Latino-americana e da Saúde Coletiva no Brasil teve como tarefa estratégica desconstruir discursos hegemônicos da Saúde Pública que, mesmo ao abordar desigualdades sociais, deixavam de questionar as origens históricas dos procedimentos de produção e reprodução das iniquidades como parte constitutiva do sistema-mundo capitalista.

Na medida em que aprofundava os estudos, percebi que a abordagem da determinação social também levantava duas importantes dimensões da saúde de interesse para o desenvolvimento da tese. Primeiro, o lugar da comunicação enquanto possibilidade contra hegemônica de revelar as origens históricas e reprodução das iniquidades em saúde. Nessa linha, foi importante, ainda na fase inicial de formação do doutorado no PPGICS/ICICT, a discussão em torno da concepção gramsciana de ideologia e hegemonia. Para Gramsci (1985), o conceito de ideologia possui dois sentidos: um mais geral enquanto concepção de mundo que se manifesta na arte, no direito, na condução da atividade econômica e nas várias manifestações humanas individuais e coletivas, e outro que se manifesta como força material e moral que investe todas as ações dos agentes sociais. Segundo Gramsci, a ideologia enquanto sistema de crenças diz respeito tanto às estratégias de dominação das elites em seu papel de distorcer a realidade, como dos processos emancipatórios das classes dominadas que impulsionam a transformação da sociedade num dado momento histórico. O conceito de hegemonia é entendido como produção simbólica e de sentidos a partir dos processos de luta travada entre intelectuais ativos ou orgânicos na sociedade civil. Talvez a principal contribuição de Gramsci tenha sido combater a visão cientificista aplicada ao campo das ciências sociais, ainda que assumindo o materialismo dialético como base da leitura científica. Ao combater o cientificismo enquanto única leitura universal das relações sociais, Gramsci expande o referencial teórico crítico e concebe possibilidades de transformação que passam pela mudança de mentalidades e por disputas argumentativas que dependem da vontade social e coletiva, sendo por isso não determinista, controladora e previsível como nos fenômenos das ciências físicas e químicas que buscavam definir a visão de ciência moderna.

Percebi, em minha formação acadêmica, outro aspecto importante da discussão sobre a determinação social e que é de grande relevância para a tese: a necessidade de incorporarmos a comunicação em seu escopo. Para minha surpresa, descobri que essa discussão era relativamente recente na saúde coletiva, fato esse que foi expresso pela carta assinada por

diversas instituições, incluindo o GT Comunicação e Saúde da Abrasco, como resultado de um pré-evento da I Conferência Regional dos Determinantes Sociais da Saúde realizado em Recife em setembro de 2013. Segundo conversa pessoal com minha orientadora Inesita Araujo, tratou-se de um primeiro movimento voltado a um entendimento comum sobre a necessidade da Comunicação ser reconhecida como dimensão constituinte e constitutiva dos processos de determinação social da saúde. A carta (ICICT et al., 2013) indica uma pauta mínima a partir de oito pontos:

1. A Comunicação como direito fundamental e inalienável do direito à saúde.
2. O caráter público da Comunicação, que se materializa em políticas que garantam a pluralidade de ideias e de opiniões e a diversidade de contextos regionais.
3. A Comunicação como produtora e como produto de iniquidades em saúde e sua estreita correlação com as outras determinações sociais da saúde.
4. A contribuição que a Comunicação pode oferecer para o desenvolvimento teórico-metodológico e de pesquisas que ampliem a compreensão dos processos de determinação e suas mediações.
5. A contribuição que a Comunicação pode oferecer para a ampliação do debate público sobre as necessidades de saúde, criando canais de expressão para que este debate reflita de fato os diversos interesses da sociedade, sobretudo de suas parcelas mais afetadas pelas iniquidades em saúde.
6. A contribuição da comunicação para superação de respostas fragmentadas às iniquidades, de modo a fortalecer a integralidade do cuidado e a intersetorialidade das ações em saúde.
7. A relação entre a regulação da publicidade de produtos nocivos à saúde e a determinação social da saúde.
8. A desigualdade de acesso aos meios de comunicação, incluindo as novas mídias, como responsável por desiguais possibilidades de participação e controle social.

Segundo Barbosa (2013), para que a comunicação seja compreendida enquanto um dos constituintes dos processos de determinação social, é importante ver a comunicação para além de sua dimensão instrumental, colocada em um plano subsidiário e aparentemente neutro no campo da saúde como elo de repasse de informações relevantes. Para superar tal visão é importante entender a comunicação enquanto lugar do exercício de relações de poder, como lugar dos embates pelos sentidos, um processo social estruturante dos demais processos. Seria no campo da comunicação que podemos compreender e analisar a forma como os sentidos da vida e do mundo são produzidos e organizam as relações na sociedade, influenciando a forma como as realidades são construídas. A dimensão comunicacional permite analisar os processos que determinam quem e o que será visível ou invisível, quem será esquecido, e como isso se realiza por meio da produção social de sentidos e das disputas em jogo.

Do ponto de vista do fortalecimento da perspectiva da comunicação como parte relevante do processo de determinação social da saúde, um grande desafio é superar a concepção ainda fortemente arraigada da comunicação no campo da Saúde ser apenas um

processo de disseminar informações, em geral normativas e prescritivas, sobre hábitos e procedimentos que as pessoas devem tomar para se tornarem “mais saudáveis” ou melhor cuidarem de seus problemas de saúde numa ótica individualista e biomédica. Isso se reflete nas próprias instituições, inclusive de pesquisa, que pensam a comunicação apenas como estratégia de maior visibilidade da gestão, ou ainda para a divulgação de ações preventivas, porém descontextualizadas e pautadas por calendários pré-fixados (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Reconhecendo a importância da determinação social da saúde e da comunicação enquanto componente estratégico, a medida que aprofundava as dimensões comunicacionais e epistemológicas relacionadas ao objeto empírico da tese, fui deixando de segundo plano os aportes da determinação social para focar em outros referenciais que considere mais propícios ao aprofundamento das questões de investigação.

Outra área da saúde de especial importância para o tema da minha tese refere-se à concepção de promoção da saúde e sua importância para a transformação social. À medida que ia aprofundando meus conhecimentos sobre os fundamentos da saúde coletiva, do movimento pela reforma sanitária e do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), compreendia melhor a visão de integralidade da saúde pública envolvendo a assistência, a prevenção de doenças e a promoção. Em um texto considerado clássico para o campo, Teixeira, Paim e Vilasbôas (1998) assumem que uma concepção avançada da saúde coletiva deveria superar os paradigmas biomédico, individualista e hospitalocêntrico dos modelos assistencialista e sanitário. Para os autores, isso se daria através de uma vigilância da saúde em termos de riscos, danos e necessidades sanitárias, acrescido de uma promoção da saúde capaz de enfrentar os determinantes do processo saúde/doença, cuidado e qualidade de vida, incluindo ações intersetoriais e participativas. A discussão da promoção da saúde tem origem no Canadá desde 1974 e avança no Brasil impulsionada por uma série de conferências internacionais organizadas pela Organização Mundial da Saúde (CZERESNIA; FREITAS, 2003).

Passados cerca de 30 anos após a criação do SUS, e mesmo já no segundo mandato do presidente Lula, Porto e Pivetta (2009) partem de experiências junto às lutas nas favelas e por justiça social, cidadania e saúde para repensar as possibilidades tanto conservadoras como emancipatórias de promoção da saúde. Os autores buscam mostrar como discussões conceituais e as conferências internacionais sobre promoção da saúde oscilam entre dois enfoques. Um enfoque é mais individualista e funcionalista, centrado em práticas saudáveis de vida e que domina boa parte dos documentos, principalmente a partir na década de 1990 com a ampliação da ideologia neoliberal. O outro enfoque assume visões mais amplas, com

destaque para as políticas públicas intersetoriais, na articulação com movimentos ecológicos e feministas, do desenvolvimento local, nos processos participativos comunitários voltados à equidade, à democracia e ao acesso equitativo aos bens e serviços públicos.

Tornou-se claro para mim que a perspectiva da promoção emancipatória da saúde (PORTO; PIVETTA, 2009) aportava uma discussão importante para a tese: as lutas dos movimentos sociais do campo não apenas denunciavam problemas de saúde relacionados às iniquidades decorrentes da expansão do agronegócio e as implicações em termos de doenças e mortes produzidas pelo uso de agrotóxicos. Elas anunciavam alternativas de outras sociedades que incluem outros modelos de agricultura, de produção de alimentos, de economia, de relação com a natureza e de relações sociais consideradas mais justas, solidárias, saudáveis e sustentáveis. Portanto, a promoção da saúde em um possível caráter emancipatório ganha importância nos sentidos e discursos produzidos, inclusive nas estratégias de comunicação.

Embora inicialmente tenha assumido as questões da determinação social e da promoção como referenciais importantes da tese, ao longo do tempo resolvi retirar o peso desses referenciais para concentrar-me nos dois principais corpos teóricos relacionados às dimensões comunicacionais e epistemológicas: a produção social de sentidos e as epistemologias do Sul. Foram eles que acabaram servindo-me como referências fundamentais para discutir e analisar meu objeto empírico, qual seja, os documentários produzidos pela articulação entre cineastas, movimentos sociais do campo com pesquisadores engados da saúde coletiva.

1.2 FOCO DA PESQUISA: PERGUNTAS E OBJETOS

Sendo também um trabalho teórico exploratório numa zona de fronteiras entre campos (comunicação e saúde, saúde coletiva e ciências sociais) e disciplinas distintas, entendo que a presente pesquisa possui como um de seus objetivos a discussão sobre o potencial analítico de categorias conceituais que vêm sendo articuladas para melhor compreender o objeto teórico e o objetivo geral, que emergem da pergunta: como se constituem as dimensões comunicacional e epistemológica no contextos das luta contra os agrotóxicos e pela agroecologia a partir de documentários produzidos pela articulação entre movimentos sociais, cineastas e pesquisadores?

A partir dessa questão, a presente tese de doutorado pode ser compreendida como um estudo sobre as dimensões comunicacionais e epistemológicas relacionadas às estratégias das lutas por transformação social a partir do encontro e articulação de três lugares de interlocução e da ecologia de saberes que emergem daí: dos movimentos sociais do campo envolvendo camponeses e agricultores familiares; de cineastas e pessoas envolvidas na realização dos filmes; e das diversas instituições e pesquisadores principalmente do campo da Saúde Coletiva e também da agroecologia. Esta preferência decorre do fato que os saberes científicos e engajamentos orbitam em torno do enfrentamento de um problema de saúde pública causado pela exposição aos agrotóxicos, e sua alternativa de solução está associada à mudança de paradigma da agricultura pela proposta agroecológica. Minha busca de compreensão dessas estratégias também assume como partido a construção de alternativas metodológicas que contribuam para as lutas, resistências e construção de alternativas pelo direito a um concerto de vozes e uma ecologia de saberes. Ou seja, mais que produzir conhecimentos a favor dessas populações oprimidas e invisibilizadas, produzir conhecimentos junto com elas por meio de práticas coletivas e colaborativas de co-produção e co-criação. Busca também refletir sobre o delineamento dos limites e do potencial da produção dos documentários nessas diferentes dimensões. Como favorecem a produção de outros sentidos? Como fortalecem a autonomia das vozes subalternizadas e invisibilizadas de camponeses, movimentos sociais e instituições de pesquisa para luta contra o modelo perverso de desenvolvimento agrário, o agronegócio? Como permitem encontros mais horizontais de diferentes saberes científicos e não científicos? Como a linguagem artística presente no audiovisual contribui para tais encontros?

Defini, portanto, o objeto empírico os documentários produzidos nos últimos dez anos pelos movimentos sociais do campo no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agricultura familiar, camponesa e agroecológica. Me interessa particularmente como a

produção de filmes se baseia e promove a articulação dos movimentos com pesquisadores militantes de diversos campos do conhecimento, em especial da saúde coletiva, e cineastas, incluindo cineastas e o conjunto de profissionais envolvidos na realização dos filmes em áreas como a pesquisa, a fotografia, o som e a edição.

No caso deste objeto empírico (o documentário) e do contexto no qual se insere, sendo portanto, relativas aos objetivos específicos, quero saber:

- (i) Os documentários, no contexto das lutas dos movimentos sociais do campo, expressam a diversidade de vozes que compõem os movimentos e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia, indicando seu potencial polifônico? De que maneira?
- (ii) A noção de ecologia de saberes se traduz na produção dos documentários, através da incorporação, explicitação e articulação de uma pluralidade de saberes em diálogo para além dos saberes científicos?
- (iii) Considerando a proposição de metodologias colaborativas não extrativistas e suas implicações nas práticas artesanais de co-criação e co-produção de novos saberes e práticas, como a produção e a realização desses documentários apresentam elementos de interesse que subsidiem a produção de conhecimentos em comunicação e saúde e na saúde coletiva?

O objeto teórico pode ser definido como as dimensões comunicacional e epistemológica dos processos relacionados à produção dos documentários enquanto estratégias de resistências e construção de alternativas no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Assumi dois referenciais teóricos para dar conta dessas duas dimensões: a produção de sentidos no âmbito da comunicação e as epistemologias do Sul no âmbito das abordagens pós-coloniais.

Trago o audiovisual por minha trajetória e por sua condição contemporânea de aproximação com a coletividade, pois o mesmo vem se constituindo como uma mudança nas formas como a cultura se apropria da arte e da técnica, e vice-versa, influenciando em suas próprias criações. Não se trata de pensar “nenhuma renovação técnica da língua, mas sua mobilização a serviço da luta ou do trabalho e, em todo caso, a serviço da transformação da realidade, e não da sua descrição” (BARBERO, 2006, p. 117). Nesse sentido, a aposta é que o audiovisual, especificamente o filme documentário, apresenta um relevante potencial para a produção de conhecimentos alternativos e a mobilização social no âmbito comunitário em diferentes escalas, incluindo o campo e as cidades.

Encerro essa primeira etapa de apresentação e problematização da proposta de tese com a apresentação da trajetória pessoal que me fez chegar até aqui. Ela possui um caráter autobiográfico e singular por resultar dos caminhos trilhados na academia a partir de minha trajetória profissional e teórico-metodológica.

1.3 MINHA CENA

Assumi a interface entre saúde e audiovisual, especificamente o documentário, como central para desenvolvimento de tese de doutoramento no campo da saúde coletiva na área de comunicação e saúde tendo por referência minha trajetória profissional e acadêmica anterior no campo da educação, mais especificamente da arte-educação, envolvendo a pesquisa sobre a arte de contar histórias e, posteriormente, o mestrado em educação e cinema.

Um antecedente importante que me trouxe ao campo da comunicação e saúde na Fiocruz foi minha participação entre 2012 e 2013 no Projeto Vidas Paralelas – Populações do Campo (PVP Campo), coordenado pelo Departamento de Saúde Coletiva da UnB (HOEFEL et al., 2012). Seu objetivo central foi apoiar a formação audiovisual (fotografia e vídeo) e sua inserção em redes sociais de comunidades da agricultura familiar indicadas por movimentos sociais do campo em função de conflitos e lutas territoriais considerados importantes. O PVP Campo permitiu-me conhecer com maior profundidade as lutas sociais do campo e as articulações que estavam sendo construídas entre movimentos sociais e grupos acadêmicos diversos, em especial da saúde coletiva, a partir do foco do audiovisual. O Projeto Vidas Paralelas do Campo atuou em territórios rurais, tendo por referência a construção de conhecimentos que promovam a autonomia dos sujeitos, em particular o referencial freireano da educação popular.

Em termos conceituais e metodológicos, incorporo elementos de minha trajetória acadêmica iniciada em 1988 com minha graduação em Comunicação Social (habilitação jornalismo), e aprofundada desde 1995 no campo da arte-educação em escolas no município de Nova Friburgo, o que me levou mais tarde a retomar minha formação acadêmica através de nova graduação em Pedagogia na UERJ (encerrada em 2008). Essa experiência profissional, retratada na monografia da graduação em pedagogia e refinada pelo mestrado acadêmico, resultou no artigo denominado “A arte de contar histórias, integrada a outras linguagens de arte: uma prática pedagógica na educação básica”, publicada na revista Pro-posições em 2012 (FASANELLO; PORTO, 2012). O artigo discute a relevância da arte de contar histórias, integrada a outras linguagens de arte e expressão enquanto prática pedagógica desencadeadora

de processos criativos e de autoconhecimento no âmbito da educação básica. Além de referenciar autores importantes da arte-educação e da arte de contar histórias, como Herbert Read (2001), assim como as brasileiras Ana Mae Barbosa (1988, 1995), Regina Machado (2008) e Nícia Grillo (1996), o artigo apresenta as experiências desenvolvidas entre 1998 e 2006, no âmbito da chamada "Escolinha de Arte Granada" envolvendo atividades complementares à escola com alunos e professores de escolas públicas no município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro. Tais experiências reforçaram a importância de buscar alternativas pedagógicas e sociais para o desenvolvimento de escolas transformadoras da realidade, uma educação pautada em processos criativos, reflexivos e geradores de autonomia.

Mais recentemente (2010-2012), me engajei na realização e análise do projeto "A escola vai à cinemateca do MAM", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Esse projeto gerou minha dissertação de mestrado "Cinema, Literatura Oral e Pedagogia da Criação: reflexões a partir do projeto A escola vai à Cinemateca do MAM", defendida em 2013, na qual busquei compreender o processo de criação audiovisual relacionado a processos de produção de sentidos a partir dos contextos culturais dos sujeitos no ambiente escolar. O projeto centrou em uma atividade de "restauração da primeira vez do cinema" envolvendo jovens de quatro escolas públicas do segundo ciclo do ensino fundamental, que culminou com a criação de filmes "Minuto Lumière" na escola e sua exibição na Cinemateca do MAM-Rio.

A dissertação baseou-se em dois grupos de referenciais teóricos, o primeiro sobre o pensamento curricular no Brasil e o encontro do cinema com a escola por meio de práticas vivas; e o segundo versando sobre cinema, educação e a literatura oral. Um dos autores trabalhados foi o cineasta e professor francês Alain Bergala (2008). Em sua hipótese-cinema como hipótese de alteridade, introduz o cinema como espaço de criação, numa relação pedagógica desenvolvida no diálogo permanente com e entre os envolvidos. Para o autor, o ver e fazer cinema na escola contribui para restituir à experiência escolar resistência, vitalidade e potência de criação. Essa reflexão se articula com o trabalho do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey sobre experiências significativas, o qual já servia de referência anterior em meu trabalho com crianças e jovens das escolas. Para Dewey

[...] não é possível separar entre si, em uma experiência vital, o prático, o intelectual e o afetivo, e jogar as propriedades de uns contra as características dos outros. A fase afetiva liga as partes em um todo único; intelectual nomeia o fato de que a experiência tem sentido; e prático indica que o organismo interage com os eventos e objetos que o cercam (DEWEY, 2012, p.138).

Para Dewey uma experiência significativa representa um processo integrativo e singular dos processos de aprendizagem e formação de consciência a partir da transformação de um sujeito passivo, receptáculo de informações e reproduzidor de processos cognitivos, para um sujeito mais ativo e autônomo.

Para mim existe uma forte ponte entre concepções da pedagogia da criação de Dewey e autores pós-coloniais que, mais tarde, eu viria a aprofundar o trabalho no âmbito do doutorado, em especial a obra de Boaventura de Sousa Santos. Por exemplo, Guerrero Arias (2010), equatoriano que discute o *buen vivir*, é assumido como uma das referências de Boaventura a partir da concepção de *corazonar* (ou coraçonar) como base da construção de uma razão quente (SANTOS, 2007). Para este autor, trata-se de deslocar a hegemonia da razão pela compreensão que a constituição da humanidade se realiza entre a afetividade e a razão, cujo horizonte é a construção de outras propostas epistêmicas e outros sentidos da existência. O *corazonar*, uma expressão adotada por populações andinas, busca reintegrar a totalidade da condição humana considerando que existimos não apenas porque pensamos, mas porque sentimos e temos capacidade de amar e se integrar com a natureza e suas diferentes formas de vida, cujas linguagens também passam pela intuição e espiritualidade. Dessa forma,

[...] corazonar la vida es una respuesta insurgente para enfrentar las dicotomías excluyentes y dominadoras construidas por Occidente, que separan el sentir del pensar, el corazón de la razón, seres humanos entre sí y a estos de la naturaleza y el cosmos (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 83).

Um dos resultados de minha dissertação de mestrado foi a emergência dos relatos dos sujeitos endereçados ao cinema como referência para a construção de sentidos, que se confirmou por meio das práticas pedagógicas com a literatura oral e o uso de metáforas. Isso reforçou para mim a importância de uma pedagogia da criação (BERGALA, 2008), na qual os educandos se (re)descobrem sujeitos criadores, buscadores ativos de seus sentidos em processos de criação, e, quiçá, geradores de autonomia e emancipação. Acredito que as reflexões sobre pedagogia da criação, autonomia, arte e educação podem contribuir para avançar sobre os elos perdidos de uma comunicação e saúde que se articula com as lutas sociais, objeto desta tese.

Já na graduação em pedagogia e, posteriormente, no mestrado comecei uma aproximação, ainda que em estágio preliminar, com o pensamento Boaventura de Sousa Santos. Tal aproximação permitiu-me enxergar a linguagem audiovisual também dentro das relações de poder na sociedade, com limites que revelam influências, além de grandes

corporações e setores econômicos, da mídia e do cinema hegemônico, um vetor ideológico que restringe e direciona possibilidades de leitura da realidade, invisibilizando outras possibilidades. Permitiu-me também ampliar minha compreensão do campo da educação e posteriormente da comunicação com a dimensão epistemológica. Pude ir compreendendo que tal referencial poderia significar também uma alternativa para superar tais limites por meio do exercício da alteridade e do diálogo na produção de audiovisuais contra hegemônicos envolvendo as múltiplas falas dos sujeitos oprimidos ou invisibilizados.

No mestrado também discuti a incompletude e a presença de distintas perspectivas no audiovisual como potencializadoras ativas da imaginação do espectador e da criação de sentidos, permitindo olhares que renunciam à vontade do controle para um fluir de interações mais democráticas, simultaneamente mais espontâneas e comprometidas, ou seja, um olhar para a realidade a partir de visões não meramente utilitárias (BERGALA, 2008). Tal compreensão foi precursora, na minha formação, do referencial teórico encontrado posteriormente em autores como Mikhail Bakhtin para pensar uma comunicação crítica e sensível a partir do audiovisual. Também forneceu elementos teóricos e metodológicos para uma conexão mais efetiva entre meu tema de doutorado no campo da comunicação com minha trajetória prévia na arte-educação, criando as condições para compreender o papel da criatividade e da arte tanto na comunicação como na produção de conhecimentos relacionados às lutas sociais. Na presente tese, isso se desenvolveu principalmente a partir da elaboração do artigo sobre metodologias colaborativas não extrativistas, inspirado fortemente pela aula magna ministrada por Boaventura Santos em maio de 2017 e a assistência da disciplina ministrada pelo João Arriscado Nunes sobre Metodologia em Economia e Sociologia durante meu estágio doutoral no CES/UC.

Como já mencionado, antes mesmo de encerrar meu mestrado comecei a participar de um projeto com proposta engajada no campo da saúde, denominado Projeto Vidas Paralelas com Populações do Campo (www.facebook.com/pvp.vidasparalelas). A proposta buscou dar visibilidade ao cotidiano de vida e trabalho de populações do campo envolvidas em conflitos ambientais a partir da inclusão digital e da qualificação da produção audiovisual. O compartilhamento dessas expressões culturais (fotos e vídeos) em redes sociais e espaços socioculturais suscitou a reflexão e a participação social na discussão e visibilização do cotidiano de reivindicações, conquistas e desafios, com especial ênfase ao problema dos agrotóxicos e das alternativas agroecológicas. Os 15 territórios selecionados de várias regiões do país pelo projeto PVP Campo foram definidos pelos pesquisadores junto com movimentos sociais, principalmente Via Campesina, MPA e MST, os quais estão envolvidos na Campanha

Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (www.contraosagrototoxicos.org/). Dentre as metas estabelecidas para o projeto, o grupo que coordenei desenvolveu pesquisas bibliográficas sobre as características socioculturais dos territórios envolvidos, inclusive o resgate das histórias da tradição oral, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do sentido de identidade dos sujeitos das comunidades, justificado pela necessidade de processos que promovam a sua afirmação como protagonistas de sua própria história (HALL, 1997). A ideia foi que a produção audiovisual se daria também apoiada por cadernos de histórias-chaves dos territórios, e outro sobre os conflitos ambientais/territoriais produzidos numa perspectiva de uma construção compartilhada entre pesquisadores e sujeitos pertencentes a essas comunidades.

Busquei reunir todos esses elementos de minha trajetória acadêmica e profissional ao me candidatar ao programa de doutorado em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/Fiocruz). Inicialmente minha proposta era entender, usando diferentes referenciais críticos e partindo de algumas experiências inovadoras de pesquisa no campo da saúde coletiva, como epistemologicamente processos cruciais de discursos em saúde têm sido produzidos em articulação com a produção audiovisual. De um lado, discursos reduzidos pelas abordagens dominantes, problematizando as implicações destas interpretações, principalmente em relação aos processos de produção, circulação e apropriação de discursos e saberes a partir das abordagens utilizadas na linha de pesquisa Informação, Comunicação e Mediações em Saúde. Nesta perspectiva, tratava-se, por um lado, de estabelecer nexos entre certas formas de produzir conhecimento e a naturalização, despolitização e descontextualização das iniquidades em saúde. Por outro lado, de relacionar novas construções discursivas e linguagens (em especial a linguagem audiovisual) com o potencial e os obstáculos que elas têm para se aproximar e transformar as iniquidades sociais em saúde, buscando, como propõe o programa, uma melhor compreensão da natureza e das características de suas mediações culturais, sociais, institucionais e tecnológicas. Nessa primeira proposta, aproximei-me das discussões teóricas da determinação social da saúde e suas articulações com a Comunicação e Saúde. Como as iniquidades sociais em saúde, no contexto das populações do campo, envolvem diferentes formas de dominação, invisibilização e subalternização de agricultores familiares e camponeses por um modelo de agricultura industrial capitalista que os enxergam como primitivos, atrasados ou inimigos, enfrentar as iniquidades assume um caráter emancipatório em diferentes dimensões, inclusive no plano da produção de sentidos.

Algumas disciplinas influenciaram de forma marcantes na minha trajetória no Programa

de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PGICS): Portifólo por sua proposta pedagógica inovadora e Seminários Interdisciplinares de Pesquisa pela reflexão sobre metodologias de pesquisa.

Com minha aproximação dos referenciais das epistemologias do Sul, e sob a influência do supervisor de meu estágio doutoral, assumi as dimensões comunicacional e epistemológicas como interligadas e objeto tanto teórico como metodológico e empírico de meu trabalho. Para isso foi fundamental o tempo de dedicação às leituras de diversas obras sobre as epistemologias do Sul, a assistência da disciplina ministrada pelo João Arriscado, as aulas magnas que assisti de Boaventura de Sousa Santos, e talvez a experiência mais forte, a Escola de Verão sobre epistemologias do Sul oferecida pelo programa Alice e sua equipe, liderada por Boaventura Santos. O curso foi uma imersão integral de 8 dias num hotel isolado onde participaram cerca de 30 pessoas de diversos países da Europa, América Latina, África, Ásia e até a Oceania. Além de aulas e discussões com diversos professores do CES, como João Arriscado, Teresa Cunha, Bruno Sena, Sara Araújo, Maria Paula Meneses e José Manuel Mendes. No curso participei de diversas oficinas para aprofundar conceitos como artesanias das práticas, diálogo intercultural, metodologias colaborativas e o papel das artes em sua relação com a ecologia de saberes e a luta social. Fizemos uma oficina sobre Poetry Slam, com trabalhos de construção individual e coletiva de poesias ritmadas sobre temas relacionados a discussões teóricas e as lutas sociais. Fizemos também oficinas com Rappers africanos, portugueses e brasileiros, e uma oficina culinária articulando saberes e sabores nas práticas e lutas sociais.

A presença no CES e o curso de verão gerou grande impacto sobre mim e apontou caminhos mais claros para articular as discussões comunicacionais e epistemológicas que me propus a avançar na tese. Ao mesmo tempo resgatou alguns elementos de minha trajetória pessoal e acadêmica que estavam submersos e poucos presentes no desenvolvimento teórico e principalmente metodológico da tese. Ficou muito mais claro o papel da sensibilidade e da arte em sua relação com as lutas sociais e a ecologia de saberes, bem como as contradições e potencialidades do trabalho autoral. Percebi com mais clareza que não se tratava de dar um caráter essencialista ao papel transformador da arte, tampouco desconsiderar dimensões técnicas e mesmo financeiras para o entendimento do cinema e do audiovisual na produção de sentidos e no encontro de saberes. As epistemologias do Sul e conceitos como a artesanias das práticas, a ecologia de saberes e o diálogo intercultural mostravam que não há uma separação rígida entre a arte e o lidar com a realidade a partir do posicionamento político e dos objetivos assumidos por um cineasta e sua equipe na construção dos documentários. A questão central é

que o olhar da realidade e os compromissos políticos assumidos pela equipe de realização do filme é fortemente balizado pela sensibilidade artística, que inclui inúmeros aspectos como a confiança e a abertura para o diálogo a partir de linguagens não logocêntricas, intuitivas e artísticas. A militância assumida pelas epistemologias do Sul não oculta partidos e vieses, e certamente isso é um desafio. Mas a resposta dita científica também não satisfaz.

Em analogia com o trabalho do diretor e sua equipe na forma como são produzidas e editadas as cenas de um documentário, também os cientistas de qualquer área, inclusive as qualitativas, também fazem seleções e cortes que definem objetos e métodos de análise que resultarão das pesquisas científicas. A diferença fundamental é que as epistemologias do Sul assumem explicitamente sua adesão às lutas sociais, sem desconsiderar saberes provenientes seja da ciência, seja das práticas sociais dos sujeitos em lutas sociais. Portanto, não se trata propriamente de um novo paradigma que concorre com a forma de produzir conhecimentos, aceitando ou rejeitando este ou aquele paradigma. Em princípios todos os conhecimentos podem ser válidos, desde que colocados em diálogo por encontros mais horizontais e menos hierárquicos no contexto respeitoso e solidário junto os sujeitos invisibilizados por exclusões radicais, sejam eles camponeses, mulheres, negros ou indígenas. Esse é o critério explícito e requerido para a adesão às epistemologias do Sul e o sentido emancipatório de proposições como a ecologia de saberes.

A partir dessas reflexões, ganhei forças para assumir na tese um caminho que resgatasse certas experiências anteriores para o papel da sensibilidade criativa como condições para o trabalho colaborativo. Toda essa discussão acabou amadurecendo um pouco tarde no processo de elaboração da tese, e tornou-se ainda mais complicado pela ocorrência de eventos de saúde radicais que ocorreram na minha família imediatamente após o retorno ao Brasil de Portugal. Mais resolvi apostar no papel das metodologias colaborativas não extrativas para inspirar tanto a justificativa das entrevistas narrativas com diferentes pessoas que representavam os diferentes lugares de interlocução na produção dos documentários, como a própria análise dos textos, os filmes em questão. No primeiro caso, fiz uso de histórias da literatura oral para inspirar relações mais espontâneas e criativas entre o entrevistador (eu) e os entrevistados. No segundo caso, busquei de forma mais livre e exploratória analisar os documentários enquanto polifonia de vozes e ecologia de saberes. Os limites e potencialidades dessa aventura, somadas às restrições de tempo, compõem o resultado da tese, expressos principalmente nos artigos escritos e na parte três, onde são apresentados os resultados e as considerações finais.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A partir dos objetos teórico e empírico e dos objetivos delineados para a tese, busquei estabelecer conexões entre o modo de produção dos documentários e a natureza da prática social que os possibilitam na sua relação com as estruturas e as lutas sociais por saúde, esta concebida a partir de uma visão ampliada. O principal desafio nessa trajetória foi articular tais conexões a partir do campo da saúde coletiva, mais especificamente da comunicação e saúde e, a partir daí, encontrar as trilhas conceituais e metodológicas mais férteis que nos permitissem analisar o documentário. A análise buscou abarcar as dimensões comunicacionais e epistemológicas a partir das articulações entre os movimentos sociais do campo com cineastas e grupos acadêmicos engajados nas lutas sociais.

Como já dito anteriormente, são dois os eixos conceituais que priorizei para referenciar este trabalho. Embora apresentados de forma separada, ambos os processos sociais de produção de sentidos e conhecimentos são entendidos como interconectam. Parto de uma concepção de comunicação que busca não fragmentar os mundos do trabalho, da natureza, da cultura, do conhecimento e da vida, assim como a produção social de sentidos por sujeitos coletivos, pelos indivíduos e comunidades nos espaços do cotidiano.

O duplo referencial teórico busca analisar os documentários, de um lado, enquanto produção social de sentidos por comunidades discursivas que confrontam posições hegemônicas. À esta dimensão comunicacional foi adicionada outra epistemológica, relacionada à emergência de novas epistemes conectadas a lutas emancipatórias com o reconhecimento e o diálogo entre saberes que confrontam os hegemônicos e podem contribuir para uma transição paradigmática. Para isso, me apoio nas epistemologias do Sul a partir da obra de Boaventura de Sousa Santos. Ambas os referenciais se complementam na busca de metodologias participativas, que no âmbito das epistemologias do Sul são denominadas de colaborativas não extrativistas.

Tal perspectiva integradora orientou minha busca e delimitou os eixos teóricos que apresento a seguir.

2.1 PRODUÇÃO SOCIAL DOS SENTIDOS, POLIFONIA E DIALOGISMO

2.1.1 A comunicação como produção social dos sentidos

Os avanços que ocorreram no campo da Comunicação vieram a partir do foco na cultura e cotidiano, promovendo um maior conhecimento dos grupos sociais e seus contextos. Outro fator foi a emergência das novas tecnologias e as perspectivas da Sociedade da

Informação e do Conhecimento, que ampliaram a discussão sobre a relação entre comunicação e poder. Da mesma forma, a teoria social dos discursos, que fala da produção social dos sentidos, começou “a conquistar adeptos entre aqueles dedicados à reflexão da prática social no campo da Comunicação e Saúde” (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p.56). Contudo, tais avanços não influenciaram, até o momento, de forma mais substantiva este campo. Neste, autores que incorporaram avanços importantes relacionados à teoria social dos discursos, a qual abordaremos mais a frente, ainda se mantêm contra hegemônicos (ARAUJO; CARDOSO, 2007). Ou seja, apesar de uma compreensão mais profunda dos discursos a partir da perspectiva do poder e dos contextos sociais que os conformam, tais avanços são ainda objeto de disputa entre os profissionais que atuam na Comunicação e Saúde.

Esta tese está inserida no âmbito da Comunicação entendido enquanto um processo de produção, circulação e apropriação dos sentidos sociais (VERÓN, 1981; ARAUJO, 2002) como já apresentado anteriormente e aprofundado aqui. Tal perspectiva supõe a comunicação como uma contínua negociação dos sentidos sociais. Opera, assim, ao modo de um mercado, o mercado simbólico (ARAUJO, 2002). Araujo (2002 e 2004) propõe este modelo da comunicação como uma alternativa aos baseados na unidirecionalidade entre emissor e receptor. O modelo assume uma concepção de Comunicação enquanto redes polifônicas de produção social de sentidos, compreendidos como bens simbólicos que são negociados em busca do poder de constituir a realidade. Pessoas e comunidades discursivas operam como interlocutores neste mercado simbólico, negociando assim o modo como percebem o mundo e a sociedade. Os interlocutores podem ocupar lugares de interlocução e de poder distintos, mais centrais ou periféricos, pela sua inserção nas redes que constituem a produção social de sentidos. Esses lugares e a produção de sentidos não são determinados por posições de poder estanques e discursos monolíticos, e essa é uma proposição importante do modelo do mercado simbólico: estão sujeitos a transformações ao longo de todo o processo comunicacional, em particular do momento de circulação.

Este modelo do mercado simbólico nos ajuda a compreender como realidades podem ser construídas, desconstruídas, silenciadas, estabilizadas, “naturalizadas”, ou ainda transformadas a partir do contexto relacionado às condições de produção dos discursos que marcam os processos comunicacionais. Esse contexto é dinâmico e se transforma a partir das ações dos diferentes interlocutores, do capital simbólico que possuem, assim como das conexões com o capital econômico e cultural. No contexto das lutas sociais que analisei nesta pesquisa, e com a contribuição da obra de Boaventura de Sousa Santos e sua proposta de ecologia de saberes, lançamos luzes sobre um conjunto de ações praticadas por comunidades

discursivas com foco na produção de documentários. Estes estão relacionados à produção de saberes e informações que buscam romper, desconstruir e deslegitimar posições que colocam como inevitável e “natural” o uso dos agrotóxicos, ao mesmo tempo que invisibilizam e desqualificam – no sentido de serem percebidas como ilegítimas - as alternativas da agricultura familiar e camponesa.

Na pesquisa que realizei, o audiovisual reúne signos verbais e não verbais que funcionam como um sistema expressivo, uma busca de novas possibilidades de representação do mundo. Pode-se compreender que isso significa uma busca de escapar da fragmentação imposta pela cultura hegemônica. A unidade artística buscada em diferentes formas de expressão almeja manter a individualidade dos sujeitos, ou ainda a cultura existente na coletividade. Portanto, pode-se compreender a linguagem artística e a discursiva no contexto das lutas sociais como processos complementares, que afirmam a vontade de romper com práticas sociais dominadoras, ao mesmo tempo em que buscam e reafirmam a unidade dos sujeitos individuais e coletivos.

2.1.2 Bakhtin: polifonia e dialogismo

Com essas reflexões sobre os processos comunicacionais, particularmente quanto à produção social dos sentidos, tomaram espaço nessa tese elementos da abordagem filosófica contemporânea proveniente da teoria bakhtiniana. A obra de Mikhail Bakhtin contribuiu com duas categorias importantes para esta pesquisa, polifonia e dialogismo, que permitem a análise da linguagem e de suas relações com a cultura, a história e a sociedade. A noção bakhtiniana de polifonia chama a atenção para a coexistência de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma só consciência, mas que geram algo além delas mesmas na produção de sentidos. E o dialogismo “é a rede interativa que articula as vozes de um discurso, é o jogo das diferenças e das relações não só entre vozes do mesmo texto, entre enunciados, entre textos, entre texto e contexto e assim por diante” (ARAÚJO, 2000, p.126).

Como afirma Bakhtin:

[...] Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. [...] A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados, [...], que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas (BAKHTIN, 1997, p.280).

Ainda neste âmbito, Bakhtin propõe o estudo da língua em seu estado vivo e articulado com o social pelo diálogo, fomentando a ideia de que a linguagem não existe à parte do sujeito e da história, mas no sujeito e na história, “nas práticas cotidianas, nas ações

intersubjetivas, ou seja, na inexorabilidade (ontológica) da constituição dialógica do sujeito e da sociedade” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p.11). É a relação entre “eu e o outro”, entre sujeitos, portanto dialógica, e para isso é necessário tentar ver o mundo através dos olhos do outro, pela alteridade. Numa relação intersubjetiva, tentar olhar o mundo sob o ponto de vista do outro implica uma conduta ética que exige um amalgamar entre o ‘eu’ com o ‘outro’, sem que nesse processo se perca a perspectiva própria. O diálogo, seguindo este pensamento, é a relação entre sujeitos e os seus discursos, numa interação intersubjetiva tornando-se interação discursiva. A abordagem do discurso social manifesta uma ideologia que simultaneamente traduz e é traduzido em práticas sociais, e a produção de sentidos se realiza a partir da articulação da linguagem em condições reais (BAKHTIN, 1997). Não apenas as palavras, mas o conjunto dos signos, expressam concepções de mundo, as crenças. É também por meio dos signos e da palavra - signo ideológico por excelência - que circulam os valores morais, as referências religiosas e cognitivas, as formas de conhecimento e as concepções políticas e filosóficas. Dessa forma, o domínio do ideológico coincidiria com o domínio do signo, sendo a palavra o elo dialógico pelo qual se interligam, de forma simultânea, o subjetivo, o intersubjetivo e o social.

Portanto, uma leitura bakhtiniana de ideologia a compreende enquanto uma malha de sentidos materializados em objetos-signo e em enunciados nos quais se refratam as determinações emanadas das estruturas econômicas e políticas, e as relações travadas pelas forças em contradição e luta na sociedade. Isso se realiza sob a ação de diversas mediações, entre as quais as dos gêneros discursivos. Enunciados e sua matéria prima, as palavras, possibilitam materializar e circular as ideias pelas quais a sociedade e os indivíduos representam a si mesmos e atribuem sentidos ao seu modo de existência e às relações que os constituem, incluindo aquelas pelas quais se efetivam os processos de dominação. (COSTA, 2016).

Porém a dominação hegemônica não é estável e pode ser confrontada por novos enunciados, novos discursos que expressam a busca humana por liberdade em dado contexto ou momento histórico. As lutas discursivas disputam hegemonias, sendo, portanto, parte do signo vivo, móvel e capaz potencialmente de transformar a sociedade. Para Bakhtin (1997), a liberdade do homem está relacionada com a capacidade dialógica de sua psique, pois é no espaço entre a fala interior e a exterior que se cria o campo de diferenciação e, conseqüentemente, a possibilidade de uma ação criativa que permite transformar-se da condição passiva para de um sujeito ativo. Nesta perspectiva, Bakhtin opta por usar a categoria anti-hegemonia, argumentando que a crítica ideológica não pode se fundamentar

somente na desconstrução da hegemonia, mas fomentar também uma desconstrução popular dos discursos e ideologias oficiais, baseada na ideia da autonomia linguística e cultural como elemento essencial para alavancar transformações reais que dão unidade aos sujeitos da emancipação (GARDINER, 2010).

Retomando e concluindo, o conceito de polifonia de Bakhtin provém dessa perspectiva ao afirmar que em cada fala, enunciado ou texto, exprime-se uma multiplicidade de vozes.

[...] estas vozes se referem a interesses e posições diferentes na estrutura social, o que faz com que a linguagem seja uma arena de embates sociais, na qual são propostas, negociadas e ratificadas ou recusadas as relações de poder (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p.56).

A forma como as vozes são articuladas é chamado de dialogismo. Este conceito fala da diferença de interesses e dos embates sociais, "tal como estes ocorrem no plano da língua, entendido como uma força viva e constituinte dos sentidos e das relações sociais e de poder. O dialogismo em Bakhtin é determinado pela conjugação de textos e contextos" (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p.57), imprimindo na comunicação uma dinâmica processual de produção dos sentidos sociais. É uma forma não instrumental de ver a comunicação, pois a linguagem passa a ser percebida como espaço de interlocução no qual são realizadas lutas e negociações, indissociável da disputa pelo poder simbólico. Porém, Araujo e Cardodo ressaltam que a comunicação opera ao modo de um mercado caracterizado por relações desiguais de poder simbólico entre os interlocutores, o que produz lugares de interlocução mais centrais ou periféricos. Essa ideia é central para compreendermos uma proposta crítica de comunicação. Nela as relações desiguais também conferem menor ou maior capital simbólico às pessoas e comunidades discursivas das quais fazem parte.

Ainda de acordo com Araujo (2002), os lugares de interlocução não são estáticos, podem se alterar de acordo com os contextos, os interlocutores e as próprias estratégias discursivas utilizadas para se comunicar e negociar sentidos. Considero estratégica essa discussão, pois traz à tona a possibilidade de certos grupos tornarem sujeitos de enunciação e terem seus sentidos ou pontos de vista ouvidos e reconhecidos ou, pelo contrário, serem silenciados e invisibilizados enquanto sujeitos portadores de vozes, portanto, de direitos. Neste caso esvazia-se o potencial de transformação social pela fragilidade do poder simbólico dos grupos silenciados e desorganizados em termos de

garantir legitimidade nos processos de constituir a realidade pelas condições de percepção e ação das pessoas no mundo.

2.2 COMUNICAÇÃO, LUTAS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

2.2.1- Introdução às epistemologias do Sul e ecologia de saberes

Autores como Bakhtin me ajudam a dar conta dos complexos mecanismos de produção, circulação e apropriação dos sentidos no contexto das lutas sociais, de construção e desconstrução de hegemonias. Na relação com o objeto de pesquisa, essa discussão é de especial relevância na medida em que as populações do campo são núcleos discursivos periféricos da sociedade cujas lutas são contra hegemônicas ou, na perspectiva de Bakhtin, anti-hegemônicas por confrontarem interesses e posições ideológicas presentes no capitalismo industrial, financeiro e globalizado do agronegócio.

Compreendo a dimensão comunicacional em estreita relação com a dimensão epistemológica. Portanto, nesta tese, a comunicação tem por base teórica a ideia que a produção social de sentidos, ao mesmo tempo em que confronta posições hegemônicas por meio de processos dialógicos, está conectada e potencializa a emergência de novas epistemes articuladas às lutas sociais emancipatórias em curso. Dialogismo e polifonia no contexto de lutas sociais possibilitam também a emergência de saberes que confrontam os instituídos e possibilitam uma transição paradigmática em direção a outro modelo de sociedade para além da modernidade capitalista hegemônica.

Para autores como Leff (2006), todo conhecimento é produzido na relação intersubjetiva, exigindo uma episteme que reconheça o outro em sua “outridade”. A partir daí podem surgir epistemologias que emergem no contato de diferentes epistemes (NUNES, 2008), já que as diferenças só se manifestam na relação que reconheça e dialogue com o outro. Diversos autores têm incorporado essa característica relacional como central na produção de conhecimentos, como o lugar possível para a emergência de práticas emancipatórias a partir do encontro simultaneamente ético, político, comunicacional e epistemológico. É dessa perspectiva que, dentro das abordagens pós-coloniais, surgem distintas proposições, como o pensamento liminar para Walter D. Mignolo (2003). Trata-se de uma concepção crítica sobre as bases da epistemologia dominante que implica na sua redistribuição geopolítica, até então pautada na colonização epistêmica e na subalternização dos saberes, para além dos cânones da ciência eurocêntrica. Mignolo (2010) chega a afirmar que “só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina (p. 47). Essa

concepção aproxima-se da proposta de exotopia de Mikhail Bakhtin, uma categoria filosófica de base sobre a qual Bakhtin desenvolverá as discussões sobre a relação entre ética e estética, colocando a centralidade do compromisso ético e da articulação entre os componentes ontológicos e epistemológicos que marcam a crítica pós-colonial. Tais preocupações aparecem na reflexão de Porto-Gonçalves (2005) quando afirma: “Mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo”.

A compreensão da importância dessas leituras para meu trabalho me aproximou fortemente das abordagens pós-coloniais e da obra de Boaventura de Sousa Santos e seu grupo de pesquisa em torno da escola denominada de epistemologias do Sul. Estas correspondem a um amplo corpo teórico crítico e em construção que se propõe a ser um pensamento alternativo de alternativas dentro das Ciências Sociais para enfrentar o pensamento único da modernidade eurocêntrica, marcado pela ciência moderna e pela hegemonia da economia, em especial a neoclássica nas últimas décadas do capitalismo após a queda do muro de Berlin.

Na obra de Boaventura de Sousa Santos, propostas como as epistemologias da cegueira e da visão, as sociologias das ausências e emergências, de uma ecologia de saberes e de pensamento abissal são centrais para essa transição (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004; SANTOS 2006 e 2007). Posteriormente novos conceitos foram e continuam a ser desenvolvidos no âmbito das epistemologias do Sul, como a tradução e o diálogo intercultural, a artesanaria das práticas e, mais recentemente, a proposição de metodologias colaborativas não extrativistas (SANTOS; MENEZES, 2014; SANTOS, 2016 e 2017). Na segunda parte da tese, onde são apresentados os artigos produzidos, tais conceitos encontram-se apresentados de forma articulada com o referencial da comunicação e meu objeto empírico, particularmente no segundo artigo de natureza metodológica.

Acredito que existe uma importante confluência entre as epistemologias do Sul com a proposta de uma comunicação bakhtiniana que busquei seguir. Isso fica ainda mais claro quando o sociólogo sugere dois tipos de imaginação, a epistemológica e a democrática, como estratégia de confrontação com o senso comum científico hegemônico. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas, enquanto a imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais, caracterizando a democracia de alta intensidade em oposição à de baixa intensidade em regimes autoritários ou onde impera o fascismo social. Ambas as imaginações possuem uma dimensão desconstrutiva e uma

dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, dispensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias proposta por Santos e apresentada no primeiro artigo, assim como a definição das sociologias das ausências e das emergências.

Os processos dialógicos e a ecologia de saberes exigem um exercício permanente de tradução intercultural que crie os espaços de diálogo e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas (SANTOS, 2014). Santos (2009) identifica cinco premissas básicas para um diálogo intercultural em torno do conceito fundamental das lutas sociais sobre a dignidade humana, uma noção fundamental para a concepção de Direitos Humanos, a qual não pode ser circunscrita à definição moderna eurocêntrica para ser efetivamente emancipatória. O risco aqui seria incorrerem em falsos universalismos, e a superação desse desafio exige uma constelação coerente e mutuamente inteligível de sentidos locais. A primeira premissa implica em superarmos o falso dilema entre universalismo e relativismo cultural. Assume-se que toda cultura é singular e relativa, e ao mesmo tempo aspira a preocupações e valores que independem do contexto do seu enunciado, mas nenhuma superioridade ou relatividade absoluta são desejáveis numa perspectiva intercultural que pressupõe o convívio democrático e respeitoso. A segunda premissa pressupõe que todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, mas não necessariamente em termos de como, modernamente, foi concebido no âmbito dos Direitos Humanos. A terceira premissa reconhece que existe uma incompletude em toda concepção de dignidade humana por parte de qualquer cultura, daí a necessidade simultaneamente do diálogo e da tradução intercultural. O problema central da modernidade é que, ao assumir-se tão completa como se julga, despreza todas as demais culturas como inferiores. A quarta premissa admite que diferentes culturas, além de possuírem perspectivas diferentes de dignidade humana, possuem diferentes níveis de abertura, reciprocidade e aceitação, sendo essa uma questão central para o diálogo intercultural e para as lutas emancipatórias. Por fim, a quinta premissa assume que qualquer cultura possui dois princípios competitivos de pertencimento hierárquico entre os diferentes grupos sociais e pessoas que dela fazem parte: o princípio da igualdade e o princípio da diferença. A forma como os dois princípios se combinam e podem gerar diferentes formas de opressão estão por detrás das lutas emancipatórias de qualquer sociedade, e o desafio é encontrar processos democráticos que articulem tanto as lutas pela igualdade e como as pelo reconhecimento igualitário das diferenças. Esta ideia está por detrás do famoso aforismo de Boaventura quando escreve: “Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (2003, p. 56).

2.2.2 Movimentos e lutas sociais: reflexões para pensar o papel das epistemologias do Sul

Como já dito anteriormente, os movimentos sociais, em particular os do campo e as lutas por eles travadas contra a agricultura industrial capitalista e pela agroecologia, são centrais nesta tese, e por isso eles compõem um lugar importante do enquadramento teórico e metodológico que apresentei. Contudo, não é meu objeto teórico central aprofundar a história de formação, organização e atuação de tais movimentos. Mesmo assim, considero importante apresentar alguns elementos teóricos sobre os movimentos e lutas sociais logo na introdução do referencial teórico das epistemologias do Sul. A escolha desse lugar para fazer isso reside no fato de que o pressuposto ético, político e metodológico das epistemologias do Sul é trabalhar, mais do que para, junto com tais movimentos e lutas enquanto estratégia de transição paradigmática das exclusões radicais que invisibilizam e aniquilam povos e grupos sociais do Sul Global.

Entendo que a consolidação das epistemologias do Sul corresponde justamente à criação de um corpo teórico e metodológico que, no âmbito das ciências sociais, busca compreender, analisar e atuar em articulação com as lutas e movimentos sociais da atualidade surgidos nas últimas décadas das quais nos fala Gohn (2008). Embora com prenúncios já nos protestos e movimentos que possuem como marco temporal o maio de 1968, as epistemologias do Sul e muitos dos movimentos e lutas sociais são tributárias do pensamento pós-colonial que vinha sendo construído previamente na América Latina há décadas, com intelectuais como José Carlos Mariátegui (1925) nos anos 20, com Franz Fanon na África nos anos 1950, e na Ásia um pouco mais tarde com intelectuais como o palestino Edward Said e o indiano Homi Bhabha. Contudo, as lutas anti-coloniais na Ásia, assim como a relevância das tradições filosóficas e espirituais dos povos ancestrais na Ásia, África e América Latina, são uma profunda fonte de inspiração para as epistemologias do Sul, por exemplo, através das lutas e pensamentos como o de Mahatma Ghandi. Tais intelectuais e lutas sociais que foram se consolidando ao longo do século XX e emergem nas duas últimas décadas e continuam enquanto promessas, potências e dilemas na atualidade, surgem como alternativa inclusiva das lutas sociais para além das fronteiras geográficas, políticas e simbólicas das utopias revolucionárias eurocêntricas, as quais continuam a predominar na academia dita crítica em nosso país, inclusive na Saúde Coletiva.

Hoefel e Severo (2014), duas autoras importantes na construção do Projeto Vidas Paralelas que apresentei anteriormente no capítulo 1, buscaram entender as formas de participação e atuação dos movimentos sociais na atualidade a partir das contribuições de

Boaventura de Sousa Santos sobre democracia de baixa e alta intensidade. A partir daí as autoras propõem uma Matriz de Análise da intensidade democrática da participação e atuação dos movimentos sociais. A matriz foi posteriormente reformulada a partir de pesquisa realizada justamente na região da Chapada do Apodi, tema de um dos documentários escolhidos nesta tese, cujo objetivo geral foi analisar os processos de resistência, participação e violência no contexto de conflitos socioambientais naquela região. A participação é compreendida seja pelas formas instituídas, principalmente nos espaços institucionalizados do chamado “controle social”, seja pelas formas instituintes que são forjadas e expressas de diferentes maneiras no conjunto das dinâmicas sociais e políticas mais amplas fora dos espaços institucionais. Num ou noutro contexto, as autoras assumem a proposição de Gohn (2008) já referida anteriormente, de que os movimentos sociais são expressões das ações coletivas que traduzem, de diversas maneiras, as lutas sociais, não apenas políticas e econômicas, mas culturais, simbólicas e também relacionadas às dimensões ontológicas e epistemológicas, tal como na perspectiva das epistemologias do Sul. Traduzem, portanto, diferentes disputas e alianças entre as distintas frações sociais existentes no interior da sociedade civil e que nos mostram o modo como a sociedade se organiza em cada período histórico.

De acordo com Gohn (2008), entre os anos 70 e a década de 90 houve uma profunda transição nas formas de organização e atuação dos movimentos sociais em países como o Brasil, com estratégias de mobilização de massa não necessariamente pautada pelos princípios revolucionários ou reformistas que conformaram as lutas sociais até então com foco na ocupação do Estado pela classe trabalhadora, nas relações sociais de produção e nas políticas sociais distributivas das riquezas geradas. Vários movimentos passam a assumir uma característica mais policlassista e propositiva, voltada à luta por cidadania, porém mais focalizada e traduzida em manifestações pontuais, incluindo movimentos indígenas, quilombolas, de camponeses e agricultores familiares. Tais lutas também estão relacionadas com os movimentos e agendas do ambientalismo e do reconhecimento de identidades, como as lutas anti-racismo, das mulheres e dos grupos LGBT, dentre outros, que junto com a questão indígena e quilombola aproxima várias dessas lutas às perspectivas pós-coloniais e ao que Annemarie Mol (2008) denomina de políticas ontológicas.

No caso do objeto de minha tese, não é casual que diversos movimentos sociais do campo no Brasil tenham surgido na época indicada por Gohn entre as décadas de 1970 e 1990, caso do MAB (1979), MST (1984), do MPA (1997). No plano internacional também surgem organizações a partir das articulações entre movimentos sociais da América Latina,

África e Ásia, tais como a Via Campesina (1992) e Marcha Mundial das Mulheres (2000), essa última uma expressão do crescimento do feminismo e das discussões sobre economia feminista no âmbito dos movimentos sociais do campo. Todos esses movimentos sociais, de âmbito nacional ou internacional, nascem no momento de transição principalmente a partir dos anos 1980.

Como observa Gohn (2008), é interessante perceber como, apesar da forte incidência de políticas neoliberais no Brasil e no conjunto da América Latina, surgem diferentes formas de participação e expressão das organizações coletivas da sociedade que canalizam suas forças para a superação dos limites da democracia representativa por meio de novos espaços e mecanismos de democracia participativa, inclusive por meio de ações diretas, que envolvem os espaços agonísticos (NUNES; MATIAS, 2003). Estes se caracterizam por conflitos e condições de confrontação incluindo ações diretas (manifestações, boicotes e ocupações), as quais muitas vezes tendem a ser ocultadas ou consideradas ilegítimas, sendo frequentemente punidas através da criminalização dos ativistas e seus parceiros. Contudo, muitas dessas ações podem ser consideradas legítimas na medida em que enfrentam assimetrias radicais de recursos e poder para defender ou tornar públicas algumas demandas e discursos, e muitas vezes são as ações diretas mencionadas que permitem visibilizar e disputar outros argumentos e narrativas, e isso pode permitir que tais movimentos sejam reconhecidos como sujeitos em processos de negociação posteriores às ações diretas.

O período mencionado é também um momento de difusão da internet e ascensão das redes sociais como mecanismos de participação e articulação que, mais tarde, seriam fortalecidas com instrumentos atuais como o Facebook, o WhatsApp e outros, bem como a circulação de mídias alternativas e a democratização da linguagem audiovisual. São exemplos atuais a Mídia Ninja e os diferentes setores e práticas de comunicação popular em expansão por parte de vários movimentos analisados nesta tese, em particular os vinculados à agroecologia. São movimentos que buscam reverter as enormes assimetrias nos processos de produção e circulação de informações e conhecimentos presentes nos canais de comunicação controlado pela mídia hegemônica.

Uma forma de pensar integradamente as dimensões comunicacional e epistemológica é considerar que a mídia e a ciência caminham e atuam articuladamente dentro do capitalismo e do colonialismo. Ambos se assentam na concentração de um poder que exclui outras formas de ser e saber, seja pela legitimação de um critério único de verdade pela ciência moderna, seja pelos mecanismos de difusão das informações e ideias produzidas e divulgadas pela mídia hegemônica. Como apontam Araújo e Santos (2017), os canais ou veículos de

comunicação seguem as exclusões radicais produzidas pela modernidade, da mesma maneira que a ciência exclui outros saberes ao outorgar sua supremacia e universalidade. No caso da comunicação moderna, a mídia é assumida como aquela associada às tecnologias modernas, ou seja, a televisão, as rádios, a internet ou os jornais de grande circulação, considerados confiáveis, eficientes, “modernos”. Por outro lado, grande parte das formas e canais de comunicação pré-existentes à modernidade e que continuam sendo utilizados em várias partes do Sul Global, como os baseados na oralidade, na performance de rua, no teatro, na poesia popular como a literatura de cordel, contação de histórias todos eles são dispositivos “não-tecnológicos”, não modernos, e por isso considerados como folclóricos, arcaicos e irrelevante.

Voltando ao artigo de Hoefel e Severo (2014), o caso dos movimentos e as lutas sociais analisados na Chapada do Apodi mostram as características e dinâmicas dos novos movimentos sociais presentes na proposição de Gohn (2008). Isso pode ser visto na capacidade de ampliação interescalar nos níveis local, regional, nacional e mesmo internacional das bases sociais e políticas envolvidas na situação de conflito. Ao analisarem mais de duas centenas de documentos produzidos por movimentos sociais e seus parceiros, as autoras constataram como os sujeitos coletivos locais envolvidos nas lutas foram, cada vez mais, articulando-se com outros movimentos e organizações, lançando as sementes do que viria a tornar-se, posteriormente, um movimento social dedicado às lutas específicas na região, intitulado “M21”. No caso, a parceira com certos movimentos sociais e organizações que atuam em nível nacional e internacional, como a CPT, o MST, a Via Campesina, a ANA, a RBJA e a universidade, principalmente por meio do Núcleo TRAMAS/UFC. As autoras reconhecem que o uso dos referenciais da educação popular de Paulo Freire e da obra de Boaventura de Sousa Santos, no caso em torno principalmente da ecologia de saberes e dos conceitos de democracia de alta e baixa intensidade, foi fundamental para a escuta da “voz dos sujeitos” e movimentos que empreendem os processos de participação social. Isso foi possível com a incorporação, de diversos instrumentos, processos e mecanismos para a análise da participação dos movimentos sociais nas lutas travadas. Como veremos mais a frente no enquadramento metodológico e na análise dos resultados, meu trabalho de campo propôs caminho semelhante, tendo por foco específico o papel da produção de documentários enquanto um exercício de produção social de sentidos, bem como de ecologia de saberes, de sociologias das ausências e das emergências. Esta pesquisa analisou os processos de visibilização de sujeitos que, ao viverem no lado de lá da linha abissal, são radicalmente excluídos, com seus direitos e saberes suprimidos, assim como suas vozes e suas propostas alternativas de sociedade. Nesse sentido, busquei compreender o próprio cinema

documentário como um dispositivo particularmente importante para tais movimentos e lutas sociais.

2.3 ANÁLISE SEMIOLÓGICA

Retomo, neste ponto, o referencial da produção social de sentidos onde se inscreve a análise semiológica.

Para entender um contexto mais amplo da produção desses documentários, realizamos uma análise que utiliza elementos da Semiologia dos Discursos Sociais (PINTO, 2002). Para desenvolver esta proposta analítica não seria possível se apoiar no modelo informacional em função de seus limites epistemológicos que não nos permite estudar os fenômenos de comunicação enquanto fenômenos de produção de sentidos. Na Semiologia dos Discursos Sociais, “o que importa é o processo e não a estrutura” (ARAUJO, 2000).

Tal perspectiva se inscreve na tradição da produção social dos sentidos, buscando uma articulação entre a pragmática anglo-saxã e a semiologia francesa. Enquanto a primeira privilegia a linguagem em ação, a segunda realça sua vinculação à história e à ideologia. Nesta perspectiva, o sentido não se produz de forma imanente, mas sim socialmente. Ao partir de tal perspectiva, elegi teorias e conceitos semiológicos presentes em autores como Mikhail Bakhtin, Émile Benveniste e Eliseo Verón que fundamentam uma metodologia para a melhor compreender a dimensão comunicacional do debate do agrotóxico e da agroecologia que se encontra nos documentários selecionados.

Bakhtin, filósofo, que nos presenteou com as noções de polifonia e dialogismo; Benveniste, linguista que formulou a teoria da enunciação, algo fundamental para as teorias semiológicas do discurso; e Verón, semiólogo que, com sua teoria de "Semiose Social" é referência no campo de semiótica atual e sugere ‘a existência de um ‘mercado simbólico’, o qual aplica o modelo de sistema produtivo. Verón retrabalhou as ideias de Benveniste e Bakhtin, e suas análises contemplam o conceito de “heterogeneidade discursiva” com propostas teóricas e metodológicas que associam uma teoria do sujeito com uma Semiologia dos Discursos Sociais (ARAUJO, 2000, p. 111).

Essas ideias fazem parte do que hoje chamamos de Semiologia dos Discursos Sociais e que abordo em seguida. Na sequência, delinheiro seus principais contornos e postulados, identificando suas principais concepções teóricas que estão relacionadas com o meu objeto de estudo e que inspiraram a metodologia de análise que realizei. Por fim, no capítulo do Enquadramento metodológico, indicaremos os procedimentos que adotei para analisar o *corpus* selecionado.

Para demarcar as fases por que passou a semiologia, Verón (2004) delineou os contornos do que chamou de novo território da semiologia: o dos “efeitos dos sentidos”. Ele desenha uma descrição histórica a partir de uma “primeira semiologia” que caracteriza como *imanentista* por valorizar a análise da mensagem em si mesma, descrevendo o funcionamento conotativo do sentido frente aos procedimentos psicologizantes ou sociologizantes que marcaram os anos 1960. Já a semiologia que chamou de segunda geração, a dos anos 1970, procurava superar uma visão estática. “... pôs-se a falar de produção do sentido, sob a influência (difusa) das “gramáticas gerativas”: a partir dos textos, tratava-se de reconstruir o processo de sua criação (VERÓN, 2004, p. 215). Por fim, Verón propõe que a atual semiologia, iniciada nos anos 1980, seja capaz de integrar em sua teoria os “efeitos de sentido”, para que possa abarcar ao conjunto de seu domínio “o processo que vai da produção de sentido até a “consumação” do sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações” (2004, p. 216).

O pensamento de Bakhtin chegou ao Ocidente nas décadas de 1960 e 70, e trouxe alguns conceitos fundamentais para Teoria Social dos Discursos, tais como polifonia e gênero de discursos. Também a obra de Charles Peirce trouxe importantes contribuições envolvendo a noção da natureza contextual e cultural do sentido. Dessa forma, a semiologia aproxima-se da discussão epistemológica e que diz respeito à natureza do conhecimento, pois esta seria “sempre mediada por algum sistema de representação, mediada, portanto, pela cultura e pela linguagem” (ARAUJO, 2000, p.115). Outra contribuição de Peirce é a noção de que o homem é um produto da linguagem, que ele se constitui em sujeito pela linguagem, antecipando as concepções da psicanálise lacaniana e dos teóricos da análise dos discursos.

É no segundo período, que a Semiologia acolhe as ideias de polifonia, da semiose infinita e do dialogismo, reabilita o sujeito através da teoria da enunciação e passa a considerar a história como constitutiva dos sentidos (ARAUJO, 2000). Tal abordagem preparou o terreno para a terceira fase, que corresponde ao atual momento, ainda em construção, em que as questões centrais passaram a ser como o sentido circula e de que forma ele é consumido. (ARAUJO, 2000, p.119).

Entre as diversas maneiras que se pode abordar a Semiologia dos Discursos Sociais, siga - na esteira de um conhecimento, que avança do conhecimento do outro - a proposta de Pinto (1994), que sintetiza em três postulados os princípios teórico-epistemológicos dessa linha de pensamento semiológico. O primeiro postulado se refere à heterogeneidade enunciativa. Esta tem como base a discussão da natureza do sujeito, questionando a responsabilidade imposta a ele em relação às representações de seus discursos. A semiologia

defende que o discurso é formado por diversas vozes, e a heterogeneidade enunciativa se expressa num texto em dois planos, nomeados por Bakhtin de polifonia: o da heterogeneidade constituinte ou mostrada, que se caracteriza por ser identificável a partir do contexto situacional imediato e que apresenta uma multiplicidade de outros textos; e o da heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso, construído pela inserção de pistas ou vestígios de outros textos preexistentes no texto presente. Nos dois planos este cruzamento de citações, explicitadas no primeiro caso ou apenas sutilmente apresentadas no segundo, é o que permite caracterizar as condições e a produção de textos definidos como discursos, já que todo texto sempre se constrói em debate com outros. É esta necessária interlocução entre textos que Bakhtin denomina de dialogismo enquanto processo que constitui os sujeitos. Para Pinto (2002), o registro da heterogeneidade constituinte ou mostrada possibilita uma caracterização pragmática de um texto, enquanto o registro da heterogeneidade constitutiva revela a dimensão histórico-social do mesmo.

Ao discutir a polifonia contrapõe-se à ideia de quem fala é responsável pelas representações de seu discurso, já que o discurso é entendido aqui como um ato enunciativo composto por diversas vozes. Araujo (2000) considera os termos “polifonia” e “heterogeneidade” como equivalentes, refletindo ambos a pluralidade de vozes que constituem os discursos, ainda que muitas dessas vozes existam à revelia do locutor. Para a autora, “a abordagem possibilitada pelo modelo comunicacional remete para a análise das intenções de comunicação *versus* o efeito provocado” (p. 124).

Araujo (2002) aponta os trabalhos do linguista Benveniste que mostram como o sujeito encontra-se no centro de referência do aparelho formal da enunciação, sendo esta compreendida como a apropriação que o locutor faz da língua para falar, uma relação do sujeito com a língua que, emanada, torna-se discurso. Benveniste distinguiu o sujeito da enunciação do sujeito do enunciado, mas atualmente esta classificação não atende às necessidades da análise dos discursos por não dar conta da complexidade dos discursos e das várias vozes que os compõem sempre em relação. Pinto, adota o conceito de sujeito falado, que fala da imagem “que os receptores assumem ao se reconhecerem nos enunciadores a eles atribuídos pelo emissor” (p. 126). O sujeito falado põe em cena um ou mais enunciadores, que são posições discursivas a quem se creditam as representações no enunciado, “vozes presentes na enunciação cujas palavras não são explícitas” (p. 126).

Por fim, Araujo (2000) reconhece três tipos de sujeitos que constituem o discurso: o sujeito da enunciação, que corresponde à imagem daquele que se apresenta como emissor e responsável pelo discurso; o sujeito do enunciado, referente à imagem daquele a quem se fala,

o receptor idealizado e que corresponde ao sujeito falado; e por fim os enunciadores, definido como todas as demais vozes arregimentadas pelo emissor para compor e legitimar sua própria imagem, sejam elas explícitas ou implícitas. Tais sujeitos são uma forma de se explicitar os diversos posicionamentos que se tecem nos textos, apoiando-se ou opondo-se entre si. Eles se constituem em lugares de identificação nos processos de interlocução para os participantes “ao se assumirem como emissores ou coemissores em eventos comunicacionais” (PINTO, 2002, p.36).

O segundo postulado é o da semiose infinita, mais modernamente chamada de intertextualidade. Ele tem a ver com o conceito de *semiosis* presente nos trabalhos de Pierce e que corresponde a uma rede infinita de remissivas de representações na mente dos indivíduos. Como cada significante remete sempre a outros, chega-se à conclusão de que a ideia de um sentido estável só é possível apenas de forma provisória, e essa é a base para a recusa das abordagens que supõem um significado imanente aos objetos. Para Pinto (1994), a semiose infinita expressa a ideia de

[...] uma cadeia de interpretantes que foram relacionados culturalmente, remetendo-se uns aos outros *ad infinitum* e, dessa forma, definindo e delimitando um sentido. Todo objeto, de um ponto de vista semiológico, pode assim ser considerado como um pacote significante (tal como abordado por Verón) ou um texto (na visão de Umberto Eco), ou seja, um tecido de muitos fios – os sentidos – que por ele perpassam (p.14).

Essa rede que constitui a tessitura dos sentidos ocorre em relação a uma palavra, texto e enunciado. Sendo texto definido por Araujo (2000), como objeto empírico de estudo, um conjunto de enunciados, algo que pode ser delimitado. Já o discurso, “mais do que um conjunto de textos, é uma prática” (ARAUJO, 2000, p. 131). Todo discurso envolve várias vozes, heterogeneidades mostradas ou constituídas cujos limites não são precisos e não podem ser estabelecidos. E é justamente essa multiplicidade e imprecisão que tem a ver com a noção de semiose infinita.

O postulado da semiose infinita relaciona-se diretamente ao conceito de dialogismo proposto por Bakhtin e ao termo mais adotado de intertextualidade, um conceito que Araujo (2000) remete a Julia Kristeva ao falar da propriedade dos textos se relacionarem com outros, sejam eles anteriores, contemporâneos ou subsequentes. Do ponto de vista analítico, sempre é necessário estabelecer limites para compreender a dialogicidade ou intertextualidade de um texto:

[...] Os limites para o processo de associação de representações que ela (a semiose infinita) provoca ocorre pela história e pela cultura e pelo momento que se vive, conjunto de parâmetros que Foucault denominou *práticas discursivas* (ARAUJO, 2000, p. 131).

Por fim, o terceiro postulado apresentado por Pinto (2002) é o da Economia Política do Significante, que opera sobre as condições de produção (contexto) e o modo como os sentidos são negociados nos textos. Nesta perspectiva, a comunicação operaria como um mercado, onde as relações se dariam entre discursos, “tendo como objetivo a disputa dos sentidos, ou melhor, a supremacia na construção dos sentidos dominantes” (ARAUJO, 2000, p.135).

A partir destas concepções, que discutem fundamentos de uma metodologia de análise, optei por uma que me permitisse descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção dos sentidos vinculados aos documentários, denominados por esta abordagem textos socialmente produzidos. Tais textos são “formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente” (PINTO, 2002, p.11).

No meu caso tomei como ponto de partida os documentários produzidos nas articulações dos movimentos sociais, cientistas militantes e cineastas engajados, associando-os às suas condições sociais de produção, ou seja, seu contexto. Busquei ser sensível à textura do texto, como sugere Pinto, pois segundo o autor, é nela que se pode encontrar as marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos, permitindo sua contextualização em diferentes níveis (PINTO, 2002). Como será visto mais à frente, inspirada nesta teoria, realizei uma análise textual baseada na correlação das cenas dos documentários com as marcas - que chamei de temas/elementos - que emergiram de meus referenciais teóricos, das condições de produção e dos documentários em si.

Numa perspectiva política, espero que a análise proposta possa indicar tanto o potencial polifônico destas estratégias quanto a cegueira política que prejudica estas lutas. Ou seja, que possa revelar os obstáculos políticos que existem à igualdade social, mesmo quando as vozes hegemônicas falam de diálogo, mas não falam das maneiras pelas quais o poder hegemônico bloqueia e limita o diálogo, nem apontam os impedimentos sociais e políticos reais que existem a estas comunidades subalternizadas.

Como afirma Pinto (2002), assumir os discursos enquanto práticas sociais possibilita que a linguagem, ela verbal ou outras semióticas com que se constroem os textos, seja compreendida como elemento constitutivo do contexto sócio histórico. Assumindo tais pressupostos, a proposta foi identificar e delinear, na análise dos documentários à dimensão comunicacional relacionados às novas formas de produção de conhecimentos enquanto estratégia de resistência no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Apostei na existência de expressões de saberes, por parte dos sujeitos envolvidos nessa produção, que fortaleçam e ampliem o debate e a visibilidade pública em

torno de outras leituras de suas próprias realidades. Este debate busca se contrapor a uma imagem já estabelecida por uma leitura externa que pode paralisar a mobilização e transformação desses grupos, pois constrói um “outro” essencialmente inferior, que é chamado para transformar suas práticas sociais sem considerar os seus conhecimentos prévios, saberes, práticas e sonhos, incluindo questões como a saúde, a produção de alimentos, a relação com a natureza e um projeto de sociedade mais justo e solidário.

O foco das epistemologias do Sul, meu outro referencial teórico, consiste justamente em tornar visível esta pretensão superioridade ontológica e epistemológica. As epistemologias do Sul estão caucadas na dialética entre desconstrução e construção, entre cegueira e visão, pois, para o surgimento do novo, segundo Santos, é necessário esvaziar algo que está ocupado pelo pensamento hegemônico que impede e cria formas de pensar e sentir que não dão espaço para outras vozes e outros sentidos. Em sintonia com tal perspectiva, entendo que a produção do conhecimento científico está diretamente vinculada à necessidade de transformação da realidade social e política. Segundo o autor

[...] a tarefa urgente das cientistas sociais é descobrir outras categorias que substituam as categorias que fragmentam as dimensões econômicas, políticas e culturais dos fenômenos sociais, permitindo analisá-los sob outras perspectivas mais articuladoras e não separadas entre si (2003, p.55).

3- ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta tese apoia-se numa experiência anti-hegemônica de diálogo entre saberes com diferentes vozes, buscando visibilizar narrativas vivas de movimentos sociais do campo e suas articulações nas lutas contra o uso intensivo de agrotóxicos e pela reforma agrária e uma produção agroecológica. Parto da busca engajada de se fazer ciência de forma horizontal com os diferentes sujeitos da pesquisa, na qual a reflexão sobre o método se torna mais um objeto de estudo, assumindo-se assim uma maior junção dos campos teórico e metodológico, os quais muitas vezes acabam sendo trabalhados de forma dissociada.

A articulação da metodologia pressupõe uma convergência com a análise em função desse estudo resultar de um processo interativo com abordagens sensíveis que geraram reflexões impregnadas de afetos e sentidos em busca do *corazonar* mencionado anteriormente como proposta de Boaventura de Sousa Santos para superar a razão fria que acomete a racionalidade moderna e eurocêntrica. Assumo que o modo de se fazer pesquisa e produzir conhecimentos influencia tanto os processos de ocultamento como de visibilização de sujeitos e saberes por meio de critérios seletivos de qualidade, priorização e validação do que e como será considerado. Isso acaba por impor paradigmas e prioridades que elegem formas particulares de ver o mundo e os fenômenos que se quer compreender, excluindo outras possibilidades. A questão que me preocupa é quando as exclusões, inevitáveis em qualquer trabalho metodológico, ocorrem justamente com os grupos sociais mais invisibilizados.

Para enfrentar o desafio metodológico da tese, busquei compreender a comunicação e meu objeto empírico – os documentários - a partir do duplo referencial explicitado anteriormente: enquanto produção social de sentidos que confrontam posições hegemônicas e disputam novas narrativas, e enquanto emergência de novas epistemes e saberes conectados às lutas emancipatórias, tal como proposto pelas epistemologias do Sul.

Iniciei a proposta metodológica defendendo a relevância de uma metodologia participativa a partir de uma base epistemológica sensível que reflita sobre o contexto da produção de conhecimentos. Assumindo que as iniquidades em saúde também estão imbricadas nas formas de dominação do poder e do saber, como assumir uma perspectiva emancipatória, dialógica e polifônica sem refletir sobre as condições e a abertura de espaços de interações entre o pesquisador em busca de conhecimento científico com os diversos sujeitos portadores de outras formas de saber? A metodologia proposta visou detalhar os procedimentos que adotei para responder as perguntas desta pesquisa e atender aos objetivos explicitados. Relembrando, meu objetivo geral envolve a análise da dimensão comunicacional dos processos de produção de sentidos relacionados às novas formas de produção de

conhecimentos enquanto estratégia de resistência no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Meu foco está nos documentários produzidos pelas articulações envolvendo movimentos sociais do campo, pesquisadores de diversos campos do conhecimento, em especial da saúde coletiva, e documentaristas engajados.

Estruturei a proposta metodológica desenvolvida para a tese em três partes. Na primeira apresento os motivos das escolhas dos três documentários que serviram de objeto empírico e foram analisados posteriormente. A segunda parte discute as bases da metodologia colaborativa que auxiliaram nas entrevistas dos três grupos de sujeitos selecionados envolvidos em cada um dos documentários: os cineastas, pessoas vinculadas aos movimentos sociais em questão, e por fim pesquisadores engajados da saúde coletiva diretamente envolvidos no documentário. A terceira parte discute as bases metodológicas para compreender os documentários a partir do contexto, ou seja, suas condições de produção, e do texto existente, o documentário em si.

3.1 OBJETO EMPÍRICO: DEFININDO A ESCOLHA DOS DOCUMENTÁRIOS E ENTREVISTADOS

Para avançar no método desenvolvi algumas questões que precisam ser detalhadas: quais documentários foram analisados e a partir de quais critérios de seleção? Quais participantes da produção dos documentários foram entrevistados, incluindo entidades que fazem parte da rede articulada em torno das lutas sociais em questão?

As respostas a tais questões não podem ser obtidas exclusivamente a partir de critérios objetivos que foram previamente definidos. Em verdade, ele resulta de um longo processo de interações relacionadas à minha inserção em diferentes redes e articulações junto a pesquisadores e movimentos, principalmente a partir dos trabalhos realizados no projeto PVP Campo, e de minha presença em vários eventos e atividades que participei. Em cada um deles fui conversando e conhecendo pessoas vinculadas à academia, a movimentos sociais e mesmo alguns cineastas que foram abrindo novas possibilidades de reconhecimento das redes e da relevância dos documentários que estavam sendo produzidos. Destaco, por exemplo, minha presença no “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar e economia solidária”, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o evento reuniu entre 26 a 29 de outubro de 2011, em Salvador, Bahia. Isso ocorreu apenas três meses após a estreia do filme que é um marco em meu trabalho, “O Veneno Está na Mesa”, de Silvio Tandler. Esse encontro teve cerca de 300 participantes entre trabalhadores do campo e da cidade, movimentos sociais, pesquisadores,

estudantes e diversas outras organizações, e pude reconhecer o vigor das várias redes e movimentos em ação. Também participei do II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (SIBSA) realizado em Belo Horizonte em 19 a 22 de outubro de 2014. Nele tive a oportunidade de assistir o documentário “Chapada do Apodi, morte e vida” e assistir um debate com o cineasta que o produziu, Tiago Carvalho, a partir de uma associação entre a ANA e o Canal Saúde da Fiocruz. Posteriormente tive acesso ao portal da ANA onde encontram-se disponibilizados 15 vídeos produzidos pela própria ANA e diversas organizações agroecológicas, incluindo o documentário “Chapada do Apodi, morte e vida”. Outro exemplo marcante de vídeos que articulam a atuação da academia está associado ao projeto “Educação através das imagens” da UFRJ, com mais de 30 títulos finalizados nos últimos 20 anos sob a direção de Beto Novaes. Dentre eles destaca-se o vídeo “Nuvens de Veneno”, uma realização do Ministério da Saúde, da Fiocruz e da UFMT. Nesses percursos, especificamente no Congresso Nacional Saúde Coletiva de 2015, em Goiás conheci o documentário “Pontal do Buriti”, realização de Dagmar Talga em associação com o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo – Gwatá - da Universidade Estadual de Goiás, coordenado por Murilo Souza. O Pontal do Buriti narra a tragédia ocorrida com a pulverização de agrotóxicos que atingiu em 2013 a Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada na área rural do município de Rio Verde/GO, atingindo cerca 100 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos. Aliás em Goiás também é realizado o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), local onde os principais documentários sobre agrotóxicos e agroecologia são exibidos.

A partir de todos esses contatos nos diversos eventos promovidos por redes, movimentos sociais e articulações, iniciei a seleção dos documentários a serem analisados na pesquisa. O primeiro e mais importante critério foi a realização do documentário no contexto de articulações envolvendo lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia em que estivesse clara a articulação de cineastas, movimentos sociais e grupos acadêmicos engajados. Outro critério foi a relevância dos documentários a partir de conversas/entrevistas com alguns militantes envolvidos com movimentos sociais, organizações e fóruns. Destacamos a Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida; a ANA; os movimentos sociais Via Campesina, MST e MPA; grupos de pesquisa e pesquisadores da Saúde Coletiva reunidos em torno da Abrasco por meio do GT Saúde e Ambiente e do chamado InterGTs; e o Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Agrotóxicos. Também levantei, quando os documentários estavam disponibilizados em canais como o Youtube, a quantidade de visualizações para avaliar a importância, ainda que limitada, da circulação dos mesmos.

Na produção de cada documentário levantado, construído por meio de uma rede de contatos e articulações, encontram-se sempre presentes pelo menos três grupos de sujeitos que foram entrevistados numa segunda fase da pesquisa: (i) cineastas, documentaristas e profissionais do cinema; (ii) representantes e lideranças de movimentos sociais (Via Campesina, MST, MPA, CONTAG) e organizações que possuem um caráter mais articulador de redes que propriamente acadêmico, embora tenham uma atuação estratégica na construção de saberes e práticas. Este é o caso da Articulação Nacional de Agroecologia; (iii) pesquisadores engajados e grupos universitários de pesquisa da saúde coletiva envolvidos nas articulações, bem como a Abrasco.

O método consistiu em realizar primeiro entrevistas com os cineastas responsáveis por cada documentário selecionado. A partir de suas considerações sobre o processo de construção da proposta do documentário, elaboração do roteiro e realização, elegi pessoas e organizações dos outros dois grupos (movimentos /redes /articulações sociais e pesquisadores da saúde coletiva) que tiveram uma participação de destaque na produção dos vídeos, definindo pelo menos uma de cada grupo. Os movimentos e organizações selecionados incluem a Articulação Nacional de Agroecologia, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores e Sindicato de Trabalhadores Rurais. Diversos entrevistados também tinham relações com a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e o Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos. A proposta foi garantir, no conjunto das entrevistas a serem realizadas, uma pluralidade de organizações/movimentos e pesquisadores de diferentes instituições e regiões.

Os documentários selecionados são apresentados a seguir, indicando algumas de suas características que serviram para legitimar a escolha dos mesmos, assim como organizações e grupos de pesquisa selecionados às entrevistas. Todos esses documentários foram amplamente considerados como relevantes pelo conjunto de redes, fóruns, articulações e grupos de pesquisadores engajados que foram contactados entre 2014 até o momento da qualificação da tese em 2016.

(i) “O Veneno está na Mesa” do cineasta Sílvio Tendler. Tal documentário está articulado à Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida e encontra-se disponíveis em diferentes sites. Movimentos como a Via Campesina, o MST e o MPA tiveram especial relevância na construção da proposta. Apenas no canal do YouTube da produtora Caliban, de Sílvio Tendler, uma das versões do “O Veneno está na Mesa” já havia tido quase 532 mil visualizações até maio de 2018, enquanto “O Veneno está na Mesa 2” quase 349 mil. Entretanto, existem inúmeros outros canais que disponibilizam esses vídeos, e inúmeras

apresentações públicas já foram organizadas em diversas cidades brasileiras pela Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida, movimentos sociais, universidades, dentre outros. Segundo o membro da direção nacional do MST, João Pedro Stédile, avaliação feita pelo movimento contabilizou mais de cinco milhões de pessoas que assistiram o documentário. Os dois “O Veneno está na Mesa 1 e 2” podem ser considerados os principais documentários sobre o tema já produzidos no Brasil, seja em termos de circulação como também de debates qualificados, pois têm sido amplamente usados como base de debates públicos em diversos espaços pela rede de articulação de movimentos sociais e organizações.

(ii) “Chapada do Apodi, Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz, com cerca de 11 mil visualizações no canal do YouTube até maio de 2018. Trata-se de um dos vários documentários produzidos a partir de uma cooperação entre o Canal Saúde e a ANA voltados ao tema da agroecologia.

(iii) “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, uma realização da Fiocruz, UFMT, Secretaria de Saúde de Estado de Saúde do Mato Grosso e Ministério da Saúde, com quase 38 mil visualizações no canal do YouTube até maio de 2018. Este filme teve articulação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, na sua produção.

3.2 METODOLOGIAS CO-LABOR-ATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Como já escrito no capítulo anterior sobre o referencial teórico, um grande desafio assumido pelas epistemologias do Sul é construir um pensamento pós-abissal, uma síntese da ideia de transição utópica para uma sociedade pós-capitalista, pós-colonial e pós-patriarcal. Nesse sentido, um grande desafio metodológico implica em como conhecer com, e não sobre, ainda que a proposta de pesquisa seja participativa. Devido à importância dessa discussão na tese, o segundo artigo desenvolvido e apresentado mais à frente intitula-se “Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social”.

Como foi discutido neste 2º artigo sobre o tema das metodologias colaborativas, para Boaventura de Sousa Santos (2017), trabalhar com as populações, comunidades e movimentos sociais implica superar as formas extrativistas com que a academia trabalha os seres humanos enquanto objetos, e não como sujeitos detentores de direitos e saberes em contextos de lutas sociais. Superar a lógica extrativista significa avançar em uma metodologia colaborativa, cuja base provém dos trabalhos seminais de intelectuais como Paulo Freire e Orlando Fals-Borda,

com suas proposições similares respectivamente de pesquisa-ação e investigação-ação participante. Isso implica criar as condições para que não apenas os saberes dos vários sujeitos sejam assumidos, mas também que possam florescer interações criativas e de confiança entre o pesquisador e os vários sujeitos da pesquisa, seja nos contatos preliminares ou nas entrevistas.

Nesta tese as entrevistas foram assumidas como um importante método de investigação, pois permitem levantar, junto com outros documentos, o contexto da produção dos documentários analisados. Em meu caso, assumi que, mais que levantar o contexto, pretendíamos um contato de mão dupla: de um lado, conhecer mais as lutas sociais em curso para que o apoio às mesmas pudesse ser melhor elaborado na evolução da tese através de laços de solidariedade mais profundos. De outro lado, possibilitar que os vários sujeitos entrevistados influenciassem a evolução das próprias questões da tese e sua evolução enquanto produção de conhecimento, permitindo potencializar o poder de agência, principalmente dos movimentos sociais e das comunidades. A partir daí uma tarefa central era buscar incorporar as questões colocadas pelos sujeitos entrevistados, principalmente os movimentos sociais, na pesquisa, na análise que iria ser realizada.

As epistemologias do Sul, ao assumirem os saberes como situados, reconhecem que critérios de validação exigem uma participação direta dos sujeitos nos níveis locais onde atuam as comunidades e os movimentos sociais envolvidos nas lutas. Trata-se, portanto, de uma opção política com implicações nos métodos, pois estes precisam levar em consideração como a pesquisa, os métodos e seus resultados afetam os oprimidos excluídos radicalmente. Este é um importante desafio ético para todos que produzem conhecimento na perspectiva das epistemologias do Sul. Significa pensar a pesquisa e os métodos na perspectiva de uma co-criação com os sujeitos envolvidos, que deixam de ser simples fontes de informação para assumirem um papel ativo na produção de conhecimentos, ou seja, um co-laborar de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica. A ecologia de saberes visa justamente isso, pois a junção da epistemologia em suas dimensões éticas e políticas busca fortalecer os sujeitos oprimidos em suas lutas emancipatórias por reconhecimento e dignidade.

Pesquisar de forma colaborativa significa que o pesquisador esteja aberto para rever e rediscutir com os sujeitos da pesquisa os pressupostos teóricos, hipóteses e métodos ao longo da trajetória que está sendo percorrida. Isso significa que os próprios contatos iniciais com os entrevistados, por exemplo, não podem se resumir em tratá-los como mero “informantes”, e que a explicação dos objetivos da pesquisa se restrinja à leitura e assinatura da “TCLE”, o termo de consentimento livre e esclarecido.

Com base nestas reflexões, previ, em todos os contatos estabelecidos, sejam pessoais, telefônicos ou por Skype, o envio antecipado de um texto (ANEXO 3) relativo ao projeto de tese, assim como uma ampla disponibilidade para esclarecer questões sobre a tese e escutar ponderações, informações e sugestões que viessem dos entrevistados. Ou seja, busquei estar aberta para novas questões que poderiam surgir a partir dos desdobramentos decorrentes das relações com os saberes e contextos de luta dos sujeitos e movimentos sociais com os quais busquei interagir. Procurei também abrir possibilidades que não me colocasse, na condição de pesquisadora, numa perspectiva hierárquica e distante, principalmente no contato com pessoas das comunidades e movimentos sociais, mas também com a equipe da produção dos documentários. Uma comunicação mais horizontal entre sujeitos implica espontaneidade e fluidez, e isso é facilitado pela diversificação do repertório de sentidos e linguagens para além do discurso logocêntrico, já que este muitas vezes tende a ser excludente quando direcionado por pesquisadores e sujeitos que assumem uma posição hierárquica de diálogo. A construção dos dispositivos que propiciam uma comunicação mais fluida e espontânea tem forte conexão com o que Santos (2014) denomina de artesanania das práticas.

A inspiração para Boaventura de Sousa Santos da pesquisa enquanto uma artesanania das práticas provém dos trabalhos seminais do sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1959), em especial sua proposta de imaginação intelectual e a ideia da investigação como um ofício e do pesquisador como um artesão. Visão semelhante é proposta por Walter Benjamin (2015) em seu ensaio “O contador de histórias – Considerações sobre a obra de Nikolay Leskov”, o qual foi de grande inspiração para meu trabalho.

Em sintonia com a proposta de Santos (2014) de um método de pesquisa que permita construir melhores condições de aproximação e diálogo entre os participantes da pesquisa, como apresentamos no segundo artigo, me inspirei na proposta da entrevista narrativa de Fritz Schütze (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2014) por considerar que o espectro de dados acessíveis vai além das palavras que emergem nas entrevistas. Como tais “textos” se referem aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos, discussões das pessoas, algumas vezes essas expressões podem dizer mais do que seus autores imaginam. E para chegar nesse ponto busquei pensar em uma proposta sensível de pesquisa.

Na definição da entrevista narrativa, Jovchelovitch e Bauer (2014) indicam um esquema autogerador com três características principais. A primeira é a textura dos acontecimentos que dê conta do tempo, lugar, motivos e planos dos acontecimentos, tornando a narrativa plausível para o ouvinte. A segunda é a fixação da relevância na narrativa, estruturada

pelo narrador a partir de sua perspectiva de mundo. Por fim, o fechamento da *Gestalt*³ ou forma narrativa consiste em que o acontecimento central da narrativa seja estruturado tal como uma história com começo, meio e fim.

A interação entre o entrevistador e o narrador é de grande relevância nessa proposta. O método pressupõe que, iniciada a produção da narrativa, esta não seja interrompida. Qualquer nova intervenção do entrevistador com um novo questionamento somente poderá ser realizada após a indicação de uma nova narrativa, ou seja, quando o entrevistado em sua narrativa usa expressões que indicam o fechamento de uma ideia (WELLER; ZARDO, 2013). Na sequência a entrevista pode ser continuada com a exploração de temas transversais e fragmentos narrativos de interesse expostos de forma resumida. Por fim, a última etapa da entrevista narrativa busca aprofundar descrições mais abstratas de situações, percursos e contextos que se repetem e que sejam interessantes obter respostas argumentativas por meio de perguntas do tipo “por quê?” que instiguem o entrevistado a verbalizar explicações subjetivas sobre eventos da trajetória em questão.

No caso da presente pesquisa, a trajetória em questão se refere à participação do entrevistado na produção dos documentários selecionados. Ou seja, contar essa trajetória como se fosse uma narrativa, o que permite, acredito, levantar inúmeros elementos objetivos e subjetivos dos sujeitos participantes.

Na realização das entrevistas inicialmente minha ideia foi informar os conteúdos mais gerais que seriam abordados e que poderiam variar dependendo do participante da entrevista. Essa introdução se deu em forma de uma conversa inicial, que abordou questões denominadas “questões exmanentes”, ou seja, que refletem os interesses, formulações e linguagens do pesquisador. Estas foram complementadas numa segunda etapa da entrevista narrativa pelas questões imanentes”, em forma de perguntas (ANEXO 2), reelaboradas durante a narrativa do entrevistado, a partir dos temas e relatos de acontecimentos que surgiram, fazendo uso da linguagem do entrevistado.

Para as entrevistas narrativas, incorporei a abordagem teórico-poética proposta por Regina Machado (2008) para o desenvolvimento de uma metodologia narrativa criativa que busca incorporar e interpretar experiências a partir da Arte de Contar Histórias. Esta abordagem também se aproxima das noções de razão quente e de *corazonar*, na medida em que propõe que a investigação e interação com os sujeitos da pesquisa permita “um espaço para o exercício de recursos internos – perceptivos e intuitivos” (p. 178). Na pesquisa iniciei

³ Gestalt é uma palavra alemã que significa forma. Dentro da psicologia é também conhecida a teoria da Gestalt, a qual postula que, para se compreender as partes, é preciso, antes, compreender o todo.

as entrevistas narrativas contando uma história, o “era uma vez”, que permite ativar o espírito do sujeito entrevistado enquanto, ele próprio, um contador de história. A história com a qual trabalhei na entrevista, faz parte das histórias da tradição oral provenientes de vários países. Elas têm uma estrutura simbólica que pode cumprir a função de conduzir a espontaneidade necessária ao ato criativo. Responder uma entrevista como um contador de histórias pode, a meu ver, ser considerado um ato criativo que invoca a presença do sujeito entrevistado, pois exige uma liberdade de ação difícil de alcançar em contextos marcadamente normativos e hierarquizados que inibem a expressividade, como pode ser um ambiente de entrevista investigativa. Este é o caso de espaços onde convivem grupos sociais, culturais ou mesmo etários distintos cujos papéis e possibilidades de ação são marcados por assimetrias e constrangimentos de diversos tipos, acentuada pela velocidade de nossa atual sociedade. As histórias da tradição oral fazem parte de um material simbólico, sendo que o símbolo, nessa perspectiva, “permite uma transmissão que ultrapassa o texto vigente” (MACHADO, 2010, p.178), podendo, entre outras coisas, estabelecer “uma conexão entre sujeitos de um tempo a outro” (MACHADO B, 2010, p.178).

Como havia dito anteriormente, as entrevistas iniciaram-se com uma história da literatura oral, especificamente com um conto oriental, “A Garantia”, retirado do livro *Guerreiro Invisível* (GRILLO, 2016). Ela foi escolhida por abordar aspectos éticos e solidários em contextos extremos e de muitas incertezas. Essa história é similar a uma famosa balada do poeta e filósofo alemão Friedrich Schiller (2011), chamada *A Fiança*. Nessa versão, o personagem Damon tenta livrar a cidade de Siracusa de seu tirano, mas acaba sendo capturado. Condenado à morte, ele suplica ao rei que lhe conceda três dias para resolver algumas coisas importantes, como para casar sua irmã. Em garantia, deixa um amigo em seu lugar, e muitos acreditam que ele jamais voltaria. Damon parte em viagem, correndo contra o tempo e enfrenta diversos perigos, pois seu amigo poderia perder a vida caso ele não retornasse no prazo estabelecido. Finalmente, nos momentos finais, Damon retorna e toma o lugar de seu amigo, e o rei, impressionado com a dignidade dos dois personagens, acaba perdendo o herói da história. A seguir apresentamos a história que contamos no início das entrevistas.

A Garantia

Há muitos anos, numa grande cidade, houve uma discussão entre um comerciante e seu cliente.

Num momento de fúria, o comerciante deu uma bofetada no cliente.

Apenas uma bofetada na cara e quando o homem caiu no chão já estava morto.

Como naquela época as lojas ficavam à beira da rua, reuniu-se uma multidão.

Naquela época também, a justiça era imediata.

E se uma pessoa tirava a vida de outra, pagava com a sua própria vida.

O comerciante disse:

- Eu só bati nele, não pretendia matá-lo.

Mas, conheço a lei e sei que também tenho que morrer.

Rapidamente se instaurou um julgamento e chegou o juiz.

E o comerciante continuou:

- Antes que se faça a justiça que lhe pedir uma coisa.

Tenho dois órfãos sobre os meus cuidados e precisaria de tempo para arranjar sua situação, seus cuidados e minha herança.

- Isso é impossível – disse o juiz.

Depois de longa argumentação, o juiz aceitou postergar a execução se o comerciante pudesse encontrar alguém que ocupasse seu lugar.

O homem procurou com o olhar em meio à multidão, que já somava centenas de pessoas e se deteve no rosto de um homem.

- Ele responderá por mim - disse o comerciante.

- Você responderá por este homem? – Perguntou o juiz.

O homem olhou ao redor até ter certeza que a pergunta se dirigia a ele, e respondeu:

- Sim.

Esse homem ficou sobre custódia e o mercador montado em seu cavalo, partiu a galope.

- Você conhece este comerciante? – Perguntou o juiz.

- Não.

- Então você deve conhecer o homem que morreu?

- Também não.

Mas, como assim? Não entendo. Você se dá conta que se esse homem não voltar você será executado?

- Entendo perfeitamente. Mas, este comerciante estava em grande dificuldade. Na multidão me escolheu para ajudá-lo. Portanto, eu não poderia me negar.

Passaram-se horas e o mercador não voltava. A multidão já estava ansiosa e o juiz muito preocupado.

Mas, finalmente, se avistou a poeira do cavalo do comerciante.

- Desculpem pelo atraso, mas não foi uma tarefa simples encontrar alguém que aceitasse tomar conta dos órfãos.

O juiz e a multidão ficaram tão perplexos com a honestidade destes homens, que a família do homem morto perdoou a vida daquele comerciante.

3.3 TEXTO E CONTEXTO: BASES METODOLÓGICAS PARA COMPREENDER OS DOCUMENTÁRIOS

Com o intuito de realizar esta análise elegi uma abordagem metodológica privilegiando o estudo da enunciação. Tal teoria entra dessa forma em minha proposta metodológica por ser uma decorrência lógica das questões da pesquisa. Avançar na compreensão da comunicação implica em reconhecer quais vozes encontram-se enunciadas nos seus produtos simbólicos, de que forma "conversam" entre si e que discursos trazem para o reconhecimento das questões que me mobilizam, como o dialogismo, a polifonia e a

ecologia de saberes. Foi isto que materializei, tomando como objeto empírico, os documentários, seja em seu contexto a partir das condições de produção, seja no texto existente no documentário em si. Por esta via, busquei produzir conhecimentos sobre a produção social de sentidos, assim como questões sobre se e como a noção de ecologia de saberes se traduz nos processos de produção dos documentários, o que deve se caracterizar pela incorporação, explicitação e diálogo produtivo entre uma pluralidade de vozes e saberes.

Portanto, a pesquisa teve por foco o primeiro movimento do mercado simbólico, a produção, deixando de lado outros movimentos relevantes, mas não analisados aqui, a circulação e a apropriação dos documentários. Minha proposta foi entender um contexto mais amplo das produções de sentido que emergem das articulações que envolvem várias instituições e grupos acadêmicos, em especial no encontro da saúde coletiva com movimentos sociais na luta contra os agrotóxicos e pela agroecologia, assim como suas demandas e sua capacidade de se fazer ouvir a partir da produção destes documentários.

O enquadramento teórico-metodológico construído joga o holofote no cenário desta pesquisa com a intenção de revelar determinados aspectos que não se encontram imediatamente visíveis nos vídeos que são o foco deste trabalho. A análise escolhida não se restringe simplesmente a uma análise intratextual, já que todo texto - entendido de forma ampla como qualquer expressão que conforma o que e como se diz algo - deve ser compreendido em relação às suas condições de produção. As condições de produção de um texto podem ser entendidas como seu contexto, quer dizer, tudo que possibilita a emergência e o desenrolar daquele texto produzido. É por isso que nesta análise o texto precisa ser confrontado com seu contexto para que seu processo de produção social de sentidos possa ser analisado de forma mais ampla.

Como já dito, o contexto foi levantado principalmente por meio de entrevistas com os sujeitos envolvidos na produção dos documentários. Sei que as entrevistas podem informar elementos importantes do processo pragmático de produção, e que o contexto relacionado à produção social é muito mais amplo, pois engloba os contextos políticos e ideológicos, as lutas nos quais os documentários estão inseridos, as conjunturas políticas no momento da produção e das filmagens, dentre outros elementos. Por esta razão, antes das entrevistas foram levantados documentos disponíveis sobre os vídeos, como sinopses, que contribuiriam para orientar as conversas que tive. Posteriormente às entrevistas foram buscados outros documentos, como roteiros quando existiam, textos de referência sobre os temas centrais dos vídeos utilizados para a produção e demais documentos referenciados pelos entrevistados. A aposta metodológica foi que as entrevistas em conjunto com a documentação levantada,

permitiriam emergir elementos importantes acerca da produção social dos documentários, em especial o que buscamos caracterizar como o conjunto de vozes e saberes presentes.

Sendo o meu foco os documentários, a sua análise passou por uma lente própria que é a de quem a realiza: cineastas e profissionais de audiovisuais, participantes de movimentos sociais e pesquisadores militantes. Realizei entrevistas individuais inicialmente para rastrear inúmeras questões. Por exemplo, como foi feito este processo, qual sua origem, o desenvolvimento dos roteiros de produção, a escolha dos personagens e cenários, a inserção do audiovisual no contexto das lutas sociais que estavam sendo travadas, quais documentos embasaram o roteiro e a produção como um todo. As entrevistas individuais serviram para levantar visões sobre o que foi a produção, se e quais vozes foram contempladas, quais dificuldades foram encontradas, que orientações pautaram a construção do roteiro, o que foi entrando e o que foi ficando de fora e quais argumentos pesaram nessas decisões, qual a participação de cada um no processo e em que momento entrou na produção, dentre outras questões.

A segunda etapa consistiu na análise discursiva dos documentários em si, que consiste na análise da polifonia, no qual nos ancoramos para saber se a noção da ecologia de saberes se traduz na materialidade dos documentários, o que é descobrir através de uma análise da enunciação. Esse estudo também indica como se apresentam a polifonia e o dialogismo nas falas. A análise foi feita a partir das vozes que os constituem, expressões e cenas. Que vozes estão ali presentes? Como elas dialogam? Qual sua forma de articulação, em se tratando das relações de saber e poder? Que discursos essas vozes fazem circular e como estes discursos são constituídos nos documentários?

Ainda dentro da análise dos documentários, a perspectiva da sociologia das ausências entra para nos ajudar a entender o que está e o que não está sendo dito e explicitado. Algo relevante para o tema dos vídeos não foi dito? Neste caso, por que não foi dito? Trata-se de uma questão complexa que, para ser trabalhada, precisa confrontar a análise do filme em si (texto) com condições sociais de produção (contexto) a partir de dois elementos. O primeiro, as falas dos entrevistados acerca do que foi sendo cortado ou redirecionado na construção do roteiro e da realização do documentário, bem como das argumentações apresentadas para tais decisões. O segundo se refere as vozes e saberes que normalmente são silenciados nos discursos hegemônicos e que seriam importantes para compreender e transformar a realidade, mas que não aparecem de forma expressiva nos documentários, por exemplo, vozes e saberes das mulheres, dos indígenas e dos quilombolas. Por fim, uma análise conjunta dos três filmes.

Encerro aqui essa primeira parte da tese para apresentar a parte II a seguir composta

por três artigos.

PARTE II – ARTIGOS

4 – ARTIGO 1 - PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAL E EPISTEMOLÓGICA

COMMONS - Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital. Volumen 5, Número 2 pp. 118-147. ISSN 2255-3401, Diciembre 2016

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAL E EPISTEMOLÓGICA

Resumo

O artigo aborda a potencialidade da produção audiovisual, em especial o documentário, como estratégia de lutas sociais envolvendo dimensões comunicacionais e epistemológicas. Referencia-se na produção recente de documentários que resultou de alianças realizadas no Brasil entre movimentos sociais do campo, cineastas e grupos militantes de investigação em torno das lutas contra as consequências do agronegócio e dos agrotóxicos, assim como a favor da agricultura camponesa e agroecológica. Tais lutas evidenciam a relação intrínseca entre as dimensões comunicacional e epistemológica: a negociação e luta dos sentidos se dá por processos eminentemente comunicacionais, ao mesmo tempo que potencializam a construção de epistemologias do Sul. Temas como alimentação, terra, reforma agrária e o reencontro entre produção, trabalho e natureza possibilitam diluir fronteiras entre ciência, política, cultura e arte. Argumentamos que o cinema, por suas potencialidades criativas de expressão, dialogicidade e polifonia, propicia novas formas de compreender e expressar temas complexos e sensíveis.

Palavras chave: comunicação, documentário; lutas sociais; agrotóxicos; agroecologia; Brasil.

AUDIOVISUAL PRODUCTION IN THE STRUGGLES OF THE RURAL SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: COMMUNICATION AND EPISTEMOLOGICAL DIMENSIONS

Abstract

The article discusses the potential of audiovisual production, especially the documentary, as a strategy of social struggles involving communicational and epistemological dimensions. It refers to the recent production of documentaries that resulted from alliances made in Brazil amongst rural social movements, filmmakers and activist research groups around the struggles against the consequences of agribusiness and pesticides, as well as in favor of peasant and agroecological agriculture. Such struggles highlight the intrinsic relationship between the communicational and epistemological dimensions: the negotiation and struggle of meanings takes place through eminently communicational processes, at the same time that they potentiate the construction of epistemologies of the South. Topics such as food, land, agrarian

reform and the reencounter between production, labour and nature make possible to merge the boundaries between science, politics, culture and art. We argue that cinema, through its creative potentialities of expression, dialogicity and polyphony provides new ways of understanding and expressing complex and sensitive themes.

Keywords: communication, documentary; social struggles; pesticides; agroecology; Brazil.

Introdução: o audiovisual na luta contra o agronegócio e os agrotóxicos pelos movimentos sociais do campo

Este artigo busca analisar o potencial da produção audiovisual, em especial o documentário, enquanto estratégia de comunicação, visibilidade de lutas políticas de movimentos sociais, mas também enquanto espaço de produção de conhecimentos na perspectiva das epistemologias do Sul, particularmente da ecologia de saberes. A discussão encontra-se ancorada em experiências brasileiras dos últimos anos de produção de documentários que resultaram de articulações envolvendo movimentos sociais do campo, cineastas e grupos acadêmicos críticos em torno de duas bandeiras de luta. De um lado, a luta contra o modo predatório do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos; de outro, a luta pela reforma agrária e o desenvolvimento de uma agricultura familiar e agroecológica.

A relevância do tema dos agrotóxicos e a existência de uma Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil surgida em 2011 vem possibilitando alianças entre movimentos sociais do campo com grupos acadêmicos críticos, em especial da saúde pública brasileira, dada a relevância dos temas ambiental e de saúde relacionados aos agrotóxicos. Nas últimas quatro décadas, diversos movimentos sociais ressurgem no Brasil com pluriagendas e suas novas modalidades de lideranças (Gohn, 2008), que trazem novas e velhas bandeiras com o protagonismo de sujeitos políticos coletivos que emergem nessas lutas. Inúmeras questões são mobilizadas e emergem movimentos sociais no campo (Oliveira, 2001) a partir das lutas por camponeses e agricultores familiares pela reforma agrária e pela agroecologia. Tais lutas abrangem muitas questões, como a busca de afirmação de identidades, territórios, culturas e cosmovisões, com o resgate e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, saúde e natureza. Questionam-se os modelos de sociedade existentes e são colocadas como alternativas economias mais solidárias e mercados não subordinados às

grandes corporações e à lógica capitalista, com sua busca pelo lucro, exploração predatória do trabalho e da natureza (Porto, 2012).

Os referenciais teóricos e políticos dessas lutas sociais têm crescentemente ampliado as visões mais clássicas do marxismo e das teorias críticas para incorporar, especialmente a partir da virada do século, abordagens contra hegemônicas no âmbito da investigação social. Abordagens pós-coloniais, em especial a partir da obra do investigador Boaventura de Sousa Santos e proposições como a das epistemologias do Sul e a da ecologia de saberes têm sido cada vez mais frequentes nos trabalhos de grupos acadêmicos de distintas áreas do conhecimento, inclusive a denominada saúde coletiva no Brasil (Rigotto et al., 2012).

Tanto os movimentos sociais como as várias instâncias de articulação na forma de campanhas, fóruns e redes envolvidos em lutas sociais reconhecem cada vez mais a necessidade de obter visibilidade perante a sociedade para legitimar suas lutas. Para tanto, recorrem a narrativas com diversas possibilidades discursivas, dentre outras, a produção e circulação de audiovisuais. Tais narrativas, contudo, concorrem com a mídia hegemônica e a difusão de versões da realidade produzidas pelo jornalismo e o marketing patrocinado pelas grandes corporações e os interesses do mercado econômico. Como observa Detoni (2010), referenciando-se no trabalho do crítico do cinema documental Bill Nichols, a produção audiovisual do jornalismo hegemônico contemporâneo atua não para provocar e promover consciência social, mas sim para direcionar ou anestesiar emoções e afetos diante da realidade exposta. Para enfrentar essa situação e usar a produção do audiovisual em uma perspectiva popular e transformadora, várias estratégias utilizadas como a mencionada por Previtali et al, (2013) abordam a relação entre cinema, educação e movimentos sociais a partir de uma experiência do uso de alguns clássicos do cinema brasileiro de ficção ou não-ficção como prática pedagógica e formação política junto ao Movimento Popular pela Reforma Agrária. Tais experiências de comunicação popular não são recentes, têm se intensificado na América Latina desde os anos 1970 e 1980 a partir de processos de comunicação que emergem da ação de grupos populares (Beltrán, 2006).

Essa relação da comunicação com as lutas populares e movimentos sociais guarda profunda relação com a educação popular e a pedagogia da transformação no trabalho de autores como Paulo Freire. Nessa linha, Kaplún (1999) afirma que educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos em que educandos assumem-se cada vez mais como sujeitos de conhecimento e transformação em processos sociais de aprendizagem. A matriz

freireana e dialógica continua viva tanto na construção de alternativas para uma comunicação popular e democrática, como também se articula com as ideias de subalternidade do projeto modernidade/colonialidade e das epistemologias do Sul, as quais aprofundaremos mais a frente.

Nos últimos anos, a democratização dos meios de comunicação como as rádios comunitárias e a internet, assim como a popularização de vídeos, ampliaram alternativas de comunicação popular como estratégia de enfrentamento da mídia hegemônica. Mudanças tecnológicas associadas ao barateamento dos equipamentos digitais e da popularização da internet vêm ampliando possibilidades de produção de audiovisuais com alto potencial de apropriação e uso por iniciativas de comunicação popular.

Tendo como foco a articulação entre cineastas, movimentos sociais do campo e grupos acadêmicos engajados, interessa-nos discutir dois elementos dessa aliança: (1) a comunicação no contexto das lutas sociais a partir da produção de documentários; (2) o modo pelo qual a produção cinematográfica permite abordar novas epistemologias e constituem um espaço privilegiado para experimentos sociais de transição paradigmática e ecologia de saberes. A associação desses dois elementos será mediada pelo enfoque das epistemologias do Sul e da ecologia de saberes (Santos, 2007).

A articulação entre movimentos sociais, cineastas e a academia pode ser vista como inovadora não apenas em sua dimensão comunicacional, mas também como construção de novas formas de produzir conhecimentos. A discussão sobre os agrotóxicos é exemplar nesse sentido, pois contribui para a articulação campo-cidade e a transição paradigmática resultante de embates tanto políticos como epistemológicos. Os agrotóxicos e seus efeitos à saúde e ao meio ambiente são objetos de conhecimento que envolvem dimensões técnico-científicas muito especializadas, como a clínica, a toxicologia, as ciências ambientais e do risco, amplamente influenciadas por uma lógica de produção e dominação vinculada às epistemologias do Norte. Há, portanto, um grande desafio de caráter tanto epistemológico quanto político para o campo da comunicação, no sentido de serem construídos processos que expressem para a sociedade o que está em jogo nesse embate.

O contexto em que a produção de documentários tem se dado no Brasil a partir de lutas sociais em andamento que enfrentam o modelo agrícola dominante e o uso intensivo de agrotóxicos pode ajudar a compreender melhor as muitas questões envolvidas.

2- A luta contra o agronegócio e os agrotóxicos no Brasil, formação de alianças e produção audiovisual

São diversos os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas no Brasil que vêm lutando, de um lado, contra o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos à saúde, decorrentes da expansão do agronegócio e dos monocultivos, culminando com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Por outro, lutam pela reforma agrária, pela agroecologia, pela segurança e soberania alimentar, bem como por uma saúde do campo que reconheça as necessidades dessas populações e seus saberes (Rigotto et al., 2012). Dentre os movimentos sociais envolvidos em tais lutas destacam-se a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Esses movimentos foram apoiados desde o início do governo do presidente Lula por políticas públicas que, no âmbito do Programa Fome Zero, fortaleceram, ainda que de forma contra hegemônica, a agricultura familiar e camponesa, bem como a transição agroecológica. Entre as políticas relevantes desse período destacamos a atualização e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este último ampliando a inserção do agricultor familiar em escolas públicas do país (Hespanhol, 2013). Além disto, em 2013 foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja implantação passou a ser crescentemente restrita com o agravamento da crise política e institucional brasileira, principalmente a partir de 2015, a qual recentemente culminou com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e seu afastamento do governo, em processo denunciado por vários grupos como um golpe midiático, parlamentar e jurídico. Mesmo antes da crise, o governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentava uma série de contradições, pois ao mesmo tempo em que apoiava medidas de apoio à agricultura familiar, subsidiou fortemente medidas de apoio ao agronegócio de exportação, com o apoio de vários grupos conservadores no Congresso Nacional.

Mesmo com tais contradições, desde 2003 o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu implementar políticas importantes para a agricultura familiar em sua relação com a

reforma agrária e a agroecologia, inclusive em setores como a saúde, como a criação pelo Ministério da Saúde (MS), em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) no âmbito do Grupo da Terra, uma instância de diálogo criada em 2005 dentro desse ministério. Tais populações incluem, além dos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais, diversas populações que habitam territórios não urbanos, incluindo os chamados povos tradicionais, como quilombolas, pescadores tradicionais, ribeirinhos, marisqueiros, caiçaras, além de populações tradicionais de regiões específicas do Brasil, como os geraizeiros e os faxinalenses, dentre outros (Little, 2002).

As populações consideradas da floresta, do campo e das águas no âmbito da PNSIPCFA vivenciam uma grande variedade de situações, pois são habitantes e trabalhadores de territórios específicos cujos modos de vida e relação com a natureza espelham uma relação histórica mais profunda imersa na cultura e cosmovisões desses povos. Para autores como Van der Ploeg (2008) e Petersen (2009), diversas comunidades do campo possuem uma condição camponesa caracterizada pela luta para a autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas, fazendo com que o modo de produção camponês na atualidade, ainda que adaptado e diversificado, seja profundamente diferente do adotado pela empresa agrícola moderna ou pelo agronegócio como agricultura capitalista industrializada. Há, portanto, uma permanente resistência por parte da agricultura familiar camponesa para não se subordinar à lógica do agronegócio e da chamada revolução verde moderna. Esta representa a moderna agricultura empresarial no capitalismo globalizado com a produção de *commodities* rurais, num processo desenvolvido principalmente ao longo do século XX e que persiste na atualidade marcada pela intensa mecanização, ampliação de monocultivos, dependência de agroquímicos e, mais recentemente, introdução de biotecnologias como os transgênicos.

Aqui, concentraremos a atenção nas populações de agricultores familiares e camponeses articulados com alguns dos movimentos sociais citados, especificamente o MST, o MPA, a CONTAG e a ANA.

As lutas dos movimentos sociais do campo surgidos principalmente nos últimos quinze anos no Brasil passaram a incluir articulações com diversos grupos de investigadores críticos, apoiados em pesquisas participativas com referenciais como a pesquisa-ação, ciência militante e ecologia de saberes (Rigotto et al. 2012; Porto; Rocha; Finamore, 2014; Carneiro et al.

2015). Três exemplos de ações relacionados a essas lutas são marcantes no contexto brasileiro:

(i) a “Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida” (<http://www.contraosagrototoxicos.org/>) é uma coalização capitaneada por movimentos sociais do campo com diversas organizações que têm por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e, a partir daí, tomar medidas para reduzir e eliminar seu uso no Brasil. Segundo a Campanha, atualmente existem provas dos inúmeros problemas causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo existem alternativas concretas, pois milhares de agricultores familiares no Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. Segundo o censo agropecuário do IBGE de 2006⁴, dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 84% foram classificados como familiares e 71% excluídos da agricultura química, ou seja, não utilizam agrotóxicos (Petersen,2009). Portanto, mais que eliminar o uso dos agrotóxicos, a luta é por outro modelo de desenvolvimento agrário que valoriza a agricultura familiar e a agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que investe no fortalecimento do campesinato e não do agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas. A Campanha foi lançada em 2011 no dia mundial da saúde (7 de abril) reunindo a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A Campanha recebeu adesões de sociedades científicas como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e de instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA). Além dessas, outras entidades vêm se somando em mais de vinte comitês estaduais no Brasil e em diversos comitês locais. Inicialmente enfocando a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, foi produzido o documentário “O Veneno está na Mesa”, em parceria com o cineasta Silvio Tandler, um dos mais importantes documentaristas brasileiros da atualidade. Como veremos mais a frente, o filme tem possibilitado uma maior visibilização da Campanha, ampliando o debate e aproximando as relações campo-cidade, por exemplo, através do maior envolvimento dos consumidores de alimentos no questionamento ao modelo de produção agrícola do agronegócio.

⁴ IBGE. (2009) Censo Agropecuário 2006. Brasília.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>

(ii) o “Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos” (<https://www.facebook.com/forumnacionaldecombateaosimpactosdosagrototoxicos/>) funciona como rede articuladora de caráter mais institucional de ações concretas de combate aos impactos dos agrotóxicos no país. Ele promove articulação entre governos e sociedade civil para o enfrentamento dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente. Coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, foi criado em 2009 a partir da experiência do Fórum criado no estado de Pernambuco em 2001 em função do quadro preocupante de contaminação de trabalhadores e do meio ambiente na região. O Fórum reúne diferentes setores de governo, movimentos sociais, sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, associações profissionais, universidades e entidades acadêmicas. Sua natureza mais institucional se diferencia da forma organizativa mais militante e combativa da Campanha, coordenada por movimentos sociais do campo. Por intermédio do Fórum, o Ministério Público realiza, entre outras atividades, audiências públicas, investigações e firma Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para a redução e restrição do uso de agrotóxicos. Atualmente, cerca de quinze estados já constituíram seus fóruns e estão organizados em comissões para auxiliar as atividades dos ministérios públicos.

(iii) o “Dossiê Agrotóxicos: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (<http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco2015web.pdf>) foi produzido pela Arasco. É uma reunião de textos produzidos desde 2012, lançado como livro em 2015 e tem sido amplamente usado e referenciado por movimentos sociais e organizações envolvidos tanto na Campanha como no Fórum, citados anteriormente. O Dossiê está organizado em quatro partes. A primeira tem foco na segurança e soberania alimentar, a segunda dialoga com os grandes dilemas do desenvolvimento e a terceira parte tem o foco na ciência e na ecologia de saberes. A quarta e última parte, denominada a crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia, traz uma atualização sobre os debates em torno do tema realizados até o ano de 2014, alertando também para a tendência à desregulamentação dos agrotóxicos no Brasil como decorrência da pressão do setor do agronegócio e dos novos projetos de lei apresentados no Congresso Federal pela chamada bancada ruralista, em especial a partir do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff iniciado em 2011. A proposta do dossiê surgiu em 2011, diante da constatação da crescente gravidade do problema dos agrotóxicos no Brasil. A magnitude do problema é ampliada pelas dificuldades do Estado e da sociedade brasileira em garantir o direito à saúde neste campo.

Outro elemento que resultou no Dossiê foi a forte aproximação de grupos de pesquisa vinculados à Abrasco com movimentos sociais do campo e ligados à agroecologia.

Na apresentação do Dossiê, a Direção da Abrasco afirma que o livro tem por base uma proposta de ciência engajada, militante ou cidadã realizada por pesquisadores da saúde coletiva junto com os movimentos sociais. Esse trabalho tem produzido discursos contra hegemônicos sobre o tema dos agrotóxicos, os quais enfatizam a determinação social na produção de iniquidades sociais com repercussões nos processos de saúde e doença.

O conceito de determinação social da saúde é de especial relevância no desenvolvimento, desde os anos 1970, da chamada Medicina Social latino-americana e na construção da saúde coletiva no Brasil. Segundo Nogueira (2010), a teoria da determinação social, produzida na América Latina a partir de autores como o equatoriano Jaime Breilh (2006), compreende as relações sociais de produção, os sistemas econômicos e de poder enquanto produtores e reprodutores de desigualdades sociais com implicações sobre os processos saúde-doença das populações. Isso ocorre basicamente pela forma como o capitalismo e suas lógicas de acumulação se desenvolvem em dado contexto histórico, social e espacial, produzindo desigualdades sociais que influenciam nos processos de adoecimento e morte (morbimortalidade) das populações. Trata-se, portanto, de um conceito central não apenas no conjunto da saúde coletiva, mas na construção de discursos que permitem denunciar o mal do agrotóxico em sua relação com a agricultura industrial e empresarial capitalista no contexto atual da globalização e do comércio internacional. Para além da denúncia, essa abordagem se alia à perspectiva de agricultura camponesa e agroecológica contra hegemônica, que é silenciada pelo poder do discurso ideológico expresso na mídia dominante e de várias instituições. Por isso o Dossiê também considera a agricultura camponesa e agroecológica como alternativa ao agronegócio capitalista.

Fruto de todas essas frentes de caráter simultaneamente social, político e epistemológico, a produção e a circulação de documentários produzidos por cineastas articulados com movimentos sociais e grupos acadêmicos existentes passou a ser uma estratégia utilizada nos últimos anos. Dentre os exemplos mais conhecidos no Brasil encontram-se dois documentários dirigidos pelo cineasta Silvio Tendler em parceria com a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos chamados o “O Veneno está na Mesa” – já mencionado anteriormente - e “O Veneno está na Mesa 2”, nos quais os movimentos sociais como a Via Campesina, o MST e o MPA tiveram especial relevância na construção da proposta;

“Chapada do Apodi: Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz; “Pontal do Buriti: Brincando na chuva de Veneno” de Dagmar Talga, envolvendo, além da Campanha permanente contra Agrotóxicos e pela Vida, a CPT; e “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, uma realização conjunta da Fiocruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Saúde de Estado do Mato Grosso, Ministério da Saúde e, que contou com a colaboração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Estas e outras produções de documentários vêm sendo amplamente usadas pelos vários movimentos sociais, instituições e articulações em torno de suas lutas e agendas.

No caso dos filmes “O Veneno está na Mesa” e “O Veneno está na Mesa 2”, ambos encontram-se disponíveis em diferentes sites. Apenas no canal do YouTube uma das versões do Veneno 1 já havia tido cerca de 440 mil visualizações até outubro de 2016, enquanto o Veneno 2 mais de 260 mil. Podem ser considerados os principais documentários sobre o tema e têm sido amplamente usados como base de debates públicos em inúmeros espaços pela rede de articulação de movimentos sociais e organizações, frequentemente com mesas de debate com a presença do cineasta, representantes de movimentos sociais e de cientistas militantes engajados na Campanha Contra Agrotóxicos.

Outro exemplo relevante é o filme “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, com mais de 33 mil visualizações no canal do YouTube até outubro de 2016. O estado de Mato Grosso é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do Brasil em função da importância dos monocultivos de soja para exportação.

3- Produção social dos sentidos: a dimensão comunicacional das lutas sociais

Na interface da denúncia do modelo do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos com o anúncio de alternativas camponesas e agroecológicas, urge refletir de forma crítica sobre as dificuldades e empecilhos à escuta das necessidades dos agricultores familiares, camponeses e os movimentos sociais do campo. Percebidas como parte de um processo de silenciamento que resulta não só de uma prática comunicacional sedimentada historicamente, mas que também e fortemente atende a interesses específicos e nunca declarados, essas dificuldades nos cobram um aprofundamento sobre a comunicação implicada na luta pela visibilidade das questões em disputa e, de forma associada, por

melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e demandas dos movimentos sociais. Em outros termos, melhores condições dos movimentos serem ouvidos e levados em consideração. É um pouco desse aprofundamento que trazemos aqui, enfocando a dimensão comunicacional das lutas sociais contra as consequências da ação predadora do agronegócio.

Para entender essa dimensão para além de sua superfície, nos valem dos avanços conceituais e metodológicos que a aproximação entre os campos da Comunicação e da Saúde Coletiva tem propiciado nas duas últimas décadas no Brasil, a partir da crítica a uma concepção instrumental, utilitarista e desenvolvimentista da comunicação, ainda dominante na América Latina (Araujo & Cuberli, 2015). As políticas e práticas comunicacionais têm sido enfocadas, no âmbito da Saúde e num esforço contra hegemônico, por uma abordagem que privilegia a ideia de produção social dos sentidos⁵ e que, a partir da noção central de contexto (Pinto, 2002), estabelece algumas premissas: as pessoas agem sobre o mundo com os recursos que dispõem; no plano simbólico, ocorre o mesmo e elas agem sobre o mundo com a compreensão que têm sobre o mundo; os sentidos das coisas da vida e do mundo não estão dados previamente, eles se conformam em processos sociais; a conformação dos sentidos se dá sempre em processos de negociação por esses sentidos; em contextos que reúnem forças de desiguais poder essa negociação se reveste de um caráter de luta (Araujo, 2004).

A produção social dos sentidos é da ordem comunicacional, uma vez que a negociação/luta dos sentidos se dá por processos eminentemente comunicacionais. O conceito de comunicação como um processo de transferência de informações de um polo emissor a um receptor não permite compreender essa assertiva. Portanto, é necessário converter o olhar e entender a comunicação como um ciclo, um processo de produção circulação e apropriação que é constituído por múltiplos e diversos interlocutores com desiguais poderes não só para produzir, mas também para fazer circular seus modos de ver as coisas da vida e do mundo. Desiguais também são os poderes de apropriação, uma vez que esta depende em parte do acesso aos bens, da mesma forma mal distribuídos (Araujo, 2014).

Por esta via estamos a configurar a comunicação como constituinte de relações de poder, tanto por se referir ao poder simbólico, poder de fazerem outros verem a realidade por determinadas lentes, mas também por estar implicada nas lutas pela transformação dessa realidade,

⁵ A perspectiva da produção social dos sentidos não pode ser debitada a um autor, especificamente, emergindo de um movimento de ideias a partir principalmente dos anos 60, de forma associada à noção de discurso.

inclusive na luta pelo direito de participar dessa disputa pelos sentidos sociais, direito desigualmente distribuído (Idem).

A noção de direito adquire relevo nesse conjunto de ideias, a ponto de constituir uma das faces de sua definição: a comunicação como direito humano. Quando apropriada pelo campo da Comunicação e Saúde, podemos configurar o axioma "Comunicação é Saúde", entendendo que sem comunicação não se tem Saúde em seu sentido mais abrangente. O direito a comunicação é, portanto, inseparável do direito à saúde (idem).

Quando alguém (pessoa, grupo, instituição, movimento) produz e faz circular algo que expressa seu modo de entender algum aspecto da realidade, está a participar do processo de disputa pelos sentidos, em alguma instância entrando em concorrência por esses sentidos com outros que têm modos distintos de entender a mesma realidade. Por esta senda, mobilizamos a ideia de "discurso concorrente" (Verón, 1980), fundamental para se entender o cenário que estamos a analisar. Os documentários dos movimentos contra as nefastas consequências do agronegócio são formas de disputar sentidos sobre esse tema. Disputa desigual, ainda, na medida em que a grande mídia não só silencia sobre esses esforços como também hipervisibiliza os discursos laudatórios do agronegócio, em diversos gêneros discursivos (publicidade, noticiário, reportagens especiais, divulgação de pesquisas etc.), fortalecidos pela existência de canais próprios de televisão em largo espectro (TV a cabo ou por antenas parabólicas, com ampla disseminação no meio rural).

Quando falamos em estratégia comunicacional, estamos a nos referir ao ato de pôr em movimento algum aspecto do circuito produtivo da comunicação. Os movimentos sociais referidos às lutas camponesas, ao produzirem e fazerem circular documentários com sua visão do tema do agronegócio e suas consequências, estão desenvolvendo uma estratégia de comunicação e disputando sentidos no "mercado simbólico" (Araujo, 2004) dos sentidos sobre agrotóxicos, a concentração fundiária e a expansão do monocultivo, o desmatamento, a violência contra camponeses, indígenas e quilombolas, dentre outros.

Essa concorrência simbólica é desigual, pelas diferentes condições de visibilização discursiva, refletindo a desigualdade de poder econômico de quem desenvolve as estratégias. Aqui está o cerne do problema da (in)visibilidade: quem decide o que será mostrado e o que será ocultado? Quem terá a voz amplificada ou silenciada?

A linha abissal de que nos fala Santos (2007) também é aqui traçada nesse cenário, ampliando os processos de exclusão pelo silenciamento sistemático dos discursos que objetivam desconstruir um pensamento e uma prática hegemônicos. O silenciamento pode ocorrer de forma muito evidente, caso da censura em regimes ditatoriais, mas é muito mais eficaz por suas muitas formas sutis, que vão da desqualificação ao completo apagamento, passando por modos de nomeação, que criam atribuem identidades e criam realidades. O caso dos agrotóxicos é exemplar pois, sendo um tema sobre o qual em geral pouco ou nada se fala, é objeto também de outras estratégias, como os empecilhos criados para a obtenção de dados a eles relativos. A própria terminologia contribui para a sua invisibilização: em vez de agrotóxicos ou veneno, a mídia hegemônica e instituições que servem ao agronegócio e aos poderes dominantes disseminam expressões como defensivos agrícolas ou remédio contra pragas.

Esses processos são reforçados práticas recorrentes nos meios de comunicação de larga escala, como a monocultura discursiva, representada pela exclusividade da fala institucional em prol do desenvolvimento do agronegócio como base para o crescimento econômico do país; a desqualificação de outras vozes e saberes, expressa nas falas de especialistas e empresários contra a atuação de organizações aliadas aos movimentos sociais e que atuam na Campanha Contra os Agrotóxicos, considerando-as ideológicas ou má ciência (*junk science*); a desconsideração dos contextos específicos que ignoram as várias formas de exposição e dificuldades de leitura das recomendações técnicas quanto ao “uso seguro” dos agrotóxicos; a abordagem midiática da comunicação que se propõe a difundir informações a partir de especialistas selecionados que revelam “verdades técnicas”, descartando sua dimensão de interlocução com a sociedade, especialmente com os grupos mais atingidos e vulneráveis (Carneiro et al., 2015).

É por esse processo, pela periferização discursiva que pessoas, grupos e movimentos são mantidos na periferia dos processos e da vida social e política. Voltamos aqui a Santos (2002), quando identifica cinco formas de produção da não existência, em sua proposta de uma sociologia das ausências, das quais decorrem identidades desqualificadas. Tais processos são construídas também e fortemente pela via discursiva, seja por estratégias de visibilização dos discursos que lhes sustentam, seja pelo apagamento dos discursos concorrentes e silenciamento das vozes que poderiam se opor à sua hegemonia.

Mas a produção dos documentários que aqui estão em pauta não deve ser inscritas apenas em uma forma de concorrência por visibilidade. Tanto quanto seu conteúdo milita por um modelo outro de agricultura e desenvolvimento, tais documentários se inscrevem no esforço que lhe transcende de um modelo de comunicação que não centraliza a voz, mas busca fazer convergir diferentes vozes, com diferentes capitais simbólicos e promover a escuta e amplificação do que costuma ser silenciado. Nos termos das epistemologias do Sul, estaríamos falando numa ecologia de saberes (Santos, 2006), no que respeita ao modo de articulação dos conteúdos. A ecologia dos saberes iria além de uma polifonia dialógica, ao modo de Bakhtin (1997); esta permite caracterizar o fenômeno da linguagem como ontológico (ou se é dialógico ou não se é) e entender a língua como arena das disputas simbólicas, ao sinalizar a existência de diferentes "sotaques", com diferentes repercussões sobre os efeitos de linguagem. A ecologia dos saberes, por sua vez, favorece a compreensão das disputas pelo modo de hierarquização dos saberes e pelos critérios do que vai ser mostrado ou ocultado. Podemos pensar numa articulação sinérgica entre os dois referenciais como muito produtiva para a análise de processos como aqui os enfocados.

O sucesso ou insucesso dos documentários em sua proposta de ser o espaço de uma ecologia de saberes só poderá ser afirmado a partir de pesquisas que tenham categorias analíticas apropriadas para estes fins e que possam observá-los não apenas em suas instâncias de produção, mas também de circulação e apropriação. Mas certamente eles são parte do esforço de prover os movimentos camponeses de melhores condições de luta por saúde e por seus direitos. Por outro lado, são um espaço de articulação de diferentes campos, como saúde, comunicação, meio ambiente, desenvolvimento, agricultura, política entre outros, desfragmentando o que os interesses hegemônicos fragmentam e, assim, fragilizam.

Nessa discussão, podemos perceber a comunicação como dimensão constituinte e constitutiva dos processos de determinação social da saúde (Araujo, 2013), assim como dos processos de negligenciamento em saúde (Araujo; Moreira; Aguiar, 2013), dimensão silenciada nos estudos sociais nesse campo, provavelmente como efeito do modelo instrumental de comunicação, dominante no campo da Saúde.

Os movimentos sociais, cineastas e cientistas militantes que se articulam em torno da luta contra as consequências predatórias do agronegócio e seus efeitos nefastos sobre a saúde dos trabalhadores, formam comunidades discursivas (Maingueneau, 1993; Araujo, 2004) que acreditam e buscam essa forma de poder, ao mesmo tempo que afirmam a comunicação como

espaço de construção de conhecimentos científicos e de cidadania na construção da saúde coletiva. Reafirmam, assim, a dimensão comunicacional das lutas sociais.

A prática do silenciamento e/ou modo de visibilização dos interesses camponeses e dos movimentos sociais pela grande mídia pode ser vista como o modo de produção de mais uma linha abissal, conformando um Norte que detém os meios de produção da comunicação em larga escala e tem profundas associações com os interesses do agronegócio e um Sul que carece desses meios. A produção de audiovisuais para serem exibidos no âmbito das comunidades rurais e dos movimentos sociais não é nova, como não são novos a luta contra os agrotóxicos e modelo agroindustrial, o processo de invisibilização dos discursos contra-hegemônicos e dos interesses das porções periféricas da população. Mas, o processo que aqui enfocamos inscreve-se em outro momento histórico, perpassado e fortemente condicionado pelo advento de tecnologias comunicacionais que permitem uma ampla circulação dos discursos contra hegemônicos por canais da internet, por exemplo o Youtube que, associado às redes sociais, ampliam muito a possibilidade de disputar os sentidos sobre os fatos da vida e da sociedade, como os que envolvem o agronegócio e os agrotóxicos. A grande mídia ainda permanece como elemento centrífugo na disputa pelo poder simbólico, reforçada pelos recentes movimentos políticos de direita na América Latina, que abortaram um movimento ainda recente e tímido de avanços em relação à compreensão do que é uma comunicação pública, com reverberações sobre a concentração dos meios de produção nas mãos apenas dos grandes grupos econômicos. Nesse âmbito hoje podemos ter mais esperanças de um melhor equilíbrio entre forças centrípetas e centrífugas da sociedade, no que tange à circulação discursiva.

4- Comunicação, audiovisual e produção de conhecimento na perspectiva das epistemologias do Sul e da ecologia de saberes

A produção de documentários decorrentes da articulação dos movimentos sociais com diversos grupos, em especial acadêmicos, assim como a disputa política nas quais estão inseridas podem ser pensadas a partir da ideia de que uma pluralidade de vozes em diálogo também implica, epistemologicamente, numa pluralidade de saberes em relação.

Por outro lado, o modo de se fazer pesquisa e gerar conhecimento produz tanto a invisibilização de saberes quanto a emergência de novas epistemologias. A invisibilização se dá

pela filiação a paradigmas que constroem formas muito particulares de ver o mundo e os fenômenos que se quer compreender, excluindo outras possibilidades. Quanto mais monodisciplinar e restrita, mais a ciência se aproxima do que Santos (2002) denomina de monocultura do saber. A emergência de novas epistemologias, particularmente na perspectiva do Sul, ocorre a partir de saberes e experiências invisibilizadas pela ciência e pelos processos comunicacionais hegemônicos e depende de um modo de produção de conhecimentos que abarque distintos saberes por meio de processos dialógicos, na direção do que o autor denomina ecologia de saberes.

As proposições de epistemologias do Sul e ecologia de saberes, articuladas, nos fazem ver o que em geral não se percebe: que a dimensão comunicacional de qualquer processo social guarda estreita relação com sua dimensão epistemológica. Em se tratando de processos de luta contra hegemônica, essa relação se torna incontornável como fundamento analítico. Como ponto de partida, podemos dizer que uma comunicação que seja incorporada em processos emancipatórios se obriga à desconcentração da palavra, abrindo espaço para a emergência de saberes que confrontam os instituídos e favoreça novas epistemes conectadas às lutas sociais. A pluralidade de comunidades discursivas pode ser um indicador desse processo, se associada a uma perspectiva da ecologia dos saberes.

A transição paradigmática proposta por Santos, Meneses e Nunes (2004) sugere a busca permanente de novos espaços e experimentação dos saberes desprezados, expressos na proposição de uma sociologia das ausências, que opera sobre as invisibilidades decorrentes da dominação colonial, eurocêntrica e capitalista do Norte Global. Como contraponto, sugere uma sociologia das emergências, que se propõe a imprimir visibilidade a saberes que indiquem possibilidade de transição paradigmática, provenientes principalmente do Sul Global (Santos, 2002).

Nessa perspectiva, o conhecimento é produzido na relação intersubjetiva que emerge do contato de diferentes epistemes (Nunes, 2008), já que as diferenças só se manifestam em relação. Diversos autores têm tratado conceitualmente essa característica relacional e dialógica na produção de conhecimentos em processos emancipatórios, e em Santos (2007) tal perspectiva é central na proposição de uma ecologia de saberes.

Na perspectiva comunicacional que adotamos, o audiovisual não é visto apenas por sua dimensão instrumental, mas também por uma racionalidade estético-expressiva, que tem sido negada pela razão ocidental, denominada por Santos (2000) de razão indolente: uma razão

impotente (que não atua diante de necessidades exteriores a ela mesma), arrogante, metonímica (que se reivindica como a única forma de racionalidade) e proléptica, por não pensar o futuro em função das características anteriores. Os documentários podem assim ser analisados pelas lentes do conhecimento e da descolonização do saber. Para Santos (2002), deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, sendo necessária uma transição paradigmática que se propõe enfrentar a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2005).

Na obra de Boaventura de Sousa Santos, as epistemologias da cegueira e da visão, as sociologias das ausências e emergências, as epistemologias do Sul e a ecologia de saberes são centrais para essa transição. Santos (2000) define a epistemologia da cegueira como aquela que exclui, ignora, silencia, elimina e condena à não-existência epistêmica tudo o que não é suscetível de ser incluído nos limites de um conhecimento que pretende conhecer para dominar. Uma alternativa em oposição seria a construção de uma epistemologia da visão, que buscaria reconhecer as ausências e as emergências em que se configuram outros presentes e outros futuros. Portanto, para o autor, as condições de realização de futuros possíveis pautados em processos emancipatórios apontam a tarefa de desenvolver uma sociologia das ausências e das emergências.

Em ensaio específico que discute tais conceitos, Santos (2002) parte de três pressupostos: (i) que a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo, pautada em uma razão indolente, impotente e arrogante que conforma a ideia de uma razão moderna única e verdadeira, a razão metonímica, que se reivindica como a única forma possível ou verdadeira de racionalidade; (ii) a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade; (iii) finalmente que a concepção ocidental de racionalidade baseia-se, de uma lado, na contração de um presente rasteiro, entrincheirado entre o passado e o futuro; e por outro, em expandir o futuro indefinidamente a ponto de vivermos a perplexidade característica de nossa civilização: a fugacidade da vida presente. Para enfrentar essa crise, Santos nos propõe uma inversão: expandir o presente e contrair o futuro para criar as condições de resgate das inúmeras experiências sociais com potencial emancipatório. Dessa forma, para expandir o presente é proposta uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

A sociologia das ausências busca demonstrar que o que não existe na visão ocidental é, em grande medida, resultado de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas, ininteligíveis e descartáveis. Portanto, o objetivo central da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, a partir daí, transformar as ausências em presenças. Sua tarefa seria então quebrar as cinco monoculturas de nossa civilização ocidental: (i) do saber que transforma a ciência moderna e a cultura erudita em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; (ii) do tempo linear com a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos e o que se opõe a essa direção é atrasado, primitivo, obsoleto, subdesenvolvido; (iii) da naturalização das diferenças e das hierarquias, base dos diferentes racismos e sexismos; (iv) da lógica da escala dominante, que na modernidade ocidental aparece sob duas formas principais, o universal e o global, as quais definem entidades ou realidades em outras escalas como particulares, locais, excêntricas; (v) por fim, a monocultura dos critérios de produtividade capitalista com sua lógica produtivista que torna inquestionável o crescimento econômico, sendo outras realidades consideradas como improdutivas, estéreis, profissionalmente desqualificadas ou decorrentes da “preguiça”. Dessa forma, são constituídas as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Nesse quadro conceitual, é preciso considerar e dar credibilidade às alternativas e experiências contra hegemônicas que criam melhores condições para as disputas políticas e argumentativas com as experiências hegemônicas. Para isso, é necessário identificar os modos de confrontar e superar a concepção de totalidade que a razão metonímica sustenta, o que implica em cinco ecologias em oposição às cinco monoculturas: (i) a dos saberes; (ii) das temporalidades; (iii) dos reconhecimentos; (iv) das trans-escalas; por fim (v) da produtividade concebida para além da lógica capitalista.

Enquanto a sociologia das ausências visa dilatar o presente pelo resgate das experiências e saberes existentes, porém invisibilizados, a sociologia das emergências tem por missão a contração do futuro. Isto é, substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear da modernidade capitalista, “um vazio que tanto é tudo como é nada” (Santos, 2002:254), por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de inúmeras atividades de cuidado, solidariedade, de outras formas de se relacionar com a natureza. Um movimento latente que, embora não completamente determinado e com inúmeras incertezas, se expressa de muitas formas e pode

significar uma tendência, um processo de natureza emancipatória, um “ainda-não” de natureza libertária. Um retorno ao mundo das possibilidades, desprezado, segundo o autor, pela filosofia ocidental. Os momentos dessa possibilidade enquanto potência transformadora seriam a “carência (manifestação de algo que falta), a tendência (processo e sentido) e a latência (o que está na frente desse processo)” (Santos, 2002:256). A sociologia das emergências é, em decorrência, “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (2002:256) por meio de experimentos sociais em andamento.

Para Santos, “enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (2002:257). Ambas apontam uma direção importante para uma comunicação transformadora na construção de outros presentes e seus decorrentes futuros. Permitem uma ampliação e pluralização dos saberes e práticas, identificando neles e seus agentes as tendências de futuro que podem maximizar a probabilidade de esperança em contraposição à frustração. Isso tem a ver com a ideia da imaginação sociológica (Santos, 2002) e seu duplo objetivo: conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança e definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições.

Boaventura de Sousa Santos reconhece a relevância do audiovisual ao considerar as experiências de comunicação e de informação como objetos relevantes para as sociologias das ausências e emergências. Elas levantam diálogos e conflitos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, as redes de comunicação independente transnacionais, regionais e locais e as diferentes mídias independentes alternativas. Consideramos a produção e circulação de documentários elementos relevantes nessa perspectiva, potencialmente canalizadores de sinergias de transformação e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia como experimentos sociais que nos convidam tanto a dar visibilidades como construir novos presentes e futuros possíveis a partir dos anúncios em torno da produção de alimentos saudáveis com economias solidárias e novos paradigmas na relação entre sociedade, trabalho e natureza.

Ao delinear a produção de documentários no âmbito das lutas dos movimentos sociais contra o agronegócio e os agrotóxicos como objeto de atenção e de investigação, temos a esperança de algum modo estarmos colaborando nesse intento de desconstruir e superar a razão metonímica. Ao enfocarmos particularmente a dimensão comunicacional desses processos

sociais, sob a égide da produção social dos sentidos, estamos também tentando produzir evidências e reflexões sobre a importância da dimensão simbólica na identificação, caracterização e delineamento das ausências e das emergências.

Se ausências e emergências podem ser mais visíveis com a expansão do presente e a contração do futuro, como propõe Santos (2002), contrariando a lógica do que ele chamou de "razão indolente", os documentários que tratam do tema dos agrotóxicos, compartilham das experiências e vivências dos camponeses e denunciam as consequências do agronegócio podem, em princípio, serem observados sob esta ótica. O tempo é o agora, em que espoliação e contaminação se dão de forma associada e concomitante; e o futuro já começou como possibilidade nos experimentos que falam de outra agricultura possível, outras relações sociais de trabalho, outros mercados, outras formas de se relacionar com a natureza.

Ampliando-se as aspirações, podemos pensar também em um futuro próximo, pesquisas que busquem avaliar para além da análise epistemológica, sociológica e semiológica dessa produção audiovisual e rastrear os modos de circulação e apropriação dos documentários, com suas reverberações nas lutas políticas e na vida das coletividades. Teremos, então, além de temas, vozes e discursos transformados em objetos possíveis (tarefa que Santos atribui à sociologia das ausências), processos de apropriação desses temas e discursos na vida concreta das famílias camponesas e do conjunto da sociedade, como moradores das cidades em busca de alimentos mais saudáveis e sustentáveis. Entendemos que desta forma esses processos que são considerados ininteligíveis, portanto descartáveis (produzidos como não-existentes, nos termos de Santos), poderiam ser considerados numa nova ordem ontológica e epistemológica, pautada pela ideia das ecologias: dos saberes, das temporalidades, das escalaridades e das produtividades (Santos, 2002).

Considerações finais: processos comunicacionais e novas epistemologias a partir de linguagens sensíveis e criativas

Ao longo do texto buscamos compreender o potencial de documentários produzidos a partir de alianças entre movimentos sociais, cineastas e cientistas engajados em torno de lutas sociais como um espaço para a promoção, emergência e fortalecimento de novas comunidades discursivas, espaços que também contribuem para novas epistemologias. Inscritos de forma estruturante nas lutas sociais, nos processos comunicacionais e nas disputas epistemológicas, as relações de poder e o sistema de acumulação capitalista buscam não apenas invisibilizar as lutas e as proposições de alternativas, mas naturalizar e considerar inevitáveis ideias como a

agricultura industrializada do agronegócio, as tecnologias e o modelo de ciência que sustentam tal agricultura e seus alimentos, assim como noções como progresso e moderno.

Uma crítica às estruturas hegemônicas de poder atua dialeticamente com uma desconstrução das suas políticas de dominação, paralelamente à construção e promoção da criatividade da ação coletiva e individual, já que o coletivo não deveria ser construído para esmagar a criatividade que existe no seio das coletividades e das pessoas. Neste sentido, as novas agendas políticas fortalecidas ao longo do século XX e que fizeram emergir novos movimentos sociais – como o feminismo, o ecologismo, a luta contra o racismo e diversas formas de discriminação relacionadas à dimensão étnica ou da sexualidade – trazem à tona dinâmicas fundamentais para serem articuladas simultaneamente com processos políticos, econômicos, culturais, institucionais e científicos em torno de temas como a saúde, a produção de alimentos e a proteção ambiental.

Além de ser necessário reconhecer as várias formas de poder que permitam a ampliação do político, criando condições para a emergência dentro do político de formas mais plurais, horizontais e autônomas que possam se expressar através da radicalização do processo democrático, é igualmente necessário criar as bases expressivas e processos comunicacionais que ampliem os ciclos de debates e a transição paradigmática em situações de fronteiras e tensões.

Temas como a denúncia às mazelas do agronegócio e dos agrotóxicos compõem uma importante agenda política, epistemológica e comunicacional. Para além da denúncia, a iniciativa da agroecologia no Brasil se constitui como um dos projetos utópicos presentes no cotidiano de inúmeras comunidades do campo e que dão respostas concretas no presente a questões subjacentes à crise civilizatória que vivemos. A proposta agroecológica resgata práticas e saberes do campesinato e outros povos das florestas e águas, vinculados a uma busca da construção permanente de autonomia tanto no âmbito do trabalho, como na relação com a natureza que impregna cosmovisões e produções simbólicas presentes na cultura desses povos. Ao mesmo tempo, a agroecologia reconhece e busca a integração do conhecimento científico da natureza, das técnicas e do funcionamento da ecologia, da agronomia (renomeada como o estudo e prática em torno dos agroecossistemas), dos mercados com novos sentidos sociais, como os mercados institucionais, por exemplo, para as escolas públicas de uma região a partir de experiências de educação do campo e escolas da família agrícola, as feiras agroecológicas, dentre outras (Almeida; Petersen; Cordeiro, 2001).

Compreender práticas de comunicação nas lutas contra os agrotóxicos e pela agricultura camponesa e agroecológica significa percebê-las como produtoras de sentidos por meio de comunidades discursivas e processos dialógicos. A produção e a circulação de audiovisuais como o documentário podem ser percebidas como estratégia de fazer ouvir vozes e discursos habitualmente silenciados, de desconstruir e reconstruir versões e valores em torno de questões como os problemas de saúde, a produção de alimentos, a crise ambiental e alternativas de sociedade. A isto, soma-se sua propriedade de liberar forças criativas e expressivas impulsionadas pela busca imaginativa de sentidos de beleza e de justiça que compõe a vida de qualquer comunidade ou civilização.

Para uma transformação no sentido de uma sociedade que se paute por uma perspectiva emancipatória, é preciso entender os projetos de sociedade em disputa em situações concretas e pensar nas formas de promover a criatividade individual e coletiva a partir destes espaços de emergência de transformação, onde há tensões, conflitos e opressão, mas também alternativas a esta opressão. Nesse sentido, a construção de agendas políticas dentro e entre distintos movimentos sociais busca verificar de que maneira cada uma destas agendas de opressão e de libertação podem articular entre si em novas constelações, considerando as várias tensões que surgem nesse processo de diálogo e articulação. A produção de documentários, em contextos que se contrapõem às perspectivas dominantes e socialmente injustas, pode favorecer a emergência dessas novas constelações, por propiciarem processos criativos que valorizam experiências humanizadoras para além da gramática da linguagem textual e discursiva, ampliando e articulando novos sentidos de saúde, em suas múltiplas interfaces.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. G., PETERSEN, P. & CORDEIRO, A. (2001). *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios a formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: ASPTA.
- ARAUJO, I. S. (2004). Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 8 (14): p.165-177.
- _____. (2013). *A percepção da comunicação como parte do processo de determinação social da saúde* [entrevista na internet]. Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil; 2013 Nov. 28. Entrevista concedida a Jaqueline Pimentel. Disponível em: <http://dssbr.org/site/entrevistas/a-comunicacao-como-ciencia/>
- _____. (2014). Comunicação, Saúde e Cidadania no Brasil. *Comunicação, Desenvolvimento & Sustentabilidade*, 111–122.
- ARAUJO, I. S., MOREIRA, A. D. L., & AGUIAR, R. (2013). Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde [Internet]*. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/738/1378> DOI: 10.3395/reciis.v6i4.Sup1.738pt", *RECIIS*, 6, 4, 738.
- ARAUJO, I. S. & CUBERLI, M. (2015). Comunicación y Salud en America Latina. Un campo en permanente movimiento. En BOLAÑO, C.; DRUETTA, D. C. & CIMADEVILLA, G. (Coo.), *La contribución de América Latina al campo de la comunicación - Historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Prometeo, 338 a 390.
- BAKHTIN, M. (1997) *Estética da Criação Verbal*. Editora Martins Fontes, São Paulo.
- BREILH J. (2006). *Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CARNEIRO, F. F. et al. (2005). *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular.
- DETONI, M. (2010). O audiovisual da não-ficção e a “Maldição do jornalístico”. *Estudos em Comunicações*. 2 (7), 63-84.

- GOHN, M.G. (2008) Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, 21(54): 439-455.
- HESPANHOL, R. A. M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 25 (3): 469-483.
- KAPLÚN, M. (2008). Processos educativos e canais de comunicação. *Comunicação & Educação* 14:68-75
- LITTLE, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes/UNICAMP.
- NUNES, J. A. (2008). O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (80), 45-70.
- OLIVEIRA, A. U. D. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, 15(43), 185-206.
- PETERSEN, P. (2009). Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- PINTO, M. J. (2002). *Comunicação e discurso: introdução à Análise de Discursos*. São Paulo: Hacker, 2ª edição.
- PORTO, M. F. (2012). *Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- PORTO, M. F., ROCHA, D. F. & FINAMORE, R. (2014). Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (10): 4071-4080.
- PREVITALI, F. S., FAGIANI, C. C., GIL, A. D., & LUCENA, C. A. (2013). Educação e cinema: formação política e prática pedagógica junto aos movimentos sociais populares do

Campo. *Revista HISTEDBR On-Line*, 13(50), 161-178. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640300>.

QUIJANO, A. (2005) Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados* (São Paulo) 19 (55).

RIGOTTO, R. M., CARNEIRO, F.F., MARINHO, A.M. C. P., ROCHA, M. M., FERREIRA, M. J. M., PESSOA, V. M., TEIXEIRA, A. C. A., SILVA, M. L. V., BRAGA, L. Q. V. & TEIXEIRA, M. M. (2012). O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(06), 1533-1542.

SANTOS, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

_____. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.

_____. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, S. Paulo: Cortez.

_____. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, (79), 71-94.

SANTOS, B. S, MENESES, M. P. & NUNES, J. A. (2004) Introdução: Para Ampliar o Cânone da Ciência. A diversidade epistemológica do mundo. En Boaventura de Sousa Santos, Semear Outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento.

VAN DER PLOEG, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS.

VERÓN, E. (1980). *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix/USP.

Biografias:

Marina Tarnowski Fasanello

Em Estágio Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Bolsista FAPERJ NOTA10. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Colaboradora do Laboratório de Comunicação e Saúde do ICICT (Laces). Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde do CNPq. Mestre em Educação na UFRJ - Cinema e Educação. Possui graduação em Jornalismo pela UGF e em Pedagogia pela UERJ. Arte-educadora com especialização pedagogia Waldorf. Membro fundador da Escola Granada (Centro de pesquisa e estudos sobre literatura oral, de publicações de livros e cursos de formação de professores no “Processo Criativo da Arte de Contar Histórias”).

marina.fasanello@icict.fiocruz.br

Inesita Soares de Araujo

Doutora em Comunicação e Cultura, pós-doutorado no CES - Coimbra. Investigadora do Laboratório de Comunicação e Saúde e professora do PPGICS, na Fiocruz. Coordenadora do GT Comunicación y Salud da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación e líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde (CNPq). Dedicar-se à relação entre Comunicação e Políticas Públicas, atualmente com ênfase nas relações entre comunicação e desigualdade social na saúde.

inesita.araujo@icict.fiocruz.br

Marcelo Firpo Porto

Atualmente é investigador visitante do CES - Coimbra (2016-2017). Investigador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Está envolvido com a Campanha Contra os Agrotóxicos e é um dos autores do Dossiê Agrotóxicos da Abrasco. Trabalha no desenvolvimento de um enfoque socioambiental crítico e transdisciplinar.

marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br

**5. ARTIGO 2 - METODOLOGIAS COLABORATIVAS NÃO EXTRATIVISTAS E
COMUNICAÇÃO: ARTICULANDO CRIATIVAMENTE SABERES E SENTIDOS
PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social

Marina Tarnowski Fasanello | mtfasanello@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4759-5075>

Código de campo alterado

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação e Saúde – PPGICS. Rio de Janeiro, Brasil.

João Arriscado Nunes | jan@ces.uc.pt | <https://orcid.org/0000-0003-0109-8268>

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia. Coimbra, Portugal.

Marcelo Firpo de Souza Porto | mfirpo2@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9007-0584>

Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

O artigo discute a proposição de metodologias colaborativas não extrativistas e sua relação com a comunicação a partir da obra de Boaventura de Sousa Santos. Partindo de autores como Orlando Fals Borda e Paulo Freire, Santos questiona as metodologias qualitativas que extraem conhecimentos apartados das lutas sociais e não reconhecem os saberes dos sujeitos investigados. A partir desse referencial e de uma pesquisa sobre documentários produzidos no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia, buscamos levantar possibilidades metodológicas relacionais que apontem para processos de co-labor-ação e co-criação. A construção de novas narrativas e conhecimentos dilui fronteiras entre ciência e arte, ao mesmo tempo em que resgata e avança na perspectiva freireana da comunicação enquanto um tornar comum. Entrevistas narrativas e contação de histórias da literatura oral são exemplos dados no artigo que apontam para uma abordagem teórico- poética como alternativa.

Palavras-chave: comunicação; metodologia qualitativa colaborativa; epistemologias do Sul, entrevista narrativa.

Abstract

This article discusses the proposal of non - extractive collaborative methodologies and their relationship with communication based on the works of Boaventura de Sousa Santos. Based on authors such as Orlando Fals Borda and Paulo Freire, Santos questions qualitative methodologies that extract knowledge that is separated from social struggles, while at the same time not recognizing the knowledges of the investigated subjects. Based on this reference and a research on documentaries produced in the context of social struggles against pesticides and agroecology, we seek to raise methodological relational possibilities that point to processes of co-labor-action and co-creation. The construction of new narratives and knowledges dilutes the rigid boundaries between science and art, while at the same time it rescues and advances in the Freirean perspective of communication as a common becoming. Narrative interviews and storytelling of oral literature are examples given in the article that inspire a theoretical poetic approach as an alternative.

Formatado: Inglês (EUA)

Keywords: communication; qualitative methodology; epistemologies of the south, storytelling.

Resumen

El artículo discute la proposición de metodologías colaborativas no extractivistas y su relación con la comunicación a partir de la obra de Boaventura de Sousa Santos. A partir de autores como Orlando Fals Borda y Paulo Freire, que consideran la comunicación un acto de reciprocidad, Santos cuestiona las metodologías cualitativas que extraen conocimientos apartados de las luchas sociales, al mismo tiempo que no reconocen los saberes de los sujetos investigados. A partir de ese referencial y de una investigación sobre documentales producidos en el contexto de las luchas sociales contra los agrotóxicos y la agroecología, buscamos levantar posibilidades metodológicas relacionales que apunten a procesos de co-labor-acción y co-creación. La construcción de nuevas narrativas y conocimientos diluye fronteras entre ciencia y arte, al tiempo que rescata y avanza en la perspectiva freireana de la comunicación mientras un hacer común. Entrevistas narrativas y cuentos de la literatura oral son ejemplos dados en el artículo que apuntan para un enfoque teórico poético como alternativa.

Palabras clave: comunicación; metodología cualitativa; epistemologías del sur, entrevistas narrativas.

Introdução: metodologias colaborativas, comunicação e alternativas na perspectiva das epistemologias do Sul

Este artigo discute o desenvolvimento de pesquisas qualitativas tendo por referência a noção de metodologias colaborativas não extrativistas e sua relação com a comunicação, entendida não apenas como um campo de conhecimentos e práticas, mas também como um componente irreduzível dos possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade. A noção de metodologias colaborativas vem sendo desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos e seu grupo de pesquisa no âmbito das chamadas epistemologias do Sul, em estreita relação com conceitos como linha abissal, pensamento pós-abissal, ecologia dos saberes, tradução intercultural e artesanias das práticas. A discussão metodológica realizada recentemente por Santos¹ articula-se fortemente com dimensões educacionais e pedagógicas da transformação social trabalhadas anteriormente de forma seminal pelos autores latino-americanos Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Em nosso artigo incorporamos a dimensão da comunicação também trabalhadas por esses autores, que consideram a comunicação um processo relacional, um ato de reciprocidade e um tornar comum dialógico onde não há sujeitos passivos em contextos de dominação e lutas por existência em sociedades capitalistas e as epistemologias do Sul ampliam o escopo da dominação para as dimensões coloniais e patriarcais. Freire e Fals Borda são estratégicos porque dedicaram sua obra ao enfrentamento das tensões e alternativas entre ciência e saberes populares, conhecimento e razão, teoria e prática, transformação social e *status quo*, entre sujeito e objeto ou objetividade e subjetividade^{2,3}.

Nos embasamos no material empírico de uma pesquisa de doutorado sobre a produção de documentários que articulam cineastas, movimentos sociais do campo, instituições e pesquisadores no campo da Saúde Coletiva em torno de dar visibilidade às suas três lutas: (i) o uso de agrotóxicos enquanto um problema ambiental e de saúde pública; (ii) o agronegócio enquanto expressão da agricultura capitalista globalizada voltada à produção de *commodities* rurais para o comércio internacional baseado em monocultivos químico-dependentes, na concentração fundiária e de capital; (iii) a defesa da reforma agrária e da produção agrícola familiar, camponesa e agroecológica como alternativa de transformação social que responde aos desafios anteriores.

Inserida numa pós-graduação de Informação e Comunicação em Saúde, a pesquisa assume que as lutas sociais emancipatórias de nosso tempo envolvem disputas por visibilidade, ou seja, por melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e demandas dos

movimentos sociais frente a formas hegemônicas, opressoras e invisibilizadoras de realidades e alternativas⁴. Buscamos aprofundar a compreensão da dimensão transformadora do discurso estabelecendo conexões entre o modo de produção, circulação e apropriação dos sentidos e a natureza da prática social, na sua relação com as estruturas e as lutas sociais⁵. A partir de tais referenciais, a comunicação é analisada na pesquisa como um ciclo, um processo de produção, circulação e apropriação que é constituído por múltiplos e diversos interlocutores com desiguais poderes não só para produzir, mas também para fazer circular seus modos de ver as coisas da vida e do mundo⁶

Compreender a comunicação em sua relação com o enfrentamento das desigualdades significa também perceber e reverter o silenciamento sistemático dos discursos que objetivam desconstruir pensamentos e práticas hegemônicas que excluem, de diferentes formas, sujeitos e seus saberes, assim como outros projetos de sociedade. Em outras palavras, trata-se de melhor compreender a dimensão comunicacional no âmbito dos movimentos sociais articulados em redes e alianças com diferentes organizações, instituições e pesquisadores relacionados às estratégias das lutas de tais movimentos por reconhecimento e dignidade⁵. A proposta deste artigo é também a de avançar metodologicamente a partir do paradigma freireano que fundamenta as epistemologias do Sul, fornecendo elementos que permitam futuramente melhor articular a ideia da comunicação enquanto o tornar comum, com as bases teóricas da comunicação que a assume como um mercado simbólico de disputas e assimetrias em uma sociedade desigual. Para as epistemologias do Sul, a compreensão das estratégias comunicativas implica a construção de métodos colaborativos que permitam avançar nas lutas e resistências voltadas ao fortalecimento e à autonomia das vozes subalternizadas, em nosso caso de camponeses e movimentos sociais do campo em luta contra o modelo perverso de desenvolvimento agrário imposto pela agricultura industrial capitalista. Há, portanto, mais que disputas de poder e pontos de vista em jogo, já que a perspectiva freireana e das epistemologias do Sul assume um lado ético e político para além da superação das desigualdades: a dimensão ética e política é simultaneamente ontológica, epistemológica e comunicacional, portanto possui lado claro nas lutas sociais em jogo, que são simultaneamente anti-capitalistas, anti-coloniais e anti-patriarcais.

Ao longo da pesquisa buscou-se, mais que compreender tais lutas e suas estratégias, pensar em objetos de pesquisa e metodologias de investigação que avancem na possibilidade de apoiar tais lutas e transformações sociais a partir de diferentes narrativas que emergem simultaneamente enquanto uma pluralidade de vozes, experiências e saberes. Nesse sentido,

houve uma crescente aproximação com o referencial das epistemologias do Sul, o que gerou reflexões com desdobramentos metodológicos acerca das condições de realização de entrevistas e dos processos de construção de relatos significativos, termo este que será trabalhado mais à frente. Tal aproximação resultou em uma articulação teórica entre as dimensões comunicacionais e epistemológicas ⁷, e desembocou posteriormente na ideia de metodologias colaborativas não extrativistas como alternativa para pensar um trilhar metodológico que, a par de permitir a consecução dos objetivos previstos para a pesquisa, guarde coerência com a fundamentação das epistemologias do Sul. Contudo, neste artigo não temos a pretensão de aprofundar as tensões e possibilidades de articulação entre diferentes paradigmas, o que envolve tensões e possibilidades de superação que ultrapassam os limites do presente artigo. Por exemplo, ao se posicionar claramente ao lado dos excluídos radicalmente, há aqui a possível crítica de se perder a objetividade e criar análises maniqueístas quanto às disputas em jogo, e certamente esse é um dos grandes desafios permanentemente enfrentado pelas epistemologias do Sul.

A pesquisa referida está inserida em uma cooperação acadêmica mais ampla entre a Fundação Oswaldo Cruz e o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, fundado em 1978 e dirigido por Boaventura de Sousa Santos. O CES é o principal palco acadêmico da construção, no âmbito das teorias pós-coloniais, do que veio a ser denominado por Boaventura de Sousa Santos e seu grupo de pesquisa como as epistemologias do Sul,

Ao longo do artigo buscamos refletir sobre a construção de metodologias colaborativas não-extrativistas sob a lente das epistemologias do Sul a partir de um conjunto de questões que orientam e organizam o presente artigo. No próximo item apresentamos o significado/definição das Epistemologias do Sul e a recente proposição de metodologias colaborativas não extrativistas. Em seguida discutimos a relação entre as epistemologias do Sul e a comunicação, compreendida como o *tornar comum* a partir de processos dialógicos, em particular no contexto das lutas travadas por populações excluídas e movimentos sociais. Ou seja, como podemos compreender a comunicação frente às estratégias de dominação e resistência que caracterizam a crise civilizatória e como perceber o papel da comunicação para a criação de alternativas emancipatórias.

No tópico seguinte damos continuidade ao tema das metodologias colaborativas não extrativistas abordando alguns dos limites das metodologias qualitativas convencionais, e sugerimos alguns princípios e estratégias de avanços com o apoio de noções como co-criação,

performance e artesanias das práticas. Inspiramo-nos, além de Boaventura de Sousa Santos, em autores que discutem o papel da arte, das narrativas e das histórias da literatura oral^{8,9} na construção de novas abordagens metodológicas e pedagógicas na investigação e produção de conhecimentos. Para tais autores, a racionalidade lógica e logocêntrica, expressa exclusivamente pela linguagem falada e escrita, não pode captar diferentes enunciações, sentidos e saberes fundamentais aos processos relacionais e dialógicos que, para serem coerentes e efetivos, necessitam de formas sensíveis de expressão para serem percebidas e gerarem outras formas de comunicação. Essa discussão é complementada por outra que apresenta a proposta de entrevista narrativa e do uso de histórias da literatura oral para a sensibilização e construção de intersubjetividades que possibilitem a emergência de relatos significativos, proposta essa que foi assumida como contribuição da pesquisa já mencionada. Por fim, concluímos o artigo sugerindo uma abordagem teórico-poética⁹ como um dos componentes das metodologias colaborativas que, ao incorporar diferentes linguagens e formas de expressão no processo dialógico a partir de narrativas, pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias colaborativas a partir do resgate não apenas dos elos silenciados (noção que será trabalhada mais a frente) associados às violências abissais, mas de conhecimentos e projetos utópicos que envolvam e integrem amplamente sentidos, saberes e sonhos emancipatórios construídos nas frestas das opressões e distopias em curso.

Epistemologias do Sul e metodologias colaborativas não extrativistas

As epistemologias do Sul podem ser compreendidas como um amplo corpo teórico crítico e em construção que propõe um pensamento alternativo de alternativas para enfrentar o pensamento único da modernidade eurocêntrica. No prefácio do livro que tem como título epistemologias do Sul¹¹, encontramos as perguntas-chaves cujas respostas orientam sua criação:

[...] Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?

No mesmo prefácio esclarece-se que as epistemologias do Sul buscam responder tais questões e são definidas como um

[...] conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes.

Um dos conceitos mais importantes e originais das epistemologias do Sul é o pensamento abissal, ou ainda a linha abissal¹². Eles fazem parte de uma proposta epistemológica e política para entender como a modernidade, em sua tríplice forma de dominação (capitalismo, colonialismo e patriarcado), mais que excluir trabalhadores explorados, exclui radicalmente pessoas da condição de humanos e sujeitos portadores de direitos e saberes. A linha abissal é simultaneamente radical, invisível e invisibilizadora, e se encontra por detrás de fenômenos como o racismo, a xenofobia e outras formas de violência contra indígenas, favelados, mulheres e homossexuais, dentre outros grupos presentes no Sul Global. Este inclui os países das regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo moderno, também denominadas “Terceiro Mundo” após a II Guerra Mundial¹¹. Trata-se, porém, de um conceito dinâmico que transcende divisões geográficas, já que podemos falar de um Norte dentro do Sul, e de um Sul dentro do Norte.

O conceito de linha abissal rompe com a ideia que os objetivos de inclusão social estão abertos a todos, seja pela utopia socialista ou pela liberal. Além da luta contra a exclusão social e econômica do capitalismo, há outra luta com implicações simultaneamente políticas e epistemológicas. A linha abissal poder ser entendida como a que

[...] impede a co-presença do universo “deste lado da linha” com o universo “do outro lado da linha”. Do lado de lá, não estão os excluídos, mas os seres sub-humanos não candidatos à inclusão social. A negação dessa humanidade é essencial à constituição da modernidade, uma vez que é condição para que o lado de cá possa afirmar a sua universalidade. Assim, práticas que não se encaixam nas teorias não põem em causa essas teorias, e práticas desumanas não põem em causa os princípios da humanidade (p.16)¹³.

Um grande desafio assumido pelas epistemologias do Sul é construir um pensamento pós-abissal, uma síntese da ideia de transição utópica para uma sociedade pós-capitalista, pós-colonial e pós-patriarcal. Segundo Santos¹², um pensamento pós-abissal exige uma sociologia pós-abissal baseada em pelo menos dois princípios: o primeiro é construir conhecimentos a partir da perspectiva dos que sofrem as exclusões radicais, e não exclusivamente a partir de uma ciência que se arroga detentora da única fonte de saber legítimo e confiável. Daí a importância de a ciência e os cientistas reconhecerem seus limites e saberem dialogar com

outros saberes externos à própria ciência e presentes nas visões de mundo, práticas e lutas dos excluídos do Sul Global.

O segundo princípio, de especial relevância para este artigo, é conhecer com e não sobre, base da ideia de uma metodologia colaborativa não extrativista, a qual vem sendo desenvolvida recentemente por Boaventura de Sousa Santos¹ em sua busca por avançar a partir de trabalhos de intelectuais como Paulo Freire e Orlando Fals-Borda, com suas proposições similares respectivamente de pesquisa-ação e investigação-ação participante voltadas a fortalecer as transformações sociais a partir dos oprimidos. No Brasil, um dos principais autores da educação popular que busca avançar em metodologias participativas principalmente a partir de Paulo Freire é Carlos Henrique Brandão¹⁵.

Santos¹ questiona as metodologias qualitativas basicamente por duas razões: quando preocupadas em extrair conhecimentos apartados das lutas sociais, e quando não reconhecem os saberes dos sujeitos investigados, o que, de alguma forma, reforça uma visão colonial por negar a própria condição ontológica dos sujeitos excluídos enquanto portadores e produtores de saberes. É justamente dessa ideia de uma exploração sem limites que surge a analogia com o extrativismo enquanto regime de exploração econômica desenvolvido pelo capitalismo no Sul Global e intensificado nas últimas décadas na América Latina, mesmo nos governos liderados por partidos de esquerda. Para Santos, as ciências sociais desenvolvem métodos de investigação que estão mais preocupados em extrair informações de pessoas e comunidades transformados em objetos, cujos conhecimentos possuem uma autoria restrita aos próprios pesquisadores especialistas, sistematicamente apartados das lutas sociais.

Os métodos qualitativos convencionais, em nome de uma pretensa objetividade ou neutralidade científica, estão mais preocupados em pesquisar entidades e processos exteriores aos próprios pesquisadores, portadores que são do conhecimento científico privilegiado. Como observam Santos¹ e Nunes¹⁶, tais métodos presumem a possibilidade e necessidade de uma ciência “neutra”, de forma distinta das epistemologias do Sul que, sem confundir objetividade com neutralidade, assumem ética e politicamente o lado dos excluídos.

O problema para uma teoria crítica que se propõe transformadora passa a ser, sob a ótica das epistemologias do Sul, como pesquisar junto com os excluídos radicalmente em sua condição ontológica e enquanto detentores de saberes e sujeitos de direitos normalmente desprezados e invisibilizados. Como reconhecer tais sujeitos e criar condições para que possam potenciar a

sua agência se os métodos de investigação adotados excluem sua condição de sujeitos, ignoram seus saberes e lutas fundamentais?

As epistemologias do Sul anunciam os saberes como situados, sendo validados localmente a partir de uma opção política que considera a forma como estes afetam os oprimidos. Traz, assim, um desafio ético àqueles que produzem conhecimento, pois os responsabiliza em relação aos efeitos de seus trabalhos no mundo. Portanto, o desafio estratégico reside em como construir conhecimentos junto com os excluídos concretizados em diversas pessoas, comunidades e movimentos sociais do Sul Global, articulados com as lutas sociais por dignidade em curso e que considerem e fortaleçam os sujeitos enquanto portadores de direitos, saberes e capacidade de agenciamento. Esse é, portanto, o sentido fundamental das metodologias colaborativas não extrativistas. Elas transcendem as propostas de pesquisas e metodologias participativas por considerarem a participação mais que uma devolução, partilha, troca ou *empowerment* junto aos sujeitos sistematicamente excluídos ou tutelados. Trata-se de pensar a pesquisa como uma “co-criação” para a produção de conhecimentos “co-labor-ativos”, assim como a intervenção no mundo uma “co-responsabilidade” decorrente do trabalho conjunto, um “*co-laborar*” de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica.

Como as metodologias colaborativas implicam pesquisar com o percurso da pesquisa e a trajetória de campo definidos previamente por certos pressupostos teóricos, hipóteses e métodos, ainda que críticos e participativos, sempre correm o risco de caminharem na direção oposta. Ao se fecharem para uma construção conjunta que permita reelaborar objetivos e métodos ao longo do próprio processo de investigação em bases éticas justificáveis, em tese um objetivo relevante de qualquer pesquisa, os pesquisadores não contribuem para o surgimento de novas questões e respostas que poderiam ser produzidas a partir dos desdobramentos decorrentes das relações com os saberes e contextos de luta dos sujeitos e movimentos sociais com os quais a pesquisa interage. Isso ocorre justamente quando sujeitos são transformados em objetos portadores de informações a serem analisadas por especialistas das ciências sociais ou de quaisquer outras áreas científicas, ainda que com as melhores intenções de produzirem o “melhor” conhecimento¹⁵, ou como “informantes”, como têm sido designados nas concepções dominantes de pesquisa qualitativa. Portanto, pensar metodologias colaborativas não extrativistas implica, mais que expressar diferentes perspectivas ou pontos de vista das populações ou comunidades, reconhecê-las como portadoras de saberes legítimos e com eles interagir. Este é o objetivo da ecologia de saberes^{11,12, 13}, que dessa forma busca

fortalecer os sujeitos oprimidos envolvidos em lutas emancipatórias por reconhecimento e dignidade.

Metodologias colaborativas e comunicação: produção de intersubjetividades para o inter-agir em diálogo com os excluídos e as lutas sociais

Um desafio central das metodologias colaborativas é a criação de subjetividades e espaços de interações que transformem objetos em sujeitos, ou seja, conhecer não os outros, e não apenas para os outros, mas sim junto com os outros. Trata-se de tarefa extremamente complexa e difícil, e que exige um exercício de tradução intercultural que crie os espaços de diálogo e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas⁹.

A comunicação, o tornar comum enquanto elemento constituinte central do viver em relação, é importante fonte de inspiração para a construção de metodologias colaborativas de natureza relacional e processual. Tais metodologias caracterizam-se por produzir novos conhecimentos na medida em que articulam saberes a partir de processos inovadores de relacionamento e comunicação. Busca-se dessa forma superar os limites de métodos qualitativos convencionais, ainda que críticos, quando demasiadamente logocêntricos e preocupados com resultados embasados em referenciais, pressupostos e expectativas que se fecham ao novo, ao estranho e ao contingente. Métodos de registro e análise são tanto melhores quando favorecem a busca por diálogos com os grupos excluídos e as lutas sociais, como pela produção de relatos significativos enquanto ato de co-criação, co-laboração e inter-ação. Trata-se de abrir possibilidades que não coloquem o pesquisador numa perspectiva hierárquica de controle de qualidade e critérios de superioridade que os afastem dos sujeitos sociais excluídos, seus saberes e lutas. Tal postura colaborativa não extrativista, contudo, não significa rejeitar técnicas e métodos produzidos pelas ciências sociais que podem ser úteis para a pesquisa qualitativa.

Para enfrentar tais desafios, certamente complexos e incertos, e justamente por isso, precisamos nos apoiar em performances sensíveis e criativas que propiciem relações entre os sujeitos enquanto portadores e co-produtores de conhecimentos, um trilhar paradoxalmente mais preciso na medida em que caminha sem receitas prontas. A fluidez necessária à uma comunicação mais horizontal entre sujeitos implica espontaneidade, que não precisa se confundir com espontaneísmo anárquico. É por isso que os referenciais teóricos e metodológicos precisam se renovar e ampliar o repertório de sentidos e linguagens

comunicativas para além do discurso logocêntrico que tende a ser excludente. Essa ideia tem forte conexão com o que Santos denomina de artesanania das práticas¹⁸, ou seja, a pesquisa e a metodologia compreendidas como um trabalho artesanal com as suas próprias regras, critérios de validação e de objetividade. A ideia aqui é que cada pesquisa pode ser compreendida como uma obra necessariamente singular, ainda que com semelhanças com outras produzidas anteriormente, porém originalmente (re)elaborada diante dos percursos, percalços e compromissos que surgem ao longo do processo investigativo.

O pesquisador que pretende trabalhar com metodologia colaborativa geralmente possui habilidades não restritas ao conhecimento dos métodos qualitativos e uma disposição para o engajamento solidário nas lutas sociais nos quais a pesquisa está inserida: sua habilidade central é a sensibilidade para escutar, dialogar e rever conjuntamente diversos elementos constituintes da pesquisa, como perguntas e estratégias de divulgação dos resultados. Daí decorre, em nossa avaliação, a inextricável relação entre as metodologias colaborativas não extrativas e a comunicação. Uma pesquisa, para ser colaborativa, envolve necessariamente a construção e o exercício de intersubjetividades que abarquem múltiplos sentidos de ser, estar e perceber o(s) mundo(s) para a emergência de novos conhecimentos, assumidos sempre como um ato criativo mais solidário, não solitário nem de autoria individual, outra importante barreira e desafio para a realização de metodologias colaborativas.

Segundo Santos¹, o entendimento da prática da pesquisa como uma artesanania das práticas provém dos trabalhos seminais do sociólogo estadunidense Charles Wright Mills¹⁹, em especial sua proposta de imaginação intelectual e a ideia da investigação como um ofício e do pesquisador como um artesão. As proposições de Mills são respostas frente às críticas às tendências que dominavam a sociologia do seu tempo - e que hoje persistem sob formas renovadas -, do que ele designava de “grande teoria” e de “empirismo abstrato”. Tal perspectiva também vai ao encontro da ideia de Walter Benjamin²⁰ em seu ensaio “O contador de histórias – Considerações sobre a obra de Nikolay Leskov”, no qual denomina a arte da narrativa como a dimensão artesanal da comunicação. Para Benjamin, a fonte da narrativa está na necessidade humana de compartilhar experiências não só individuais como as coletivas, que o contador de histórias vai incorporando a partir dos relatos que escuta na teia de relações em que está inserido. Com seu dom e sua sabedoria promove uma escuta que permitirá a seus ouvintes incorporarem tais narrativas às suas experiências e, dessa forma, continuem a compartilhá-las com outras pessoas de suas comunidades, pois “a experiência que passa de pessoa em pessoa é a fonte a que recorrem os narradores”. Segundo Benjamin, a

arte de narrar estaria definindo, já que o conhecimento tecido na experiência, a sabedoria, não é reconhecida nem validada “com a consolidação da burguesia da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes...”. Trata-se de uma reflexão crítica extremamente interessante para entendermos a comunicação e a informação na modernidade capitalista. A arte de narrar expressa uma atividade comunicativa que reinventa e inspira a vida através do tornar comum as experiências compartilhadas, enquanto a informação, no contexto da modernidade capitalista de acordo com Benjamin, reflete uma pretensa verdade factual a partir de uma suposta objetividade e neutralidade, o “fato” descoberto e revelado pelo jornalismo especializado da mídia. Em nossa perspectiva, essa objetividade se assemelha, em sua pretensão de verdade, ao conhecimento especializado obtido pelos cientistas, sendo tal compreensão mais uma das contribuições das Epistemologias ao aproximar as dimensões comunicacionais e epistemológicas das questões éticas e políticas relacionadas às lutas sociais. O fim da narrativa conectada às experiências individuais e coletivas representa, mais que a superficialidade do processo comunicacional, o fim da inspiração e da reflexão de outras possibilidades de pensar, viver e transformar, e é justamente isso que justifica nossa proposta de aproximação com a arte como uma das bases das metodologias não extrativistas, cuja natureza de co-criação é central.

Por isso, para nós o resgate da epistemologia implica o resgate das narrativas, da sabedoria e da arte como elementos constituintes do processo investigativo e da produção de saberes, sendo uma tarefa estratégica das metodologias colaborativas. Trata-se de outro caminho possível que permite refletir sobre outras formas de pensar a pesquisa. Uma forma que se aproxima da abordagem ‘teórico-poética’ de incorporar e interpretar as experiências, tal como propõe Machado⁷. Consideramos importante para a pesquisa qualitativa nos apropriarmos dessa proposta de aprendizagem na arte narrativa, de olhar para o tema que estamos investigando e interagir com ele simultaneamente de forma teórica e poética, permitindo “um espaço para o exercício de recursos internos – perceptivos e intuitivos” (p. 178). A junção entre análise intelectual teórica e percepção afetiva poética permitiria criar melhores condições de comunicação, outras formas de pensar e agir justamente porque a *presença* da narrativa traz vivas as questões do presente para construir possibilidades do que poderá vir a ser o futuro. A partir daí podemos assumir como, mais que confiança, a presença e a espontaneidade são dinâmicas importantes para a construção de alternativas, ou seja, para a própria sociologia das emergências, embora a busca consciente por tais dinâmicas não necessariamente garanta a emergência das alternativas almejadas.

Nenhuma poesia pode ser recitada da mesma maneira, seja naturalmente por pessoas diferentes, mas também em contextos diferentes, inclusive pelas mesmas pessoas. O improviso passa a ser estratégico para alcançar a espontaneidade necessária para que a presença ativa seja marcante, para além do método rigidamente pré-programado, da repetição, do planejamento, ou de linguagens mais (pre)ocupadas com a participação ativa e autoral do espectador do que com outras formas de análise que tenham na interação mais livre e menos hierárquica entre os vários sujeitos o fio condutor do método. De certa forma, é justamente isso o mais interessante e profundo do que buscamos realizar e pesquisar na investigação de temas como a experiência do documentário nas lutas sociais por saúde.

A proposta de artesanias das práticas por Boaventura Santos busca atualizar o papel da imaginação e do trabalho artesanal enquanto diluidores de fronteiras rigidamente impostas pela modernidade eurocêntrica, a qual tende a polarizar e distanciar ciência e arte, ou objetividade e subjetividade. Assumir tal posição não significa, contudo, que caiamos facilmente em relativismos ou incomensurabilidades que podem nos afastar das questões que, afinal de contas, ética e pragmaticamente, buscamos de alguma forma responder, ainda que com incertezas e incompletudes¹. Frequentemente as questões com as quais trabalhamos implicam urgências decorrentes das lutas sociais e por sobrevivência frente às inúmeras formas de violências impostas aos excluídos. É por isso que Santos²¹ se contrapõe aos pensadores pós-modernos que assumem um relativismo cultural e renunciam a projetos coletivos utópicos de emancipação social.

Temos aqui um duplo desafio a enfrentar e que certamente interfere na questão metodológica. De um lado, precisamos atuar com urgência para enfrentar brutalidades sem com isso nos desumanizarmos ou perdermos a vontade de continuar lutando solidariamente para transformar o mundo. De outro, precisamos construir as condições de comunicação e diálogo – o tornar comum - para o conhecer e o agir em conjunto com os sujeitos da pesquisa. É por isso que Santos¹ menciona a importância da dimensão terapêutica do fazer pesquisa quando trabalhamos com os excluídos. Essa dimensão é pouco reconhecida e trabalhada pela academia hegemônica por uma visão de ciência “objetiva” e desumanizada, apartada das lutas por dignidade. Isso se reflete em discussões metodológicas que raramente consideram a redução do sofrimento, especialmente o injusto e o desnecessário, a autoestima e a celebração da vida como componentes do processo de construção de conhecimentos.

Ao percebermos a relevância de componentes éticos e relacionais que exigem formas sensíveis de comunicação, torna-se inevitável ampliarmos nosso leque metodológico e abrimo-nos para a incorporação de diferentes estratégias e expressões comumente desconsideradas no âmbito acadêmico. Falamos aqui da incorporação de inúmeros saberes e práticas que podem humanizar a pesquisa e os métodos utilizados a partir de uma ampliação dos sentidos corporais e afetivos, que ao vibrarem em ressonância entre os diferentes sujeitos da pesquisa, permitem uma orquestração polifônica não apenas de vozes, mas um diálogo diferenciado, autêntico, que melhor se aproxima da dimensão ética pretendida por uma pesquisa colaborativa. Exemplos de saberes e práticas nessa direção são, entre outros, a música, o teatro, a pintura e, de especial interesse no trabalho de pesquisa que embasou as reflexões deste artigo, o audiovisual, a literatura oral e a contação de histórias a ela associada. Contudo, sobre essa diversidade de possibilidades de humanização para a construção de metodologias colaborativas somente nos debruçaremos após discutirmos sua relevância a partir de experiências de trabalhos de lutas sociais em redes junto com os movimentos sociais.

Lutas por visibilidade, dispositivos comunicacionais e construção de saberes em redes com os movimentos sociais

As epistemologias do Sul permitem lançar um novo olhar sobre a comunicação, seja ela em saúde ou qualquer outra área, pois evoca tarefas prioritárias como a emancipação social, o enfrentamento das desigualdades sem aniquilar diferenças identitárias, a relação dialógica com os movimentos sociais, o diálogo com as populações excluídas radicalmente e o reconhecimento de suas lutas, saberes e direitos. Enfim, a promoção de processos mais democráticos, inclusivos e dialógicos para a produção e circulação de sentidos, ideias e saberes na sociedade que fortaleçam a transição paradigmática e civilizatória.

Nas sociedades modernas e com fortes desigualdades sociais, a mídia hegemônica tende a ser mais um instrumento de opressão a serviço das classes dominantes ²². Então, como fazer uma comunicação de modo emancipatório a partir das lutas populares que defendem e legitimam as suas aspirações? Tal questão é atualmente bastante relevante, já que o neoliberalismo busca destruir as alternativas ao atual modelo de concentração de riqueza e de destruição ambiental, usando justamente para isso de argumentos como a democracia e o direito à informação e aos meios de comunicação social. Em contraposição a essa visão, o discurso pós-colonial ressalta a dimensão política e epistemológica da dominação e das resistências, contribuindo para compreender como o discurso sustentado pelo modelo de ciência na modernidade é também

um discurso colonial. Mídia e ciência caminham paralelamente, já que ambos se assentam na concentração de um poder que exclui outras formas de ser e saber, seja pela legitimação de um critério único de verdade pela ciência moderna, seja pelos mecanismos de difusão das informações e ideias produzidas e divulgadas pela mídia hegemônica.

Como apontam Araújo e Santos²³, podemos perceber a linha abissal nos canais ou veículos de comunicação a partir da divisão estabelecida pela modernidade: a mídia atualmente é considerada exclusivamente aquela associada às tecnologias modernas, como a televisão, as rádios, a internet ou os jornais de grande circulação. Estes são considerados racionais, eficientes, “modernos”. Por sua vez, grande parte das formas e canais de comunicação pré-existentes à modernidade e que continuam sendo utilizados em várias partes do Sul Global, como os baseados na oralidade, na performance de rua, no teatro, na poesia popular como a literatura de cordel, todos esses dispositivos são “não-tecnológicos”, e classificados como parte do “exótico, supersticioso, folclórico, arcaico e irrelevante”. O pensamento abissal na comunicação termina “excluindo e/ou invisibilizando outras gramáticas de comunicação, outras vozes, narrativas e saberes” (p. 79).²³

Reconhecer o epistemicídio que ocorre a partir do monopólio da produção do conhecimento científico, configurada como único modelo, permite-nos enxergar o impedimento da emergência de outras formas de saber que não se encaixem nos critérios científicos de legitimidade. Da mesma maneira, reconhecer e enfrentar o monopólio da produção e circulação de informações, ideias e alternativas de sociedade configura-se como um desafio central para as lutas emancipatórias de nosso tempo, no qual a dominação simbólica se torna um elemento importante das relações sociais²³. Nesses casos, a articulação entre estratégias políticas e discursivas podem privilegiar certos lugares de fala e invisibilizar outros, podendo dessa forma se articular com um poder opressor. A comunicação aqui possui um papel estratégico para as lutas sociais e o que Santos¹¹ denomina de sociologia das ausências, a qual realiza a crítica e busca reverter a produção de realidades inexistentes pelo pensamento hegemônico. Grupos desprivilegiados e subalternizados no campo social também exercitam as sociologias das ausências e das emergências na medida em que produzem e circulam estrategicamente outros discursos com informações, saberes e interpretações que constituem artes e artesanias de resistência. Para Araújo e Santos²³, é necessário promover uma sociologia das ausências que faça “emergir outras linguagens, outras narrativas, outras propostas, conhecimentos, testemunhos e experiências não apenas enquanto exercício

cultural, mas como recusa de uma narrativa linear e monocultural e expansão da imaginação política para lá do ocidente” (p.79).

Portanto, torna-se estratégico problematizar as implicações dos discursos reduzidos e das interpretações manipuladoras da realidade realizadas pelas abordagens dominantes, principalmente em relação aos processos de produção, circulação e apropriação de discursos e saberes. Para isso “novos actores, novas experiências têm vindo a ser reveladas e discutidas, alargando a base dos debates produzidos pelas críticas da modernidade à herança colonial”²⁴ (p.7). Exemplos dessas experiências são alternativas de comunicação articuladas às lutas sociais que vêm relacionando novas construções discursivas com o potencial de transformar e enfrentar os obstáculos ao uso de qualquer canal de comunicação, buscando uma melhor compreensão da natureza e das características de suas mediações culturais, sociais, institucionais e tecnológicas.

Essa perspectiva da comunicação indissociável das lutas sociais busca também desvelar os elos silenciados pelos processos de dominação dos interesses e racionalidades hegemônicos. A noção de elo silenciado que propomos busca estabelecer uma conexão entre a comunicação e as epistemologias do Sul, pois revela e aprofunda a compreensão das formas sociais de produção da não existência de modos de ser, de saberes, experiências e alternativas que marcam o mundo contemporâneo em sua dimensão comunicacional. Ao nosso ver, a noção de elo silenciado se relaciona com a linha abissal na medida em que a não existência ontológica e epistemológica é ativamente produzida por processos simultaneamente invisíveis e invisibilizadores de discriminação como o racismo, a xenofobia e outras formas, os quais silenciam o que é considerado “absurdo” ou “primitivo”. A sociologia das ausências, em sua interface com a comunicação, busca compreender tanto os processos sociais de silenciamento nos quais certas formas de ser, existir e conhecer são desprezadas e ocultas, como o seu reverso, ou seja, as expressões de sentidos e saberes dos sujeitos excluídos.

Os elos silenciados podem dar mais clareza aos processos de invisibilização e visibilização dos sujeitos excluídos e seus saberes. Eles dizem respeito à não existência socialmente produzida de populações do “Sul Global”, bem como aos processos de desqualificação de tudo que contradiz ou coloca-se como alternativa ao que é considerado pela racionalidade monolítica moderna como “progresso”, “científico”, “produtivo”, “universal” e “global”. Uma comunicação emancipatória busca explicitar tais elos silenciados em diferentes espaços e com o apoio de diferentes mídias e linguagens, tornando visíveis e fornecendo credibilidade desde

questões como as violências realizadas contra populações radicalmente excluídas, até as alternativas presentes e produzidas pelas lutas sociais, de modo a reforçar o poder de agência das populações e dos movimentos sociais envolvidos. Nesse sentido, os elos, como metáfora, não podem ser considerados apenas enquanto perdidos, sendo este decorrente dos genocídios e epistemicídios. Os elos silenciados permanecem enquanto realidades sociais, ontológicas e epistemológicas presentes na realidade do Sul Global, do “lado de lá” da linha abissal, e por isso são invisibilizados, considerados não existentes. São possibilidades reais de transformação justamente não somente porque existiram ou são utopias, mas porque existem e disputam outros tipos de sociedade, convívio e economia. Exemplos concretos são a agricultura camponesa e agroecológica, as feiras diferenciadas que integram mercado, solidariedade e intercâmbio de experiências, assim como inúmeros concepções e conhecimentos de saúde provenientes das populações dos campos, florestas e águas.

No caso da pesquisa referida anteriormente envolvendo os movimentos sociais do campo, a emergência dos elos silenciados manifesta-se nas proposições e articulações de lutas sociais que conectam tanto denúncias (as lutas contra a agricultura industrial capitalista e os agrotóxicos) como as alternativas (a agricultura camponesa e agroecológica). Ambas expressam e atualizam questões com múltiplos sentidos de economia, trabalho, ambiente e saúde que são constitutivas desses elos silenciados. Tais questões consubstanciam-se em diferentes temáticas e proposições que passam a fazer parte do vocabulário das lutas: alimentação saudável; trabalho digno, autônomo e sem exploração; o direito à terra e à reforma agrária; o reencontro entre sociedade, produção, trabalho e natureza na busca de um meio ambiente equilibrado; educação e saúde no campo que considere a singularidade dessas populações e seus conhecimentos; o papel e a função social da ciência explicitando suas incertezas e contradições éticas.

Em realidade, trata-se de um grande desafio tanto epistemológico quanto político construir processos que expressem para a sociedade o que está em jogo desse debate. A questão dos agrotóxicos é particularmente exemplar para tornar mais explícito o papel da ciência, suas incertezas, contradições e problemas éticos. De um lado, há todo um investimento num modelo de ciência aplicada à agricultura para o controle das “pragas” e o aumento da produtividade agrícola, cujos resultados fazem parte das inovações tecnológicas do agronegócio que integra o mercado de exportação de commodities para a economia global. Nessa perspectiva hegemônica, a agricultura familiar camponesa e a agroecologia, com suas práticas agrícolas “primitivas” e propostas de um mundo “utópico” de integração entre

sociedade, economia, produção e natureza com solidariedade, não representariam alternativas plausíveis para um mundo “moderno”, “produtivo”, tecnológica e economicamente eficiente. Do lado hegemônico encontram-se não apenas as vozes do agronegócio e dos defensores dos agrotóxicos, mas de boa parte das instituições modernas, da ciência clássica e, certamente, da mídia hegemônica, que é financiada pelos setores econômicos mais poderosos e reproduz a racionalidade monolítica dominante. Do lado das populações oprimidas, cuja existência é negada e sistematicamente silenciada, encontram-se camponeses, movimentos sociais do campo e, ainda, organizações e cientistas ativistas que solidariamente se aliam aos que lutam por tornar plausível um mundo agroecológico e sem venenos. As lutas sociais de tais grupos não pretendem apenas desconstruir argumentos do outro lado, mas romper as barreiras que silenciam e condenam à não existência seus saberes e suas experiências. Trata-se, portanto, de uma batalha simultaneamente epistemológica, comunicativa e política que busca romper com a comunicação imposta para o controle e a dominação, desvelando outras racionalidades e vozes que ampliem o presente, por conseguinte, possibilitem outros futuros. O processo de visibilização dessas vozes silenciadas é tarefa da sociologia das ausências, mas quando essas falam e experienciam alternativas sociais críveis que se apresentam, temos a sociologia das emergências. Esta consiste “numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido referentes tanto à compreensão como à transformação do mundo”¹²(p.79).

Ao falarmos da comunicação a partir das lutas e movimentos sociais, levantam-se temáticas como a questão do direito à comunicação; da comunicação em rede; do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e discriminados; da criação de sistemas alternativos de comunicação como forma de rejeição aos regimes hegemônicos. A comunicação em rede torna-se uma questão estratégica. Por exemplo, onde esta rede é operada pelos que produzem e que fazem circular seus sentidos, ao mesmo tempo em que se apropriam de outros discursos circulantes, permite inovações nos sentidos sociais²⁵. Comunicação, informação e educação popular articulam-se em torno dessa concepção de redes, construindo um pensar e agir com alianças entre movimentos sociais, organizações comunitárias e étnicas, universidades, sindicatos, igrejas, entre outros. Tais redes produzem e compartilham conhecimentos de outra natureza que os científicos e com estes realizam disputas simbólicas para serem reconhecidos e transformarem a sociedade²⁵.

Os movimentos aos quais nos referimos ressurgem nas últimas décadas na América Latina com pluriagendas e suas novas modalidades de lideranças²⁶, trazendo novas bandeiras e sujeitos políticos. Inúmeras questões são levantadas, dentre elas as lutas pelo reconhecimento dos territórios indígenas e saberes ancestrais, pela reforma agrária e pela agroecologia por camponeses e agricultores familiares, além da busca de afirmação de identidades, territórios, culturas, cosmovisões, com o resgate e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, saúde e natureza. O questionamento ao modelo de sociedade alinha-se com as teorias pós-coloniais e das epistemologias do Sul, pois aponta-se como horizonte utópico sociedades pós-capitalistas, pós-coloniais e pós-patriarcais, enfim, pós-abissais. Ideias de Boaventura de Sousa Santos como uma globalização contra-hegemônica através da transescalaridade das lutas sociais²⁸, concretizam-se por meio da ação global de fortes movimentos de raízes territoriais, como o movimento indígena, quilombola, trabalhadores rurais sem terra, pescadores artesanais e outros povos e comunidades tradicionais. Tais ações, amplamente apoiadas em dispositivos comunicacionais como a internet e a produção audiovisual, desafiam os movimentos globais a ressignificar seus conceitos, horizontes de luta e estratégias de intervenção. A forma como tais dispositivos são realizados tornam-se, a nosso ver, campos empíricos relevantes para compreender a construção de metodologias colaborativas que conectam dimensões comunicacionais e epistemológicas.

O audiovisual, em especial o documentário, vem sendo crescentemente utilizado por movimentos sociais em articulações e alianças com cineastas e setores da academia para refletir e fazer circular ideias e práticas normalmente silenciadas sobre as denúncias e as alternativas para as transformações sociais, econômicas e políticas contemporâneas. O documentário tem caminhado junto com a sociologia, antropologia, a história, a literatura e os estudos sobre a cultura enquanto espaço relevante na atualidade para a produção de pensamentos e reflexões contra-hegemônicas. A produção na última década de documentários em torno das denúncias ao modelo do agronegócio e das alternativas colocadas pela reforma agrária e a agroecologia são exemplos de como o audiovisual articula dimensões comunicacionais e epistemológicas⁵, revelando, de múltiplas formas, contradições e possibilidades de transformação social a partir de lutas em curso por outros mundos possíveis. Diversos documentários abordam múltiplos objetivos do movimento social através de denúncias e discursos políticos criados social e artisticamente que enfatizam estruturas narrativas convincentes, mas dialogam com os sujeitos das lutas sociais e com a própria ciência. Neste caso, dados de pesquisas científicas organizadas por pesquisadores que

dialogam de outra forma com os saberes e lutas sociais dos movimentos e populações do campo permitem estabelecer limites, confrontar e desconstruir discursos produzidos e/ou legitimados por cientistas frequentemente financiados pelo agronegócio e as indústrias químicas. Na perspectiva das epistemologias do Sul, podemos compreender e analisar documentários dessa natureza enquanto estratégia comunicacional e epistemológica que promove o fortalecimento e visibilidade das lutas sociais. Mais do que apenas uma obra artística e política de comunicação, esses documentários podem ser pensados enquanto exercício de uma ecologia de saberes, de práticas colaborativas envolvendo relações entre cineastas, pesquisadores e movimentos sociais considerados como sujeitos portadores de saberes que lutam por reconhecimento. Documentários dessa natureza enfrentam inúmeros dilemas teóricos, metodológicos e éticos que são os mesmos, em princípio, das pesquisas que se propõem colaborativas e dialógicas para atuar junto com os sujeitos em luta por reconhecimento e dignidade.

Co-criação, artesanaria das práticas, entrevistas narrativas e relatos significativos na metodologia colaborativa

Algumas questões de método surgem inevitavelmente num projeto como o que serviu de base a esta discussão: será possível, como e até onde, mobilizar as metodologias, as técnicas e os procedimentos de pesquisa e criação próprios das formas canônicas de pesquisa como outras formas não canônicas de criação estética e artística? O que significa colaborar e criar em colaboração, quando se está perante um encontro de experiências, linguagens e formas de expressão diferentes cuja inteligibilidade mútua está longe de ser garantida?

A colaboração, enquanto característica das questões metodológicas aqui propostas, não pode ser encerrada na formalização de um roteiro e na definição de técnicas, que atribui lugares e tarefas específicas a diferentes participantes, em momentos definidos num cronograma. Colaborar significa, aqui, trabalhar em conjunto sem que o processo e o resultado do trabalho estejam garantidos previamente a essa colaboração. Ela não depende de um inventário prévio de participantes, ou sequer de roteiros que tracem uma direção pré-definida, com etapas correspondentes a tarefas cuja necessidade, relevância ou conteúdo são conhecidos de antemão. Os exemplos que podem servir de inspiração para a colaboração assim entendida podem ser encontrados em diferentes práticas estéticas-expressivas, como a música, a dança, o teatro, a contação de histórias, ou ainda em outras práticas com características artesanais. Todas estas práticas envolvem maneiras de combinar e entretecer matérias de vários tipos,

competências incorporadas, procedimentos que combinam diretrizes partilhadas com o improviso próprio dos processos de transformar e criar. Santos¹⁷ propõe o termo “artesanias” para descrever esse trabalho completado em situação, mas sempre a recomençar, que usa os recursos conhecidos para criar algo sempre novo. Nesse processo, formas de expressão distintas, linguagens diversas e uma heterogeneidade de práticas aprendem a criar em colaboração, em encontros que estabelecem, de maneira situada, os espaços em que as ecologias de saberes e de práticas podem emergir. Destas experiências nascem novas configurações de saberes, novas histórias, novas maneiras de performar a vida em comum, o conhecimento, os modos de afetar e de ser afetado/a.

As metodologias convencionais das ciências sociais e as técnicas que as embasam adquirem, neste processo, o estatuto de ferramentas que podem contribuir para a construção de novas artesanias, com a condição de serem incorporadas em novas configurações de saberes e de práticas situadas, em processo de interlocução e diálogo com outras práticas e outros saberes, orientados para resposta a problemas ou desafios situados. A definição e compromissos em torno dos quais problemas e desafios precisam ser priorizados implicam um processo coletivo e dialógico, novamente, um tornar comum que é um objetivo central do processo comunicacional e que fornece sentido à condição humana. Torna-se claro que a construção deste comum, seja um bem comum, um saber novo comum, ou respostas comuns a problemas comuns e urgentes porque enfrentam a negação da humanidade de certas populações, são tarefas do pensamento pós-abissal que exigem novos horizontes comunicacionais como base para novos saberes e práticas.

É nesse contexto que podemos falar de uma diluição de fronteiras ou maior porosidade entre os campos da epistemologia, comunicação e arte como constitutivo de um pensamento pós-abissal. A desconstrução e a reconstrução de paradigmas a partir de encontros reais e horizontais com outros saberes abarca, como já dito, uma arte das práticas. O fluir comunicacional envolve formas de espontaneidade e improviso necessários ao construir o comum justamente a partir do diferente, por isso a investigação colaborativa precisa ser construída de outra forma que não somente a logocêntrica formal e erudita.

As epistemologias do Sul não procuram substituir um paradigma por outro ou escolher entre paradigmas alternativos. O que procuram fazer é precisamente propor um olhar diferente, que possa considerar cada proposta ou corrente teórica naquilo que propõe e também naquilo que omite ou suprime, daí a noção de sociologia das ausências. Nada impede que diferentes

conceitos e proposições teóricas sejam usados, ou que diferentes métodos já existentes possam ser incorporados à pesquisa. Nesse sentido, são basicamente dois os princípios metodológicos mais relevantes: a participação social ativa dos pesquisadores nas lutas travadas pelos grupos e movimentos sociais com quem trabalham, e evitar excluir possibilidades ancoradas num único enfoque ou paradigma. O que importa é que essa escolha seja feita considerando o tema, o problema, o contexto em que se trabalha, os saberes e práticas que a situação nos apresenta e os modos de definir a melhor configuração de conceitos e de métodos que permita lidar com a situação, tendo em conta as limitações identificadas no exercício de sociologia das ausências. As epistemologias do Sul pretendem ser não uma alternativa a mais, mas um pensamento alternativo de alternativas¹¹. Não se descarta nenhuma contribuição teórica ou metodológica existente, mas elas são sempre escolhidas e usadas em função do problema, da situação e do contexto através da criação das artesanias das práticas adequadas, que permitam diálogos ou a coexistência de conceitos e métodos diferentes, incluindo os que são próprios de todas e todos os/as participantes. Para isso, é necessário passar por um processo de análise das exclusões, supressões e ausências que a formalização implica.

Portanto, não há qualquer negação a priori de qualquer método ou técnica que possa ser útil ao trabalho de investigação. Pelo contrário, o que se procura precisamente evitar é a negação ou o descartar de outras possibilidades diferentes das que caracterizam as nossas teorias ou metodologias favoritas, da criação de uma monocultura de pesquisa que fica fechada num único enfoque ou paradigma. Tal posicionamento condicionaria as possibilidades de pesquisa aos temas que podem ser configurados a partir desse enfoque. Ou seja, as epistemologias do Sul não são um paradigma, mas a possibilidade de identificação, reconhecimento e facilitação do diálogo entre elementos considerados como próprios de paradigmas distintos e dos seus pressupostos teórico-metodológicos e ferramentas, em função dos problemas em situação e em contexto. É tal perspectiva que buscamos apresentar neste artigo.

As práticas e saberes da produção audiovisual, da entrevista narrativa ou da história de vida podem, assim, ser convertidas em recursos para a criação colaborativa de novas formas de expressão e partilha de experiências, em particular das que são forjadas em lutas pela justiça social, histórica e cognitiva. Existem algumas referências no âmbito das ciências sociais que têm aprofundado o papel da performance e das artes e que servem de inspiração para a construção de metodologias colaborativas, que discutem o tema das diferenças e os processos de transformação a partir de distintos contextos e interações culturais. Elas nos falam da

importância de se ouvir os detalhes, decorrendo daí a importância da interescuta, uma outra forma de se comunicar mais atenta e profunda. Embora a música una os exemplos aqui citados, dada a inspiração provenientes de ritmos, construção de melodias e dissonâncias que respeitem diferenças, improvisos e formas mais espontâneas de seguir juntos, também poderíamos acrescentar o olhar ou outros sentidos do corpo e do espírito trabalhadas por outras artes e linguagens.

Do ponto de vista da metodologia colaborativa, outro aspecto importante diz respeito aos diálogos e entrevistas que ocorrem ao longo do processo investigativo. Na perspectiva proposta, uma comunicação profunda entre os vários sujeitos da pesquisa busca superar o fosso existente entre o pesquisador que extrai informações dos entrevistados para serem posteriormente analisadas. Na co-criação o foco passa a ser a construção de narrativas que tragam à tona elementos ou relatos significativos em termos de prioridades estratégicas de luta, saberes situados e ações voltadas à transformação. Mais que discursos obtidos a partir de entrevistas a serem objetivamente analisados, o que está em jogo são formas de comunicação vivas obtidas através de narrativas, histórias e relatos significativos.

As pesquisas baseadas em narrativas vêm ganhando importância, fato este relacionado à crescente consciência do papel que contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais. Segundo o semiólogo e crítico literário Roland Barthes²⁷:

[...] A narrativa está presente em mito, lenda, fábula, conto, novela, epopeia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura, vitrais de janelas, cinema, histórias em quadrinhos, notícias, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa... ela está simplesmente ali, como a própria vida.

A entrevista narrativa tem como objetivo central incentivar o entrevistado a contar a história de algo da sua vida e do contexto social¹⁰. A técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, contar uma história. Assume-se que o contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos presentes na vida cotidiana, profissional ou mesmo artística. Este método se coloca como alternativa às entrevistas diretas ou mesmo semiestruturadas, que tendem a criar barreiras à espontaneidade necessária para o fluir de relatos mais vivos e significativos em torno de certas temáticas ou situações.

A entrevista narrativa tem como fundador e principal expoente no campo das Ciências Sociais os trabalhos do sociólogo alemão Fritz Schütze entre as décadas de 1970 e 1990¹⁰. A ideia básica deste autor é reconstruir e reconstituir acontecimentos sociais a partir das perspectivas dos entrevistados, tão espontânea e diretamente quanto possível, com a menor interferência por parte dos pesquisadores. Trata-se de uma proposta sistemática de criar narrativas com fins de pesquisa social, que se constitui enquanto alternativa de pesquisa qualitativa de forma não estruturada, considerada de profundidade e com características próprias. Para além de uma menor interferência do pesquisador, é necessário a construção de um ambiente de espontaneidade e liberdade para empregar este tipo cotidiano de comunicação, o contar e escutar história. Isso vai ao encontro da proposta de uma ecologia de saberes quando Santos³⁰ afirma “a primeira coisa é que esses cientistas têm que saber escutar, e não apenas falar. Saber escutar profundamente é um dos princípios básicos da ecologia de saberes” (p.332).

Em termos de método, a entrevista narrativa tem por base o contar histórias e possui exigências inerentes da narrativa enquanto um processo semiautônomo, ativado por uma situação pré-determinada. A narrativa é iniciada então a partir de provocações específicas e, uma vez que o entrevistado tenha começado, o contar história irá sustentar o fluxo da narração, fundamentando-se em algumas regras subjacentes do processo narrativo.

Histórias narradas podem ser pensadas enquanto construção de intersubjetividades entre entrevistador e entrevistados a partir de processos mais plenos de engajamento que promovam o expressar de experiências, sentimentos, saberes e reflexões dos sujeitos entrevistados. Essa ativação é disparada quando ele próprio, o sujeito entrevistado, torna-se um contador de histórias, e dessa forma surgem relatos significativos repletos de detalhes que formam o fermento e o tempero da comunicação. Para avançar nessa linha, partimos de uma experiência profissional anterior no estudo e prática das histórias da literatura oral nos processos educativos de sensibilização, a fim de dinamizar processos criativos e reflexivos²⁹. Acreditamos que tal proposta caminha na direção das metodologias colaborativas ao permitir a emergência de condições criativas e sensíveis de aproximação e construção de intersubjetividades entre os participantes da pesquisa.

A relação entre a contação de histórias da literatura oral com a realização de entrevistas narrativas e a produção de relatos significativos pode ser vista sob três aspectos. Primeiro, como um ponto de partida, pois o que se pretende com entrevistas narrativas é a mobilização das pessoas entrevistadas enquanto sujeitos que possam se expressar o mais livre e

integralmente. Essa é a ideia de relatos significativos, que são aqueles em que os entrevistados possuem confiança e liberdade para produzirem reflexões densas que tenham relação com suas identidades, contextos, necessidades e saberes situados. É a partir daí que podemos buscar compreender o significado das lutas por existência e dignidade, o que está por detrás das denúncias, dos anúncios ou alternativas.

O segundo aspecto se refere à analogia que os relatos significativos possuem com a literatura oral. Mais relevante que a rígida separação entre fatos e valores, ou ficção e não ficção, é a densidade, a complexidade, as reflexões e os sentimentos invocados que se encontram por detrás das narrativas. Tal como o recitar de uma poesia, performance e discurso fundem-se para produzir e alcançar relatos significativos, da mesma forma, uma boa história da literatura oral pode funcionar como inspiração para o relato.

Por fim, e considerando os aspectos mencionados, assumimos que contar histórias da literatura oral pode ser um bom ponto de partida para as entrevistas narrativas. Podem funcionar na medida em que funcionem como dispositivos que geram empatias, confiança e abertura do próprio entrevistado para o ato de narrar. Um relato significativo depende de um estado de espírito livre, um voar discursivo espontâneo que permita uma conexão alinhada com sentidos profundos de uma pessoa em dado contexto social. Ao mesmo tempo, o caráter fantasioso, mágico, anedótico e paradoxal de histórias da literatura oral pode abrir portas e contribuir para quebrar padrões rígidos, desconfiados, excessivamente lógicos, lineares e impessoais que podem ser induzidos pelo contexto formal que as entrevistas são realizadas.

Uma abordagem com histórias da tradição oral pode contribuir para inspirar o relato das experiências pessoais dos entrevistados através do poder da metáfora e do encantamento por elas produzidas. Ao mesmo tempo, pode operar como estratégia de aproximação e diálogo mais horizontal entre os participantes da pesquisa. Trata-se de uma abordagem metodológica de pesquisa na qual as metáforas e analogias das histórias são pensadas para negociar a distância e formas de aproximação entre diferentes saberes e perspectivas nos processos de produção e atribuição de sentidos. A intenção nessa prática é proporcionar uma relação impregnada de afetos e sensações, buscando pensar a realidade por meio do encantamento²⁹. O encantamento aqui é entendido no sentido de que as histórias podem promover uma distração da atividade puramente racional, passando assim a ser escutadas não somente em seus conteúdos objetivos, mas também considerando o contato com experiências prévias,

conectando com sentimentos em contextos mais livres de expectativas de comportamento presentes em ambientes formais de entrevistas de pesquisa.

Em outras palavras, histórias da tradição oral permitem o contato com a própria experiência dos envolvidos por meio das percepções que afloram no processo de contar e escutar histórias, sendo a metáfora das histórias o canal de acesso a essas experiências. Nesse sentido, redescobre-se a oralidade como linguagem e expressão de saberes que, de outra forma, não poderiam ser transmitidos e fazer parte de processos dialógicos. Como nos sugere Boaventura de Sousa Santos, uma história de origem permite a conexão e engajamento ativo com outras histórias, numa dinâmica que possibilita a construção de outros relatos e outros textos.

Conclusão: co-labor-ação como criação teórico-poética

Entendemos que, ao discutirmos o audiovisual e o documentário em contextos de lutas sociais do Sul Global, abre-se um leque de perspectivas metodológicas para pensar e conduzir de forma colaborativa, criativa e compartilhada o fazer a pesquisa em sua dimensão comunicacional. Tal leque propicia construir pontes e avanços a partir das epistemologias do Sul no entendimento freireano da comunicação enquanto processos dialógicos na permanente busca do tornar comum. Somos desafiados a pensar como podemos produzir outro tipo de conhecimento a partir de linguagens outras, não logocêntricas, que possibilitem os diversos sentidos corpóreos e afetivos enquanto possibilidades de comunicação e expressão de saberes. Não casualmente, diversos espaços dos movimentos sociais do campo e da agroecologia que protagonizam os documentários focados em nossa investigação combinam a expressão “saberes e sabores”, como em feiras e espaços de encontros entre movimentos sociais e grupos acadêmicos.

Assumimos, como complementar às epistemologias do Sul, uma abordagem teórico-poética⁹ que, ao incorporar diferentes linguagens, pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias colaborativas por envolver tanto a dimensão corpórea concreta com o mundo da sobrevivência e superação das distintas formas de violência, como a dimensão criativa e existencial em torno da imaginação e construção de novos mundos possíveis a partir das experiências cotidianas envoltas na cultura. A dimensão utópica, tão fragilizada ao entrarmos no século XXI, pode ser resgatada a partir da integração e expressão não apenas de

experiências, mas de sentidos, saberes e sonhos emancipatórios construídos nas frestas das opressões e distopias em curso.

Para as epistemologias do Sul, a comunicação implica a necessidade de se escutar profundamente, e para isso torna-se fundamental associar o silêncio e a noção da incompletude, assim como conceber espaços de interconhecimento, sendo que um constante aprofundamento da consciência da incompletude e do diálogo podem promover a autorreflexão e permitir a articulação entre diferentes saberes e culturas. Assumimos que a transculturalidade ou o diálogo intercultural pode contribuir para criar modos supostamente mais ricos, democráticos de convívio, o que é possibilitado por diálogos por vezes repletos de estranhamentos e tensões, mas que permite o reconhecimento das construções próprias e alheias enquanto bases de transformação social. Para pôr em prática uma metodologia colaborativa é fundamental conceber espaços articulados, sensíveis e criativos de intersubjetividades e interconhecimentos, sendo que um constante aprofundamento da consciência da incompletude e do diálogo pode promover a autorreflexão e permitir a articulação entre diferentes saberes e culturas.

O audiovisual, em particular o documentário enquanto dispositivo comunicacional, que é um objeto da pesquisa já mencionada, pode ser visto de duas maneiras em sua relação com as metodologias colaborativas enquanto estratégia de produção de conhecimentos. Primeiro, o documentário expressa, em sua produção e contexto, mais que uma estratégia comunicacional e uma polifonia de vozes no sentido dado por Bakhtin³¹, uma polifonia de sentidos, pensamentos e sentimentos a serem trabalhados, transformados e orquestrados para o tornar comum a partir de processos e relações dialógicas que articulem simultaneamente dimensões epistemológicas e comunicacionais. Ou seja, sirva de palco para a emergência de uma ecologia de saberes simultaneamente à produção e circulação de novas formas de compreender e transformar a realidade. Segundo, e como consequência do primeiro, o documentário, seu processo de produção desde o roteiro à captação de imagens e sons, até a edição final e formas de divulgação, serve como metáfora inspiradora para se pensar a própria investigação a partir de metodologias colaborativas que invertam o papel e as possibilidades do investigador e da pesquisa na direção de um trabalho de co-criação co-labor-ativa. Arte, performance e história oral são possibilidades concretas de tornar vivas as comunicações, diálogos e entrevistas que formam a matéria prima de metodologias colaborativas baseadas na co-criação e no respeito mútuo.

Referências

1. Santos BS. A Sociologia Pós-Abissal: Metodologias Não Extractivistas. Aula magistral dada em 15/05/2017. CES/Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-videos/video-master-class-may-15-post-abysal-sociology-non-extractive-methodologies/?lang=pt>.
2. Freire P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed; 1977.
3. Fals-Borda O. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. In: María C. Salazar (ed.). La investigación-acción participativa. Inicios y desarrollos (pp. 65-84). Madrid: Editorial Popular; 1992.
4. Araujo IS, Cardoso, JM. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.
5. Fairclough N. Discurso e mudança social. Brasília: UnB; 2001.
6. Araujo IS. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface Comunicação, Saúde, Educação. 2004; 8 (14): 165-177.
7. Fasanello MT, Araujo IS, Porto FS. Produção audiovisual nas lutas dos movimentos sociais do campo no Brasil: dimensões comunicacional e epistemológica. Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital. 2016; 5(2): 118-147.
8. Fischlin D, Heble A. The Other Side of Nowhere: Jazz Improvisation and Communities in Dialogue. Connecticut: Wesleyan University Press. 2004.
9. Machado RSB. Rasas razões. In: Barbosa, AM (org). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez; 2008.
10. Jovchelovitch S, Bauer MW. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 12 ed; 2014.
11. Santos BS, Meneses MP. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora; 2014.
12. Santos BS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos-CEBRAP. 2007; 79: 71-94.
13. Santos BS, Araújo S, Baumgarten M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias [online]. 2016; 18(43), 14-23. <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>
14. Santos BS, Meneses MPG, Nunes JA. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Santos, B. S. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais (Vol. 4). Rio de Janeiro: Editora Record; 2005.
15. Brandão CR (org). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense; 1980.
16. Nunes JA, Siqueira-Silva, Raquel. Dos "abismos do inconsciente" às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira". Sociologias. 2016; 18, 43, 208-237.
17. Santos BS. Tradução Intercultural e Luta Social na esteira de Gandhi. Aula magistral em 22 de maio de 2017. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/video-master-class-may-22-intercultural-translation-and-social-struggle-in-the-wake-of-gandhi/?lang=pt> .
18. Santos BS. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: Santos BS, Meneses MP. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora; 2014. p.467-507.

19. Mills CW. *The Sociological Imagination*. Harmondsworth: Penguin; 1959.
20. Benjamin, W. O contador de histórias: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Walter Benjamin, *Linguagem tradução, literatura. Obras Escolhidas de Walter Benjamin 5*, Porto: Assírio & Alvim, 2015 (edição e tradução de João Barrento), pp. 147-178.
21. Santos BS. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. *Travessias, Revista de Literatura e Ciências Sociais em Língua Portuguesa*. 2007; 6-7:36.
22. Santos BS. Epistemologias do Sul. Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos. Aula magistral, 18 de março de 2016. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/uncategorized/master-class-epistemologies-of-the-south-theoretical-and-methodological-challenges/?lang=pt>.
23. Araújo S, Santos SJ. Os Media e a proposta das Epistemologias do Sul. *JANUS - Anuário, OBSERVARE Observatório de Relações Exteriores*. 2017; 78-79.
24. Meneses MP. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80/ Março 2008; 5-10.
25. Marteleto R, Valla F. Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde. *Perspect. Ciênc. Inf.* 2003; n. Especial, 8-21, jul/dez. 8: 5-10.
26. Gohn MG. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*. 2008; 21(54): 439-455.
27. Barthes R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: Barthes R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 7 ed; 2011.
28. Santos BS. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez; 2006.
29. Fasanello MT. Cinema, literatura oral e pedagogia da Criação: reflexões a partir do projeto “A escola vai à cinemateca do MAM” [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2013.
30. Carneiro FF et al. A praxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. *Tempus - Actas de Saúde Coletiva*. 2014; 8(2): 331-338.
31. BAKHTIN M. *Estética da Criação Verbal*. Editora Martins Fontes: São Paulo; 1997.

6. ARTIGO 3 - CÂMERA, ARTE, CO-LABOR-AÇÃO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA AGROECOLOGIA

LUZ, CÂMERA, CO-CRIAÇÃO: ANÁLISE DE DOCUMENTÁRIOS PRODUZIDOS NAS LUTAS SOCIAIS CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA AGROECOLOGIA

Marina Tarnowski Fasanello

(artigo a ser retrabalhado e enviado após a defesa da tese, possivelmente para a revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação)

Resumo

Este artigo apresenta a análise de documentários produzidos no contexto das lutas de movimentos sociais do campo que, de um lado, denunciam o uso intensivo dos agrotóxicos pelo agronegócio e seus impactos na saúde e, de outro, anunciam como alternativas a construção de outro modelo agrícola baseado na agricultura familiar e na agroecologia. Analisa-se tais documentários enquanto estratégia de comunicação, pluralidade de vozes e encontro de saberes, ou seja, enquanto dimensões simultaneamente comunicacionais e epistemológicas. A primeira ancorou-se na teoria da produção social dos sentidos, e a segunda na obra de Boaventura de Sousa Santos e sua proposta de epistemologias do Sul. Foram selecionados três documentários para a análise de sua produção: “O Veneno está na mesa”; “Chapada do Apodi, Morte e Vida”; e “Nuvens de Veneno”. A partir de entrevistas e das cenas que compõem os filmes, foram analisados o contexto (condições de produção) e o texto (o filme em si) para cada documentário e em seu conjunto, destacando-se três questões de interesse: polifonia e sociologia das ausências, ecologia de saberes e metodologias colaborativas não extrativistas. Conclui-se que os documentários analisados contribuem, pela capacidade de reunir ciência, arte e ética com práticas de co-labor-ação, co-produção e co-criação para criar novas estratégias comunicacionais e epistemológicas.

Palavras-chave: movimentos sociais, documentário, polifonia, ecologia de saberes, sociologia das ausências e das emergências, metodologia colaborativa.

DIMENSÕES COMUNICACIONAIS E EPISTEMOLÓGICAS: VOZES E SABERES EM CENA NA PRODUÇÃO DOS DOCUMENTÁRIOS

O presente artigo analisa documentários produzidos pela articulação entre cineastas, movimentos sociais e pesquisadores militantes envolvendo lutas que denunciam, de um lado, o uso intensivo dos agrotóxicos pelo agronegócio e seus impactos na saúde e, de outro, anunciam como alternativas a construção de outro modelo agrícola baseado na agricultura familiar e na agroecologia. Tais documentários foram analisados enquanto estratégia de comunicação, pluralidade de vozes e encontro de saberes, ou seja, enquanto dimensões simultaneamente comunicacionais e epistemológicas.

Na busca de transformações sociais e espaços de diálogo com a sociedade, tais lutas sociais envolvem narrativas, discursos e saberes contra-hegemônicos produzidos para enfrentar os interesses do agronegócio, a agricultura industrial capitalista inserida na globalização econômica em curso e que, no contexto brasileiro, marcam o modelo neoextrativista

(Gudynas e Acosta, 2011). O modelo do agronegócio é apoiado, além da grande mídia, por diversas instituições e políticas públicas do Estado, inclusive as científicas que defendem o “desenvolvimento” e o “progresso”. As lutas contra-hegemônicas ligadas à agricultura familiar e camponesa recorrem a narrativas com diversas possibilidades discursivas, dentre outras, a produção e circulação de audiovisuais.

O artigo é fruto de uma tese de doutorado (Fasanello, 2018), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Informação e Comunicação em Saúde (PPGCIS/ICICT/Fiocruz), que aprofundou as bases teóricas e metodológicas para a compreensão e análise dos documentários a partir de duas dimensões sistematizadas em artigo já publicado (Fasanello et al., 2016): a comunicacional, baseada na teoria da produção social de sentidos e nos conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia; e a epistemológica, principalmente a partir da abordagem pós-colonial e dos conceitos presentes na obra do cientista social Boaventura de Sousa Santos em torno das epistemologias do Sul (Santos e Meneses, 2014). Essa articulação entre as dimensões comunicacionais e epistemológicas a partir dos referenciais mencionados é, acredito, a principal contribuição teórica desse trabalho.

A obra de Boaventura Santos, mais que um novo paradigma, propõe um pensamento alternativo de alternativas para enfrentar a crise civilizatória da modernidade eurocêntrica e ocidental. A concepção de emancipação parte da necessidade de superação dos três eixos - o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado - que marcam as lutas sociais mais relevantes da atualidade, principalmente no Sul Global. Dentre os conceitos mais relevantes das epistemologias do Sul e apropriados neste trabalho, destaca-se pensamento e linha abissal, sociologias das ausências e emergências, ecologia de saberes, artesanias das práticas e metodologias colaborativas não extrativistas. Todos esses conceitos foram explorados em dois artigos anteriores, sendo o mais recente o que explora a novidade teórico-metodológica das metodologias colaborativas não extrativistas em sua relação com a comunicação e a saúde coletiva (Fasanello et al., 2018).

Este artigo analisa documentários que resultam do surgimento de várias instâncias que promoveram a articulação de vozes e saberes em torno das lutas sociais mencionadas. Elas envolvem campanhas, fóruns e redes que reconhecem a necessidade de obter visibilidade perante a sociedade para legitimar suas lutas, e os documentários surgem como um dos dispositivos construídos. Nesta pesquisa, é focada a atenção na articulação entre três espaços

sociais ou lugares de interlocução em que se encontram os sujeitos envolvidos na produção dos filmes: os movimentos sociais; a produção científica a partir de cientistas militantes envolvidas nos impactos do agronegócio e dos agrotóxicos; e o espaço da criação do filme a partir de cineastas e suas equipes de produção. A seguir são explorados alguns elementos que marcam cada um desses lugares.

Os movimentos sociais, embora principalmente relacionados ao campo, não se restringem a ele na medida em que se articulam e são foco de movimentos e organizações que atuam nas cidades em torno de questões como segurança e soberania alimentar, consumo de alimentos saudáveis, agricultura urbana, cidades sustentáveis, saudáveis e democráticas, dentre outras. Segundo Gohn (2008), diversos movimentos sociais surgidos nas últimas três a quatro décadas caracterizam-se por suas pluriagendas e novas modalidades de lideranças, bandeiras e sujeitos políticos. Inúmeras questões são levantadas e atualizadas nas suas lutas sociais que elegemos, dentre elas as pela reforma agrária e a transição agroecológica a partir da agricultura camponesa e familiar. Tais lutas também incorporam questões identitárias, de raça e gênero, territórios, culturas e cosmovisões. Isso implica no resgate, atualização e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, economia, desenvolvimento, saúde e natureza, dentre outros.

São diversos os movimentos sociais do campo que vêm lutando, de um lado, contra o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos à saúde, decorrentes da expansão do agronegócio e dos monocultivos, culminando com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos (Rigotto et al., 2012). Tais movimentos reúnem, dentre outros, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). A eles se somam movimentos urbanos de consumidores e grupos diversos que se mobilizam contra a indústria da alimentação e do veneno, ou ainda por diferentes formas de inclusão, humanização e ecologização das cidades, incluindo organizações de defesa dos consumidores e agricultura urbana. Um marco de grande importância que envolveu a articulação desses vários movimentos entre si, mas também com outras entidades e organizações da sociedade civil, governamentais e de pesquisa, foi a criação em 2011 da Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida (<http://www.contraosagrototoxicos.org/>).

Em relação ao lugar da academia, diversos grupos de pesquisa da saúde coletiva, em particular das áreas de saúde e ambiente, saúde do trabalhador, promoção da saúde e nutrição e saúde, têm focado seus trabalhos nos últimos vinte anos na questão dos agrotóxicos, e muitos deles vêm assumindo uma perspectiva militante e articulada com movimentos sociais. Além das universidades, tais grupos incluem instituições de âmbito federal que vêm assumindo um papel de destaque nessa discussão, como a Fiocruz e o INCA, este último em função da crescente preocupação com o consumo crescente de alimentos contaminados por agrotóxicos e o câncer. Um marco dos trabalhos desenvolvidos por esses diferentes grupos é o “Dossiê Agrotóxicos: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (Carneiro et al., 2015). Ele resulta do trabalho de pesquisadores em diversas universidades e centros de pesquisa, muitos organizados em torno da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Muitas das pesquisas militantes têm se inspirado, além de autores como Paulo Freire, nos movimentos por justiça ambiental e, mais recentemente, na proposta de ecologia de saberes de Boaventura Sousa Santos para a construção e renovação de propostas conceituais e metodológicas (Rigotto et al. 2012; Porto et al., 2014).

Por fim, o lugar do cinema, do cineasta e sua equipe de realização é, possivelmente, o menos conhecido e exige uma rápida reflexão. Para Jean-Claude Carrière (2004), roteirista e escritor francês referenciado nos estudos da relação entre educação, filosofia e arte, a linguagem cinematográfica possui um papel de grande relevância em termos de inserção entre as artes e as culturas das sociedades contemporâneas. Para ele, o filme e sua equipe de produção retomam, com os recursos tecnológicos atuais, uma função muito antiga, simultaneamente mágica e educativa: a de contar histórias articulada, porém diferenciada, de outras narrativas como a poesia, o romance e a filosofia. Numa perspectiva mais social e crítica, o cinema, em especial o filme documentário, tem sido um lugar privilegiado para se refletir tanto sobre os efeitos perversos da atual sociedade capitalista e colonial, como circular ideias e práticas para um público mais amplo sobre as denúncias e alternativas para as transformações sociais, econômicas e políticas. Trata-se de um espaço atual relevante de produção de narrativas e reflexões sobre o que está acontecendo na sociedade e seus desafios (Rodrigues, 2010). No Brasil, o documentário como prática social transformadora é conhecido há várias décadas, principalmente a partir do surgimento do chamado Cinema Novo, em que diversos cineastas vão pensar o país e seus problemas, as desigualdades, a periferia, a favela, os miseráveis, o sertão e a fome. Dentre alguns exemplos emblemáticos pode-se citar o filme ‘Cinco vezes favela’ de 1962 de Miguel Borges, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Farias

e Carlos Diegues; “Cabra Marcado para Morrer” de Eduardo Coutinho, iniciado em 1964 e, interrompido pelo governo militar, retomado em 1979 e lançado em 1984; “País de São Saruê” de Vladimir Carvalho sobre a região sertaneja (entre Paraíba, Pernambuco e Ceará) e lançado em 1971.

No caso dos documentários que são objeto empírico desse artigo, mais do que lugares de interlocução, a questão central desta investigação reside na aposta que eles podem expressar múltiplas vozes e saberes, sendo espaços de articulação, co-labor-ação e co-criação que podem promover tanto a construção e ampliação de comunidades discursivas em torno das bandeiras que os movimentam, como o encontro de distintos saberes e práticas colaborativas. Nesse sentido, expressam possibilidades de aproximação entre saberes científicos e não científicos, incluindo conhecimentos e processos éticos, artesanais e artísticos que mesclam razão e afeto, base de uma razão quente e do *corazonar* (Santos, 2007; Santos e Meneses, 2014). O artigo busca explorar esse potencial da produção de documentários em promover, articular e criar novas possibilidades de comunicação mais dialógicas e polifônicas, bem como novas formas de produção mais compartilhadas e criativas de saberes voltados à transformação social.

MÉTODO: VOZES E SABERES EM CENA

Os documentários foram selecionados a partir de três critérios: (i) estão relacionados às lutas de movimentos sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia; (ii) são considerados como relevantes pelo conjunto de redes, fóruns, articulações e grupos de pesquisadores engajados que foram contatados na fase inicial da pesquisa, entre 2014 até 2016; (iii) possuem em sua produção a participação de representantes dos três lugares já mencionados (movimentos sociais, academia e cineastas). A partir de uma lista inicial foram escolhidos os três documentários listados a seguir.

“O Veneno está na Mesa ” do cineasta Sílvio Tandler, produzido a partir da Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida, disponível em diferentes sites. Movimentos sociais importantes na organização da Campanha, como a Via Campesina, o MST e o MPA tiveram especial relevância na construção da proposta. Apenas no canal do YouTube da produtora Caliban, do cineasta e diretor Sílvio Tandler, este documentário já havia tido quase 532 mil visualizações até maio de 2018, mas existem inúmeros outros canais que

disponibilizam esses vídeos. A Campanha estima mais de cinco milhões de pessoas que teriam assistido o documentário entre as visualizações na internet e as centenas de apresentações e debates organizados em várias regiões do país. Junto com o segundo documentário, “O Veneno está na Mesa 2” lançado em 2014, o documentário de Tandler pode ser considerado o mais relevante já produzido no Brasil sobre o tema, sendo o que tem sido mais amplamente usado como base de debates públicos em diversos espaços pela rede de articulação de movimentos sociais e organizações de âmbito tanto rural como urbano.

“Chapada do Apodi, Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz, com cerca de 11 mil visualizações no canal do YouTube até maio de 2018. Trata-se de um dos vários documentários produzidos a partir de uma cooperação entre o Canal Saúde e a ANA voltados ao tema da agroecologia. A ANA, segundo seu site na internet (<http://www.agroecologia.org.br/>), é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia. Articula atualmente vinte e três redes estaduais e regionais, com centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. A Chapada do Apodi foi selecionada pela ANA por representar um caso emblemático de violência do agronegócio e dos agrotóxicos, incluindo, além da contaminação ambiental e humana, o assassinato de uma liderança camponesa da região. Ao mesmo tempo, mescla experiências de transição agroecológica na luta pela reforma agrária. Houve na produção o protagonismo de um grupo acadêmico militante da UFC que, durante anos, desenvolveu várias pesquisas na região.

Por fim, “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, foi uma realização da Fiocruz, UFMT, Secretaria de Saúde de Estado de Saúde do Mato Grosso e Ministério da Saúde, com quase 38 mil visualizações no canal do YouTube até maio de 2018. Este filme foi produzido com uma forte centralidade das pesquisas produzidas no âmbito da saúde do trabalhador rural envolvendo trabalhos importantes da Fiocruz e da UFMT, em articulação com movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, na sua produção, além de setores do SUS e escolas públicas de MT. Teve como marco importante os impactos da pulverização aérea a partir de um evento disparador ocorrido num município com plantação de soja, e que expressa a importância do MT como o estado que mais produz grãos e consome agrotóxicos no país.

Para a análise da produção dos documentários foram utilizados elementos dos dois referenciais teórico-metodológicos privilegiados. O primeiro provém da perspectiva teórica da produção social dos sentidos, em especial as categorias bakhtinianas de polifonia e dialogismo. O segundo se apropria das reflexões propostas pelas epistemologias do Sul, em particular a linha abissal, a ecologia de saberes, as sociologias das ausências e das emergências. Três perguntas orientaram a análise dos documentários selecionados:

- 1- Os documentários, no contexto das lutas dos movimentos sociais do campo, expressam a diversidade de vozes que compõem os movimentos e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia, indicando seu potencial polifônico? De que maneira?
- 2- Noções como a linha abissal e a construção de uma ecologia de saberes se traduzem na produção dos documentários, através da incorporação, explicitação e articulação de uma pluralidade de saberes em diálogo para além dos saberes científicos, a demais de apontarem para exclusões radicais?
- 3- A produção dos documentários fornece pistas interessantes para a construção de metodologias colaborativas não extrativistas, nas quais a co-produção e a co-criação caminham na direção de uma ecologia de saberes, em que novos conhecimentos sejam produzidos de forma a aumentar a visibilidade dos sujeitos excluídos (sociologia das ausências) e de novas alternativas de sociedade (sociologia das emergências)?

O caminho metodológico trilhado para analisar os documentários e discutir as questões de investigação inspirou-se na teórica semiológica, que busca reconhecer os discursos enquanto textos, ainda que em linguagens mais amplas que as das palavras. Por isso, os documentários foram compreendidos como textos, pois permite reconhecer e caracterizar as vozes presentes nos filmes enquanto discursos mais amplos, os quais demarcam o âmbito da polifonia e do dialogismo que articulam essas vozes. A existência de diferentes vozes e sentidos está relacionada, mas não significa necessariamente uma expressão de ecologia de saberes, já que esta implica o reconhecimento da existência e validade de saberes não científicos e a possibilidade de diálogos mais horizontais com os saberes científicos. Esta dimensão foi, então, considerada.

Na perspectiva teórico-metodológica assumida, um texto pode ser analisado em três etapas. Inicialmente, as condições sociais de produção que busca compreender o modo pelo qual esse texto constrói realidades pela sua enunciação. Essas condições, que podem ser traduzidas por contextos, compreendem não só as de ordem das relações sociais, mas todos seus contextos

que conformam os processos de produção social de sentidos, seja os de ordem política, técnico/tecnológica, material, econômica e alguns de ordem circunstancial, que são enfatizados de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa.

A análise do contexto foi realizada em duas etapas: (i) Seleção e análise de documentos e artigos que definem as características do documentário e os processos sociais em que este está inserido, desde a sinopse do filme e seus dados técnicos, até textos e artigos que apresentam e analisam seu processo de produção e as lutas sociais envolvidas; (ii) A realização de entrevistas com pessoas que tiveram participação ativa na produção dos documentários e pertencem às três vozes e espaços privilegiados: cineastas, cientistas militantes e representantes dos movimentos sociais. Para as entrevistas foram utilizadas propostas de construção de narrativas mais colaborativas, espontâneas e criativas a partir do uso de histórias da tradição oral provenientes da experiência anterior com arte-educação da doutoranda.

O segundo procedimento foi a análise do texto propriamente dito, ou seja, do documentário em si. Foi realizada uma análise textual baseada na correlação das cenas com os temas/elementos que emergiram do referencial teórico e das condições de produção do documentário, e que serviram de inspiração para a análise do filme. Foram elencados como temas: visibilidade, resistência, território, artesanias das práticas, mulheres, agroecologia, ecologia de saberes, ciência, violência e linha abissal. O filme foi visto como um conjunto de cenas, ou seja, as partes que compõem a estrutura de análise eleitas para responder às questões formuladas na tese e desenvolver algumas reflexões com base nos referenciais teóricos comunicacionais e epistemológicos. Portanto, a análise foi feita a partir de uma estrutura constituída por um conjunto de cenas do filme. Foram identificados em cada cena os elementos constitutivos dos discursos e saberes mobilizados, e que estão relacionados tanto às lutas sociais como às questões centrais da investigação. Foi feita uma *decupagem*³, ou seja, os cortes que definem cada cena marcada a partir do tempo que surgem no filme. Cada cena é apresentada com um “plano fixo” e a descrição do mesmo numa coluna à direita. Na sequência, apresenta-se a análise no escrito corrido confrontando o texto das cenas com o contexto apresentado anteriormente nas condições de produção.

Finalmente a terceira etapa consistiu de uma análise global que articula as análises anteriores.

³ É a técnica de contar uma história através das imagens em trechos sínteses, que se interligam numa lógica narrativa.

Esse é um momento de síntese em que busquei compreender as características, semelhanças, diferenças e singularidades apresentadas por cada um dos três documentários em torno das questões de investigação, o que só é possível de ser realizado por uma análise conjunta dos filmes.

TEXTO E CONTEXTO: OS TRÊS DOCUMENTÁRIOS ANALISADOS

Nesse tópico apresenta-se para cada um dos documentários, uma síntese das condições de produção (o contexto) e da análise de cada filme, entendido como o texto, e no item seguinte a análise global dos três filmes realizada.

“O Veneno Está na Mesa”, dirigido por Silvio Tendler, lançado em 2011 com 48 minutos, resulta da criação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, esta lançada alguns meses antes do filme. Segundo Tygel et al. (2016), a Via Campesina impulsionou organizações e movimentos que já atuavam sobre a temática, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e num seminário nacional em 2010 foi definida uma série de propostas para a qualificação da luta contra os agrotóxicos e pela produção de alimentos saudáveis. A proposta do filme com Silvio Tendler surge de diálogos anteriores do cineasta com dois personagens importantes: o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que alerta o cineasta para as contradições do modelo de desenvolvimento latino-americano, e com João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, que leva a proposta de se criar pelo cinema uma forma de comunicação mais ampla e efetiva com a sociedade.

O filme foi produzido em forte articulação com a Campanha, os movimentos sociais e pesquisadores militantes que dela participavam. A dinâmica do filme buscou seguir os cinco objetivos estratégicos iniciais da Campanha: (i) construir um processo de conscientização sobre as ameaças dos agrotóxicos e transgênicos; (ii) articular ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes e consumidores na defesa do meio ambiente e do alimento saudável; (iii) denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos; (iv) criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, incluindo novas bases legais e políticas governamentais; (v) mudança do atual modelo agrícola em direção a uma agricultura camponesa e agroecológica.

Para complementar a análise das condições de produção ou o contexto do filme, foram realizadas entrevistas com o cineasta diretor do filme, com Cleber Folgado, coordenador nacional à época da Campanha e militante do movimento social MPA, e o pesquisador André Búrigo, da Escola Politécnica de Saúde da Fiocruz, que apoiou sua realização, dado seu histórico de colaboração com movimentos sociais do campo e sua inserção acadêmica na luta contra os agrotóxicos

CENA 4



Esta cena, com voz em off, problematiza o discurso da chamada revolução verde pós-segunda guerra mundial, que sustenta o agronegócio com seus monocultivos em áreas extensas, transgênicos e agrotóxicos, e sua promessa acabar com a fome no mundo. Traz o lado perverso e silenciado da modernização do campo, assim como seus impactos na saúde da população e do meio ambiente.

Tempo: 4'39" a 5'49"

A análise do filme dividiu-o em 17 cenas, com uma intensa variedade de vozes, imagens e informações que apresentam, frequentemente em tom de denúncia, os diversos elementos que compõem os objetivos e focos da denúncia. Há uma profusão de falas, vozes e saberes apresentados em sequência que dão um movimento rápido e intenso ao documentário, com o uso frequente de noticiários da mídia hegemônica para reforçar a denúncia sobre os impactos dos agrotóxicos, mas também para apresentar o discurso concorrente e hegemônico do agronegócio. A denúncia predomina na maior parte do filme, mas os minutos finais lançam uma luz de esperança a partir de experiências em andamento da produção agroecológica e alimentos saudáveis.

O segundo documentário “Chapada do Apodi, morte e vida” foi dirigido por Tiago Carvalho, que possui 27 minutos foi lançado em 2013. O filme faz parte do projeto Curta Agroecologia lançado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Cúpula dos Povos na Rio+20 em 2012, que tem como objetivo retratar experiências em Agroecologia no Brasil. Surgiu da convergência de interesses da ANA com o diretor, que buscava outras possibilidades de trabalho mais afinadas com sua proposta de vida. Por sua vez, a ANA buscava também dar visibilidade às experiências agroecológicas em curso no Brasil e suas lutas, incluindo casos de conflitos envolvendo denúncias naquele momento. A escolha da história do agrotóxico na Chapada do Apodi foi feita por duas razões: de um lado, a região era uma referência na produção agroecológica e na convivência com o semiárido. De outro, fazia parte de um

território cobiçado pelo agronegócio e com histórico de conflitos, e foi avaliado ser importante documentar o que estava acontecendo para que um conjunto mais amplo da sociedade pudesse refletir sobre os diferentes modelos de desenvolvimento no campo do Brasil. Foram entrevistados para a pesquisa o diretor Tiago Carvalho, o secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia Denis Monteiro, a professora e pesquisadora Raquel Rigotto, do núcleo Tramas da UFC e a liderança camponesa e sindical da região, Agnaldo Oliveira.

CENA 8



Tempo: 8'58" a 12'36"

Volta o violão, a câmera cai para a trilha percorrida pelas formigas na terra vermelha do semiárido e Zé Holanda narra emocionado, que depois de vários anos como meeiros, em 1996, trinta famílias dessa região organizaram-se e ocuparam a área e que sua desapropriação promoveu uma alegria sem tamanho:

“Porque pra gente não era uma questão de somente de ter uma terra. Pra nós foi forte aquele momento e ainda é até hoje. Porque pra nós foi o nascimento de uma nova vida. Quando tornou-se área de assentamento, a preocupação maior nossa foi a questão de abolir a gente o uso de veneno. Nós não

Formatado: Português (Brasil)

A análise do filme dividiu-o em 21 cenas, muitas delas com belas imagens e momentos que a sonoplastia mescla músicas, som de caminhadas ou chuvas. O documentário não possui um locutor, uma voz em off que narra e conduz ao fundo a sequência de imagens. As narrativas dos entrevistados, ocupando uma parte relativamente menor, se mescla com cenas do cotidiano, como as pessoas indo para o trabalho, aplicando agrotóxicos, ou ainda a dramática caminhada coletiva na homenagem da comunidade de São Tomé à liderança comunitária Zé Maria três anos após seu brutal assassinato. Estas cenas vão narrando a história, como o bordar de um tapete com cores vibrantes de uma memória viva de experiências dos sujeitos envolvidos nesta luta.

Por fim, o documentário “Nuvens de Veneno” dirigido por Beto Novaes, que foi lançado em 2014 e possui 23 minutos. Para a análise das condições de produção foram realizadas entrevistas com o diretor Beto Novaes, o professor Wanderlei Pignati da UFMT, e Francileia Paula de Castro, da Fase/MT e da Rede Cerrado. O contexto do filme está relacionado ao processo de crescimento espetacular do agronegócio ocorrido no estado de Mato Grosso, que em poucos anos se tornou o maior produtor e exportador de grãos do país, além do maior consumidor de agrotóxicos. Dentro do MT, o município de Lucas do Rio Verde é

emblemático pelo evento ocorrido em 2006 envolvendo a contaminação por agrotóxicos pulverizados por aviões e que atingiram moradores e a comunidade escolar. Destaca-se também o papel das pesquisas realizadas pela UFMT em parceria com a Fiocruz, em especial os trabalhos ligados ao professor e pesquisador militante Wanderlei Pignati, incluindo dados dramáticos sobre a contaminação no leite materno e de águas dos lençóis freáticos e as águas de chuva da região. O documentário é fruto da parceria do cineasta e professor da UFRJ, Beto Novaes, com um projeto na Fiocruz financiado pelo Ministério da Saúde chamado "Saúde Coletiva e Saúde do Trabalhador no Agronegócio", e que produziu outros dois documentários para serem apresentados em escolas, sindicatos de trabalhadores, cursos universitários e na rede do SUS.

CENA 1



Tempo: 00: 19 a 1:33

Com imagens aéreas de nuvens sobre uma área verde, a voz da academia nos conta que MT possui 141 municípios, e em todos eles existe uma ampla estrutura profissional e institucional para cuidar da saúde dos animais e das plantações como a soja, milho e algodão. Ao mesmo tempo, os recursos para o cuidado com a saúde do trabalhador e ambiental são mínimos, e apenas seis municípios tinham implantado o programa de saúde do trabalhador.

LUZ, CÂMERA, CO-LABOR-AÇÃO: PRODUZINDO SENTIDOS E SABERES A PARTIR DE IMAGENS E VOZES

Para continuar a análise dos filmes conjuntamente, retomaram-se as perguntas gerais que orientam nesta investigação e as organizamos nos três tópicos que se seguem.

Diversidade de vozes, polifonia e sociologia das ausências

A primeira questão analisada nos documentários está relacionada à polifonia, ou seja, à diversidade de vozes que compõem os movimentos e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Para a análise recorreu-se principalmente à proposta da sociologia das ausências, no sentido de identificar como os filmes revelam como são produzidos e enfrentados os processos de invisibilização dos sujeitos envolvidos nessas lutas, já que estes são consideradas desqualificadas e descartáveis.

O conjunto dos filmes busca tornar claro que muitas vozes são desconsideradas quando se trata da questão do agronegócio, dos agrotóxicos e das alternativas da agricultura camponesa

e agroecológica. Pela lente da sociologia das ausências os documentários em si buscam demonstrar como o capitalismo e o colonialismo desconsideram tais discursos e vozes em suas verticalidades materializadas pelo mercado e pelas cadeias de produção e comércio. Os filmes levantam questões como a saúde dos trabalhadores e populações excluídas, o desrespeito à natureza e à biodiversidade que, em grande medida, resultam de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas, ininteligíveis e descartáveis pela lógica deste capitalismo globalizado. As vozes contra ou ante hegemônicas que surgem nos documentários se articulam com o objetivo de transformar essas ausências em presenças na busca recuperar a autonomia de vozes subalternizadas como camponeses e agricultores familiares. Uma abordagem bakhtiniana vê os discursos de filmes críticos como uma “enunciação situada” que amplia possibilidades comunicativas do dialogismo, embora sempre contingente e histórica, permeada tanto pela hegemonia quanto pela resistência. Todos os filmes analisados assumem um posicionamento claro ao lado dos que lutam por dignidade, e nesse sentido a polifonia deve ser aqui entendida na perspectiva de uma sociologia das ausências.

Em “O Veneno está na Mesa”, frequentemente o filme retrata a invisibilização de vozes quando apresenta o discurso da mídia hegemônica, através da estratégia simbólica utilizada de lançar mão de reportagens que aparecem na tela de um móvel antigo de televisão, representando com isso a relevância desse meio de comunicação como central na sociedade brasileira. Por vezes tais reportagens são usadas para mostrar o discurso hegemônico concorrente, como o da senadora Kátia Abreu ao acusar o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de ser um farsante por querer restringir o uso de agrotóxicos, única possibilidade de colocar alimentos baratos na mesa das famílias mais pobre. Tal discurso é enfrentado ao longo do filme por meio de várias vozes, como de cientistas, agrônomos e camponeses envolvidos em experiências agroecológicas que trabalham não para controlar e domesticar a natureza como um fábrica, mas junto com ela, seus ciclos, solos vivos, e as características do que a agroecologia denomina de agroecossistemas.

Estratégia semelhante é utilizada no filme “Chapada do Apodi, morte e vida”, que inicia com uma reportagem da Rede Globo da década de 1970 sobre a importância de grandes empreendimentos, como os perímetros irrigados, para salvar o pobre nordestino que vive na seca do semiárido. Também aqui ao longo do filme surgem várias vozes qualificadas normalmente invisibilizadas, principalmente de agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária. A lembrança da memória abissal quando trabalhavam para patrões e eram

contaminados por agrotóxicos foi central na busca de alternativas que os levaram para a agroecologia e o convívio com o semiárido, tornando possível o impossível. Na perspectiva da sociologia das ausências, o documentário sobre a Chapada apresenta a voz da mulher que vivencia possibilidades emancipadoras com a agroecologia. Contudo, somente este documentário traz a voz que representa as mulheres em suas lutas e resistências por direito e autonomia, e em nenhum deles aparece a voz direta das comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, ainda que no filme “Nuvens de Veneno” essa voz se manifeste por um dos enunciadores do documentário, o pesquisador militante.

Os três documentários tornaram-se uma ferramenta de luta para todas as comunidades envolvidas tanto diretamente na produção, como posteriormente na circulação dos vídeos feito por meio de diferentes estratégias, como debates em escolas, universidades, sindicatos rurais, e até no nível local comunitário e de pequenos municípios, quando se organizavam projeções na tela grande em plena praça pública. As entrevistas realizadas com cineastas, movimentos sociais e pesquisadores militantes mostram o papel ativo de todos na produção dos filmes, porém com papéis e pesos diferenciados. Em “O Veneno está na mesa”, a participação desses três lugares de interlocução foi ativa em todo o processo de produção, desde a construção do argumento e roteiro, passando pela seleção das experiências e locais a serem registrados, a edição final e posteriormente a circulação do documentário, com um processo qualificado de debates em diversos lugares e contextos por todo o Brasil. Isso foi movido pelo papel da Campanha, movimentos sociais e organizações atuantes em todos os países, o que permitiu uma escala espacial mais ampla e ampliou a quantidade de vozes em diferentes estados do país que aparecem no documentário.

Já no “Chapada do Apodi, morte e vida” as vozes do cineasta e do movimento social aparecem em torno das propostas da Articulação Nacional de Agroecologia, com a participação da secretaria executiva desta em todo o processo de produção. A voz da ciência militante aparece fortemente como fonte de pesquisa para a argumentação e o roteiro, e por sua relevância na região ela contribui de forma fundamental na aproximação do cineasta com as comunidades e entidades locais, além de aparecer ao longo do filme. No filme “Nuvens de Veneno”, invertem-se esses papéis: é principalmente o pesquisador militante, junto com o diretor, que assume maior protagonismo na construção dos argumentos, roteiro e edição final. No caso do cineasta, há uma especificidade, já que este também é professor universitário, ainda tenha assumido uma vida profissional dedicada à extensão e ao trabalho audiovisual articulado às lutas sociais. A relevância da voz do pesquisador militante decorre

de sua trajetória ativa nas pesquisas que conformam o conteúdo principal do filme. Os movimentos sociais e as comunidades atingidas, sejam a de trabalhadores rurais, agricultores e a escolar, foram chamados desde o início para a construção do projeto, mas seu papel principal se deu nas entrevistas que foram feitas e aparecem ao longo do filme.

Ecologia de saberes: vivências e emergências

A segunda questão trabalhada na análise conjunta dos filmes envolve a noção de ecologia de saberes, como ela aparece e pode ser compreendida tanto na produção dos documentários como no filme propriamente dito. Buscou-se analisar como são incorporados, explicitados e expressos os saberes em sua pluralidade para além dos saberes científicos. Para isso, partiu-se de duas estratégias analíticas, a primeira relacionada à busca de como a produção dos filmes e seu resultado final expressam a presença e o reconhecimento, mais que a pluralidade de vozes que marcam certa polifonia, dos saberes enunciados por tais vozes como legítimos. Falamos aqui principalmente dos saberes de camponeses e das diversas comunidades atingidas a partir de suas experiências com a contaminação dos agrotóxicos, seja no meio ambiente, nos processos de adoecimento vivenciados em seus corpos, nos alimentos, no cotidiano escolar, do trabalho ou das implicações decorrentes da perda do mesmo, enfim, em suas vidas como um todo. Nesse caso, trata-se de perceber como emergem sentidos de saúde-doença para fora do cânone das ciências ambientais e da saúde, como a biomedicina e a toxicologia. A segunda estratégia implica em exercitar a sociologia das emergências para perceber como os documentários expressam vivências sociais em andamento que apontam para a transição paradigmática e sociedades pós-abissais. Por exemplo, novas concepções de agricultura, como a agroecologia, novas concepções e práticas de atenção à saúde menos biomédicas e abertas a outros saberes.

A existência de diferentes saberes e os diferentes encontros entre eles está presente nos três documentários analisados. Isso decorre não apenas pela referência assumida dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, caso evidente da pesquisadora Raquel Rigotto do TRAMAS/UFC no filme sobre a Chapada do Apodi. Como todos os filmes estão relacionados a situações concretas de transformação social que envolvem as lutas contra os efeitos nocivos do agrotóxico, contra a concentração de renda, a expulsão de agricultores camponeses de suas terras, ou ainda o anúncio de uma agricultura camponesa e agroecológica, em todos eles é marcante, com diferentes nuances, a existência de um processo de articulações entre

diferentes sujeitos e seus saberes. Tais nuances dependem do contexto e das características que fazem com que certas vozes assumam maior ou menor protagonismo no filme.

No documentário “Chapada do Apodi, morte e vida” os trabalhadores rurais apresentados em algumas partes possuem saberes circunscritos à sua inserção dependente do trabalho que possuem na fruticultura do agronegócio e da falta de outras opções. Isso demarca um dos desafios mais complexos abordados pelo filme sobre como avançar nas lutas sociais a partir da articulação de duas situações que tendem a se opor. De um lado, o reconhecimento e ampliação das alternativas de enfrentamento do agronegócio pela reforma agrária e a agroecologia. De outro, a dependência econômica local e de inúmeras famílias do agronegócio, mesmo em circunstâncias em que há o reconhecimento e vivência dos sofrimentos provocados pelos agrotóxicos e outras formas de exploração do trabalho. Esse mesmo documentário apresenta uma solução difícil, porém fundamental para superar tais contradições: é na capacidade de reinventar a luta diante das adversidades extremas que reside a esperança e os sentidos de transformação da realidade. Isso fica claro no destaque dado à manifestação que relembra os três anos do assassinato do líder comunitário Zé Maria, e também na voz da liderança camponesa local, que não admite perder as conquistas realizadas com a luta pela terra e a agroecologia, que é munida de conceitos e conhecimentos que provém da interlocução e assessorias de diversos grupos de pesquisa e ONGs que atuam em ambas as frentes, a saúde e a agroecologia, como também do resgate dos conhecimentos tradicionais e ancestrais. Um encontro entre o saber científico e não científico da agroecologia e conhecimento dos movimentos sociais sobre a dependência econômica do agronegócio e do medo da violência do agronegócio. Um conhecimento impregnado nos corpos, nas experiências que são enfrentados na celebração pela dignidade da luta e da vida de Zé Maria. O filme mostra que este saber é fundamental para a superação deste modelo e para a transição agroecológica.

O filme “O Veneno está na Mesa” também expressa uma ecologia de saberes pela forte articulação construída pela Campanha contra Agrotóxicos entre movimentos sociais e cientistas militantes, particularmente da saúde coletiva. O diretor é um cineasta com formação em História que possui plena consciência da falsa dicotomia a ser superada entre arte, ciência e política. A força do filme reside justamente na forma simultaneamente rápida, densa e atraente com que fatos históricos e certos eventos são selecionados e que, na sequência da edição final, vão sendo revelados ao espectador. Combinam-se vozes e saberes de agricultores, técnicos e cientistas, muitas em off, que articulam-se de forma a

complementarem-se uma com as outras. Segue, assim, os ensinamentos de Paulo Freire, um dos grandes inspiradores das epistemologias do Sul, quem diz não haver saberes maiores ou menores, saberes que são mais que os outros, há sim saberes diferentes. A argumentação científica é seguida, ao longo de todo o filme, das vozes e saberes de agricultores que viveram e vivem os efeitos perversos dos impactos dos agrotóxicos em seus corpos. Outra característica marcante do “Veneno está na mesa” é a sistemática conexão entre as origens e as causas estruturais dos problemas de saúde apresentados, que associam o uso dos agrotóxicos às guerras e indústrias multinacionais que, mais tarde, iriam sustentar o modelo de agricultura industrial dependente do agrotóxico. As falas iniciais e finais do filme pelo escritor Eduardo Galeano abordam a contradição central a ser superada na América Latina como relação ao modelo de desenvolvimento, adotado mesmo em governos ditos progressistas de esquerda.

O documentário “Nuvens de Veneno” apresenta condições particulares em termos dos encontros de saberes construídos em sua produção e na expressão do filme realizado, dada as dimensões que o crescimento do plantio de grãos e do uso de agrotóxicos assumiu no cerrado brasileiro e no MT. As realidades mostradas transcendem as escalas territoriais municipais e estaduais diante das tragédias humanitárias associadas à pulverização aérea que atinge até escolas com crianças, e contamina a chuva e o leite de mães que amamentam. Boa parte da ecologia de saberes ao longo do “Nuvens de Veneno” retrata esse problema, ora pela vivência das pessoas intoxicadas, ora principalmente pela fala do pesquisador e militante que acompanha há anos o problema. Contudo, a tônica nos impactos dos agrotóxicos na saúde, assim como a ausência de organizações camponesas, grupos acadêmicos e ONGs vinculados à agroecologia na construção do filme, reduz o potencial de transformação sob a ótica da sociologia das emergências a partir da construção de outro modelo de agricultura.

Contribuições Metodológicas: Co-Labor-Ação, Co-Criação e Co-Produção

Por fim, a terceira questão está relacionada às metodologias colaborativas não extrativistas e suas implicações nas práticas artesanais de co-criação e co-produção de novos saberes e práticas. Discute-se como a produção e a realização dos documentários selecionados podem subsidiar a produção de conhecimentos em comunicação e saúde e na saúde coletiva de forma alternativa a partir das contribuições das epistemologias do Sul. Para fazer isso explora-se um

conjunto de reflexões relacionadas a duas limitações apontadas pelas epistemologias do Sul na produção de conhecimentos. A primeira refere-se à concepção, que Boaventura Santos inspirado em Charles Wright Mills (1959), propõe de uma artesanania das práticas, ou seja, a ideia do pesquisador como um artesão e da investigação como um ofício. Articulou-se essa ideia aos escritos de Walter Benjamin (2015) ao refletir sobre a perda contemporânea dos conhecimentos tecidos nas experiências, a sabedoria, e expressos por diferentes narrativas não logocêntricas ou abstratas, que são por excelência a principal linguagem do conhecimento científico e, por isso, se distanciam da vida e das lutas sociais. O cinema, como outras artes práticas, assume um forte caráter artesanal em seu processo de realização e criação. No caso dos documentários engajados analisados, buscou-se identificar de que formas as diversas vozes das entrevistas fornecem pistas de como, na realização do filme, surgem práticas colaborativas e solidárias que contribuem para produzir sínteses, enfrentar limites e construir alternativas a partir do que afloram no diálogo entre movimentos sociais e cientistas. A segunda limitação apontada pelas epistemologias do Sul é a rígida separação entre razão e afeto buscado pela ciência e suas proposições teóricas e metodológicas. Para avançar, quando possível resgatou-se as ideias de *corazonar* e razão quente propostas por Boaventura de Sousa Santos.

Em todos os filmes, a prática colaborativa é nítida nas condições de sua produção. Os baixos recursos e o limitado período de tempo para sua realização geraram padrões de qualidade somente possíveis pelas práticas colaborativas fora das lógicas de mercado que normalmente definem os custos de produção. Isso viabilizou desde o acesso às informações de pesquisa até o traslado das equipes de filmagem aos locais, muitas vezes em lugares ermos em relação aos locais onde viviam as equipes de filmagem. Tais práticas colaborativas ficam particularmente evidentes no “Veneno está na mesa”, um documentário com poucos recursos, mas que foi o único que acabou extrapolando o formato de curta metragem, registrando imagens e experiências em territórios distantes de todas as regiões do país. No caso da “Chapada do Apodi, morte e vida”, numa escala menor em termos de abrangência territorial, essa colaboração também aconteceu nos três intensos dias de filmagem com o uso de recursos bastante limitados. Já no “Nuvens de Veneno”, a colaboração ocorre mais no processo de viabilização dos contatos para as entrevistas realizadas e que aparecem no filme.

A conexão entre ciência, comunicação e arte, relacionada ao que podemos denominar de razão quente ou *corazonar*, foram captadas, de forma diferenciada, nos três documentários. No “Chapada do Apodi, morte e vida”, o lado artístico, estético e sensível emerge a todo o

momento, já que este é o filme que mais trabalha com textos sem palavras, com imagéticas que ilustram o cotidiano e expressam ora a beleza dos cenários, ora a solidão, o sofrimento, as pequenas alegrias e a vontade de lutar em diversas cenas, desde o momento de lazer no banho de família na barragem construída para o perímetro irrigado que escuta um som de música vinda do alto falante do carro, até a passeata em procissão que homenageia o líder comunitário assassinado Zé Maria do Tomé. Já os outros filmes utilizam-se muito mais das informações e saberes narrados pelas várias vozes, numa sequência sem muitas pausas para respirar e apreciar a força das poucas imagens sem palavras que vão surgindo, embora elas sempre apareçam. O olhar sensível também aflora no “Chapada do Apodi, morte e vida” ao lidar com temas complexos como o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Existem cenas que retratam um cotidiano que contrasta as imagens na residência do trabalhador rural com a televisão e o equipamento de som comprados por seu salário, mas que mal podem ser usufruídos pela falta de tempo e a precariedade das condições de saúde em situações de exploração extrema. Tratam-se de processos de invisibilização de sujeitos que, ao viverem no lado de lá da linha abissal, são radicalmente excluídos, com seus direitos e saberes suprimidos, assim como suas vozes e suas propostas alternativas de sociedade.

No caso de “O Veneno está na mesa”, a razão quente é trazida pela fala do representante do movimento social, quando este evoca a capacidade do cineasta que, num primeiro momento, assiste silenciosa e atentamente as tensões e impasses do que deve entrar ou não nos cortes do processo de edição. No encontro seguinte surge com uma proposta imagética de sequências que dilui impasses e permite a continuidade do trabalho construtivo. Isso mostra que a colaboração é feita pela co-criação através da capacidade de escuta profunda e síntese do cinema pelo cineasta em sua capacidade sensível de ausculta e diálogo.

No documentário “Nuvens de veneno”, há um momento particular em que a razão quente se expressa com força. Ele aparece quando surgem três falas seguidas, a do pesquisador, da diretora da escola e da trabalhadora vinculada, como representante de uma organização sindical, ao controle social do SUS por meio da comissão estadual de saúde do trabalhador do MT. As vozes convergem no questionamento do sentido de se perseguir um modelo de agricultura com tantas violências. Ao final esse modelo produz riquezas para os grandes produtores rurais nacionais, as indústrias multinacionais do veneno e os países que importam essa produção. Mas a comoção da cena surge quando, mesmo vivendo uma situação semelhante à barbárie de uma guerra, clamam pelo diálogo entre movimentos sociais, pesquisadores, escolas e até mesmo os fazendeiros que participam desse modelo para buscar

uma alternativa.

CONCLUSÃO: DIÁLOGOS INACABADOS

Seja na polifonia, no dialogismo ou na ecologia de saberes, as vozes e saberes que emergem desde a produção até no resultado final dos filmes envolvem e expressam sujeitos excluídos que se organizam em situações concretas de luta social. No caso, as lutas são travadas contra os efeitos nocivos do agronegócio, contra a concentração de poder político e econômico, a expulsão de camponeses e agricultores familiares de suas terras. São também lutas propositivas em torno da qualidade de vida e saúde a partir da alternativa agroecológica. Ela implica um modelo alternativo de agricultura, de segurança e soberania alimentar que está associado a uma concepção mais justa, democrática e sustentável de território e da sociedade como um todo.

Em todos os filmes constata-se que a produção da riqueza feita pelo agronegócio encontra-se radicalmente divorciada dos interesses dos que vivem e trabalham nos territórios atingidos. A denúncia técnico-científica alia-se ao afeto ao expressar a indignação de todos pelo sentido do modelo econômico e tecnológico daquela agricultura. Esse aspecto, evidente em todos os documentários, mostra a potência do cinema para integrar produção de conhecimento e ética, razão e coração, e através disso construir as bases de um conhecimento transformador.

A interface entre a perspectiva comunicacional de Bakhtin com as epistemologias do Sul potencializa o realinhamento entre criatividade, autonomia e transformação social tanto na compreensão e produção social de novos sentidos, como na articulação e produção de conhecimentos. Isso ocorre por meio de concepções que ressignificam temas como trabalho, saúde e natureza. Essa capacidade de aliar a produção de novos conhecimentos e práticas, inseparáveis nas abordagens pós-coloniais das relações de poder e saber, busca romper com a alienação existente no próprio mundo acadêmico, cuja pretensão de isenção e objetividade funciona como armadilha que distancia ciência e ética.

Nos filmes são marcantes os sentimentos ora de indignação, ora de vibração e da paixão por parte não só dos agricultores e agricultoras envolvidos com as resistências, as denúncias e o anúncio da agroecologia, mas também dos próprios pesquisadores militantes. Acusados permanentemente de “ideológicos”, todos fazem parte da ecologia de saberes promovida pelo

reencontro entre ciência, transformação social e arte. Acredita-se que os documentários engajados analisados possibilitam, pela co-labor-ação, co-produção e co-criação criar novas estratégias comunicacionais e epistemológicas que ajudam a reaproximar ciência, transformação social e sabedoria. Precisa-se muito desses encontros no momento de aguçamento da crise civilizatória, social e ecológica que vivemos.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Walter Benjamin, Linguagem tradução, literatura**. Obras Escolhidas de Walter Benjamin 5, Porto: Assírio & Alvim, 2015 (edição e tradução de João Barrento), pp. 147-178.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2015.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. **O círculo dos mentirosos**: contos filosóficos do mundo inteiro. São Paulo: Códex, 2004.
- FASANELLO, Marina Tarnowski. A produção de documentários nas lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo. **Tese de doutorado**. PPGCICS, Fundação Oswaldo Cruz, 2018.
- FASANELLO, Marina Tarnowski; ARAUJO, Inesita Soares; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Produção audiovisual nas lutas dos movimentos sociais do campo no Brasil: dimensões comunicacional e epistemológica. Commons. **Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, 5(2): 118-147, 2016.
- FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **RECIIS** (2018), no prelo.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.
- GUDYNAS Eduardo, ACOSTA Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana** 16(53):7183, 2011.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo Ferreira; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (10): pp.4071-4080, 2014.
- RIGOTTO, Raquel Maria et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência &**

Saúde Coletiva, 17(06), 1533-1542, 2012.

MILLS, Charles Wright. **The Sociological Imagination**. Harmondsworth: Penguin; 1959.

RODRIGUES, Flavia Lima. Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro. **CES Revista** 24: 61-73, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos Cebrap* 79: 71-94, 2007.

SANTOS Boaventura de Sousa; MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Aledina/CES, 2ª edição, 2014.

TYGEL, Alan Freihof et al. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. **Agrics.** 11(4): 38-42, 2015.

PARTE III – RESULTADOS E CONCLUSÃO

7. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS: ANÁLISE E RESULTADOS

INTRODUÇÃO

Nessa análise foram aplicados alguns elementos dos dois referenciais teóricos privilegiados na tese. O primeiro provém de uma perspectiva teórica da produção social dos sentidos, com as categorias bakhtinianas de polifonia e dialogismo. O segundo busca se apropriar de algumas reflexões propostas pelas epistemologias do Sul, em particular a ecologia de saberes, as sociologias das ausências e das emergências. As três seguintes perguntas orientam a análise do texto, ou seja, dos documentários selecionados:

(i) Os documentários, no contexto das lutas dos movimentos sociais do campo, expressam a diversidade de vozes que compõem os movimentos e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia, traduzindo a polifonia da realidade documentada? De que maneira?

(ii) A noção de ecologia de saberes se traduz na produção dos documentários, através da incorporação, explicitação e articulação de uma pluralidade de saberes em diálogo para além dos saberes científicos?

(iii) Considerando a proposição de metodologias colaborativas não extrativistas e suas implicações nas práticas artesanais de co-criação e co-produção de novos saberes e práticas, como a produção e a realização desses documentários apresentam elementos de interesse que subsidiem a produção de conhecimentos em comunicação e saúde e na saúde coletiva?

O caminho trilhado foi reconhecer e caracterizar as vozes presentes nos documentários que compõem discursos mais amplos, demarcando o âmbito de sua polifonia. Além disso, analiso o dialogismo que articula essas vozes. A existência de diferentes vozes e sentidos está relacionada, mas não significa necessariamente, uma expressão de saberes. A noção de ecologia de saberes implica o reconhecimento da existência e validade de saberes não científicos e a possibilidade de diálogos mais horizontais com os saberes científicos. Esta dimensão foi, então, considerada.

Organizei a proposta metodológica em três grandes etapas:

(i) A investigação do contexto de cada documentário, ou seja, suas condições sociais de produção, a partir de documentos mais objetivos dos documentários, como as sinopses, sejam artigos publicados que informam e analisam as questões diversas apresentadas no documentário. Outra estratégia metodológica de grande importância foram as entrevistas de três lugares de interlocução envolvidos em cada documentário: o cineasta, um representante do movimento social e um pesquisador engajado;

(ii) A análise propriamente de cada documentário, compreendidos como textos a partir das falas que eles acolhem e que os constituem, expressões e cenários, em confronto com o contexto, ou seja, as condições sociais de produção levantadas anteriormente.

(iii) Por fim, completo a análise conjunta dos três documentários articulando as análises anteriores feitas a partir das cenas dos filmes e das suas condições de produção, em especial, destacando questões surgidas nas entrevistas realizadas. Esta análise global busca sintetizar como as dimensões comunicacionais e epistemológicas aparecem e se concretizam na produção dos documentários selecionados.

As condições sociais de produção de um texto são fundamentais para uma análise que busca compreender o modo pelo qual esse texto constrói realidades pela sua enunciação. Essas condições – que podem ser traduzidas por contextos – compreendem não só as de ordem das relações sociais, mas todos seus contextos, como os de ordem política, técnico/tecnológica, material, econômica e alguns de ordem circunstancial, que são enfatizados de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa. Por isso, todo texto precisa ser confrontado com seus contextos, circunscrevendo-se seu processo de produção social.

Um documentário – considerado um texto em sua inteireza – precisa, assim, ser examinado em seus múltiplos contextos. Em se tratando de uma pesquisa de tese, o contexto metodológico também resulta importante, além de tomar como pressuposto que o contexto teórico da pesquisa subjaz em toda análise.

Os contextos do documentário são considerados condições de produção e daí decorre a importância desta categoria analítica. Esses contextos conformam um cenário, cujas apresentação e problematização compõem uma primeira parte da análise individual e resultam de uma pesquisa bibliográfica e da minha inserção no âmbito destas articulações. Na sequência, esta etapa é complementada pelas entrevistas com os interlocutores de cada documentário, que foram gravadas em DVD e que aqui foram narradas por mim enquanto uma contadora de histórias. A segunda etapa consolida a análise propriamente do filme, a partir dos interesses da pesquisa. Trata-se de uma análise textual baseada na correlação das

cenar com os temas/elementos que emergiram dos textos e contextos dos documentários e que permitiu reconhecer discursividades presentes. O filme foi visto como um conjunto de cenas, ou seja, as partes que compõem a estrutura de análise eleitas para responder às questões formuladas na tese e desenvolver algumas reflexões com base principalmente na teoria da produção social de sentidos, ecologia de saberes e nas sociologias das ausências e das emergências, e nos processos colaborativos de co-produção e co-criação. Portanto, temos uma estrutura de análise por cena, onde em cada cena são identificados os elementos constitutivos dos discursos e saberes mobilizados, relacionados às lutas sociais. Os temas/elementos são: visibilidade, resistência, território, artesanato das práticas, mulheres, agroecologia, ecologia de saberes, ciência, violência e linha abissal. Foi feita uma decupagem⁴, cortes que definem cada cena marcada a partir do minuto do filme, em que cada cena é apresentada com um “plano fixo” e a descrição do mesmo numa coluna à direita. Na sequência, apresento a análise no texto corrido.

Finalmente a última etapa consistiu de uma análise global que articula as análises anteriores. Esse foi um momento em que busquei responder as três questões centrais de minha investigação em torno das concepções de polifonia, de ecologia de saberes e processos colaborativos. Em síntese, busquei compreender as características, semelhanças, diferenças e singularidades apresentadas por cada um dos três documentários, o que só foi possível de ser realizado por reflexões a partir das imagens e vozes. Para essa análise global dos filmes destaquei três conjuntos de questões que buscam articular as dimensões comunicacionais e epistemológicas: (i) diversidade de vozes, polifonia e sociologia das ausências; (ii) ecologia de saberes: vivências e emergências; (iii) contribuições metodológicas: co-labor-ação, co-criação e co-produção.

7.1- DOCUMENTÁRIO “O VENENO ESTÁ NA MESA”

Ficha técnica completa do documentário:

Direção e Roteiro: Sílvia Tandler

Narração: Caco Ciocler, Dira Paes, Amir Haddad e Julia Lemmertz

Fotografias e Entrevistas: Aline Sasahara

Pesquisa e Produção: Hélenne Paihous

Edição: Paulinho Sacramento e Kaio Almeida

Supervisão – Computação Gráfica: Felipe Muanis

Criação e Desenvolvimento de Computação Gráfica: Érica Calil N. e Mariana Galvão

⁴ É a técnica de contar uma história através das imagens em trechos sínteses, que se interligam numa lógica narrativa,

Trilha Sonora: Lucas Marcier – Arpx
Produção Executiva: Ana Rosa Tendler
Fotografia Adicional: André Cavaleira, Felipe Vianna, Marcelo Mac, Paulinho Sacramento, Victor Burgos e Cecília Saraiva
Estúdio de Som: Estúdio Verde e Ricardo Duna
Mixagem: Antônio de Paula
Minutagem: 48'58"
Ano: 2011

Sinopse divulgada:

“O Brasil é o país do mundo que mais consome agrotóxicos: 5,2 litros/ano por habitante. Muitos desses herbicidas, fungicidas e pesticidas que consumimos estão proibidos em quase todo mundo pelo risco que representam à saúde pública. O perigo é tanto para os trabalhadores, que manipulam os venenos, quanto para os cidadãos, que consomem os produtos agrícolas. Só quem lucra são as transnacionais que fabricam os agrotóxicos. A ideia do filme é mostrar à população como estamos nos alimentando mal e perigosamente, por conta de um modelo agrário perverso, baseado no agronegócio.”

FONTE: Caliban

7.1.1 Condições de produção: o contexto

7.1.1.1 Cenário: a Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida

O documentário “O Veneno Está na Mesa” dirigido pelo documentarista Silvio Tendler resultam da criação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Nesse sentido, a Campanha é o principal protagonista do filme, produzido pela produtora Caliban, de Silvio Tendler, e teve inicialmente o forte apoio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz.

Segundo Tygel et al. (2015), a origem da Campanha teve um papel central da Via Campesina. Trata-se de um movimento internacional que se assume autônomo e pluralista, criado em 1992 e que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas em quatro continentes: Ásia, África, América e Europa. No Brasil a Via Campesina envolve os seguintes movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pescadores e Pescadoras Artesanais.

Foi a Via Campesina que impulsionou organizações e movimentos que já atuavam sobre a temática, realizando um seminário nacional em setembro de 2010, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, com a participação de mais de 70 pessoas de cerca de 30 organizações nacionais. No seminário foi definida uma série de propostas para a qualificação da luta contra os agrotóxicos e pela produção de alimentos saudáveis, sendo a principal iniciativa o lançamento de uma campanha nacional contra os agrotóxicos, a ser realizada no dia 7 de abril de 2011, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde.

O planejamento se concretizou e realmente nesta data foi lançada oficialmente a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Ela possui um portal específico na internet (<http://contraosagrototoxicos.org/>) para a divulgação de um conteúdo bastante rico e atualizado com informações de conjuntura, reportagens, cadernos de formação, artigos científicos, livros, filmes, banco de dados sobre o consumo de agrotóxicos no país, além daqueles proibidos em outros países. Segundo o portal da Campanha, esta tem por objetivo central sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Além de relacionar o consumo de agrotóxicos ao modelo da agricultura capitalista, também conhecido como “Revolução Verde” que é conhecido no Brasil pelo nome de agronegócio, a Campanha apresenta como alternativa a agroecologia, um modelo de produção de alimentos que coloca a vida em primeiro lugar. A Campanha busca ampliar os milhares de agricultores agroecológicos espalhados pelo Brasil a partir da consciência da população e de políticas públicas que apoiem o campesinato e a agricultura familiar partir de outro modelo de desenvolvimento agrário, livre de agrotóxicos e transgênicos.

O sinal de alerta que despertou as articulações para a criação da Campanha surgiu em 2008, quando foi divulgado que o Brasil havia se tornado o líder do ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Isso ocorreu basicamente pelo avanço do agronegócio que expandiu a produção de commodities agrícolas prioritariamente para o mercado internacional. Trata-se de um modelo agrícola que concentra terras em monocultivos como a soja, a cana de açúcar, o milho, a fruticultura, a pastagem para gado, e mesmo monocultivos de árvores, chamados criticamente de “desertos verdes”. A consequência inevitável da expansão dos monocultivos foi a utilização de altas quantidades de venenos para eliminar as “pragas”, em verdade uma expressão da biodiversidade dos agroecossistemas, para garantir a produção de mercadorias agrícolas em escala industrial para exportação. Segundo a Campanha, o modelo do agronegócio brasileiro apoiou-se numa “modernização conservadora” que impulsionou o aumento da produção de forma extremamente dependente do uso dos pacotes agroquímicos,

tais como adubos, sementes melhoradas/transgênicas e venenos. Mesmo a agricultura familiar passou a crescentemente incorporar esse modelo pela obrigatoriedade associada aos financiamentos agrícolas oficiais desde a ditadura militar com o crescimento da indústria química e petroquímica nos anos 1960 e 70. Com isso chegou-se no ano de 2010 a mais de um milhão de toneladas de venenos que foram espalhados nas lavouras brasileiras.

Especificamente quanto à indústria dos agrotóxicos, verifica-se no mundo a existência de um mercado altamente concentrado em principalmente seis grandes empresas transnacionais: Monsanto (EUA), Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Dupont (EUA), DowAgrosciens (EUA) e Basf (Alemanha). Segundo o portal da Campanha, em 2016 três fusões encontravam-se em andamento e deveriam concentrar ainda mais o mercado: Dupont e Dow, ChemChina e Syngenta, e Monsanto e Bayer. No Brasil, além das transnacionais, existe um conjunto de empresas nacionais que produzem os agrotóxicos genéricos e os oferecem mais baratos seguindo a mesma lógica que as indústrias de medicamentos, já que as empresas que criaram os venenos perdem o direito de propriedade intelectual. Dessa forma, no Brasil em 2014 foram comercializados 12,2 bilhões de dólares em agrotóxicos, isso sem considerar os agrotóxicos contrabandeados ilegalmente, estimados em cerca de 20% do total.

A Campanha divulga dados oficiais do Ministério da Saúde, ainda que subnotificados, para demonstrar a gravidade do problema para a saúde humana, principalmente dos trabalhadores rurais e agricultores que aplicam o veneno. Os dados oficiais revelam cerca de 5000 intoxicações agudas anuais causadas por agrotóxicos, isso sem computar as intoxicações crônicas que surgem após anos de exposição a baixas doses e podem provocar inúmeras doenças, como o câncer, problemas neurológicos, dermatológicos, respiratórios, cardíacos, dos sistemas imunológico e endócrino, além das más formações congênitas e da esterilidade masculina. Por isso, os agrotóxicos passaram a ser considerados, no mundo e no Brasil, um importante problema de saúde pública, bem como de proteção ambiental e das futuras gerações.

É esse quadro de fundo que permite aglutinar um conjunto de entidades e organizações, inicialmente nucleadas pela Via Campesina, mas com o forte apoio de diversas organizações científicas que atuam na saúde, como a Abrasco, a princípio, através de seu GT Saúde e Ambiente; a Fiocruz; o INCA e inúmeros grupos de pesquisa que já trabalhavam sobre o tema e articulados aos movimentos sociais da Via Campesina. Isso permite ampliar a discussão da centralidade do combate aos agrotóxicos – também associados aos transgênicos – como estratégico para reunir diversos agentes sociais na luta contra a agricultura capitalista e o anúncio de outro modelo de agricultura: a agroecologia. A defesa da saúde de trabalhadores

da agricultura e de consumidores, além da proteção do meio ambiente, também era uma aposta para criar agendas comuns e unir lutas sociais nos campos e nas cidades. O reconhecimento da relevância, ampliação e continuidade dessas agendas em torno dos agrotóxicos no longo prazo justificou-se para assumir a Campanha como permanente.

Segundo consta no portal da Campanha, atualmente, esta é formada por seis categorias de entidades, seja de âmbito nacional ou regional, totalizando 130 entidades: (i) Movimentos Sociais e Redes (19); (ii) Escolas, Universidades e Instituições de Pesquisa (18); (iii) Movimento Sindical e Entidades de Classe (20); (iv) Entidades, ONGs, Assessorias, Associações, Cooperativas (54); (v) Movimento Estudantil (12) e (vi) Legislativo através de mandatos de diversos parlamentares (7).

Tygel et al. (2015) explicam que a

Campanha se estrutura em comitês com a participação de indivíduos e organizações da sociedade civil. Os comitês são responsáveis pela luta cotidiana nos territórios, municípios e estados, reunindo a militância engajada em cada local. As citadas organizações, locais ou nacionais, consistem em movimentos sociais do campo e da cidade, centrais sindicais e sindicatos rurais e urbanos, movimentos estudantis, organizações não governamentais ligadas à agroecologia e a questões ambientais, entidades públicas de ensino e pesquisa comprometidas com a saúde coletiva, além de mandatos parlamentares que apoiam a luta contra os venenos. Essas organizações articulam a base social da Campanha e, de acordo com a conjuntura local, podem integrar os comitês nas regiões em que atuam. (p.41)

Tygel (2015) apresenta uma linha do tempo que mostra a evolução da Campanha com os principais eventos e ações realizados entre 2010 e 2014, e que reproduzo a seguir:



Segundo o portal da Campanha, quatro objetivos estratégicos foram assumidos:

- (i) Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos e transgênicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas);
- (ii) Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite o meio ambiente;
- (iii) Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais; e
- (iv) Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica.

A partir desses objetivos, Tygel (2015) explica que ao longo do tempo foram assumidos cinco focos de luta:

- (1) Proibição no Brasil do uso de agrotóxicos banidos em outros países do mundo, já que diversos ingredientes ativos de agrotóxicos usados no Brasil já haviam sido proibidos ou fortemente restritos em outros países, inclusive por meio de um mecanismo chamado de *phase out* em que as indústrias deixam de comercializar os agrotóxicos nesses países. Trata-se de uma medida contraditória, pois permite que as empresas continuem argumentando que os produtos em uso em certos países, principalmente do Sul Global, não foram oficialmente proibidos, o que facilita estratégias de ocultamento dos perigos e a continuidade da sua comercialização.
- (2) Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos, por exemplo, por meio do Convênio de nº 100/97, celebrado durante Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos agrotóxicos, com alguns estados chegando a 100% de isenção.
- (3) Fim da pulverização aérea, pois esta prática, já proibida em diversos países, contamina grandes extensões para além das áreas destinadas a lavoura. A grande quantidade pulverizada tem a ver com sua baixa eficácia, já que apenas uma pequena parcela do veneno atinge o alvo. A pulverização contamina o solo, os rios e as comunidades do entorno; e tragédias ficaram conhecidas como emblemáticas, tal como a intoxicação de mais de cem estudantes após um banho de agrotóxicos ocorrida em Rio Verde, Goiás, em 2013.
- (4) Em defesa da água sem agrotóxicos, situação agravada pelo fato das instituições de regulação no Brasil terem aumentado os níveis aceitáveis de agrotóxicos na água em anos recentes. Apesar de previsto em legislações específicas do Ministério da Saúde, um número muito pequeno de municípios possui programas efetivos de controle da poluição

por agrotóxicos das águas para consumo humano. Além disso, estudos mostram a contaminação já existente dos aquíferos Guarani e Jandira que abastecem boa parte da população brasileira.

- (5) Conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos. Trata-se de garantir o direito de camponeses e agricultores sobre o que produzir, como trabalhar e como se alimentar. Tal direito é inviabilizado pelo avanço das monoculturas químico-dependentes e das lavouras transgênicas. Um produtor orgânico ou agroecológico possui enormes dificuldades para produzir, certificar e comercializar seus produtos se os vizinhos usam intensamente agrotóxicos ou há pulverização aérea na região. Por isso, a Campanha defende a possibilidade de declaração de áreas livres de agrotóxicos e transgênicos, condição necessária para o desenvolvimento e ampliação de uma agricultura de base agroecológica.

Jean-Pierre Leroy (2011), ambientalista que atuava na ONG Fase, escreveu no prefácio do primeiro Caderno de Formação construída para a Campanha sobre o problema. Ele aponta três fatores interligados que levaram ao aumento desenfreado no consumo de agrotóxicos: o modelo da agricultura capitalista denominado de “Revolução Verde”, a confiança desmedida no progresso tecnológico e o domínio das grandes empresas transnacionais. A isso Leroy adiciona dois elementos importantes. Primeiro, o papel da mídia hegemônica para moldar a “opinião pública” na crença que a modernidade, o desenvolvimento do país e a erradicação da miséria passam pelo agronegócio, sendo isso parte de um processo ideológico mais amplo pelo capitalismo globalizado do que tem sido denominado de “discurso único”. O segundo é a pressão sobre o Estado e sua crescente submissão a esse modelo, subordinando inúmeras políticas públicas e instituições, inclusive as de saúde. Por exemplo, Leroy menciona as crescentes pressões e dificuldades de atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) na maneira como diversas decisões são tomadas sobre a liberação de agrotóxicos e sementes transgênicas. Leroy também cita a crescente desqualificação pública e criminalização judicial de pesquisadores independentes que assumem uma bandeira crítica contra os agrotóxicos.

Apesar dessas contradições, durante um bom tempo, principalmente nos anos iniciais de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o setor de agrotóxicos da Anvisa assumiu um papel fundamental no apoio à fase inicial da Campanha através de duas pessoas importantes nessa articulação: Luiz Claudio Meirelles, gerente de Toxicologia e que foi demitido do cargo em 2012; e Leticia Rodrigues da Silva, gerente de Normatização e Avaliação, que saiu da Anvisa no ano seguinte ao de Luís Cláudio. Ambos foram alvo de inúmeras pressões políticas por parte de empresas e parlamentares vinculados ao agronegócio e às indústrias produtoras

de agrotóxicos. Trata-se de um caso exemplar simultaneamente das possibilidades e dificuldades de se manter um discurso contra-hegemônico num país cujo poder econômico, político e midiático dos setores mencionados é tão expressivo. Ambos os gerentes da Anvisa acabaram encontrando refúgio no espaço acadêmico, mostrando a maior flexibilidade que as instituições de pesquisa ainda oferecem para abrigar iniciativas contra-hegemônicas.

É no contexto inicial da Campanha, ainda em sua fase inicial de organização, que surge a proposta de realização do documentário “O Veneno está na Mesa”, lançado em 2011, logo após o lançamento da própria campanha.

7.1.1.2- Entrevistas com cineasta, pesquisador militante e movimentos sociais

Cineasta Silvio Tendler, diretor do documentário

A entrevista com o cineasta Silvio Tendler possui uma especificidade na análise: como diretor dos dois documentários, ela é válida tanto para “O Veneno está na mesa” como para o “Veneno está na mesa 2”, embora boa parte de sua fala tenha se concentrado na produção e nas experiências de lançamento do primeiro filme, em 2011. O segundo filme, “O Veneno está na Mesa 2”, já estava previsto no projeto inicial para aprofundar alternativas de solução, conforme veremos ao longo da entrevista.

Silvio Tendler nasceu em 1950, o ano que Brasil perdeu a Copa do Mundo de Futebol no estádio do Maracanã. Segundo o próprio cineasta, esse evento desastroso talhou uma geração de luta, garra e coragem, da qual ele faz parte, sendo um dos seus intérpretes, sobretudo atuando na área do audiovisual. A partir deste lugar construiu trabalhos de cunho político para resgatar um pouco da cidadania brasileira. É nesse quadro que se insere a trilogia recente de documentários sobre a agricultura brasileira: “O Veneno está na Mesa”, “O Veneno está na Mesa 2” e “Agricultura Tamanho Família”. Esse último mostra que 70% da produção agrícola que chega à nossa mesa parte da pequena e média agricultura, contrariando o que é divulgado pelas propagandas vinculadas pela mídia hegemônica.

O modelo do agronegócio produz *commodities*, o alimento-mercadoria principalmente para exportação, utilizando grande quantidade de agrotóxicos e beneficiando os mais favorecidos financeiramente. Este modelo agrícola chega até mesmo a obrigar os pequenos agricultores a utilizar esses insumos das grandes empresas químicas. Nesse contexto, a trilogia dos filmes sobre o modelo agrícola foi feita com o propósito de se mostrar que é possível agir de outra maneira. Com essa ideia e sua competência cinematográfica, Silvio resolveu participar desta campanha.

Jean-Claude Carrière (2004), que reflete sobre a linguagem cinematográfica, ressalta as características de autonomia e interdependência do cinema, assim como sua grande capacidade de inserção entre as artes e as culturas. Para este autor, o roteirista é o contador de histórias dos nossos dias. Ele teria retomado, com os recursos de hoje, uma função muito antiga, a de contar histórias, dizendo o que nem a poesia diz, nem a filosofia e nem o romance (FASANELLO, 2013). Quando questionado sobre sua visão frente ao posicionamento de Carrière, Silvio diz que, para poder contar histórias, é preciso ter os ouvidos atentos, e isso ele tem aprendido em sua vida como documentarista.

No caso do filme “O Veneno está na Mesa”, Tandler conta que o projeto nasceu em um jantar com o escritor Eduardo Galeano, quando este comentou não entender bem o Brasil, que naquele momento parecia viver uma democracia tão pujante, com o governo do então Presidente Lula. Havia uma grande esperança do Brasil como um projeto de nação, um exemplo para o mundo. Galeano perguntava-se como esse mesmo país era capaz de ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, contagiando as águas, o ar, a terra, a alimentação e os seres vivos. Naquele momento isso foi uma novidade para Silvio.

Ao ouvir o comentário de Galeano, Silvio teve, pela primeira vez, a ideia de fazer um documentário sobre o problema. Começou então a trabalhar em um projeto que previa pequenas inserções, nas quais mostraria que frutas tão pequenas e aparentemente tão saborosas podiam matar, pois estavam envenenadas. Foi quando, ao se encontrar com João Pedro Stédile, liderança nacional do movimento social do campo, soube que o MST estava montando um movimento de luta contra os agrotóxicos, na forma de uma campanha. Surge então a ideia de se estabelecer uma ponte e fazer juntos um filme sobre a contaminação em que estávamos vivendo.

Essa ponte foi bem ampla, ela estabeleceu vínculos entre uma articulação de movimentos sociais que se forjava e englobava não só o MST como o MPA e outros, mas também instituições de pesquisa como a Fiocruz e o INCA. Ou seja, já existia uma frente muito grande para o enfrentamento aos agrotóxicos. Dessa maneira, Silvio, um documentarista também forjado na luta, levou seu saber enquanto especialista em documentários, já que a importância de se dominar o veículo de comunicação é fundamental para ampliar as lutas. Foi a partir daí que, juntos, produziram dois filmes: “O Veneno está na Mesa” em 2011, seguido de outro com o mesmo título acrescido simplesmente do algarismo 2, lançado em 2014. Na visão do Silvio, os documentários deram visibilidade e uma cara ao movimento que já existia e que continuaria existindo, mas que ganhou mais força ao

incorporar o audiovisual mais intensamente como fator de comunicação com o grande público.

Silvio relatou na entrevista que, quando fez estes filmes, aprendeu muito com os movimentos, com os agricultores e pesquisadores; muito mais do que pode ensinar. Tratam-se de filmes seminiais, pois introduzem um universo que ele não dominava: o da alimentação e da contaminação química. No caso do primeiro “O Veneno está na Mesa”, o grande articulador da sua realização foi diretamente João Pedro Stédile, que fez todas as pontes para que o filme tivesse o formato final que tomou. Porém, depois, Stédile, se retirou do processo. Para Silvio, trata-se de um grande articulador que sai posteriormente da linha de frente, colocando Cleber Folgado do MPA que, na época, era o coordenador nacional da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. A posteriori, Cleber não permaneceu na produção do segundo filme, pois foi estudar Direito na Bahia, o que, segundo Silvio, é algo admirável nos movimentos sociais do campo: “Eles não param no tempo”.

Silvio nos conta que Folgado e as articulações já existentes pela Campanha facilitaram as condições de viagens e os contatos essenciais para a realização do filme, como Raquel Rigotto, cientista e lutadora social de auto gabarito, além de outros pesquisadores militantes como Alexandre Pessoa, Marcelo Firpo e André Búrigo. Dezenas de militantes anônimos receberam a equipe nas suas casas nas viagens realizadas. Eles deram alimentação e cama, cederam seus carros, facilitando as viagens e apresentaram à equipe cinematográfica as realidades que foram registradas e seguidamente usadas na montagem. Sem essa forma coletiva e solidária de atuar, característica dos movimentos sociais, o filme jamais teria acontecido no tempo e com o orçamento que tinha à época.

Portanto, Silvio foi o realizador e articulador artístico, mas reconhece a profunda inserção dos movimentos sociais e pesquisadores militantes na produção do filme, que deram substância ao que foi filmado. Se este escopo de articulações não tivesse sido montado desde o início, dificilmente o documentário teria a cara que teve. Por exemplo, a criação do roteiro de Silvio Tandler foi trabalhada junto com a cineasta envolvida com o MST, Aline Sasahara, uma das diretoras do documentário “Raíz Forte”, realizado em 2000, e que assumiu a parte de fotografias e entrevistas do mesmo; e Héliene Pailhous, que assumiu a parte de sua produção e pesquisa.

Com o sucesso do primeiro documentário, foi realizado então “O Veneno está na Mesa 2” a partir de uma comissão ligada principalmente ao MST e à EPSJV, bem como outros cientistas da Fiocruz, tendo sido a produção do filme mais bem sistematizada do que a do primeiro. Na produção do “Veneno 1 e 2”, a relação de Tandler com os movimentos sociais e

cientistas engajados partiu do princípio de que estavam juntos na mesma luta. Em nenhum momento se percebeu alguém querendo ter a palavra final, sendo dialogadas todas as dúvidas e questões que surgiam. Quando ocorria uma discussão de cunho estético, o próprio cineasta, democraticamente, tomava a palavra. Porém, quando se tratavam de discussões de cunho político, elas eram levadas para os coletivos que participavam do processo, e de forma democrática, eram feitas as escolhas e tomadas as decisões. Para Silvio, tais coletivos funcionaram bastante bem.

Embora o primeiro documentário tenha uma fundamentação científica, para o cineasta, o filme possui um caráter mais panfletário na medida em que adverte a população sobre os males do agrotóxico. Ou seja, um caráter de advertência, mas sempre baseadas em pesquisas publicadas e facilmente comprovadas, tanto do ponto de vista da formatação das empresas internacionais que produzem os agrotóxicos como do perigo dos venenos em diversos contextos. Por exemplo, no caso da Monsanto e da Dow Chemical, as duas empresas nos remetem ao agente laranja usado no Vietnã, que ceifou milhares de vidas e até hoje afeta a saúde das pessoas que sobreviveram, gerando além disso, malformação congênita de seus descendentes. Os gases que matavam na 1ª Guerra Mundial tinham por proprietários as gigantes Basf e a Bayer.

Segundo Silvio Tendler, “O Veneno está na Mesa” já foi assistido por mais de cinco milhões de espectadores por ter sofrido um efeito multiplicador através do selo copie e distribua, uma recomendação da produtora Caliban e dos vários envolvidos para que a circulação do filme aumentasse. Colocaram gratuitamente na Internet uma cópia de alta qualidade, e qualquer pessoa que peça para fazer uma exibição pública e gratuita do documentário recebe uma cópia do mesmo. Não existem proibições.

Para Tendler, esse filme mudou a sua vida. Como cineasta, ele percebeu a importância da visibilidade da obra para afetar a sociedade. Foi a partir desta experiência que ele disponibilizou a sua obra como um todo, para que não ficasse mais em prateleiras e gavetas como propriedades intelectuais comerciáveis. Passou a ser uma propriedade da humanidade a seu serviço, ou seja, a obra autoral como um produto coletivo. Ele deve esta mudança à outra experiência que teve em seu documentário sobre o geógrafo Milton Santos, o qual realizou com um aparato tecnológico bastante superado. Certa vez, diante desse gênio que se encontrava já num momento difícil com problemas de saúde (Milton Santos morreu em 2001, embora o filme tenha sido lançado em 2007), Silvio perguntou: “Mas, professor, você está falando isso tudo por que? Quem vai te ouvir?” E olhando para a câmera ele respondeu: “Você”.

Nessa caminhada em direção ao “O Veneno está na Mesa” e o seu esquema de produção e circulação, Silvio foi percebendo o bem que esse filme estava fazendo às pessoas, à visibilidade do tema e inclusive a de seu trabalho como cineasta. Ele vivenciou, nesse momento, a potência de se produzir novas ideias a partir de uma obra cultural como o documentário, inserida em um contexto coletivo de transformação.

Silvio viajou o Brasil inteiro para lançar o “Veneno está na Mesa”, segundo ele, como uma espécie de pop star, tal foi sua inserção nos movimentos sociais em que as pessoas exigiam ter um contato com o cineasta. O filme chegou a passar na França, em Portugal e na Itália, circulando o mundo de forma autônoma e independente. Ou seja, teve uma sobre vida como cinema, que é impensável em outros documentários. É um filme que tem uma permanência pelo tema, que continua atual, e uma compatibilidade com os movimentos sociais aos quais está articulado.

A repercussão do filme, para Silvio, está diretamente associada ao seu formato de produção coletiva e de ser fruto de um desejo coletivo. Esse filme já tinha um público ligado a ele desde sua raiz, o movimento social, que não é um público pequeno. Por exemplo, só o MST está vinculado a assentamentos em 24 estados do Brasil, com cerca de 350 mil famílias que conquistaram suas terras. Dialeticamente, a especificidade do filme e o papel do Silvio foi dar uma cara para o movimento diante da sociedade. Tais movimentos são fundamentais nessa luta contra os agrotóxicos, mas o sucesso da visibilidade desse tema, segundo Silvio, está diretamente relacionado à potência do audiovisual. Os dois, as lutas sociais e o sucesso do filme, caminharam juntos.

Essa clareza do cineasta sobre o papel, a importância e as especificidades do audiovisual dentro das lutas sociais é reforçada por autores como Torres (2012). É recorrente que aqueles que defendem posições críticas e contrahegemônicas reclamem da falta de visibilidade dada pela grande mídia às suas lutas. Não se pode esperar que a grande mídia essa mídia, que funciona a serviço de poderosos interesses econômicos, vá realizar um movimento que busca justamente enfrentar tais poderes e transformar a sociedade. Porém, reverter esse quadro também depende de um maior investimento na produção de mídias alternativas de qualidade, que possam circular com maior potência na sociedade.

Filmes documentários como “O Veneno está na Mesa” são canais de comunicação com o público que não existe na grande mídia e representam alternativas reais para circular na sociedade ocupando uma lacuna real de necessidade de esclarecimento e engajamento por parte das pessoas. O documentário em questão é exemplar, pois sua produção, com um custo de apenas 50 mil reais, foi possível pela qualidade e energia de pessoas militantes que

participaram, mesmo durante o trabalho de montagem. A partir daí o documentário ganhou o país dando outra cara ao movimento social.

Nas palavras de Silvio: “não fale mal da mídia, seja mídia”. A repercussão desse filme foi de tal maneira importante, projetando a luta contra o uso do agrotóxico em escalas antes impensáveis, que as próprias empresas multinacionais produtoras dessas substâncias voltaram a investir pesadamente na propaganda desse modelo do agronegócio na mídia hegemônica. Silvio associa diversas campanhas publicitárias do agronegócio e das indústrias químicas como uma reação à Campanha e ao filme, uma luta de David contra Golias. Mesmo com a enorme força do agronegócio, pode ser considerada uma vitória.

André Búrigo (Déco), pesquisador militante

A partir das entrevistas, foram surgindo e sendo desveladas novas camadas dessa produção do documentário, mas também da formação da Campanha, e até mesmo da estruturação dos diferentes segmentos sociais envolvidos nesse processo.

André Campos Búrigo, graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (2005), mestre em Educação Profissional em Saúde na EPSJV - Fiocruz (2010), atualmente, cursa Doutorado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) – Fiocruz e atua, desde 2006, no Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (LAVSA) da EPSJV/Fiocruz, com os temas Saúde do Campo, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Impactos na Saúde, onde o tema Saúde das Populações do Campo é considerado estratégico através de uma cooperação técnico-político-pedagógica da EPSJV com o MST. André foi indicado pela direção da EPSJV/Fiocruz para acompanhar a produção do filme “O Veneno Está na Mesa”. Por estas razões, e mesmo sugestão do documentarista Silvio Tandler, Déco foi escolhido para narrar como a voz dos cientistas engajados apareceu na produção deste documentário, ou seja, a voz de uma comunidade discursiva, na qual temos foco na análise.

O LAVSA teve participação no seminário que aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes, em setembro de 2010, no qual foi deliberada a criação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Quando a Campanha foi lançada, no dia 07 de abril de 2011, a EPSJV foi a primeira instituição pública a assumir a participação, viabilizando, financeiramente, a produção do primeiro filme de Silvio Tandler para a Campanha.

Antes da indicação para participar do documentário, Déco já participava de redes de construção da Educação do Campo e da luta contra os agrotóxicos, e também estava envolvido com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Como era o

primeiro ano da Campanha, precisava-se de um material de circulação massiva, que permitisse um trabalho em âmbito nacional, um material que possibilitasse abordar um tema tão complexo como é o dos agrotóxicos e que envolva diferentes modelos agrícolas com distintos tipos de impactos, e ao mesmo tempo, que dialogasse com diferentes públicos. Para Déco, o documentário cumpriu perfeitamente esse objetivo, permitindo o avanço da Campanha por todo o país, e contribuindo para que o tema entrasse na pauta da sociedade.

A sua participação na produção do documentário tinha por objetivo auxiliar nas pontes com a instituição que estava financiando o projeto, a EPSJV/Fiocruz, e também para que o vídeo passasse informações com a necessária precisão técnico-científica. Para isso, Déco fez ou repassou o contato com diversos interlocutores reconhecidos do campo da saúde para que eles participassem. Isso foi importante para elencar e selecionar possíveis entrevistados e territórios nos quais pesquisas relevantes foram realizadas.

O acompanhamento da produção do vídeo, junto de Silvio Tendler e sua equipe, além da EPSJV/Fiocruz, ficou sob responsabilidade do Grupo Operativo da Campanha, com destaque para representantes do MST e do MPA. Os contatos dessa época com essas entidades, organizações e movimentos sociais envolvidos na produção do filme permitiram que a articulação de Déco e a EPSJV mantivessem-se posteriormente. Soma-se a isso uma interação maior e ainda mais plural com um conjunto de organizações que ocorreu após o lançamento do filme nas muitas situações que Déco participou lançando e debatendo o mesmo. Houve um fortalecimento da proximidade entre núcleos da Campanha em todo o país por conta dos encontros que os debates do filme propiciaram. Ao contrário da opinião expressa pelo documentarista, Déco considerou que o documentário teve uma característica mais coletiva em sua produção, pois Silvio Tendler dialogou o tempo todo com representantes da Campanha, com pesquisadores do campo da Saúde Coletiva e com a EPSJV/Fiocruz. Foi pactuando essa construção na medida em que o projeto avançava.

Essa característica coletiva da produção veio a contribuir para atingir os objetivos do filme em termos de seus efeitos. Para Déco, um aprendizado importante dessa experiência e de outras ligadas ao movimento agroecológico brasileiro é de que o processo é tão importante quanto o resultado. O processo de produção do filme, assim como, todos os lançamentos e debates, foram organizados de forma solidária, cooperada e horizontal. Tratou-se assim de uma grande costura, de uma rede que estava a se formar em torno da luta necessária de enfrentamento ao uso pelo agronegócio de agrotóxicos no Brasil, e do avanço da agroecologia como alternativa.

O lugar dos cientistas presentes na produção do documentário, assim como o dos que aparecem no filme, contribuiu com sua qualidade argumentativa sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana, no ambiente e na economia. Grande parte destes entrevistados apresentava resultados de suas próprias pesquisas, contribuindo com a precisão de dados que deveriam ser visibilizados para um público maior. Além disso, vários desses pesquisadores atuavam de forma engajada e sugeriam experiências a serem visitadas, assim como outras pessoas envolvidas que poderiam ser entrevistadas, ajudando no processo de articulação e diálogo entre as diferentes vozes e saberes. Esse diálogo entre os saberes distintos, sejam representantes de camponeses, equipe de produção do filme e o conhecimento científico, foi o que possibilitou olhar para o tema de outras formas, com um aprendizado muito rico para todos os participantes.

Nesse desenho da produção do documentário a participação ativa de uma instituição científica como a Fiocruz respaldava a argumentação, fortalecendo o discurso, o projeto do filme e da própria Campanha, o que garantia sua visibilidade e fomentou a exigência de que o tema dos agrotóxicos fosse assumido pela saúde pública como estratégico. Após o filme, a Fiocruz assumiu, em 2012, a participação na Campanha. Inicialmente, foi somente a EPSJV que assumiu essa posição, posteriormente, a Fiocruz chegou a convidar João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, como conferencista da aula de abertura do ano letivo de 2012 da ENSP. Nessa aula, o presidente da Fiocruz na época, Paulo Gadelha, anunciou a criação de um Grupo de Trabalho na instituição para atuar no tema de agrotóxicos, como uma estratégia para fortalecer o enfrentamento da situação de uso e dos impactos dos agrotóxicos no Brasil.

Retornando à produção do documentário em si, nela os diferentes saberes se expressam nas múltiplas narrativas, em depoimentos distintos no filme. Há também um conjunto de dados que o filme apresenta que são técnicos. Evidentemente, havia uma preocupação de que o documentário pudesse dialogar com públicos distintos para que fossem fortalecidas as argumentações sobre a gravidade da situação de um país que se tornou maior mercado de agrotóxicos do mundo.

Esse documentário abordou o tema em sua complexidade, o que tornou possível promover debates e reflexões a partir de sua exibição. Para Déco, em sua experiência na circulação do “O Veneno está na Mesa”, a cada vez que se assiste o filme, alguns aspectos chamam mais a atenção. O filme possibilita compreender o tema dos agrotóxicos, sua relação com o modelo de desenvolvimento na agricultura, as forças motrizes que mantêm e impulsionam esse modelo, mas também possibilita compreender que há alternativas. Tornou-se um grande subsídio na provocação de debates e de estudos sobre o tema, como de fato

aconteceu por todo o país. Cumpriu justamente a função de contribuir para um debate profundo, crítico e propositivo.

Um elemento importante foi que seu enunciado chama a atenção para um tema de interesse de toda a sociedade: a alimentação e sua exposição aos problemas que os agrotóxicos causam à saúde das pessoas, sem exceções. Os seus impactos afetam tanto aos trabalhadores/as quanto aos consumidores de alimentos nas cidades. E trouxe essa contribuição justamente por fazer parte de uma construção coletiva, em Rede. A sua circulação foi realizada por muitas mãos. Foram muitas as apresentações e debates. O objetivo maior desse filme se concretizou quando alcançou os públicos que se pretendia.

A produção do documentário fortaleceu muito a relação dentro do núcleo operativo da Campanha, sobretudo sua secretaria executiva, que na época tinha como referência Cleber Folgado do MPA. Foram muitos os contatos/diálogos, em várias regiões do país, no processo de produção do filme. Onde chegou a produção do filme, chegou a Campanha, ampliando articulações, envolvendo organizações.

A circulação do documentário foi fundamental em duas dimensões: como uma primeira grande ação organizada pela Campanha; e pela produção de efeitos sobre as redes e movimentos sociais que passaram a se articular em torno do tema discutido. Em verdade, houve um divisor de águas entre antes e depois desse documentário. Naquele momento, foi fundamental a contribuição do filme para a Campanha, provocando um conjunto de reportagens, o que ampliou ainda mais a visibilidade do tema na sociedade. A sua repercussão foi tão intensa que os envolvidos, que tinham como ideia registrar o conjunto de lançamentos/debates que foram feitos em torno do documentário, tiveram dificuldades em realizá-lo, tornando-se assim, difícil de avaliar o seu alcance. De qualquer maneira, estima-se que tenha atingido diversos e múltiplos públicos, trabalhadores/as rurais, juventudes do campo, professores de Escolas do Campo, e professores e estudantes universitários das mais diferentes áreas, em especial ciências da saúde; biológicas e agrárias; e sociais. Diferentes grupos que moram em cidades: moradores de favelas, participantes de feiras agroecológicas. O documentário recebeu legendas em inglês e espanhol.

As organizações que faziam parte da Campanha providenciaram milhares de cópias do filme para distribuição gratuita. A recomendação era: copie e distribua ao máximo, faça circular o filme. Déco narrou que participou de exibições seguidas por debates sobre o filme com grandes públicos. Uma delas no cinema Odeon, no centro do Rio, com centenas de pessoas assistindo, um público formado principalmente de estudantes de cursos pré-vestibular comunitários, moradores de favelas. Outra foi em um ginásio completamente lotado de

famílias camponesas no município de São Miguel do Oeste/SC. Uma terceira foi a exibição do documentário na Jornada de Agroecologia do Paraná para um público de aproximadamente 2500 pessoas, de várias organizações, do campo e da cidade, do Brasil e de outros países da América Latina, seguida por um debate. Públicos completamente distintos, com os quais os debates seguiam com perguntas contextualizadas aos seus cotidianos. Com um público menor, mas não menos participativo, segundo Déco, as exibições seguidas por debates aconteceram na favela da Maré, em várias atividades dentro da Fiocruz, especialmente na EPSJV/Fiocruz para moradores de Manguinhos que estudam de noite na escola, através de um curso na modalidade de EJA para alunos de cursos do ensino médio e pós-médio, na UFRJ, na Unirio, na UERJ (Maracanã e São Gonçalo), em assentamentos da Reforma Agrária no Ceará e no Paraná, em atividades de curso na modalidade de EaD, das quais participaram centenas de alunos. Déco estima ter participado de algo entre 30 e 40 apresentações do filme “O Veneno Está na Mesa” e foram várias pessoas apresentando e debatendo o trabalho. O próprio Silvio Tendler, apesar de problemas de saúde, deve ter participado de dezenas de apresentações.

Nas palavras do Déco: “Enfim... foram muitas as apresentações e visualizações, os públicos mais diversos”.

Cleber Folgado, militante do MPA e ex-coordenador da Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida

Cleber Folgado nasceu e foi criado na roça em uma família de camponeses sem terra que ao longo dos anos??? trabalhava em propriedades de outras pessoas. Pai mineiro e mãe paulista, a família fez o trajeto de sair de São Paulo para o Mato Grosso e, posteriormente, para Rondônia em busca de uma melhor situação de trabalho. Lá, Cleber se inseriu nas lutas populares e começou a conviver com a Pastoral da Juventude, um espaço da Igreja em que ainda havia uma forte influência das comunidades eclesiais de base, um espaço de reflexão baseado na fé cristã que trazia a discussão sobre as condições de vida da comunidade. A partir dessa inserção, ele acabaria conhecendo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e com a idade de 15 anos começa a militar no núcleo de base que ajudou a formar, no município do Alta Floresta do Este, na Região da Zona da Mata, no Estado de Rondônia.

Essa apresentação inicial tem relação direta com a temática com a qual Cleber se dedica até os dias de hoje, a temática dos agrotóxicos, por dois motivos: na sua primeira participação em atividades no MPA, este foi um dos temas discutidos por um companheiro de Rondônia, que cerca de um ano depois veio a falecer de câncer com a forte suspeita de ter

sido decorrente do uso do agrotóxico; o segundo motivo está relacionado à experiência familiar, uma intoxicação que seu pai sofreu a partir da utilização de agrotóxicos. Por muitos anos sua família trabalhou na lavoura de forma natural, mas por influência de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que passaram a frequentar sua casa, estimulando e ensinando o uso do veneno nas lavouras, seu pai começou a utilizá-lo em grande quantidade.

Como sua família tinha influência na comunidade onde vivia, sua casa se transformou em um espaço de reunião com tais técnicos. Cleber ainda bem jovem participava dessas reuniões e, juntamente com o pai, passaram a utilizar o agrotóxico em sua produção de café para o mercado, junto com hortaliças que vendiam na feira de domingo. Essa última garantia a renda mensal, e o café proporcionava uma entrada de dinheiro maior uma vez ao ano. Foi nessa transição entre o não uso e o uso intenso de agrotóxicos que seu pai se intoxicou. Ao ser atendido no serviço médico, foi alertado que teria três opções: continuar utilizando o agrotóxico e morrer, sair da roça para não ter mais contato com essas substâncias ou, a que acabou por adotar, fazer a transição para uma produção agroecológica, um retorno a algo que já conheciam. Como Cleber já estava engajado com o MPA e com a CPT, e conhecendo os debates da agroecologia, foi um retorno não só de uma forma de produzir, mas com uma base teórica e a clareza da importância política dessa proposta. Fazer e pensar no que se está fazendo, se produzindo, essa era a discussão da agroecologia, e isso marcou muito esse período e a relação posterior com o seu trabalho.

Durante vários anos ele e seu pai não tinham a dimensão dessa problemática e o perigo que corriam com a utilização dos agrotóxicos, até porque os técnicos faziam as instruções e eles as seguiam. A partir dessa mudança, e de sua caminhada no movimento, Cleber acabou assumindo diversas tarefas no estado de Rondônia. Em 2010, assumiu dentro do MPA tarefas relacionadas à coordenação e participação das atividades da Coordenadoria Latino Americana de Organizações no Campo, a CLOC, uma articulação de movimentos sociais do campo na América Latina, que funciona como a Via Campesina da América Latina, e que surge em separado, mas depois se torna a expressão da Via Campesina na América Latina. Tanto é que em geral, as instituições se reconhecem como CLOC e Via Campesina.

Nesse mesmo ano, Cleber participou do congresso da CLOC em Quito, no Equador, logo após o III Encontro Nacional do MPA em Vitória da Conquista na Bahia, onde foi lançada uma Campanha do MPA contra os agrotóxicos, da qual ficou encarregado de sua condução. Em Quito, Cleber se encontra com João Pedro Stédile, que inspirado na campanha do MPA, propõe a construção de uma campanha mais ampla em nível nacional com diversos

movimentos e entidades. Essa discussão se expandiu para outras entidades e organizações que participavam da conferência, definindo-se então, por uma consolidação do projeto, que fosse além da Via Campesina, e que veio a resultar na ‘Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida’.

Na sequência dessas conversas, João Pedro Stédeli sugeriu que o MPA conduzisse esse processo como tarefa do movimento a partir da coordenação da secretaria operativa nacional. Nas primeiras reuniões desta articulação, definiu-se pelo nome de Cleber Folgado como coordenador da secretaria executiva da campanha, a princípio pelo período de dois anos.

Esse relato sobre a construção da Campanha é importante para o entendimento do contexto da produção do documentário “O Veneno está na Mesa”, na medida em que tal produção foi uma estratégia de visibilidade da denúncia para o conjunto da sociedade dos impactos dos agrotóxicos, pois na avaliação dos movimentos este tema não chegava, como ainda não chega, para a maior parte da população, que desconhece seus problemas reais ou potenciais. O segundo eixo da Campanha tratava do anúncio das alternativas, processo este, que causou bastante dificuldade para ser sintetizado, já que a campanha foi composta por uma diversidade de entidades e discursos, entre eles o da agroecologia e dos produtores orgânicos. Inicialmente, o nome proposto para campanha foi “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela agroecologia”, porém foi descartado já que o produto orgânico não é necessariamente produzido nas práticas propostas pela agroecologia. Por fim, ficou com o título “Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela Vida”. Essa escolha da palavra “Vida” também não foi uma tarefa fácil, já que naquele período havia um grande debate no cenário nacional sobre o direito à vida e a legalização do aborto.

Logo nos primeiros planejamentos da campanha foi definida como ação estratégica a construção de uma cartilha, com um texto embasado em artigos científicos de referência nas áreas. O objetivo era instrumentalizar a militância para alavancar tal campanha nos estados a partir das cerca de 60 organizações inicialmente envolvidas. A proposta era que estas cartilhas de orientação, tanto para os grupos inseridos nessas organizações, como entidades e pessoas externas à Campanha, pudessem ajudar a construir comitês locais que eventualmente pudessem se articular nos estados ou mesmo nacionalmente.

Outro dispositivo pensado pela campanha seria um documentário, mas que nesse momento não havia muita clareza de como poderia ser. Em um encontro entre o Sílvio Tandler e João Pedro Stédile, na cidade do Rio de Janeiro se fortaleceu essa ideia e foi definido que o Sílvio, inspirado por sua conversa com Eduardo Galeano, assumiria a direção do filme, apoiado pela Fiocruz através de sua presidência e da EPSJV. Logo se realizou uma reunião da secretaria da Campanha, onde estavam

presentes, além do Sílvia e sua equipe com Aline Sasahara e Hélene Paihous, a então diretora da EPSJV, Isabel Brasil e o próprio Cleber. Nesta reunião se esboçou um roteiro com uma ideia geral dos elementos mais importantes para serem abordados, porém na sequência da produção, o conteúdo do documentário em si passou a ser decidido entre a equipe do Sílvia e o coletivo dos movimentos que coordenavam a Campanha. O diálogo mais profundo com a academia para construção do argumento já havia sido feito quando a ideia era a construção da cartilha, com a participação de pesquisadores como Fernando Carneiro, Vanderlei Pignati e Raquel Rigotto.

A principal tarefa de Cleber na secretaria nacional da campanha passou a ser de organizar o roteiro de filmagens e de mapear os estados onde tivessem problemas concretos decorrentes do uso de agrotóxicos e suas alternativas. A ideia era que nos locais escolhidos os movimentos tivessem já uma base, uma referência, para falar a partir das próprias experiências, mas também fossem locais que, de uma forma ou de outra, contavam com pesquisadores já atuando. Diversos desses pesquisadores acabaram sendo entrevistados no filme. A partir dessas articulações, foram feitas gravações no Ceará, no Espírito Santo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Muitas dessas definições não foram um processo simples, pois se concretizaram a partir de diálogos entre os coletivos, seguindo dois eixos: administrar a lógica dos recursos, que eram poucos e limitavam o número de experiências a serem filmadas, e a lógica de ter movimentos organizados, em especial MPA e pesquisadores comprometidos na região trabalhando com a temática. Quando escolhidas as comunidades, seus integrantes ofereciam alojamento e alimentação para equipe de filmagem, assim como os traslados mais curtos para garantir as filmagens nas datas programadas. Desde a secretaria, Cleber ficava em contato com a coordenação da campanha que acompanhava especificamente a produção desse documentário.

Inicialmente, havia sido pensado um filme com cerca de trinta minutos, mas já na apresentação do primeiro corte, produzido pelo Sílvia e sua equipe, tinha mais de uma hora. Sílvia apresentou três versões para a coordenação, sendo que à última, aprovada pelo coletivo, foi agregado alguns gráficos sugeridos e então o filme se transformou nesse instrumento. A avaliação inicial do coletivo era que havia ficado maior do que o que tinha sido pensado, mas não tinha como ser diferente, tendo em vista a quantidade de material que havia sido produzido e os problemas decorrentes do uso dos agrotóxicos que tinham sido identificados.

Cleber se envolveu tanto na organização dos locais, definições de algumas pautas, como depois na avaliação final e organização dos vários lançamentos em diversos estados, muitos deles com a presença do cineasta, Sílvia Tandler. Para Cleber, o documentário teve um sucesso para além do que tinha sido imaginado, em função da qualidade artística de Sílvia Tandler, como também pelo fato de ter sido produzido de forma coletiva e colaborativa, o que empoderou aqueles que participaram da produção, no sentido de ter dado visibilidade as suas vozes, o que os engajou na sua circulação. Apesar das dificuldades enfrentadas, se verem no

filme impulsionou o seu empenho na divulgação. O filme foi exibido nos canais mais alternativos da tevê, cinemas, se transformando, de fato, em uma ferramenta muito importante de visibilidade da Campanha permanente contra o agrotóxico e pela Vida.

Em 2013, Cleber saiu da Secretaria operativa da Campanha, pois a esta altura já estava cursando Direito pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia. Foi então, quando o pessoal mais ligado ao MST foi quem assumiu a campanha. Além de militante do MPA/CLOC-Via Campesina e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Cleber é graduado em Direito, membro da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR) e atua como pesquisador da legislação de agrotóxicos, produzindo textos como o livro “Direito e Agrotóxico” (<https://lumenjuris.com.br/shop/direito/direito-agrario-e-ambiental/direito-e-agrotoxico-2017/>) que problematiza a questão dos agrotóxicos a partir do Direito, buscando construir uma reflexão crítica sobre o Sistema Normativo de Agrotóxicos e os impactos decorrentes do uso de tais produtos. Em seu prefácio, o prof. Boaventura de Sousa Santos escreve: "um livro sólido sobre um tema importante, mas é também um livro militante que pretende ser objetivo, mas não neutro ao tratar um tema com tanto impacto na vida dos camponeses e dos brasileiros em geral".

Recentemente, na sua forte aproximação com o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Cleber assumiu a Comissão de Regulação para discutir a questão do que está em alteração na legislação das normas específicas que regem as questões dos agrotóxicos em diversos temas. Tal atividade se tornou seu principal espaço de militância durante sua graduação, já que permitia organizar sua dinâmica associada a sua formação acadêmica no modelo da pedagogia da alternância.

Cleber hoje identifica o exercício de uma ecologia de saberes na produção do documentário, no qual se problematiza a ciência como está posta, os conhecimentos locais são valorizados, mesmo nos processos de filmagem, onde os agricultores tinham espaço para colocar sua visão do que facilitaria a compreensão dos discursos para os interlocutores. Porém, no momento em si da produção, o referencial de Boaventura de Sousa Santos não estava colocado. A própria militância do movimento tinha uma aproximação maior com a Pedagogia de Paulo Freire, o que mais tarde veio a ser discutido com o prof. Boaventura.

Logo no início da campanha, um dos coletivos que se formou foi o de comunicadores, inicialmente focando a construção do site. Era nesse espaço que se fazia boas reflexões sobre as linguagens a serem utilizadas com os diferentes públicos que se queria atingir. Companheiros do MST, como a jornalista da Maria Mello, Alan Tygel, Nivia da Silva

colaboraram na criação do site, se tornando referências dos processos comunicacionais da campanha. Esse coletivo tinha clareza das dificuldades em relação a este tema e o potencial que não era explorado, pela limitação financeira e pelo excesso de demanda da militância, que acabava por considerar este processo secundário dentro dos movimentos.

Outro fator importante na produção do documentário, mesmo que algumas entidades envolvidas tivessem divergências entre elas, tais problemas não entravam em cena, pois a temática contra o agrotóxico era comum e garantia a unidade. Em virtude disso as pessoas se despiam dos conflitos para no espaço coletivo fortalecer a luta. Mesmo assim, às vezes os conflitos aconteciam e então Cleber buscava amenizá-los, visando garantir a continuidade da campanha. Uma fortaleza da campanha, que não se manteve, era a mesma não ser somente formada por organizações, mas ter tido abertura organizativa para criação de comitês formados por pessoas que tinham entrado em contato com a secretaria depois de assistirem ao documentário. Por sua vez, a secretaria concedia uma cópia do filme, a cartilha, algumas orientações e os incluíam na lista de e-mail para que recebessem, uma vez por mês, circulares com novas orientações ou análise de conjuntura a partir da temática do agrotóxico, servindo também como instrumento de formação. Ou seja, essa inserção a partir dos comitês ampliou o campo de atuação da campanha, no sentido de potencializar a ação dos sujeitos, espaços coletivos, organizações menores e associações, garantindo assim, a visibilidade do debate e a utilização dos materiais produzidos.

Mesmo após seu afastamento, Cleber manteve relação com as entidades, movimentos e organizações que faziam parte da campanha e eram mais atuantes, como MPA, CPT, sindicatos, JAB e Abrasco, pois permaneceu trabalhando com a temática na condição de pesquisador. Já o contato com organizações menores se perdeu, visto que muitas delas não conseguiram sobreviver, por dificuldades inerentes às suas situações não institucionais. Algumas pessoas que estiveram no início, dando apoio teórico e mesmo financeiro, atualmente, também se mantêm articulados em torno da temática, circulando nesse conjunto de organizações, sem atuar diretamente na campanha, mas a mantendo como referência. Ou seja, a sombra da campanha hoje é maior do que a própria campanha, por ter conseguido ampliar tanto o debate, colocar a discussão, como se tornar uma referência. Fizeram o lançamento da campanha em Cuba e na África, extrapolando o espaço nacional.

Cleber também participou da criação do Dossiê Abrasco, que veio a se tornar, juntamente com o documentário, um dos instrumentos mais importantes da Campanha, chegando a inspirar uma proposta de construção de um Dossiê Latino Americano. Nessa tentativa, Cleber chegou a participar de reuniões no Uruguai, Argentina Colômbia e Paraguai,

utilizando a experiência brasileira como referência. Apesar de não conseguirem avançar muito em seus encaminhamentos, durante o Encontro de Ecologia de Saberes, em 2013, em Fortaleza, a presença do prof. Boaventura de Sousa Santos ampliou o horizonte de problematização teórica de algumas questões. A partir daí alguns movimentos trouxeram estes conceitos para sua reflexão sobre as problemáticas políticas na busca de legitimar suas lutas. O conjunto desta obra, segundo Cleber, contribui para rever os posicionamentos políticos.

A experiência da campanha fez também o movimento social do campo perceber a importância de absorver o conjunto de pessoas que estão na sociedade que querem contribuir com a luta e que não tem 24 horas disponíveis, mas contribuem da sua maneira com suas possibilidades. Em 2017, houve um encontro na escola Nacional Florestan Fernandes e fizeram uma análise sobre os anos da campanha e estratégias de revitalização da mesma.

Retomando a produção do documentário, quanto ao seu formato, Cleber percebe características fortemente coletivas na sua produção. No caso da participação do cientista não se configura por não estarem presentes diretamente nas reuniões, mas contribuiu diretamente na linha argumentativa o que vai refletir no filme com a desconstrução das crenças, falsas verdades em torno da temática do agrotóxico. Os pesquisadores fundamentaram essa desconstrução, na questão do uso seguro, assim como na relação do agrotóxico com o transgênico. O segundo elemento muito importante desta participação foi no processo de circulação, quando foi construída uma rede de pesquisadores, assim como militantes para estarem presentes nos debates que seguiam as exibições do documentário com o intuito de aprofundar a reflexão sobre o tema e, ao mesmo tempo, para enfrentar as represálias sofridas principalmente por empresas e seus pesquisadores. Sem a participação dos pesquisadores militante, segundo Cleber, com seu conhecimento técnico-científico, não seria possível esse enfrentamento. Tratou-se de uma atitude fundamental para o sucesso da campanha, um pilar de sustentação com base no poder de suas vozes.

A campanha em si não produziu pesquisa. Para Cleber, o resultado mais importante e inovador da Campanha foi a capacidade de articular um conjunto de sujeitos que estavam produzindo conhecimentos relacionados a temática dos agrotóxicos, evidenciando a problemática de seu uso em torno de bandeiras comuns, de alguns anúncios e denúncias. Comprometendo politicamente inclusive as instituições participantes através da aproximação desses conhecimentos a serviço da sua pauta política. Nesta relação dos sujeitos com diferentes saberes, a dificuldade sempre foi na divergência do que priorizar no sentido concreto. Não havia uma diferença entre os pesos dos conhecimentos, pois de fato as construções eram coletivas. Por isso, o processo era lento, as reuniões muito demoradas, onde

tentava-se esgotar as divergências, mesmo nem sempre sendo possível. Nesses momentos a capacidade do Silvio foi especial. Quando ele trazia uma versão que detectavam, por exemplo, que dois entrevistados diziam as mesmas coisas, a decisão de qual ficaria era feita a partir do diálogo. Contudo, quando não se chegava a um consenso, marcava-se uma nova reunião e na seguinte, com sua sensibilidade artística, Silvio trazia uma nova versão, que em geral dava conta dos anseios que estavam colocados.

Foi estratégica também a discussão das origens e causas estruturais dos problemas de saúde apresentados no documentário, uma vez que a campanha tinha consciência de que não seria possível discutir os impactos dos agrotóxicos na saúde e apresentar a agroecologia como alternativa, sem discutir a problemática da forma capitalista na agricultura. Desde o seu início é inserida a questão da chamada revolução verde e o surgimento do uso do agrotóxico após a segunda guerra mundial. A ideia era trazer a raiz da questão, a forma como o capital se colocou no campo e gerou desde os problemas ambientais aos problemas de saúde da população. O conjunto de problemas que são apresentados no documentário, contribuíram para um debate mais profundo, mais crítico a cerca tanto de elementos que fazem parte dessa problemática como a agroecologia como alternativa. Até mesmo dentro da campanha a alternativa agroecológica foi discutida, rendendo bons frutos, pois havia uma diversidade de integrantes, entre eles os produtores de alimentos orgânicos que, num primeiro momento não conheciam o debate da agroecologia, mas que com o tempo incorporaram sua discussão, entendendo a importância de legitimar a agroecologia não só como uma forma de produção, mas como um modo de ser e de viver e que problematiza a atuação capital na agricultura.

Para Cleber, a partir do documentário a campanha se fortaleceu não só através da reflexão política acerca da questão do agrotóxico e da agroecologia, da problematização teórica, mas também foi um instrumento de provocação para a organização política, pois era a partir do filme que as pessoas procuravam a secretaria e eram orientadas a formar o comitê para ter uma estrutura organizativa, passando a fazer parte da campanha. Houve casos de pessoas que assistiam o filme, formavam o comitê e logo saíam fazendo debates em câmara de vereadores e audiências públicas. Dentro dos movimentos sua função foi fundamental para instrumentalizar a militância.

Cleber encerra a nossa entrevista trazendo a reflexão sobre a importância da linguagem audiovisual para chegar em vários lugares, mas que todas as linguagens são possíveis de serem utilizados como ferramentas para potencializar a luta diária das organizações dos movimentos sociais, desde que os sujeitos envolvidos tenham um lado nessa luta. Neste caso, acabou acontecendo com audiovisual, mas poderia ter sido em uma poesia

como “As Pedras” de Cora Coralina, lembrada pelo Cleber durante a nossa entrevista. Nela a poetisa registra a sua resistência, seu compromisso e o desafio quanto à relação a sua empreitada na busca pela liberdade e pela superação.

Das Pedras

Ajuntei todas as pedras
que vieram sobre mim.
Levantei uma escada muito alta
e no alto subi.
Teci um tapete floreado
e no sonho me perdi.
Uma estrada,
um leito,
uma casa,
um companheiro.
Tudo de pedra.
Entre pedras
cresceu a minha poesia.
Minha vida...
Quebrando pedras
e plantando flores.
Entre pedras que me esmagavam
Levantei a pedra rude
dos meus versos.

Cora Coralina

Segundo Cleber, a produção desse filme foi uma experiência muito rica inclusive para desenvolver a paciência e perceber que o diálogo quando feito com alteridade, possibilita construir frutos coletivos que ultrapassam os espaços organizativos dos movimentos e instituições, conseguindo chegar para um conjunto mais amplo da sociedade. Em suas palavras “O veneno está na mesa foi o único instrumento produzido pela Campanha que ultrapassou seus limites, chegando a um público maior”.

7.1.2- Vozes e saberes em cena: o texto

O documentário, seguindo o estilo histórico narrativo de Silvio Tender, usa muito recursos como a voz de um locutor em off que narra e conduz ao fundo a sequência de imagens, textos e entrevistas. São várias as vozes em off, obtidas curiosamente de atores conhecidos que trabalham na mídia hegemônica, mas que são simpáticos à causa: Dira Paes, Júlia Lemmertz e Caco Clocer, além do ator e diretor de teatro Amir Haddad.

CENA 1



Tempo: 0” a 25”

A partir daí são cerca de 48 minutos de inúmeras informações, números e depoimentos dramáticos que sustentam essa denúncia, abordando causas, consequências e fatos relacionados. O documentário, após os créditos iniciais resumidos, que são retomados no final do filme, começa com a fala do escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, quem inspirou o cineasta nesta produção.

CENA 2



Tempo: 26” a 2’17”

O documentário começa com o mote central da Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida e do próprio filme: a voz narra o texto que passa na tela:

“Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos” o lançamento da Campanha.

A fala de Galeano situa a história da América Latina pautada na exploração e no roubo dos recursos naturais, um divórcio entre os direitos humanos e os direitos da natureza. Para Galeano, apesar da consciência para defender e preservar esses recursos estar aumentando, a velocidade e a competência dos usurpadores continuam maiores, sempre em nome do progresso, da produtividade e de critérios economicistas.

Os agrotóxicos expressam essa contradição entre progresso e os direitos (humanos e da natureza) mesmo nos países com governos progressistas como foi o Brasil. Tais governos, segundo Galeano, aceitaram e aceitam os agrotóxicos como se fosse uma etapa necessária do desenvolvimento, sem perceber que se trata de uma traição com os princípios fundamentais da vida e da natureza. Por isso que a saúde humana e da natureza assumem um lugar privilegiado para se compreender os efeitos do modelo.

O sujeito da enunciação aqui é uma voz autorizada da literatura e da comunicação, escritor militante articulado com os movimentos sociais em suas lutas, e autor do conhecido livro “As veias abertas da América Latina”, publicado em 1971. Esta narrativa, em forma de denúncia curta e abrangente feita por Galeano abre o leque das inúmeras questões que, sempre de maneira sintética e incisiva, são abordadas ao longo do documentário, fundamentadas em um discurso que relaciona os agronegócios ao modelo de desenvolvimento impulsionado pelo capitalismo usurpador.

Galeano marca o tom das denúncias ao articular as lutas contra os agrotóxicos como uma luta mais ampla, anticapitalista e anticolonial, e a relaciona com o tema da violência e da espoliação. Acusa os governos progressistas, mais que viverem uma contradição, de realizarem uma traição quando estes assumiram a expansão do agronegócio como etapa necessária do desenvolvimento econômico. Portanto, a polifonia e a ecologia de saberes proposta já no início do filme assume um alinhamento em torno da crítica à agricultura industrial capitalista e do modelo de desenvolvimento extrativista que trai os princípios fundamentais da vida e da natureza.

A fala seguinte serve de pano de fundo para a apresentação dos créditos iniciais do documentário.

CENA 3



Tempo: 2'18' a 4'38''

Trata-se de um depoimento em off, que abordam os seguintes temas: os princípios ativos banidos em outros países e ainda usados no Brasil; o discurso do lobby poderoso a favor dos agrotóxicos no país; as ações judiciais e pressões políticas feitas contra técnicos da Anvisa e pesquisadores que defendem a saúde; os conflitos de interesse em várias instituições e profissionais que defendem as indústrias, as quais movimentaram cerca de 7 bilhões de dólares em 2010; os efeitos crônicos como o câncer e as malformações congênitas, e as pressões para flexibilizar das leis de controle e fiscalização dos agrotóxicos.

Esta cena utiliza a fala obtida de reportagem veiculada no rádio, em uma emissora hegemônica, mas com uma posição crítica de um sujeito da enunciação que aparece mais de uma vez, o jornalista e ambientalista André Trigueiros. Trata-se de um recurso que reforça a estratégia de ampliar a visibilidade do tema junto à sociedade. Este áudio do Programa Mundo Sustentável, da Rádio CBN, apresenta um discurso expresso pela mesma organização midiática que também defende os interesses do agronegócio e produz discursos concorrentes a argumentação deste documentário. Esse jornalista teve, e ainda tem, o papel de expressar um discurso que é usado como apoio ao conteúdo da Campanha, embora não seja radical como o realizado na fala anterior de Galeano, já que Trigueiro não expõe um viés anticapitalista e anti mercado, inclusive não diferenciando a produção de alimentos orgânicos (a produção saudável na lógica do mercado capitalista) da alternativa agroecológica. Nesse sentido, a polifonia e a

ecologia de saberes incluem, na busca de ampliar sua influência, usar o capital simbólico de um jornalista das organizações Globo de Comunicação, uma mídia hegemônica.

CENA 4



Tempo: 4'39" a 5'49"

Esta cena, com voz em off, problematiza o discurso da chamada revolução verde pós-segunda guerra mundial, que sustenta o agronegócio com seus monocultivos em áreas extensas, transgênicos e agrotóxicos, e sua promessa de acabar com a fome no mundo. Traz o lado perverso e silenciado da modernização do campo, assim como seus impactos na saúde da população e do meio ambiente.

O discurso antagônico aqui é contestado como uma estratégia de desconstrução de “mitos” criados por interesses econômicos apoiados por uma ciência tecnicista que tem, como objetivo central, ampliar a produtividade e desconsidera as populações envolvidas no contexto. Trata-se de uma questão central para as epistemologias do Sul e a ecologia de saberes. Esta narrativa é principalmente fruto de pesquisas científicas que caracterizam uma dualidade de vozes dentro da própria ciência, uma pluralidade interna. Não expressa uma forte polifonia, se considerarmos que a ecologia de saberes, por definição, trabalha com o encontro de diversos saberes e discursos, inclusive os não científicos. Mas expressa, como consequência desse processo, a questão da violência com a expulsão do camponês de sua terra que cultivava, e nessa perspectiva reafirma a linha abissal que marca a exclusão radical de camponeses e agricultores que sofrem discriminações como o racismo. Confirmando assim, a perspectiva das epistemologias do Sul na necessidade da existência da exploração e violência como componente da estrutura do sistema capitalista articulado à dominação colonial.

CENA 5



Tempo: 5'50" a 7'54"

Trata-se de uma cena dramática com imagens do holocausto da segunda guerra mundial e da tragédia no Vietnã com o agente laranja, em que o documentário desvela a origem dos agrotóxicos como arma química de guerra.

A cena recupera imagens históricas de duas conhecidas tragédias humanitárias relacionadas a situações de guerra e que envolveram o uso de armas químicas, mostrando que tais tragédias estão na origem da “inovação” tecnológica dos agrotóxicos. O cineasta resgata

sua experiência como historiador para entender o presente, ou seja, a voz da história que desvela os interesses econômicos e a busca desmedida do lucro, ao mesmo tempo que oculta a origem aterrorizante dessa tecnologia. Apresenta, portanto, uma ecologia de saberes a partir do resgate da memória abissal da guerra química contra a vida: antes os humanos indesejáveis, agora a biodiversidade que compete com a produtividade. Os que mais sofrem são os invisíveis, seja no Brasil ou no Vietnã, que aparecem na tela principalmente quando são crianças. De novo o tema da violência surge com força dramática, fato recorrente no documentário cuja missão está voltada mais às denúncias que apresentar as alternativas.

CENA 6

Tempo: 7'55' a 9'46''

“O que a revolução verde fez foi destruir, apagar, esquecer toda a herança, todo o acúmulo de conhecimento da agricultura tradicional ao longo dos seus 10 mil anos e criou-se um negócio totalmente novo.”

“Em dez anos a gente não tinha mais semente crioula, de nada. E hoje a maior parte é transgênico e se você não comprar o pacote completo, né? Que vai um monte de produto químico, você não produz. “

Nesta cena intercala-se a voz de um produtor rural, com formação técnica e acadêmica, e a narração por outra que representa o campesinato e narra uma experiência similar vivida de subordinação. Expressam-se aqui vozes e saberes complementares, que reconhecem os mesmos problemas, em escalas local e global, causados pela contaminação dos solos, águas e pessoas, provocando mudanças climáticas globais. Caracteriza-se, portanto, um encontro entre diferentes saberes, confluindo em uma ecologia de saberes, que desvela a ação sutil empresarial e de mercado de substituir práticas mais autônomas de agricultura pela revolução verde através da venda de sementes industrializadas, subalternizando os agricultores familiares em nome da produtividade e do aumento de renda. As estratégias iniciais de mercado nos anos 1980 faziam com que as empresas vendessem as sementes e outros insumos com baixo custo, e dessa forma os agricultores dobraram sua produção. Porém, com menos de 10 anos eles perderam sua autonomia e se tornaram reféns das empresas e seu modo envenenado de produzir. O primeiro sujeito da enunciação possui graduação em Ciências Sociais, é produtor rural, membro do Conselho Deliberativo do Associação de Agricultura Orgânica e atua na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. O segundo, um agricultor familiar, submeteu-se à orientação dos técnicos e vivenciou os efeitos da revolução verde, tornando-se cada vez mais dependente. Tratam-se, portanto, de falas que compõem um mosaico de experiências e saberes que mesclam uma leitura social crítica das ciências sociais com saberes técnicos e práticas da agricultura. Identifico aqui, pela primeira vez, o surgimento do tema da artesanania de práticas, pois a consciência do resgate histórico do processo de dominação e subalternização é realizado não apenas pela leitura de textos e teorias críticas, mas pela experiência que cada um dos entrevistados, seja o agricultor sociólogo ou o agricultor camponês, resgata na elaboração de seus discursos.

CENA 7

Esta cena traz uma fala da gerente de Normatização e Avaliação da Anvisa, explicando o diagnóstico preocupante deste órgão sobre o grande número de alimentos de consumo intenso monitorados e que estão contaminados. O programa de monitoramento indicou inclusive o uso de agrotóxicos proibidos.



Tempo: 9'47' a 11'50''

Este é o discurso de uma agência do governo, a Anvisa, que possui importante papel na regulação e fiscalização dos agrotóxicos no Brasil. A cena apresenta uma voz atuante e compromissada desta instituição federal, ao anunciar os dados do Programa de Análise de Resíduos de Alimentos (PARA), descortinando a violência de uma realidade grave para a população que se alimenta com produtos com a presença de resíduos de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, ao cumprir seu papel legal e institucional de analisar o nível de contaminação nos alimentos e informar a população, a instituição, seus dirigentes e técnicos são sistematicamente ameaçados por políticos e empresas ligadas ao agronegócio e à produção de agrotóxicos.

Luta social e violência em diversos níveis estão intrinsicamente relacionadas, e por isso a estratégia de produção de sentidos, a própria forma como as vozes aparecem e se expressam, as bases para uma ecologia de saberes, precisam ser pensadas à luz das lutas em curso. Naquele momento do filme, havia uma opção da Anvisa, por meio de alguns diretores e gerentes, de assumir uma postura pública mais clara sobre a gravidade da situação dos agrotóxicos, e isso os aproximou da Campanha, permitindo que falassem no filme. Contudo, os episódios posteriores filme mostraram a fragilidade dessa área dentro do governo federal. No ano seguinte ao lançamento do filme, como já havia sido dito anteriormente, esta gerente, após 10 anos no cargo, decidiu deixá-lo em solidariedade ao gerente-geral de Toxicologia, Luiz Claudio Meirelles⁵, a quem estava subordinada. Ele foi demitido pela direção da Anvisa logo após ter denunciado casos de suspeita de corrupção e irregularidades na liberação de agrotóxicos. Ambos os gerentes já vinham sofrendo há anos pressões e ameaças por parte do agronegócio, das indústrias de agrotóxicos e da bancada ruralista.

CENA 8

⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/anvisa-der-6776101>

Esta cena traz várias falas de agricultores rurais, uma agrônoma e pioneira da agroecologia, e consumidores narrando suas experiências com o uso dos seus agrotóxicos e seus impactos na a saúde. São denúncias de inúmeros casos de intoxicação por agricultores e trabalhadores rurais, assim como o conflito para as pessoas das cidades entre a proteção da saúde com a recomendação de consumir legumes e hortaliças frescos considerados mais saudáveis, mas que estão contaminados com venenos. Trata-se de uma situação complexa, problemática, e de solução difícil para aqueles que não têm acesso ou recursos para comprar alimentos sem agrotóxicos.

“Não só o agricultor está morrendo, o povo da cidade



Tempo: 11'51' a 14'11''

Mais uma cena em que se expressa a polifonia e a ecologia de saberes envolvendo a fala de agricultores, e uma das referências da agroecologia no Brasil. Além desta última, a cena traz o depoimento de outra mulher agricultora, ampliando a presença das vozes das mulheres e sua visibilização. A polifonia e a ecologia de saberes expressam-se também nas diferentes realidades regionais, territoriais (RS e ES) e de culturas (batata, fumo, café), caracterizando a proposta do filme de cobrir uma realidade nacional mais ampla. A transescalaridade coloca dois desafios para a ecologia de saberes: a demonstração das semelhanças e diferenças entre os distintos territórios e comunidades que vivenciam experiências mostradas no filme. Mas, devido ao curto espaço de tempo e pelo foco no caráter da denúncia, optou-se no filme por se destacar as falas que convergem para o problema da exposição e contaminação com agrotóxicos, e não suas singularidades. Esse aspecto é importante para se compreender a estratégia de edição do filme por meio de falas e depoimentos simultaneamente amplos, densos e curtos.

CENA 9



Tempo: 14'12' a 16'17''

Esta cena traz várias falas de denúncias mediadas pela mídia hegemônica: a questão do conflito em uma alimentação com alimentos frescos e sua contaminação por agrotóxicos; apresenta uma experiência de penalização de pequenos produtores por utilizar agrotóxicos proibidos; e na sequência define as utilidades e perigos do agrotóxico, explicando que seu uso deve seguir as regras de dosagem e indicação regulamentadas pela Anvisa.

A reportagem vincula uma fiscalização feita pela agência de defesa agropecuária em uma central de abastecimento, que detecta várias irregularidades e altos teores de agrotóxicos.

Esta informação proveniente da grande mídia é trazida através uma estratégia imagética criada pelo cineasta de exibi-la em uma televisão antiga, como símbolo de uma fonte de informações confiáveis para as famílias brasileiras, demarcando assim a sua fonte. Não se questiona o porquê destes agricultores estarem produzindo com o uso tão intenso de agrotóxicos, e não se problematiza o modelo de agricultura. Dá-se a entender que o problema seria decorrente do mau uso por parte do pequeno e médio agricultor, responsabilizando assim o lado mais fraco. Portanto, mesmo quando a mídia denuncia os agrotóxicos, omite as causas estruturais dos problemas, sua determinação social, e coloca sobre o ombro do consumidor a responsabilidade de resolvê-lo. O filme, nessa cena, usa o capital simbólico da mídia hegemônica para mostrar que mesmo um canal poderoso de TV faz críticas pelos impactos à saúde produzidos pelo agrotóxico. Porém, ainda que não explicita suas contradições nesse momento, e diante das inúmeras críticas e reflexões que foram expressas anteriormente no documentário, que a cena mostra os limites do discurso quando proveniente da mídia hegemônica. Revela, dessa forma, as diferenças discursivas e a falta de uma ecologia de saberes quando a fala provém da mídia hegemônica por meio de um discurso monolítico.

CENA 10



Tempo: 16'18' a 18'34"

O conjunto de falas apresentadas nessa cena traz uma diversidade de vozes de diferentes setores sociedade: da ciência engajada, do agricultor (nesse caso, não camponês), da medicina ligada ao câncer, para construção da argumentação de que, diante de alimentos contaminados, não há muito o que fazer e as soluções são paliativas. Não são apresentadas perspectivas de mudança mais efetivas, mesmo com o reconhecimento do problema pelos pesquisadores do Instituto Nacional do Câncer. Na fala do agricultor do RS:

“Tudo é a base do veneno, hoje. O trigo quando vão colher eles passam secante pra secar, pra poder matar o trigo pra colher mais seco pra fazer a farinha, né? Então a gente hoje em dia tá comendo veneno. Daqui, até chegar na mesa, até quem consome é só veneno. E

Essa última fala desvela que mesmo os agricultores, ainda que de porte médio, não estão satisfeitos, pois também não é tão rentável como divulga o discurso do agronegócio.

Além dos danos à saúde, os gastos com os insumos não tornam a produção sustentável e nem respeitam as lógicas dos tempos de crescimento das plantas e os descansos da terra. A partir da polifonia e da ecologia de saberes da cena podemos observar, pela lente da sociologia das ausências, a quebra de duas das cinco monoculturas de nossa civilização ocidental e sua racionalidade: do saber que transforma a ciência moderna na única definidora dos critérios de verdade e legitimação; e a monocultura dos critérios de produtividade capitalista com sua lógica produtivista que torna inquestionável o crescimento econômico, sendo outras realidades consideradas como improdutivas e estéreis, construindo assim formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante e o improdutivo. Porém, as contradições que daí emergem geram resistências mesmo nos agricultores de porte médio.

CENA 11



Tempo: 18'35' a 21'11"

A cena, também apresentada com a demarcação de sua origem televisiva, traz a voz hegemônica e concorrente seguida do contraste com a voz simultaneamente acadêmica e institucional da Anvisa. Trata-se do embate entre a líder da bancada ruralista, Kátia Abreu, em audiência no Congresso Nacional que combate a entrevista do então diretor da Anvisa, Agenor Alvarez, publicada em jornal importante de circulação internacional (*Le Monde Diplomatique*) sobre a contaminação dos alimentos produzidos no Brasil. Na voz da senadora:

“Precisam comer comida com defensivo sim, porque é a única forma de fazer o alimento mais barato.”

E o diretor contra argumenta apresentando dados alarmantes:

“[...] e já pegamos resíduo de agrotóxico que não é permitido.”

Katia Abreu justifica o uso de agrotóxicos pela necessidade em oferecer alimentos baratos para populações menos favorecidas economicamente, enquanto Agenor demonstra as irregularidades da indústria agrícola no país. Considero a fala da senadora do agronegócio uma expressão do conceito de linha abissal, pois, ao dizer que essa é a única forma de produzir alimento mais barato para os pobres que não têm recursos para acessar alimentos mais saudáveis, demarca e exclui radicalmente as pessoas da condição de sujeitos portadores de direitos. Legitima e invisibiliza os processos de dominação ao considerar inevitável tal

situação para os “pobres”, fortalecendo a manutenção das desigualdades de poder e as iniquidades entre os grupos sociais, pois elas se naturalizam nas relações cotidianas.

CENA 12



Tempo: 21'12' a 25'07"

Volta para a fala da mídia hegemônica, a partir da investigação do Ministério Público sobre a contaminação de seres humanos em região do Mato Grosso. Lá foi detectada a presença de resíduos do agrotóxico DDT, o metabólito DDE, proibido desde 1998 e que já movimentou cerca de 6 trilhões de dólares desde sua criação. A voz do pequeno agricultor que é afetado pelos impactos dos agrotóxicos nos diz:

“A tecnologia de hoje permite que o índice de contaminação seja menor do que no passado. Então intoxicações agudas não acontecem como acontecia a 10, 15 nos atrás. Mas hoje as consequências são a longo prazo. São as crônicas, vão acumulando de pouquinho em pouquinho no organismo. Quando a pessoa vê mais tarde, sofre de artrite, de dor de cabeça incurável, de intestino, de câncer. Um monte de coisas.”

Nesta cena vozes da ciência, de moradores da cidade, dos produtores do campo afetados em sua saúde, alguns sujeitos da pesquisa, que trazem suas experiências e conhecimentos sobre o tema, configuram uma polifonia de vozes e conhecimentos, que convergem na compreensão deste problema de saúde pública. A fala da ciência centra-se na pesquisa dos trabalhos em torno do professor, porém a fala do pequeno agricultor do MT é recheada de conhecimentos e dados técnicos que a qualificam e expressam não apenas as vivências decorrentes de sua experiência pessoal como agricultor, mas os frutos de um diálogo com os próprios técnicos e cientistas da saúde, dominando conceitos e jargões mais técnicos como intoxicação aguda e crônica. O trecho apresenta também a fala de agrônomo que se tornou bastante conhecido nacionalmente nos anos 1990 por ter trabalhado nas pesquisas que avaliaram a relação entre o índice de suicídio, o cultivo de fumo no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul e os agrotóxicos. O pesquisador fornece números impressionantes do poderio econômico da indústria do agrotóxico, reforçando a determinação social do problema. Essa seleção de vozes retrata um diálogo existente já há bastante tempo, realizada pela participação ativa da Campanha e de um histórico de muitos anos entre os pesquisadores militantes da saúde coletiva, da agronomia e da ecologia com os movimentos sociais.

CENA 13

Tempo: 25'08' a 32'53"

Esta cena parte mais uma vez de notícias vinculadas pela grande mídia, que trazem os problemas de saúde do trabalhador rural decorrentes do uso dos agrotóxicos. Passa para vozes da ciência, com resultados de pesquisas sobre a contaminação dos alimentos, a não contabilização dos custos associados aos impactos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente, que acabam sendo arcados pela sociedade, pelos trabalhadores, consumidores e suas famílias. Casos de doença e morte relatados por pesquisadores e produtores rurais e suas famílias, conforme a fala do agricultor:

“Cada ano aparece uma praga diferente. Para cada

A cena apresenta a mesma estratégia de diversas cenas anteriores: abre-se com a voz da mídia hegemônica, dessa vez mais técnica e objetiva ao levantar o problema da contaminação no Paraná, estado cujo uso de agrotóxicos dobrou em 9 anos, e apresenta a voz do agronegócio exportador preocupado com os efeitos futuros das possíveis retaliações dos países importadores. Ao lado da fala midiática, pesquisadores militantes articulados à Campanha qualificam o problema, junto com a voz dos agricultores que sofrem na pele os efeitos da contaminação. Os números e análises apresentados pela reportagem e pelas vozes de cientistas contradiz a fala da representante do agronegócio na cena anterior, inclusive apontando que o consumo de agrotóxicos cresceu bem mais que o aumento da produtividade, fato relacionado também às resistências das pragas. A fala do pesquisador militante da Fiocruz traz a importância da comunicação e saúde na articulação entre movimentos sociais e pesquisadores junto à Campanha. Mais uma vez se expressa a polifonia e a ecologia de saberes em torno da denúncia do uso de agrotóxicos, incluindo o sofrimento e as lutas sociais para superá-lo.

CENA 14

Tempo: 32'54" a 37'43"

A cena retoma, a partir de diversas vozes da Anvisa, as ameaças, pressões e conflitos de interesse entre, de um lado, os trabalhos que tornavam público os problemas encontrados com os agrotóxicos na defesa da saúde, e de outro os interesses econômicos do agronegócio e das indústrias. Novamente é usado o recurso de apresentar a voz da mídia oficial, no caso o jornalista e ambientalista presente na cena 3, que denuncia o lobby dos setores econômicos para reverter a proibição de um agrotóxico: “isso causa asco”, e levanta a possível relação entre o financiamento de campanhas por parte das indústrias de agrotóxicos.

Há de novo o uso da mídia hegemônica para reforçar a denúncia do lobby e dos abusos, e um conjunto de vozes institucionais e da academia para reforçá-la. A voz da pesquisadora militante traz à tona a informação das isenções fiscais concedidas desde 1997 aos agrotóxicos como se estes fossem insumos agrícolas. A voz em off, apresenta a situação no país vizinho, a Argentina, que iniciou um processo de investigação pelo Ministério da Saúde ao glifosato produzido pela Monsanto, amplamente usado na indústria da soja transgênica, e o Edossulfan produzido pela Du Pont.

Aqui apresenta-se a denúncia qualificada pela escala internacional e regional, mostrando que a mescla entre interesses econômicos e políticos pode resultar na perda de soberania do Estado na defesa da saúde, o que traz a determinação social do problema simultaneamente à invisibilização como base das violências. Amplia mais uma vez a polifonia e a ecologia de saberes para aprofundar e qualificar a denúncia mostrando como o problema dos agrotóxicos no país decorre, em boa parte, da ingerência do poder econômico no Estado, que naquele momento possuíam na Anvisa um bastião de resistência que, alguns anos depois, iria se mostrar bastante frágil.

CENA 15



Tempo: 37'44" a 40'57"

A cena inicia-se com informações que apontam os limites para soluções e alternativas ao problema. A voz em off que marca toda a cena anuncia: “70% da mesa do brasileiro é servida por frutas, legumes e verduras plantadas e cultivadas pelos pequenos agricultores.”

Mas, em sua grande maioria, esses agricultores têm seu crédito atrelado à aquisição de sementes transgênicas e agrotóxicos, promovendo uma relação de dependência tecnológica, endividamento dos agricultores pelo pagamento de royalties e afetando sua saúde pelo uso intensivo de agrotóxicos como o glifosato, assim como a população que se alimenta desta produção. E complementa:

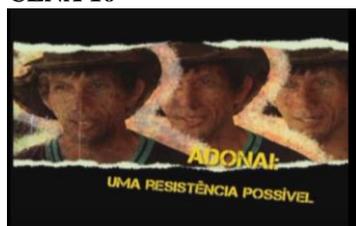
“Ao invés de prestarem contas à natureza, os agricultores passaram a pagar royalties.”

Essa cena, amplamente marcada pela voz em off, após várias denúncias informa que os produtos orgânicos não têm incentivos e políticas públicas suficientes para enfrentarem os desequilíbrios provocados pela agricultura industrial, e com isso tornam-se mais caros. Nessa

cena, os inúmeros argumentos de denúncias são realizados por uma única voz, que em off representa o texto assumido pelo cineasta em seu processo de pesquisa e diálogo com a Campanha, e dessa forma não explicita o processo de polifonia e ecologia de saberes que marcam outras cenas.

Isso fica ainda mais claro na passagem em que a voz em off anuncia que “todos (os agricultores familiares) ou quase todos são obrigados a trabalhar com transgênicos”. Esse foi o único problema percebido ao longo de todo o filme quanto à confiabilidade do dado e de sua relação com os objetivos da Campanha. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁶, extinto após o impeachment da Presidenta Dilma, a agricultura familiar produzia cerca de 70% dos alimentos da mesa do brasileiro, incluindo 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país, empregando 74% das pessoas ocupadas no campo, sendo que de cada 10 postos de trabalho no meio rural, sete são produzidos pela agricultura familiar. Porém, até hoje a maioria desses alimentos continuam a não ser transgênicos, com exceção do milho transgênico. Ao divulgar que todos ou quase todos os alimentos produzidos pela agricultura familiar no Brasil eram transgênicos, passou-se uma ideia que a reversão desse quadro é ainda mais complicada, tornando mais difícil o caminho da transição agroecológica. Essa falha, porém, é pontual e revertida na cena seguinte, em especial com a fala do agricultor Adonai.

CENA 16



Tempo: 40'58" a 47'31"

Após inúmeras denúncias alarmantes, com essa cena o documentário passa a trazer de forma mais detalhada os anúncios de alternativas. O filme apresenta em seus últimos minutos mensagens de esperança a partir de duas falas emblemáticas que representam tanto a polifonia como a ecologia de saberes que marcam o documentário. A primeira é de Adonai, pequeno agricultor gaúcho, que a voz em off enuncia como um reinventor do mundo à sua maneira, e “tudo que lhe apresentam como a verdade, Adonai questiona”. A última voz retoma a fala que inaugura o filme, de

Essa cena é a mais forte em todo o filme para apresentar a sociologia das emergências, ou seja, a agroecologia como fruto das lutas de resistência e de uma ecologia de saberes que

⁶ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>

apresentam uma potência de transformação a partir de pequenos experimentos sociais num dado território.

O pequeno agricultor Adonai, que significa um dos nomes de Deus no Velho Testamento, fala com muito entusiasmo de suas experiências com a transição para uma agricultura agroecológica. Mostra a dificuldade de sair da semente híbrida e dos agroquímicos para ter o crédito agrícola e, portanto, exige coragem de um pequeno como ele para enfrentar indústrias, bancos e o governo para assumir de forma mais autônoma outro modelo de agricultura. Adonai resgata a memória do pai para reinventar e mesclar velhas-novas práticas e conhecimentos. Explicita e amplia a ideia de ecologia para além da experiência camponesa com seu pai, ao falar do projeto conjunto de plantar o milho crioulo com a parceria estabelecida com um colega que foi para a faculdade e se formou agrônomo. Reconhece que “somos pequeninos”, mas que possuem uma enorme força, principalmente quando os governantes compreenderem e apoiarem tais transformações. Adonai se apropria de técnicas sofisticadas, como enxerto e cruzamento, para relatar a experiência, um trabalho persistente que levou três anos para se concretizar.

A voz de Adonai é complementada por Ana Primavesi, com 91 anos, especialista em solos, já trazida na cena 8, que fornece as bases de se trabalhar harmoniosamente com a natureza em vez dos insumos produzidos pelas indústrias que não respeitam a forma como funcionam os ecossistemas. Também é resgatada a fala do agricultor e pesquisador da EMBRAPA, que usando termos técnicos mais sofisticados como trofobiótico, relaciona a saúde da cenoura com a saúde do ambiente, e reafirma que não há dificuldade técnica para se produzir alimentos sem agrotóxicos em quantidade e qualidade. A fala de Sebastião Pinheiro, em seguida, é usada para falar do poder dos agrotóxicos nas universidades brasileiras, trazendo a invisibilização da solução emergente da agroecologia nas faculdades que formam aqueles que irão trabalhar com agricultura.

O filme termina de forma densa e direta como começou, com o escritor Eduardo Galeano retomando o tema dos direitos humanos e da natureza para dizer que, em verdade, são uma mesma coisa, “dois nomes da mesma dignidade”. Porém, estão separados artificialmente pela “religião do progresso” em que predomina o “Deus Mercado”, implacável, invisível, mas que é um “grande filho da puta”, pois manda-nos esquecer essa identidade central entre natureza e seres humanos, criando a dualidade atual que marca a crise que vivemos. Galeano assume, no filme, a principal referência intelectual de uma análise crítica pós-colonial e pós-abissal.

7.2- DOCUMENTÁRIO “CHAPADA DO APODI: MORTE E VIDA”

Ficha técnica completa do documentário:

Título: Chapada do Apodi, Morte e Vida (Original)
 Ano produção: 2013
 Dirigido por: Tiago Carvalho
 Estreia: 1 de Setembro de 2013 (Mundial)
 Duração: 27 minutos
 Classificação: L - Livre para todos os públicos
 Gênero: Documentário
 Países de Origem: Brasil
 Acesso: <http://www.agroecologia.org.br/2013/09/10/carta-agroecologia-chapada-do-apodi-morte-e-vida/>

Fotografia: Paulo Castiglioni

Som Diretor: Arthur Frazão

Pesquisa: Tiago Carvalho

Roteiro: Arthur Frazão / Tiago Carvalho

Edição: Arthur Frazão

Trilha sonora: Pedro Leal David

Produção: Articulação Nacional de Agroecologia e Curta Agroecologia
 SUS – Fiocruz – Canal Saúde

Co-produção: Vídeo Saúde– ICICT – Fiocruz – Ministério da Saúde
 Rosemary Santos (coordenação de distribuição)
 Sérgio Brito (coordenação de produção)
 Tania Santos (coordenação geral)

Apoio: Caritas Brasileira - Campanha da Fraternidade CNBB – Brot für dier Welt.

Esse documentário ganhou na Espanha, no Videomed 2014, o prêmio de melhor filme sobre saúde comunitária; participou da seleção oficial Mostra Ecofalante 2013; seleção oficial Festival de Cinema de Gostoso; seleção oficial Cinecipó 2013; seleção oficial Instidoc Moçambique 2013.

Sinopse divulgada:

"A Chapada do Apodi fica na divisa entre Ceará e Rio Grande do Norte. Em 1989, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) implementou um projeto de irrigação no lado cearense. A área foi ocupada por grandes empresas de fruticultura, desarticulando a produção de milhares de pequenos agricultores. Em 2013, um projeto semelhante está prestes a chegar ao lado potiguar da chapada, ameaçando 6 mil agricultores familiares."

7.2.1 Condições de produção: o contexto

7.2.1.1 Chapada do Apodi: contextos de resistência no semiárido e as lutas sociais no Ceará e Rio Grande do Norte

A Chapada do Apodi é uma região montanhosa do semiárido nordestino localizada na divisa entre o Ceará (com cinco municípios: Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte) e Rio Grande do Norte (com quatro municípios: Apodi, Baraúna, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado). Apesar de estar no semiárido com poucas chuvas, a região possui solo fértil, o que tem despertado o interesse do agronegócio e favorecido grandes transformações em sua estrutura fundiária. Sua história recente é marcada por conflitos entre agricultores familiares e o agronegócio, os quais representam modelos distintos de desenvolvimento.

Em 1989, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) implementou um projeto de irrigação no lado cearense da Chapada, no município de Limoeiro do Norte. O chamado perímetro irrigado (PI) Jaguaribe-Apodi permitiu o suprimento hídrico assegurado pelo rio Jaguaribe através da construção de dois açudes, o Orós (capacidade de 2.100.000.000 m³) e Castanhão (capacidade de 6.700.000.000 m³). O perímetro irrigado possibilitou a instalação de cinco grandes empresas de fruticultura voltadas principalmente para a exportação. Com isso, boa parte dos pequenos agricultores que cultivavam em suas próprias terras passou a trabalhar como trabalhadores assalariados para as fruticulturas, agravando o problema da concentração fundiária. Além disso, com o uso intensivo de agrotóxicos os canais de irrigação ficaram contaminados e afetaram cidades como Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas. Estudos posteriores realizados pelo Núcleo TRAMAS/UFC, coordenado pela pesquisadora Raquel Rigotto, indicam um aumento da incidência de câncer, que passou a ser 38% maior em comparação com outros municípios semelhantes da região, porém sem a contaminação ambiental por agrotóxicos.

Outro aspecto marcante do conflito é a violência no campo, cujo símbolo maior foi o assassinato do trabalhador rural, líder comunitário e ambientalista José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé, que vivia na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte-CE. Durante anos, Zé Maria esteve envolvido na luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos, a contaminação da água, a expulsão de agricultores de suas terras, assim como a grilagem de terras públicas no Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi. Seu assassinato ocorreu em 21 de abril de 2010, quando foi alvejado com 25 tiros de pistola. Em 2012, o proprietário da empresa Frutacor, João Teixeira Júnior, e um gerente da mesma, José Aldair Gomes Costa, foram indiciados como autores intelectuais do crime, além do morador da região Francisco Marcos Lima

Barros, acusado de dar os tiros. Após anos de recursos, em 2015, foram indiciados a irem a júri popular, mas até março de 2018, o processo ainda não havia sido concluído diante dos inúmeros recursos interpostos pelos acusados.

Em 2011, um projeto semelhante de perímetro irrigado, foi iniciado no lado potiguar da Chapada do Apodi para apoiar o agronegócio por meio do cultivo de cacau e uva no sertão do Rio Grande do Norte (RN). Nessa região havia na época cerca de seis mil agricultores familiares que atuavam na produção orgânica de hortaliças, frutas, cereais, mel e carne caprina. Foi nesse contexto que surgiu como estratégia de alertar a sociedade o projeto do documentário “Chapada do Apodi, morte e vida”, uma produção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da VideoSaúde/Fiocruz.

Apesar do histórico negativo e das lutas no lado do Ceará, anos depois, os trabalhadores rurais do RN reclamavam da falta de diálogo com o poder público sobre o projeto e se organizaram para tentar impedir impactos como a perda da autonomia e da terra, as baixas indenizações e a contaminação por agrotóxicos. Segundo a ANA e o diretor do filme, Tiago Carvalho, a região tornou-se uma referência na produção agroecológica e na convivência com o semiárido, daí o envolvimento direto da ANA nessa luta.

A expansão do agronegócio na região acarretou inúmeras consequências para a saúde, o trabalho e o ambiente⁷. Porém, o reconhecimento de tais impactos também foi fundamental para os movimentos de resistência surgidos durante a fase prévia da instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi no Rio Grande do Norte a partir dos anos 2011. A produção científica a respeito (PONTES et. al, 2013) aponta para uma dupla desterritorialização dos camponeses a partir dos projetos de irrigação apoiados pelo DNOCS: a expulsão dos camponeses desapropriados sem políticas de indenização e suporte para a fixação em outras áreas agrícolas; e a imposição do modelo da “revolução verde” aos agricultores que permaneceram baseados na agricultura industrial capitalista e intensiva em agrotóxicos. Com isto, muitos agricultores passaram a trabalhar nas novas empresas de fruticultura que cresceram na região, com seus saberes tradicionais sendo desprezados no processo de “modernização”. O Ceará é exemplar desse modelo: dentre os 35 projetos de irrigação financiados pelo DNOCS no semiárido nordestino entre 1968 e 1992, a grande maioria (14) foi realizada no Ceará em prol do agronegócio, sendo o maior número durante a ditadura militar entre 1968 e 1979. Embora nesse período tenham sido os pequenos agricultores os principais beneficiados, foi a partir do final dos anos 80 que o apoio aos grandes açudes e às

⁷ O artigo de Pontes et al. (2013) relata o trabalho de pesquisa realizado entre 2007 e 2011 a partir da implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Ceará, no final dos anos 1980.

grandes empresas do agronegócio passou a ser a tônica. Segundo Pontes et al. (2013), a partir de 2011, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), configura-se “uma nova política nacional de irrigação” com a criação da Secretaria Nacional de Irrigação no âmbito do Ministério da Integração. Tal política buscou modernizar a região principalmente por meio da iniciativa privada e do agronegócio, considerado como a principal política de desenvolvimento regional para modernizar o semiárido, aumentar a produtividade agrícola e erradicar a pobreza com a geração de emprego e renda.

Outro estudo (RIGOTTO et al., 2017) analisou a política nacional de irrigação a partir de cinco estudos de caso no Ceará e no Rio Grande do Norte, envolvendo perímetros irrigados nas fases de desapropriação, instalação e operação, e baseando-se em estudos bibliográficos, documentais e materiais produzidos por movimentos sociais, revelando a existência de diversos impactos sociais, ambientais e sanitários que se encontram por detrás de inúmeros conflitos ambientais na região. O estudo foi realizado por iniciativa do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 de Abril (GPM21), uma articulação interdisciplinar entre pesquisadores(as) da Universidade Federal do Ceará, capitaneada pelo grupo TRAMAS, e a Universidade Estadual do Ceará. A data 21 de abril relembra o dia do assassinato da liderança comunitária Zé Maria, em 2010, e o grupo de pesquisa reuniu profissionais dos campos da geografia, saúde, direito, educação e história de cinco universidades públicas do CE e do RN. Tratou-se, portanto, de um caso exemplar de pesquisa-ação com profissionais engajados com as lutas sociais pela terra e por justiça ambiental naquela região. Os perímetros irrigados estudados foram: PI Jaguaribe-Apodi - PIJA (CE), PI Tabuleiro de Russas – Pitr (CE), PI Baixo. Assim como no estudo anterior, os autores concluem que os projetos de irrigação, da forma como têm sido construídos e implementados, violam os direitos dos povos do campo à terra, ao território, à água, ao ambiente, à saúde, ao trabalho e à participação política. Os cinco perímetros analisados serviram para a instalação de empresas nacionais e transnacionais do agronegócio, com ampla produtividade de frutas destinadas à exportação e ao mercado interno, o que colocou o Ceará no terceiro lugar no ranking nacional de exportação de frutas, com a produção média de 2.296 mil toneladas/ano.

O estudo de caso analisado mais recente foi o PI Santa Cruz do Apodi (RN), que começou a ser instalado na região da Chapada do Apodi, entre os municípios de Apodi e Felipe Guerra, com a pretensão de desapropriar cerca de 13.855 hectares onde viviam 1.649 famílias organizadas em cerca de 55 comunidades rurais. A região é referência nacional em produção agroecológica e familiar, com a produção e cooperação das famílias agricultoras assentadas em ocupações ao longo dos anos 1990 e que resultou nos quase trinta

assentamentos da reforma agrária. O sucesso desse empreendimento comunitário de transição agroecológica pode ser visto pelo fato da região apresentar um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Rio Grande do Norte. Um fato marcante que interliga a experiência de violência ocorrida com a construção do perímetro irrigado na Chapada do Apodi no Ceará no final da década de 1980, com a tentativa de expansão do modelo de irrigação para o agronegócio já na era do governo PT no século XXI, é a presença de agricultores familiares expulsos no Ceará nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte. A memória da contaminação por agrotóxico influenciou a força da transição agroecológica na região, ao mesmo tempo em que a lembrança das violências ocorridas durante a implantação do perímetro irrigado no Ceará fortaleceu a resistência dos agricultores familiares contra o projeto no RN.

É nesse contexto que surge o filme “Chapada do Apodi”. Além das organizações que apoiavam a agroecologia, o MST, grupos ligados à Igreja Católica (CPT e Cáritas) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região tiveram um papel importante nos movimentos de resistência criados.

7.2.1.2- Entrevistas com cineasta, pesquisadora militante e movimentos sociais

Tiago Carvalho, diretor do documentário

O documentário "Chapada do Apodi, Morte e Vida" deu continuidade ao projeto Curta Agroecologia lançado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Cúpula dos Povos na Rio+20, que tem como objetivo retratar experiências em Agroecologia no Brasil. De acordo com o cineasta, a proposta inicial foi dar visibilidade às iniciativas de êxito e instigar

[...] o debate em defesa da mudança no modelo de desenvolvimento agrário brasileiro. É fundamental que as pessoas do campo e da cidade tenham clareza da importância da agricultura familiar camponesa e da alimentação saudável, bem como outros benefícios e avanços civilizatórios da agroecologia, pois só assim mudanças estruturais poderiam ocorrer (Revista Fórum, 2013).

Assim como o curta metragem "Chapada do Apodi, Morte e Vida", com 27 minutos, outros documentários vêm sendo produzidos pela articulação da ANA e a VideoSaúde/Fiocruz sobre este tema. A ideia deste documentário foi construída na convergência de um momento em que Tiago Carvalho e seu parceiro e diretor de fotografia, Paulo Castiglioni Lara, estavam saindo de épocas muito ruins de trabalho, filmando o que não queriam, no que Tiago considerava o rolo compressor e a roda viva do mercado. Naquele

momento, Tiago buscava outras possibilidades de trabalho mais afinadas com sua proposta de vida. De outro lado, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sabia da importância de dar visibilidade, com um caráter de denúncia, às experiências agroecológicas em curso no Brasil e suas lutas.

Na aproximação de Tiago Carvalho com a ANA, por encontros anteriores de pesquisa sobre o tema, resolveram escrever um projeto, que acabou por vencer o edital do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o qual tinha por finalidade atender demandas voltadas a projetos sociais. Esse fundo foi obtido à época durante a Campanha da Fraternidade de 2012, a qual teve por tema: fraternidade e saúde pública. No caso do referido edital, a Cáritas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), membros do Conselho Gestor do FNS, tiveram um papel central na aprovação das iniciativas apoiadas pelo Fundo daquele ano. Como o edital tinha uma ênfase na questão da saúde, escolheu-se a história do agrotóxico na Chapada do Apodi por duas razões: de um lado, a região era uma referência na produção agroecológica e na convivência com o semiárido. De outro, fazia parte de um território cobiçado pelo agronegócio e com histórico de conflitos, e foi avaliado ser importante documentar o que estava acontecendo para que um conjunto mais amplo da sociedade pudesse refletir sobre os diferentes modelos de desenvolvimento no campo do Brasil.

Também naquele momento, o filho do Tiago havia acabado de nascer. Foi um ar novo que ele respirou. Todos envolvidos na produção estavam muito interessados em desenvolver o projeto, com vontade de fazer um documentário que não fosse somente para propor um embate de argumentos e discursos falados, mas que também conseguisse, por meio das imagens, dar conta de estabelecer diferenças éticas e estéticas entre as paisagens e os modos de vida em jogo, introduzindo as visões de como dois diferentes projetos de desenvolvimento agrário e de sociedade criam diferentes modos de vida.

A ideia inicial do documentário foi construída entre o Tiago e a ANA, com a preocupação de se escutar os três personagens envolvidos nesse conflito: os camponeses, as lideranças sindicais rurais e os pesquisadores engajados envolvidos nas lutas da região. A proposta era que não seriam apenas entrevistas com lideranças e pesquisadores, mas também uma percepção comum do agricultor familiar da região, que pode ser considerado um “especialista” em termos de conhecer, a partir de suas experiências e linguagem própria, sua vida e seu trabalho. Esta ideia de valorização e validação do saber camponês é um dos princípios fundamentais da agroecologia. O camponês pode não ter um discurso semelhante aos outros, mas possui um discurso próprio que está assente em suas práticas de trabalho e

vida no cotidiano. A partir desse olhar, a equipe de realização do filme - o diretor junto com os outros envolvidos na fotografia, som, roteiro e edição - pôde ver e tentar reconstruir mais espontaneamente a vida acontecendo no assentamento Moacir Lucena. Nele, Zé Holanda, um personagem central do filme, não era apenas o líder comunitário: ele possui uma família, seu filho havia acabado de nascer e ele tinha uma maneira própria de tocar a propriedade. Dessa forma, era possível se captar uma dimensão das escolhas pessoais dos envolvidos em cada uma das duas conjunturas em jogo. Dito com outras palavras, para não ficarem somente nas vozes das lideranças e especialistas, a equipe de realizadores buscou captar as vozes das pessoas que estavam envolvidas naquela história a partir de seus cotidianos.

Outro ponto que inspirou o roteiro foi o elemento dramático do assassinato do Zé Maria da comunidade do Tomé. Tratava-se de uma história importante para se contar que retratava a violência no campo e a radicalidade do conflito, ou seja, a expressão dramática da situação no campo do Brasil. Com todos esses elementos, Tiago fez contato com a pesquisadora Raquel Rigotto e os pesquisadores do Núcleo Tramas para falar sobre Limoeiro do Norte no Ceará e ter acesso aos dados de pesquisa na incidência de câncer neste território. Já existiam naquele momento importantes estudos produzidos pelo grupo da Universidade Federal do Ceará coordenado por Raquel Rigotto. Com tudo isso, ficou evidente que era preciso retratar a realidade da Chapada do Apodi, pois a luta pela implementação dos diferentes modelos de desenvolvimento que estava acontecendo ali era uma questão de vida ou morte, seja pela violência direta como no assassinato de Zé Maria, pela contaminação por agrotóxicos e o aumento dos casos de câncer, seja pela abertura ou cerceamento de diferentes projetos de vida e trabalho dos camponeses.

A partir daí, Tiago e Denis Monteiro, secretário executivo da ANA, falaram com o advogado da família do Zé Maria, Claudio Filho; com Milton Junior da CPT do RN; com João Paulo Medeiros, assessor jurídico das comunidades da Chapada do Apodi, que atuava em Mossoró, RN; com Reginaldo Araujo da Central Sindical e Popular Conlutas de Limoeiro do Norte, que teve um papel importante ao intermediar contatos com os trabalhadores rurais que atuavam nas empresas do agronegócio.

Na sequência e já com a participação do técnico de som e editor do filme, Arthur Frazão, foi pensada uma estrutura de roteiro que desse conta de explicar o projeto de perímetros irrigados descrito pela pesquisadora Raquel Rigotto e pelos trabalhadores rurais que poderia estar se expandindo para o outro lado da fronteira estadual, do lado Potiguar da Chapada do Apodi, articulado à resistência dos pequenos agricultores de base agroecológica a

esse projeto. Ou seja, como descrever o projeto do agronegócio e sua ameaça à comunidade local, com seis mil famílias de pequenos agricultores que produzem de forma agroecológica.

A equipe de produção do documentário se organizou para estar na Chapada em abril de 2013, durante os momentos em que estivesse ocorrendo manifestações importantes para os movimentos sociais, uma expressão pública das bandeiras, das pautas, de representatividade do movimento. Era o aniversário de três anos da morte do Zé Maria, a liderança comunitária de Tomé em Limoeiro do Norte, assassinado por ter anunciado a contaminação por agrotóxicos no lençol freático da região provocada pelo excessivo uso de agrotóxicos pelas grandes empresas de agronegócio da região.

Quando chega na Chapada pela primeira vez, Tiago percebe que tanto no Ceará quanto no Rio Grande do Norte trabalhadores, movimentos sociais e a comunidade científica estavam organizados e propondo alternativas para resistir à implementação do perímetro irrigado apresentado pelo DNOCS. Nos perímetros irrigados do lado cearense, ficavam claras as condições degradantes de trabalho, a contaminação e a violência, enquanto no RN era visível a grande produção agroecológica, com um uso responsável dos recursos naturais, mesmo tendo passado, em 2013, pela pior seca na região dos últimos 50 anos.

A produção e a realização da pesquisa para a criação desse documentário envolveram entidades, organizações e movimentos sociais: a secretaria da ANA representada pela figura do Dênis Monteiro, seu secretário executivo, o Núcleo TRAMAS da UFC, a CPT de Mossoró no RN, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o sindicato dos trabalhadores rurais do Apodi. Este último funcionou também como um ponto de recepção de informações, pois sua capacidade de contato com os agricultores familiares da região ajudou a identificar histórias potencialmente importantes para serem documentadas, contribuindo na realização de um primeiro recorte afinado com as pautas importantes da ANA. Nessa perspectiva, as articulações de movimentos sociais mencionadas anteriormente me permitem identificar a emergência de um processo colaborativo na produção do documentário “Chapada do Apodi, morte e vida”.

A VideoSaúde, do ICICT/Fiocruz apoiou a produção do filme, cedendo o servidor Paulo Castiglioni Lara para fazer a direção de fotografia do mesmo. Sua parceria viabilizou também a distribuição do documentário, já que a Fiocruz é uma instituição que tem capilaridade e argumento de autoridade pela sua densidade como instituição produtora de conhecimentos sobre saúde. A partir daí se construiu uma parceria com o Canal Saúde, que se transformou em um exibidor e colaborador importante para futuras produções no campo da agroecologia e crises ambientais. Houve também um diálogo com o MST através do João

Paulo, que já tinha trabalhado como advogado popular do movimento. Mais à frente, o próprio MST passou a ser um ator importante nesse conflito, já que o mesmo ocupou um canteiro de obras do perímetro de irrigação no RN poucos meses depois da filmagem, se transformando em um sujeito importante na história dessa região.

Em relação às diferentes vozes e saberes, Tiago considerou decisivo o papel dos cientistas presentes na produção ou que aparecem no documentário apresentando argumentações, mas dentro de uma constelação mais ampla de outras argumentações que passaram também por outros discursos, pelas paisagens e pela apresentação dos diferentes modos de vida. Da mesma forma, por reflexões sobre o que cada um considerava uma boa vida. Esse convívio entre os vários saberes científicos e não científicos aparecem no documentário, segundo Tiago, primeiramente na pesquisa, que é um momento que ainda está mais aberto e eventuais arestas não aparecem. No contexto da produção do filme, a pesquisa é o momento que está se delineando o universo no qual vai se trabalhar, por isto todo mundo cabe dentro dele. Já na segunda etapa, que é a da filmagem propriamente dita, a realidade se impõe a partir do que surge no campo, assim como pelo afinamento do filme junto ao projeto Curta Agroecologia da ANA.

Nos dias de filmagem estava acontecendo a semana Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, que envolvia uma romaria e uma devolução de um estudo do Grupo do Tramas para os trabalhadores envolvidos nesse conflito. Apesar destas atividades tornarem as agendas das pessoas selecionadas para participar do documentário muito intensas, principalmente em Limoeiro do Norte, o engajamento e consciência da importância da produção do documentário para a luta, fez com que a equipe de filmagem, que era formada pelo próprio diretor, Tiago Carvalho, o diretor de fotografia, Paulo Castiglioni Lara e o técnico de som e editor, Arthur Frazão, fosse levada para todos os eventos. A equipe buscava se harmonizar com esta dinâmica, ficando atenta para capturar o que era interessante à construção da narrativa, principalmente coletar imagens boas, fortes e dramáticas para o documentário.

Nessas circunstâncias, surgiram algumas tensões na relação entre os diferentes saberes dos vários sujeitos que participaram nas filmagens. Por exemplo, no primeiro dia de filmagem em Apodi, na entrevista com João Paulo Medeiros, assessor jurídico das comunidades da Chapada do Apodi, em que foram conversadas as possibilidades de locais que seriam filmados e as pessoas que seriam entrevistadas, surgiu uma tensão pela importância dada pelo cineasta sobre a questão estética. No Ceará, havia vários atores importantes e vários acontecimentos para serem registrados, mas com dificuldades em termos de qualidade de imagem. Essa dificuldade, porém, acabou sendo sobreposta pela percepção do diretor da

importância de conseguir chegar, através do contato com Reginaldo da Conlutas, aos trabalhadores rurais das empresas. Ao chegar neste grupo ele pode apresentar o projeto do documentário e a partir daí foram feitos os compromissos de entrevistas e filmagens nos locais onde eles se reuniam. Não era uma tarefa simples no contexto da região conseguir que a equipe de filmagem pudesse entrar nesses locais de trabalho e moradia para filmar a vida acontecendo.

Para Tiago, o diálogo entre diferentes perspectivas e saberes apareceu muito na edição. O filme foi montado junto com Arthur, que além de diretor de som também participou do roteiro e de todas as etapas e decisões relativas aos cortes da montagem, que posteriormente, eram enviados para ANA assistir e opinar. Houve uma cena que pode ser considerada emblemática desse processo, e que provocou muita discussão por expressar essa negociação de diferentes saberes, intenções e objetivos. A cena mostrava trabalhadores do agronegócio de Limoeiro do Norte num domingo, na sala da casa de um deles, jogando conversa fiada, vendo televisão, com música eletrônica ao fundo e falando da própria infância. Eles conversam entre si e o cineasta observa, mas sem interferência. Denis e outras pessoas do núcleo executivo da ANA questionaram a inserção desta cena por considerar que não acrescentaria algo de interessante ou propositivo ao debate. Mas o cineasta e sua equipe estavam formulando outro discurso para mostrar os diferentes modos de vida entre os trabalhadores das empresas de agronegócio e os assentados da reforma agrária. Foi interessante observar as tensões que surgem entre as diferentes argumentações sobre as opções de filmagem e de corte. As tensões espelharam o desejo da equipe do cineasta de se fazer algo esteticamente bonito, emocionante, com a intencionalidade da ANA acerca dos seus objetivos políticos e sua incidência sobre um público mais amplo para ter acesso ao que estava em jogo com dois modelos distintos de desenvolvimento e de agricultura. Tratava-se de um grande desafio: conseguir apresentar um discurso contra-hegemônico que retratasse a proposta agroecológica e a luta por terra, mas ao mesmo tempo com arte, com beleza, num fluxo interessante de imagens e vozes/textos, muitas vezes envolvendo uma estrutura mais dura imageticamente como na entrevista com a pesquisadora.

Quanto ao objetivo do documentário, além das denúncias, ele pretendeu abordar a promoção de alternativas para solucionar e transformar os problemas da saúde discutidos, documentando e dando a conhecer aos outros a importância de colocar no circuito da comunicação formas alternativas e sustentáveis de produzir alimentos e ocupar o território rural com outra visão de desenvolvimento. Já quanto ao formato da sua produção, teve características coletivas claras dentro de uma produção autoral. Para Tiago, o documentário é

uma produção coletiva na medida em que é construída pela articulação de muitas vozes. Isso seria muito diferente caso fosse produzido por uma equipe grande e altamente compartimentada, com funções muito especializadas sendo executadas por cada profissional, ou ainda se fosse uma equipe pequena, como neste caso, mas que todos se desdobrassem em muitas funções técnicas. No caso deste documentário, houve a fundamental colaboração das pessoas que foram filmadas, que fizeram também o filme acontecer. Em qualquer filme a dimensão autoral da produção sempre possui o caráter da equipe, por exemplo, com o olhar do fotógrafo, as proposições de corte, porém, nessa montagem não se pode separar com nitidez essas características da produção autoral clássica. Essa mistura dos aspectos autorais e coletivos foi o que deu forma e conteúdo ao documentário.

Raquel Rigotto, pesquisadora militante

Raquel Rigotto queria ser pedagoga, apaixonada pelo Paulo Freire, mas por exigência da família fez medicina e mais tarde a vida lhe possibilitou uma síntese entre as duas áreas, com o mestrado em Educação, quando se tornou professora na UFMG. Em 1994, foi para o Ceará, trabalhar no Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da UFC.

Em 1998, Raquel criou o Núcleo Tramas, voltado ao desenvolvimento de estudos, assessoria e formação no âmbito das inter-relações saúde – trabalho – ambiente nas políticas públicas, com crescente inserção nas lutas sociais presentes no Estado do Ceará. A proposta central é o desenvolvimento de uma ciência emancipatória com a construção de bases epistemológicas e abordagens metodológicas inovadoras na superação dos limites da ciência moderna.

A partir dessas bases e abordagens, vários projetos de pesquisa têm sido desenvolvidos; neles, os setores econômicos, as lutas sociais (contra o agronegócio, contaminação por agrotóxicos, carcinicultura, mineração de urânio e fosfato, perímetros irrigados, semiárido, agricultura familiar, agroecologia etc.) e sujeitos privilegiados nas parcerias (agricultores, sindicatos rurais, movimentos sociais como o MST, indígenas, quilombolas, mulheres do campo, profissionais do SUS) correspondem à intenção do núcleo em seguir na direção de uma ciência sensível, dialógica e emancipatória. Dentre os temas privilegiados, destacam-se os conflitos ambientais e os movimentos por justiça ambiental, equidade ambiental e em saúde, ecologia de saberes, bens comuns e políticas públicas, dentre outros.

Em 2006, o TRAMAS foi procurado pelo MST e a CPT para realizar um estudo sobre a questão do uso intensivo de agrotóxicos na Região da Chapada do Apodi. Essa demanda foi

atendida por meio de um edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Saúde, que financiavam a época um estudo epidemiológico, e assim foi possível iniciar uma relação com o território que se mantém até os dias de hoje.

Em 2010, começou um contato com o lado potiguar da Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte, através de uma mestranda do Tramas, atualmente docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Mayara Melo Rocha, que aceitou olhar as questões da agricultura familiar naquela região. O território já estava ameaçado pela implantação do perímetro de irrigação que o documentário denuncia. Porém, nesse período, os agricultores não tinham uma noção clara do que este projeto significava. Eles tinham uma história, que está resgatada na dissertação de Mayara, de luta pela conquista da terra, como também pelo abastecimento de água, porque tinham sido praticamente escravos no período em que trabalhavam na plantação de algodão e nas frentes de emergência nas décadas anteriores. As associações comunitárias foram se formando com apoio da CPT e ONGs alemãs que passaram por lá. Nesse processo de luta e essa convivência com o semiárido, a população tinha muito orgulho do território camponês que estavam construindo e ficaram inicialmente ainda mais felizes com a notícia da construção da barragem e de um perímetro irrigado.

Porém, foi nesse período que um membro da CPT de Mossoró, que acompanha o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras da Chapada do Apodi há vários anos, foi a um encontro nacional da CPT e conheceu o Professor José Levi Furtado da geografia da UFC, que nessa época participava da equipe da pesquisa junto com o Tramas sobre o lado cearense da Chapada. O professor Levi então relatou, como exemplo, que a Lagoa dos Cavalos, uma comunidade em transição agroecológica do Tabuleiro de Russa, estava sendo destruída pelo perímetro irrigado que ali foi implantado. O grupo do sindicato, junto com a CPT, visitou o local e voltaram para RN nomeando esse projeto como 'projeto da morte'. A partir daí, teve início a organização de uma luta contra o projeto com o apoio do Tramas, que já trabalhava no lado cearense, com uma palestra realizada em 12 de março de 2011, da qual participaram cerca de 300 agricultores.

Em relação ao documentário, a pesquisadora e seu grupo de pesquisa tiveram uma conversa com o diretor, Tiago Carvalho, onde lhe foi apresentado material bibliográfico, assim como indicados diversos contatos no território. Porém, do roteiro e da proposta propriamente dita o TRAMAS não participou.

Quando MST e a CPT estaduais solicitaram a pesquisa ao TRAMAS, a Cáritas Diocesana do Norte foi uma parceira fundamental na articulação com a comunidade, por já

terem um trabalho de base no território. Dessa forma, ajudaram a construir uma relação de confiança entre os pesquisadores do Tramas e a comunidade. A militância local do MST fez contato com os trabalhadores do agronegócio, mobilizando-os para encontrar os pesquisadores, apesar de um clima de muito medo.

Em 2010, com o assassinato do Zé Maria, todas estas organizações que já atuavam na comunidade - Tramas, CPT, MST, Cáritas, Universidade e as lideranças comunitárias - criaram o “Movimento 21” contra a impunidade desse crime. Foi a primeira instância de articulação entre elas, ampliando o envolvimento entre esses movimentos e a comunidade.

No começo da pesquisa, a demanda do MST era formulada em torno dos adoecimentos e mortes que ocorriam decorrentes do uso intensivo dos agrotóxicos na região. Como eles não conseguiam ser ouvidos, solicitaram a pesquisa para que a autoridade acadêmica pudesse auxiliar na interrupção desse processo de contaminação e adoecimento. Porém, mesmo ao descobrir tantas coisas graves do ponto de vista da saúde pública, a universidade, apesar de seu capital simbólico na sociedade, também não podia levar os resultados a público imediatamente. À medida que os pesquisadores foram mergulhando em campo, foram constatando a veracidade das denúncias de intoxicações agudas, das condições de trabalho, a incidência de câncer na região. Somente em 2009, o Tramas elaborou um dossiê com os dados preliminares da pesquisa, o qual foi entregue a um conjunto de autoridades públicas com o desejo de também dar visibilidade ao problema que aquelas comunidades estavam sofrendo. Dentre as autoridades estavam o Ministério Público, o prefeito e o secretário estadual de meio ambiente. Nesse contexto, o Tramas instituiu como prática de pesquisa a realização anual de um seminário aberto ao público para divulgar para sociedade o que estava acontecendo na região, o que foi feito por três anos consecutivos entre 2008 a 2010.

Contudo, era forte a assimetria do poder de comunicação, já que o agronegócio possui muitos recursos e assessores de comunicação social para realizar toda uma produção simbólica sofisticada que é divulgada na grande mídia. Também havia a produção de cartilhas distribuídas nas escolas locais para serem trabalhadas com as crianças e formação para os professores na perspectiva do agronegócio. Além disso, toda a questão da assistência técnica difundia o uso do agrotóxico, assumido como “seguro”. Do outro lado, a comunidade constantemente passava mal e atribuía o problema ao veneno, porém quando iam ao hospital os enfermeiros e médicos afirmavam que era algo alimentar, já que eram vários os casos. Por tudo isso, o Tramas sempre teve clareza da importância de se falar com a mídia e construir estratégias de comunicação, como o documentário “Chapada do Apodi, morte e via” para a

divulgação mais ampla desse problema de saúde pública. Para Raquel, todas as oportunidades de falar não podiam ser desperdiçadas.

O processo de pensar a comunicação dos resultados da pesquisa começou principalmente, em 2010, com a morte do Zé Maria. Nessa época, já havia seis dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e três trabalhos de conclusão de curso (TCC) no âmbito da pesquisa. O grupo com 24 pesquisadores se perguntava: como divulgar esses resultados? Então, essa decisão foi construída em diálogo com as lideranças da comunidade e passaram a se reunir, durante 18 meses, uma vez a cada 15 dias, para selecionar, entre todo esse material que estava sendo produzido, o que e como seria compartilhado. A partir desse ponto construíram o almanaque do problema, tendo por base teórica e metodológica a ecologia dos saberes, construindo uma horizontalidade que respeitasse os saberes de todos os envolvidos. Para Raquel, esse trabalho valoriza e reforça a ideia de se dar suporte científico, acadêmico, com autoridade pública da ciência, no sentido de confirmar a existência dos agravos e impactos à saúde.

Como Raquel analisa, a invisibilização desses territórios vulnerabiliza e facilita que esses povos, seus saberes, modos de vida e valores sejam exterminados. Na produção do documentário, ocorreu um encontro de saberes para discutir as origens e causas estruturais dos problemas de saúde apresentados, assim como desvela de forma sutil a disputa de hegemonia e contra-hegemonia que acontece dentro da comunidade de forma intensa e concreta. Existem pessoas que assumiram participar da luta com uma perspectiva crítica a esse modelo de desenvolvimento e falam, participam das pesquisas, mas também existem pessoas que ficam muito divididas, pois têm medo. Um medo muito presente era o de perder o emprego decorrente das críticas ao uso do agrotóxico, já que isso poderia levar à saída das empresas do local, medo esse existente principalmente por parte dos trabalhadores do agronegócio.

Para Raquel, o documentário busca mostrar essa situação, deixando claro como isso ocorreu. Até 1989, a comunidade do lado cearense da Chapada era formada por pequenos produtores agrícolas que tinham sua terra e viviam de forma autônoma, por isso não dependiam do emprego para sobreviver. Mas com a chegada do projeto do perímetro, eles perderam suas terras e passaram por um período no limbo, até que em 2000 as empresas agrícolas se instalaram. Nesse histórico de expropriação, a chegada das empresas foi bastante valorizada, e essa situação perdura até os dias de hoje. Mesmo em casos em que as pesquisas tentam entrevistar pais de crianças com má formação congênita e puberdade precoce decorrentes do uso do agrotóxico, muitos não querem arriscar seus empregos e se negam a

participar. Outros medos são decorrentes da violência, como o assassinato de Zé Maria, que se tornou assunto proibido, e o medo da contaminação da água por agrotóxicos. Nesse contexto, o Tramas, muitas vezes, é visto na própria comunidade como uma ameaça por abordá-los.

Para Raquel, o documentário possui dois méritos importantes. O primeiro é o de divulgar uma problemática vivida no nordeste do Brasil, que é uma franca zona de expansão agrícola de contexto extrativista, pretendendo alcançar uma circulação nacional. Em geral, são encontrados textos sobre as questões da modernização da agricultura do agronegócio referentes ao sul e sudeste. O segundo mérito é mostrar concretamente que outro mundo é possível no campo, não apenas de uma forma discursiva, mas com imagens e depoimentos de personagens reais. Referenciando Boaventura de Sousa Santos, trata-se de uma simultaneidade sem contemporaneidade, diferentes formas de vida que correspondem a diferentes escalas temporais que parecem fugir de um tempo atual, embora nele estejam presentes.

Essa população está construindo esse modo de vida camponês há mais de 30 anos num processo eminentemente coletivo. Possuem práticas de gestão e governança do território no lado do Rio Grande do Norte, que vivem muito bem até a chegada do governo e projetos de modernização como o perímetro irrigado, que viola seus direitos. A comunidade possui saberes sobre sementes crioulas a mais de 300 anos no contexto do semiárido com manejo de pouca água. São formas de organização que não são apenas discursivas, estão imersas em práticas, valores e na própria cultura. É um exemplo que ajuda a pensar o momento atual do Brasil e essa crise atual em relação à política, à democracia representativa, à distância entre governos centrais e as comunidades nas periferias.

Para Raquel, o documentário contribui para a tradução intra e intercultural. Para as pessoas que estão no campo hoje, assistir o contraste entre as duas Chapadas a partir das experiências e falas de trabalhadores rurais e agricultores agroecológicos ajudam a perceber o processo simbólico de hegemonia e contra-hegemonia em relação ao modelo de desenvolvimento agrícola. Mas, ao mesmo tempo, o documentário ajuda que outros segmentos da sociedade compreendam melhor o que está acontecendo nas inter-relações de saúde, trabalho e ambiente.

No seu campo de atuação, a Saúde Pública, a pesquisadora tem exibido o documentário, na formação de profissionais de saúde, promovendo fortes impactos e surpresas aos alunos que assistem. Portanto, possui um papel pedagógico que pode ser positivamente associado à teorização no processo de aprendizagem e de reflexões críticas. Sua exibição produz diferentes reações dependendo de quem está assistindo. Por exemplo, quando

exibido para a comunidade onde foi realizado, as pessoas se buscam no filme. No caso dos pesquisadores, o documentário constrói personagens públicos, o que é uma dimensão importante por dar a possibilidade de encantar os jovens com outras narrativas que eles compreendem e se reconhecem. Ao mesmo tempo, dá visibilidade às lutas e seus protagonistas, podendo até proteger a segurança do pesquisador contra a violência do agronegócio.

Denis Monteiro da Articulação Nacional de Agroecologia

Nascido na cidade de Campos, estudou no colégio técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde depois se graduou em agronomia, Denis Monteiro, é, atualmente, membro da secretaria executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Desde cedo se envolveu com o movimento estudantil e com o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), um grupo de estudo da UFRRJ, que sempre teve relação muito próxima com os movimentos sociais do campo. Participava dos diretórios acadêmicos como militante nos anos 90. Já naquela época, o MST estava muito presente na Universidade, assim como as ONGs que trabalhavam com agroecologia, como AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Esta última tinha um centro de documentação, onde Denis estagiou em um programa de agricultura urbana e periurbana.

Um estágio, em 1999, na ONG Instituto Regional da Pecuária Agropecuária Apropriada (IRPAA), foi um marco na sua formação profissional, pois lhe fez despertar para outras realidades. Nesse estágio pôde conhecer o nascimento da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), suas alternativas para convivência com o semiárido, suas formas de organização, mobilização, lutas e superação de situações muito difíceis de provação e de miséria. Terminando a graduação, iniciou o Mestrado, mas acabou por interromper em decorrência de sua intensa militância e participação em movimentos sociais.

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) envolveu-se nos assentamentos com o setor de produção que discutia a questão da organização da produção agrícola. Depois, em 2003, com uma iniciativa internacional da Via Campesina trabalhou no projeto “Semente Patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade”, numa época de efervescência do Fórum Social Mundial, da atuação dos movimentos sociais, da eleição de um governo progressista. Quando Lula foi eleito, em 2002, iniciou-se um processo intenso de articulação entre os movimentos e o governo para discutir políticas públicas e iniciativas para apoiar os trabalhos nos assentamentos, permitindo que a agroecologia se tornasse mais orgânica dentro do MST, através do entendimento da importância da biodiversidade. Nesse contexto, Denis participou do processo de construção da ANA com seu modelo agroecológico no Brasil, ampliando seu foco a partir de uma militância que passou a discutir as ações no plano nacional. Em 2009, acabou por ser convidado para trabalhar na secretaria executiva desta entidade.

A ANA foi criada em 2002 e funciona como um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar

e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente, reúne vinte e três redes estaduais e regionais, com centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. Suas três principais frentes de trabalho são: o intercâmbio entre as várias organizações e práticas territoriais; a incidência sobre políticas públicas; e por fim, a comunicação com a sociedade buscando dar visibilidade às propostas e práticas da agroecologia. A ANA é também responsável pela realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que reúne mais de duas mil pessoas, a grande maioria agricultores e agricultoras que discutem o desenvolvimento da agroecologia no país.

A partir dessa agenda de políticas públicas e de iniciativa de aproximação com outras redes e fóruns, em 2011, nasce a ideia do Encontro Diálogos e Convergências com diversas redes: GT Saúde Ambiente da Abrasco, o Fórum de Segurança Alimentar, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>).

Neste contexto, o caso da Chapada do Apodi é emblemático, pois estavam atuando nesse território organizações de base da ANA, da ASA, do sindicato e outras organizações mais ligadas ao movimento de Saúde Coletiva e Justiça Ambiental. Chamava atenção para o conflito decorrente do avanço do agronegócio no Semiárido, articulando a perspectiva de denúncia contra o agronegócio e anúncio da agroecologia que crescia no Apodi.

Em seminários internos da ANA se fez o diagnóstico que as estratégias de visibilidade estavam falando para si mesmo. Essa necessidade de se fazer conhecido em outros setores da sociedade foi que levou a pensar em produção audiovisual como estratégia de luta. A ideia e iniciativa do projeto Curta Agroecologia nasce em 2012, inicialmente com apoio da cooperação internacional. Depois, a ANA e a Fiocruz fazem uma parceria que viabiliza a continuidade e ampliação do projeto. O cineasta Tiago Carvalho passa a dirigir os documentários do projeto em parceria com o Canal Saúde. Daí começou-se a pensar quais seriam as experiências importantes de se dar visibilidade. O papel da ANA foi o de levantar ideias, sugerir os locais de luta para dar maior visibilidade.

A Cúpula dos Povos na Rio + 20 foi inspiração para acelerar a realização do projeto Curta Agroecologia, já que era um espaço importante para divulgar as experiências de agroecologia no Brasil para um público mais amplo. Depois, a parceria com o Canal Saúde, articulado pelo Tiago, fez com que esse projeto se ampliasse e mais tarde se tornasse um programa específico dentro do Canal Saúde. De início, era um programa chamado “Comunidade em Cena”, em que a ANA participava na produção de documentários sobre as

experiências na região rural para esse projeto. Depois, se tornou um projeto autônomo, onde produziram vários documentários, com qualidade técnica e estética cada vez melhor. O Canal Saúde acabou por torná-lo específico da emissora.

A atenção principal da ANA, segundo Denis, estava voltada para cobrir a construção da agroecologia no Brasil como um todo, a sua diversidade regional e temas variados como sistemas agroflorestais, educação, economia, participação das mulheres. A Chapada do Apodi foi um dos primeiros por sua multiplicidade de conflitos. A produção desses documentários, mas principalmente o caso específico de “Chapada do Apodi, morte e vida” contribuiu no fortalecimento de um processo de articulação entre redes, nesse caso entre o campo da agroecologia e o campo da Saúde e Ambiente que discute a questão da Justiça Ambiental. Esse documentário cumpriu o papel de mostrar o conflito territorial muito evidente para um público mais amplo e difuso, mas também o documentário foi discutido e trabalhado no território, com a mobilização dos atores locais. Um exemplo disso foi sua exibição na Caravana Agroecológica e Cultural da Chapada do Apodi, uma das estratégias metodológicas de preparação para o III Encontro Nacional Agroecológico que iria se realizar em maio de 2014 em Juazeiro da Bahia. O posicionamento claro do documentário desde o início serviu como ferramenta de luta para as comunidades que estão envolvidas nesse conflito.

Denis também conta que a pauta da ANA está discutindo nesse momento como a produção audiovisual pode ser mais valorizada politicamente, inclusive na construção de estratégias que usem os documentários nos processos de mobilização nas comunidades. Para isso, seria necessário construir estruturas de exibição e de debate nos territórios com as comunidades, ou seja, uma forma mais pensada de utilizar o documentário nos processos de mobilização e de articulação. A experiência do projeto Curta Agroecologia facilitou o entendimento do audiovisual como ferramenta para Luta. Desde o Encontro “Diálogos e Convergências” que a secretaria executiva da ANA tem dado uma atenção maior ao tema da comunicação e suas estratégias. Tem trabalhado com o objetivo de construir um coletivo de comunicadores, não só comunicadores das organizações da ANA. Houve também uma atenção de trabalhar esse tema junto com redes parceiras, envolvendo a todos numa perspectiva de aproximação com meios de comunicação contra-hegemônicos, já que não é comum haver esses coletivos. Ou não priorizam o tema ou não tem captação específica para ter gente trabalhando nisso.

Com essa iniciativa, o tema da agroecologia começou a ser pautado de diferentes maneiras, como em eventos, congressos, redes sociais, etc. Mas, mesmo assim, a ANA reconhece ainda precisar avançar nesse campo. Principalmente nesse momento em que estão

cada vez mais claros os bloqueios das mídias corporativas às questões mais políticas dessa agenda, como a questão da reforma agrária, da defesa dos territórios quilombolas, indígenas, a questão dos agrotóxicos, entre outros temas.

Portanto, o tema da comunicação está ganhando relevância grande para a ANA, assim como o tema da saúde é compreendido com um potencial grande de comunicação. Ou seja, a comunicação também significa participar do debate do que é promover saúde, o que gera saúde, e a agroecologia entre por aí. Trata-se de uma estratégia de comunicação em que diferentes vozes com diferentes formas de expressão participam do processo.

Para Denis, no caso do documentário “Chapada do Apodi, vida e morte, coproduzido pela ANA, Tiago esteve a frente do processo de produção do documentário; a ANA e Silvio Almeida da ASPTA participaram da produção do roteiro e da edição com menor protagonismo; já o Tramas, sendo a principal referência de estudo desse território, teve um papel central como fonte de pesquisa. Porém, nos moldes da agroecologia, essa produção audiovisual promoveu um diálogo horizontal entre diferentes saberes na perspectiva de construir novos saberes a partir desses encontros.

Segundo Denis, apesar do governo federal apoiar à época o primeiro plano nacional de agroecologia, paralelamente avançava com um projeto de perímetros irrigados no semiárido que era contraditório à proposta agroecológica. Os perímetros irrigados como no Apodi promoviam abandono e pobreza dos agricultores familiares, a degradação ambiental com contaminação por agrotóxico, um processo de invisibilização da resistência camponesa em um território de produção agroecológica abundante de arroz, frutas mel. Talvez por todos estes motivos referidos, Denis considera este documentário, dentro do projeto Curta agroecologia, o que melhor expresse a disputa de modelo e o comprometimento social, ambiental e cultural da proposta agroecológica de desenvolvimento.

Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes, liderança camponesa e sindical

Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes, camponês, agricultor, teve sua atividade prejudicada como agricultor pela agenda como dirigente sindical quando foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), em maio de 2016. Graduado em geografia, é professor para jovens rurais no projeto Saberes da Terra no Rio Grande do Norte onde realiza debates sobre a agroecologia e usa a cartografia social com a proposta de fomentar o potencial da comunidade.

Agnaldo fez um resgate do seu contato com Tiago a partir da indicação da pesquisadora Raquel Rigotto. Tiago chegou da parte potiguar da Chapada para conhecer seu

lado cearense e o contexto das empresas de agronegócio no Semiárido com seus impactos na cidade do Limoeiro. Ele havia visto práticas agroecológicas do modo de vida na mesma Chapada, mas no Apodi potiguar, com focos de resistência ao capital, ao modo opressor do agronegócio. Do lado cearense da Chapada viu o agronegócio expropriando os moradores, sugando a vida da terra. Enquanto isso, do lado potiguar havia uma história de convivência de mais de 600 famílias assentadas em áreas de reforma agrária e conseguindo viver dignamente, mesmo nos períodos de seca, que são ciclos constantes na região. Essas famílias estavam vivendo com dignidade e não precisam que esses projetos estejam presentes, pois isso significaria o fim de sua autonomia.

Aguinaldo recorda que à época da produção do documentário o território potiguar estava vivendo um período de resistência ao projeto de perímetro irrigado, que estava previsto para ser implantado com da mesma maneira que acontece no lado cearense da Chapada. O projeto previa a desapropriação de cerca de 13.400 hectares de terra, dado que as famílias que vivam ali não eram reconhecidas como sujeitos pelo próprio Estado. Para Aginaldo, a chegada da equipe de filmagem para retratar essa realidade dava a possibilidade dessa história alcançar outros locais e pessoas mundo afora. Isso dava esperança, pois ajudava os movimentos a confirmarem o sentimento de que sua luta não era em vão e podia ser incorporada por outros povos que estão enfrentando as mesmas dificuldades. Por isso, o documentário foi visto como mais um aporte, uma ferramenta de luta, já que a proposta era de retratar a Chapada do Apodi com sua forma de conviver com o semiárido sem a implantação dos megaprojetos de perímetros irrigados, mostrando porque eles não serviam de modelo para essa comunidade. Um projeto orçado em cerca 280 milhões de reais para dar vez ao agronegócio prejudicando os arranjos produtivos, as relações entre os povos na gestão de autonomia que lá já existia. O desafio era mostrar que o que serve era o que já estava em curso no território.

É difícil avaliar o peso da resistência, mas o fato é que o perímetro irrigado acabou não se concretizando, pelo menos naquele momento e nos anos seguintes com a crise político-institucional. Mas para o sindicalista é claro que a resistência foi um elemento de afirmação das vozes do território, que desvendou interesses por detrás do projeto, inclusive lavagem de dinheiro e os impactos ambientais provocados logo depois das obras iniciais. Com tudo isso hoje ninguém, nem mesmo o Estado, tem coragem de vir a público defender este projeto.

Na entrevista Aginaldo afirma que, como as empresas não conseguiram emplacar a instalação do perímetro de irrigação através do Estado, elas próprias iniciaram sua instalação de outra maneira, com a perfuração de poços de profundidade, já que existe um aquífero na região. Dessa forma, continuam a tentar aniquilar o exemplo de experiência e organização

agroecológica, pois sabem que a experiência de Apodi pode servir de exemplo para outras comunidades em transição lutarem contra a imposição do modelo do agronegócio.

O encontro entre o cineasta e o representante do sindicato foi intermediado pela professora Raquel Rigotto do Tramas com o objetivo de apresentar a ideia do documentário para que pudesse ouvir os agricultores nos assentamentos e suas experiências. Segundo Agnaldo, o processo de produção do documentário não foi discutido formalmente entre os três sujeitos, mas houve uma aceitação de todos em participarem da realização da proposta. O trabalho do sindicato foi principalmente de facilitação no diálogo entre o cineasta e a comunidade do Apodi. A relação entre o sindicato e a universidade já era antiga, pois várias pesquisas já haviam sido desenvolvidas nessas comunidades.

A força do documentário ficou clara também em 2017, no Uruguai, quando Agnaldo participou da Jornada Continental de lutas contra o neoliberalismo na América Latina; ao se apresentar como presidente do sindicato de Chapada do Apodi, ele pode constatar que várias pessoas já conheciam a história do território por meio do filme. Na comunidade, o documentário circulou a partir de cópias que foram distribuídas nas escolas locais, nas quais os professores trabalham sobre a convivência com semiárido. Circulou também nas reuniões com o Fórum da Agricultura Familiar, um espaço onde as associações comunitárias e de áreas de assentamentos da região se reúnem uma vez por mês. Este fórum é composto por lideranças de cerca de 40 a 50 associações comunitárias para discutir pautas diversas e análise da conjuntura. Essas lideranças replicam estas discussões nas suas comunidades, e também organizavam a exibição do documentário nos locais como estratégia de mobilização, funcionando como mais uma ferramenta de contra argumentação ao modo opressor do agronegócio atuar.

Agnaldo reconhece no documentário a discussão sobre as origens e causas estruturais dos problemas de saúde causados pelo agrotóxico, apresentando um contraponto entre os dois espaços e seus modos de vida, de um lado com a defesa do bem comum, do outro a realidade do mundo do agronegócio. A expressão de diferentes saberes no documentário influenciou o interesse das pessoas, ao mesmo tempo em que facilitou e fortaleceu as relações com as pesquisas na Chapada do Apodi, inclusive estimulando outros grupos acadêmicos a conhecer o projeto da morte e vida da Chapada. Essas lutas de resistência têm contribuído até mesmo para a integração entre povos da Chapada, pois os agricultores passaram a ver melhor os indígenas e pescadores, rompendo com as barreiras geográficas e culturais de toda a região.

Agnaldo nos conta que as diferentes vidas retratadas em suas imagens, assim como os discursos acadêmicos e dos movimentos sociais, ajudaram a qualificar o debate e a visão de

quem importa nessa história. O documentário é muito comemorado nas comunidades e nos movimentos sociais como reconhecimento de suas mobilizações e lutas, sendo até exibido em eventos nacionais importante como o Simpósio Brasileiro de Saúde & Ambiente (SIBSA), em 2014, ampliando a voz da comunidade, ao mesmo em que trouxe diversos elementos para fomentar a reflexão interna. Ele traz simultaneamente a morte e a vida que existe na região, mostra claramente que a vida não existia para o DNOCS e as empresas do agronegócio.

Para finalizar a entrevista, Agnaldo expressa a sua felicidade e a do sindicato de ter esse modo de vida, as resistências dos povos, o respeito às relações entre as pessoas e ao meio ambiente, enfim, que tudo isso seja estudado por mais uma pesquisadora em sua tese de doutorado na Fiocruz, por considerar que essa luta e sua incorporação pelos pesquisadores fazem parte do caminho para uma sociedade mais justa.

7.2.2- Vozes e saberes em cena: o texto

Na análise deste texto, optei por uma narrativa poética, inspirada pelo estilo do documentário, me baseando na proposta de artesanania das práticas, que sugere ao pesquisador a construção do método de análise de forma a se harmonizar com o seu objeto de investigação.

O documentário não possui um locutor, uma voz em off que narra e conduz ao fundo a sequência de imagens. Trata-se de um recurso expressivo que revela a aposta poético-imagética do diretor: muito do texto fala pelas imagens, pelos sons de fundo, e as narrativas discursivas surgem pela manifestação dos sujeitos de enunciação daquela realidade e de suas lutas, trabalhadores, agricultores e da principal pesquisadora eleita para apresentar diversos argumentos. As narrativas dos entrevistados, que nomeei sujeitos de enunciação, vão construindo a história, como o bordar de um tapete com cores vibrantes de uma memória viva de suas próprias experiências.

CENA 1



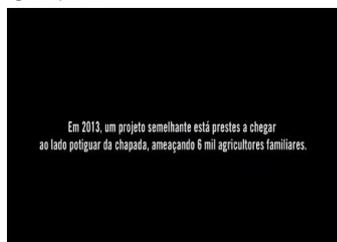
Tempo: 20” a 1’32”

O documentário inicia-se com o recurso de trazer à cena um discurso concorrente, o do projeto desenvolvimentista que se assume como a “salvação” para a região. Porém, o enunciador aqui não abandona a arena, mas apresenta seu próprio discurso a partir daquele que combate. Esse discurso concorrente é formado pelas vozes do governo militar dos anos 1970 e do agronegócio, expresso na locução de Sérgio Chapelin, apresentador do Globo Repórter, programa da Rede Globo de Televisão de grande penetração. É a voz da mídia hegemônica, o porta-voz da propaganda oficial do governo desenvolvimentista em plena ditadura militar, que aponta o DNOCS como o braço do Estado que

Esta cena exemplifica o papel que a comunicação pode exercer e tem exercido majoritariamente no processo social de produção das iniquidades. No contexto das populações do campo, isso significa as diferentes formas de dominação e invisibilização de agricultores familiares e camponeses por um modelo de agricultura industrial capitalista. Um modelo de desenvolvimento imposto por setores que na sua formulação não interagem com as comunidades que vivem naquele território. A invisibilidade e violência, presentes aqui, são elementos que já foram trazidos pelos discursos de quatro entrevistados participantes da tese: cineasta, cientista engajada, representante do movimento da agroecologia e uma liderança comunitária.

Pela perspectiva da sociologia das ausências, os agricultores, quando aparecem nesta cena, são vistos como primitivos, atrasados, a serem “salvos” pelo progresso, pelas modernas tecnologias que resolverão os males da natureza pelo controle e subordinação de suas lógicas, levando água artificialmente onde não existe.

CENA 2



Tempo: 1'33" a 2'07"

Em seguida o documentário, num ritmo tranquilo com fundo musical suave e o violão de Pedro Leal David, apresenta o texto escrito (“voz”) de quem produziu o roteiro, o sujeito do enunciado, uma rara presença direta ao longo do filme:

“A Chapada do Apodi fica na divisa do Ceará e Rio Grande do Norte. Em 1989, o DNOCS implementou um projeto de irrigação no lado cearense. A área foi ocupada por grandes empresas de fruticultura, desarticulando a produção de milhares de pequenos agricultores. Em 2013, um projeto semelhante que está preste a chegar no lado potiguar da Chapada, ameaçando 6 mil agricultores familiares.”

O documentário aborda múltiplos objetivos dos movimentos sociais do campo, através de denúncias e discursos políticos construídos ao longo de todo o processo de realização cinematográfica, de diversos modos. Tais discursos, porém, são acompanhados por outro texto, mais sutil e delicado, por meio de uma postura artística do cineasta, que marca esta obra através das imagens, cores, tons, sons principais e de fundo, das músicas e conversas de fundo. Os discursos sociais e políticos que aparecem conformam o texto, se apoiando em estratégias artísticas que enfatizam as estruturas narrativas como convincentes, mas que

dependem fortemente dos dados das pesquisas científicas realizadas por pesquisadores engajados e compromissados com as causas sociais em questão.

CENA 3



Tempo: 2'08" a 4'44"

Na escuridão do dia, que nem amanheceu, surgem as primeiras vozes, através de dois trabalhadores rurais, à espera da condução para ir ao trabalho, retratando no cenário de Limoeiro do Norte a sua rotina. A cena introduzida pelo lamento suave do violão mostra os dois sentados numa paisagem de pedras e escombros, ao lado de uma estrutura que ostenta a tão preciosa caixa d'água. Um deles é José Ernilton, trabalhador rural, com cerca de 40 anos, que narra com humor e solidariedade sua trajetória e experiência de trabalho com o veneno químico. Ele conta não ser permitido um empregado trabalhar sozinho pelo perigo de passar mal e não ter quem socorra, por isso todos estão sempre acompanhados por um companheiro na tarefa de colocar cerca de 700 litros por dia do da calda com o agrotóxico que será pulverizado.

José diz que recebe seus proventos por produção, ou seja, pela quantidade de área pulverizada. Em sua narrativa mostra grande preocupação com os outros trabalhadores que irão fazer as colheitas na sequência sem proteção e sem respeitar o tempo indicado de segurança para entrar em contato com a plantação.

Os trabalhadores continuam a esperar a condução. Ainda não clareou o dia e o mais jovem, Francisco Jerimar, também trabalhador rural, com 20 anos de idade, desabafa afirmando sua infelicidade com a excessiva carga de trabalho durante a semana, que não lhe deixa tempo para mais nada. Quando chega o final de semana está tão cansado que só fica em casa. Comenta sua vontade de um dia poder deixar esse ambiente tão terrível, mas ao seu lado José Ernilton comenta ironicamente com a consciência do perigo:

“Se der tempo, se não morrer antes disso”.

Ambos riem...

Ambos representam as vozes dos trabalhadores rurais que são diretamente referidas nas entrevistas do Tiago e Agnaldo. Tais vozes expressam suas expectativas de sair desse segmento de trabalho, já que se mostram conscientes dos problemas na relação de trabalho,

assim como os problemas de saúde causados pelo agrotóxico. Porém, o que pareceria um problema gritante a ser resolvido pelas instituições, pela responsabilidade da empresa em seguir a legislação e respeitar a saúde dos trabalhadores, soa como realidade distante, inatingível. Fica claro que aqueles trabalhadores se encontram no lado de lá da linha abissal, sem direitos, sem voz, sem acesso ao aparato que o Estado, a legislação, que a empresa normalmente disponibilizaria aos trabalhadores, ainda que com lutas e conflitos, caso eles estivessem do lado de cá da linha. Se não existem sujeitos, sua saúde também é descartável.

CENA 4



Tempo: 4'45" a 5'27"

A voz da pesquisadora emerge, enquanto continua na tela o traslado dos trabalhadores rurais de suas residências para as empresas amanhecendo o dia, mostrando informações fortes sobre a contaminação:

“Nós verificamos que, principalmente entre os empregados do agronegócio e os pequenos produtores que trabalham adotando seu modelo produtivo e comercializando seus produtos através dele... A cada 3 trabalhadores desse último seguimento que eram examinados, um deles tinha sintomas de intoxicação aguda no momento do exame médico... As comunidades estão cada vez mais impressionadas com os casos de câncer que surgem nas vizinhanças e mesmo nas famílias e tem trazido muito essa demanda.”

O sujeito da enunciação é uma voz autorizada da academia, pesquisadora militante articulada com os movimentos sociais em suas lutas contra os impactos dos agrotóxicos na saúde, representante do Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Saúde Coletiva, Raquel Rigotto. Assim como na entrevista concedida, ela traz dados de resultados de anos de pesquisa no território. Sua fala confirma as afirmativas anteriores dos trabalhadores rurais sobre os riscos e danos da intensa exposição aos agrotóxicos. A pesquisadora aporta no documentário um conhecimento científico e sistematizado pela pesquisa engajada, diferente do outro, vivido e prático de trabalhadores. As vozes e saberes são complementares, pois são referentes ao reconhecimento dos mesmos problemas. Diferentes lugares de fala, diferentes textos, diferentes discursividades, mas em relação por abordarem exatamente o mesmo tema. Assim, do documentário vai emergindo um discurso contra o uso do agrotóxico. A pesquisadora explicita o encontro existente entre os saberes quando associa seus achados ao que as comunidades da região já explicitam de sua vivência.

CENA 5

Tempo: 5'28" a 6'23"

E, na sequência, apresenta a comparação da incidência de câncer nas regiões da Chapada em que as empresas de agronegócio estão instaladas com outros 12 municípios do Ceará que têm população semelhante, mas onde só acontece a agricultura de sequeiro.

Não é explicado no filme, mas o sentido do sequeiro só pode ser constituído para os que conhecem agricultura: Na Chapada do Apodi o agricultor, ainda que tivesse influência do discurso da revolução verde de que só é possível produzir com agrotóxico, o que a pesquisadora afirma não ser um discurso correto, vivia uma complexa realidade: ainda possuía os saberes da agricultura de sequeira, mas era influenciado a adotar os agrotóxicos, sem ter conhecimentos de como lidar com eles. A eventual falta de recursos para comprá-los significava a manutenção de práticas agrícolas tradicionais da sequeira e uma eventual proteção, principalmente onde não existiam empresas do agronegócio. No filme Raquel Rigotto fala que, comparativamente, sua pesquisa encontrou 38% a mais de taxa de mortalidade por câncer entre as pessoas que trabalhavam e viviam próximas às empresas do agronegócio atraídas pelo perímetro irrigado do que em outros municípios.

Aqui a pesquisadora engajada com as lutas, confronta os dados obtidos por sua pesquisa com o discurso hegemônico do agronegócio e das indústrias de agrotóxicos. As questões trazidas anteriormente na entrevista com Raquel vão para além dos agrotóxicos, expandindo a discussão para outros temas, como a sequeira e manutenção dos conhecimentos tradicionais dos camponeses.

CENA 6

Tempo: 6'24" a 6'57"

Após trazer esse dado alarmante, a imagem traz famílias em momentos de lazer em uma barragem com o som alto de uma rádio local vindo de uma caixa acústica no porta-malas de um carro. A cena chega para uma casa na cidade onde pode se ler pintado no muro o anúncio do “desenvolvimento: Limoeiro não

Trata-se de discurso antagônico que antes havia aparecido logo no início do filme, quando a reportagem do Globo Repórter faz um enaltecimento das grandes obras no semiárido nos anos 1970. Mesmo após cerca de três décadas de governo militar e em pleno

governo petista de coalização, emerge aqui um forte componente discurso que associa desenvolvimento e crescimento econômico.

CENA 7



Tempo: 6'58" a 8'57"

Aparece então a casa de um dos primeiros sujeitos da enunciação, o jovem Francisco de 20 anos, em um fim de semana de descanso com parentes vendo televisão e escutando música eletrônica. Tomando café, as vozes dialogam trazendo a contradição entre a memória dos dias difíceis na infância e a escassez de alimento, o baixo salário dos dias atuais e a morte e a falta de esperança relacionadas ao trabalho:

- Devia aumentar era o salário da gente, isso sim.

-Falou que vai aumentar. Mas quando for cegar lá, as coisas já vão estar lá em cima. Vai aumentar para 719 reais, né?

- É, isso aí, é quando a gente tiver quase morto, aí aumenta.

A cena traz os avanços da modernidade, eletricidade, tevê, música alta. O ambiente mescla a aridez na arrumação, o cuidado com a casa e a centralidade da televisão no lazer. Esta cena foi relatada na entrevista do cineasta em sua tensão com os representantes do movimento social que participaram da edição do filme, pois para estes a cena não contribuiria com os discursos que o filme buscava imprimir. Em verdade, o que o cineasta buscando era retratar os discursos contraditórios de um cotidiano que, segundo as promessas do modelo de desenvolvimento, levaria à melhoria da qualidade de vida, ao “progresso”. Porém o cotidiano revelava o drama dos trabalhadores que sequer podiam aproveitar minimamente os baixos salários que recebiam, ao mesmo tempo que a saúde e a autonomia apregoada pela proposta agroecológica não eram consideradas como alternativas. O desemprego vivido anteriormente causado pelas desapropriações realizadas pelo DNOCS e que desestruturou o modo de vida camponês, tal como relatado na entrevista da professora Raquel, criou a expectativa por parte da população que, com a vinda das empresas da fruticultura, as pessoas conseguiriam ultrapassar as graves condições de vida pela ausência de trabalho. Mas quando este chega, a precariedade da situação permanece, modificam-se apenas as condições de vida e trabalho que as determinam. Não se tem mais fome pela falta de comida, mas o preço dessa troca é a falta de tempo e a degradação da saúde.

Pelos fios elétricos da rua a câmera sai dessa cena e vai para o Projeto de Assentamento (PA) Moací Lucena, localizado no Sítio Boca da Mata, o lado potiguar da Chapada do Apodi. Esse assentamento nasce de uma ocupação no ano de 1996 e teve sua desapropriação para fins de reforma agrária publicada no diário oficial em 1998. A área territorial total do PA Moací Lucena equivale a 527 hectares. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural de Apodi/RN - STTR e a Comissão Pastoral da Terra - CPT de Mossoró, foram as entidades que apoiaram essa ocupação e desapropriação. Mas estas informações estão relatadas nas condições de produção e são expressas na voz de uma liderança dos agricultores, Zé Holanda, apresentada em seguida no filme.

CENA 8



Tempo: 8'58" a 12'36"

A imagem é de meninos visivelmente saudáveis, as suas vozes e movimentos mostram o jogo de bola no terreno de chão de terra repleto de árvores frutíferas, num ambiente alegre sob os olhares atentos de uma mulher. Daí passa-se para uma liderança camponesa, Zé Holanda, duas vezes presidente do PA, nascido na Chapada, cuidando de um rebanho de cabras. Na sua apresentação sentado num banco construído de tronco de árvore em frente a sua casa amarela bem conservada, ele inicia uma narrativa profunda e serena. Zé Holanda conta sua experiência desde jovem quando trabalhava na fazenda de algodão da região o dia todo com pulverizador. Seu sofrimento culminou com uma forte intoxicação, quando teve que dormir na terra umedecida para aguentar o mal-estar causado. Volta o violão, a câmera cai para a trilha percorrida pelas formigas na terra vermelha do semiárido e Zé Holanda narra emocionado, que depois de vários anos como meeiros, em 1996, trinta famílias dessa região organizaram-se e ocuparam a área e que sua desapropriação promoveu uma alegria sem tamanho:

“Porque pra gente não era uma questão de somente de ter uma terra. Pra nós foi forte aquele momento e ainda é até hoje. Porque pra nós foi o nascimento de uma nova vida. Quando tornou-se área de assentamento, a preocupação maior nossa foi a questão de abolir da gente o uso de veneno. Nós não queremos. Porque isso aí quase nos matou.”

Nesta cena o discurso desta liderança explicita a resistência, a violência presente no campo, intensificada pelo uso intensivo de agrotóxicos e suas implicações na saúde. Sua fala

nos remete à linha abissal, pois sujeitos excluídos radicalmente, no caso ele um meeiro da plantação de algodão, não possuem vozes ou direitos a serem levados em consideração, e seu sofrimento com a intoxicação era vivido silenciosamente com o repouso na terra umedecida. Mas ele fala também das emergências produzidas a partir das lutas pela reforma agrária, a conquista da terra, a memória do sofrimento com os agrotóxicos como motor da transformação na busca de uma agricultura sem venenos. Portanto, a memória abissal e a construção de um novo protagonismo fazem parte da sociologia das ausências, e permite criar as condições de uma nova possibilidade de vida e produção na relação com o trabalho, a saúde e a natureza. Aqui torna-se clara a articulação entre as sociologias das ausências e das emergências. Esta “tomada” traz em cena o discurso e a face de outro modelo de agricultura, o que vai se estender na continuidade do filme.

CENA 9



Tempo: 12'37" a 13'51"

Com a constituição do assentamento, veio a questão da luta pela terra e a ampliação das cadeias de produção. Com o “nascimento da nova vida”, e a partir das experiências anteriores com veneno, buscou-se abolir os agrotóxicos na busca de uma forma digna de viver nesse território. A partir da observação de um companheiro surge a ideia que as frutas da mata poderiam se tornar uma fonte de renda

A voz da liderança traz o tema do território em Milton Santos e a força do lugar, onde pessoas, de carne, osso e alma constroem alternativas a partir de suas experiências do passado, incorporando os recursos que os tempos atuais os oferecem, como o acesso às informações, as motos para levar a produção aos mercados locais, as máquinas para a produção da polpa das frutas e seu congelamento. Há aqui também uma aproximação com a ecologia de saberes e a artesanaria de práticas, pois existe um processo de trocas e aprendizados que vão propiciando os saberes, as práticas e as teias de relações que conformam as experiências exitosas que nos fala Zé Holanda.

A pesquisa realizada pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – (MARTINS et al., 2015), referida nas condições de produção do documentário, confirma a riqueza da agricultura local e das condições de vida a partir da transição agroecológica adotadas por esses agricultores do Assentamento Moacir Lucena em Apodi-RN. O trabalho destaca as melhorias ambientais com o uso decrescente de agrotóxicos, com 95% das famílias assumindo nunca usar, e apenas 5% usando esporadicamente. As técnicas convencionais de

produção foram substituídas por práticas como o pousio, o consórcio e rotação de culturas, cobertura morta e quebra ventos. A adoção de princípios e práticas agroecológicas contribuiu para a conservação do solo e com o aumento de renda proveniente, que deixou de se pautar principalmente na realização de serviços externos como diaristas, embora a renda do programa social bolsa família tenha continuado a ser um importante elemento de renda das famílias. Dentre as atividades que passaram a contribuir com a renda e o auto sustento das famílias destacam-se a agricultura de sequeiro com milho, feijão, algodão e sorgo, legumes e verduras em hortas orgânicas, além da bovinocultura, ovinocultura, caprinocultura e apicultura, além da produção de leite para autoconsumo. Os resultados apontam como a transição reforçou um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

CENA 10



Tempo: 13'52" a 16'00"

Como um fio que vai sendo tecido, emergem vozes, narrativas e saberes para construção de novos sentidos de vida nas imagens das mulheres trabalhando e da voz da agricultora familiar, Maria Nizete. Ela narra a sua experiência, assim como a das outras mulheres na criação da fábrica coletiva de produção de polpa de frutas dentro da comunidade, que superou a desconfiança de muitas para se tornar realidade. Essa produção é também reforçada pelo depoimento do agricultor Gilson, que diz como o trabalho com a polpa de frutas rende mais e de forma mais tranquila que o duro trabalho de diarista na

A voz das mulheres no documentário, sem explicitar a questão do feminismo e do patriarcado, traz temas fundantes da agroecologia e das epistemologias do Sul. A resistência feminina na luta dos agricultores contra o referido projeto e a existência da autonomia feminina como ação coletiva de trabalhadoras rurais camponesas ajudam a desconstruir as opressões de gênero que possam haver em suas comunidades. Por isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre este tema na Chapada do Apodi, que não será aprofundada aqui, e encontramos alguns trabalhos relevantes, como o caderno *Mulheres em diálogo*. Trata-se do resultado do projeto desenvolvido no período de 2013 a 2015, chamado “Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará”, coordenado pelo Núcleo Tramas da UFC. Com metodologias participativas que possibilitaram o diálogo de saberes e a troca de experiências, o caderno se propõe a socializar reflexões e percepções das mulheres da Chapada do Apodi sobre a realidade em que vivem.

Esse estudo conclui que a violação de uma série de direitos gerada pela expansão do agronegócio impacta as dimensões “territoriais e culturais, suas formas de organização social e econômica, as relações equilibradas com a natureza e a produção de alimentos saudáveis.” (TRAMAS, 2017). Por outro lado, a concretização desses direitos está relacionada “à dimensão política do protagonismo das mulheres em sua organização autônoma para a participação e incidência objetiva nos processos de tomada de decisão” (idem). Portanto, o protagonismo das mulheres em seu cotidiano se expressa nas relações de solidariedade, a partir de sua cosmovisão integradora entre as dimensões da natureza e da vida social, que “articulam saberes e sentidos para buscar a superação da realidade de dor, medo e sofrimento em que estão inseridas” (idem).

CENA 11



Tempo: 16'01" a 17'20"

O filme retorna ao Ceará, especificamente para Limoeiro do Norte. Lá traz a voz de mais um agricultor, que se mostra distante da luta. Enquanto pulveriza manualmente agrotóxicos numa plantação de banana, Lourival começa a falar dos aviões que pulverizam veneno, do problema que isso causa à saúde. Nesse contexto ela passa a contar a história do Zé Maria, mas claramente sem muita informação ou proximidade do contexto do assassinato. Ele diz, comovido, que Zé Maria lutava pelos pobres, falava nas rádios, e por isso mandam matá-lo.

Ele, um trabalhador rural aparentemente pouco engajado politicamente, expressa com densidade o sofrimento e a violência da vida real dessas populações, seja a violência do assassinato, seja a da contaminação dos trabalhadores com o veneno. Essas violências foram elementos dramáticos que inspiraram o cineasta na construção do roteiro do documentário. Aqui entra a gravação da voz do próprio Zé Maria.

CENA 12



Tempo: 17'21" a 18'21"

Zé Maria, liderança dos agricultores, uma voz silenciada duplamente: pelo poder abissal do agronegócio e da mídia, e pelo brutal assassinato que retirou sua vida. A voz em off de Zé Maria fala das diversas injustiças, como a contaminação das águas dos poços por agrotóxico. Ele reafirma que não querem expulsar as empresas, já que várias famílias dependem dela para o seu sustento. São sim contra o que as empresas fazem de ruim com as pessoas e o ambiente. Conclama todos a darem as mãos nessa luta para ser

Fica claro nessa enunciação de Zé Maria que existe um incômodo e preocupação de parcela dos trabalhadores rurais na Chapada do Apodi cearense com o risco do desemprego causado pelo possível fechamento das empresas. Esse medo decorre principalmente da vivência de pobreza e escassez anterior à chegada dessas empresas, o que pode ser visto como um abandono do Estado em função da falta de políticas de desenvolvimento adequadas ao contexto do semiárido.

Mas o receio não deve impedir a luta, e Zé Maria conclama a todos, coragem:

“Vamos levantar, vamos reerguer, vamos dar as mãos um ao outro, vamos viver. ”

CENA 13



Tempo: 18'22" a 20'52"

Essa poderosa conclamação é respondida pelo agronegócio local com a violência do assassinato, o que no filme é mostrado com as imagens das velas e da romaria na Semana Zé Maria organizada pelas comunidades da Chapada do Apodi/CE e movimentos sociais, a fim de exigir justiça para o líder comunitário e continuar as discussões sobre os impactos provocados pelo avanço do agronegócio no Baixo Jaguaribe. Nessa cena, o orador da romaria conclama e é respondido pelos participantes:

“– Zé Maria!

–Presente, Presente, Presente

– Até quando?

– Sempre, Sempre, Sempre! ”

A romaria segue pedindo justiça e o orador pelo microfone anuncia a presença dos companheiros do outro lado da Chapada do Apodi, no RN, onde estão sendo ameaçados pelo projeto do perímetro irrigado, que pretende desapropriar 13 mil hectares de terra, destruindo mais de 30 comunidades.

A preocupação de Zé Maria com o medo do desemprego, e com a própria violência dos que erguem suas vozes, vai ao encontro da entrevista com a pesquisadora Raquel Rigotto realizada no levantamento das condições sociais de produção do texto (documentário). Raquel aprofunda esse ponto, pois em seu relato afirma tratar-se de um dos maiores desafios de seu trabalho de campo na relação com os trabalhadores rurais e as comunidades da região.

A perspectiva da ecologia dos saberes apresentada no filme está fortemente relacionada com as duas escalaridades trabalhadas simultaneamente, a espacial - Ceará (CE) e Rio Grande do Norte (RN) - e temporal – passado e presente para influenciar o futuro. A escala temporal mostra a experiência de morte do passado tanto com a chegada do

agronegócio no Ceará como com o uso de venenos no plantio de algodão no RN. Também com a violência, concretizada no assassinato de Zé Maria, a exploração e a contaminação que já ocorreu e continua a acontecer. O passado mostra, principalmente, as formas de opressão e envenenamento, enquanto que no presente ocorre uma bifurcação. A opressão segue do lado do perímetro irrigado e de uma fruticultura que não reconhece nem dialoga com agricultores e trabalhadores, enquanto do lado potiguar existe outra realidade em andamento, marcada pela luta pela terra e pela experiência agroecológica em andamento, e também por um movimento de resistência contra a farsa da repetição da história que permanece do outro lado do Apodi. Várias emergências podem ser percebidas aqui: o sucesso, ainda que localizado e parcial, da reforma agrária e da agroecologia, e a articulação de movimentos e comunidades em luta das duas realidades, a dominada pelo agronegócio e aquela que ele quer dominar.

Outra questão expressa pelo filme, a meu ver objeto simultaneamente tanto da sociologia das ausências como das emergências, está relacionada à violência e tentativa de silenciamento, tanto de corpos como de vozes. A mobilização não foi interrompida com o assassinato de Zé Maria, e honrar sua memória passou a ser uma missão de vida de muitos que já o conheciam e passaram a conhecer sua história. Trata-se de uma lição e um estímulo para todos, especialmente para os agricultores do lado do RN, lutarem no presente para um futuro de vida, e não de morte. No documentário, essa experiência de resistência é retratada na romaria de forma poética pela estética por meio das imagens captadas que transmitem a fé e a esperança ao final da romaria, quando a noite já chegou, mas há luz elétrica a iluminar a rua e a luz do luar a iluminar a todos. Ambas se sobrepõem, se combinam e podem se reforçar mutuamente, sem uma eliminar a outra. Após a escuridão, amanhece no lado potiguar do Apodi, com sinos de animais tocando. Uma poética da imagem que nos ilustra a ecologia de saberes pelas utopias alcançadas e por alcançar.

A terceira e última parte do filme nos fala principalmente de uma sociologia das emergências, pois expressa o diferente modelo de vida que abarca a produção agroecológica, que busca dar dignidade e esperança ao coletivo da comunidade. As resistências já não são mais pelo fim da violência aos corpos dos trabalhadores, por salários e jornadas mais justos, pela melhoria das condições de trabalho. São para não impedir o sonho conquistado pela posse da terra e um modo de vida mais saudável, autônomo e digno.

CENA 14

Cabras e crianças com bicicletas passeiam sob o sol que chegou, a mãe com a criança de colo conversa com ela observando as cabras que vêm para beber e se alimentar, o jovem pré-adolescente trabalha dando água às cabras. A cena mostra rapidamente uma grande estrutura na terra sem explicá-la, é uma cisterna de água de chuva.



Tempo: 20'53" a 21'36"

Trata-se de uma cisterna construída no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Tal programa, desenvolvido pela ASA, no início dos anos 2000, buscou resolver uma necessidade básica da população que vive no semiárido: a água de beber. Embora curta, trata-se de uma cena de anúncio concreto, dos frutos da resistência na luta pela terra, e que se sustenta a partir de vários saberes e políticas que viabilizam uma vida decente, baseada em conhecimento prudente, como propõe Boaventura Santos em um de seus livros. Esse conhecimento pode ser analisado enquanto uma ecologia de saberes: camponeses, técnicos e científicos unidos pela agroecologia no âmbito de um território concreto, com suas comunidades e lutas. Tais processos são apoiados por certas políticas públicas que permitem o acesso a recursos, como tecnologias, informações e créditos, através de processos colaborativos, tal como na proposta do P1MC e da água das cisternas: uma solução que reforça a autonomia local e a convivência com o semiárido.

CENA 15



Tempo: 21'37" a 22'59"

Enfim, após o luto e a manifestação pela vontade de continuar a luta, o retorno a uma paisagem que transmite tranquilidade, alegria, harmonia. Nesse contexto, de novo Zé Holanda nos fala das conquistas e avanços por conseguir na viabilização do projeto, da produção, da comercialização, a conquista de mercados por meio da certificação orgânica, as parcerias com organizações de São Paulo. Mas esses avanços estão agora ameaçados pelo projeto do perímetro. Na voz de Zé Holanda, o projeto:

“...vêm nos tirando o sono a cada noite. Porque para a agricultura familiar, com esse sistema de implantação é o fim da agricultura familiar. Porque você não tem como produzir uma agricultura orgânica se o vizinho, encostado à sua cerca, é um perímetro produzindo com pulverização aérea. Isso é o espelho desse projeto, e é por isso que nós batizamos ele do Projeto da Morte.”

Essa cena mostra a força e a articulação entre as sociologias das ausências e das emergências. A alegria demonstrada por Zé Holanda é fruto de uma conquista, das emergências já comentadas nas cenas anteriores. Mas a resistência ao anúncio do novo empreendimento se alimenta da memória de uma época abissal em que se misturam opressão e exclusão, com uma consciência crítica adquirida pelo movimento social. Tal consciência faz com que Zé Holanda e a comunidade não queiram mais reviver aquela realidade, e por isso surge uma resistência tão vital para evitar os retrocessos anunciados pelo empreendimento. A própria denominação do perímetro irrigado como “Projeto da Morte” é uma designação somente possível pelas ausências e emergências apontadas e articuladas nas lutas sociais que continuam.

CENA 16



Tempo: 23'00" a 24'13"

A cena seguinte apresenta a fala de João Paulo Medeiros, assessor jurídico das comunidades dali, mas que é também um representante da academia engajada, pois é professor da graduação em direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e do curso de especialização em direitos humanos da mesma universidade, além de coordenador do Projeto Ser-tão de assessoria jurídica e educação popular no semiárido.

Esse comentário é interessante por dar concretude ao conceito de dialogismo no contexto das lutas populares na Chapada do Apodi. Para Araujo (2000), esclarecendo o conceito bakhtiniano, dialogismo expressa a rede interativa que articula as vozes de um mesmo discurso, estabelecendo a interlocução, as nuances e as diferenças das relações não apenas entre vozes do mesmo texto, mas também entre enunciados, entre textos, entre texto e contexto.

Sempre que aprofundo a análise de um texto, com um discurso como o de João Paulo, existem várias camadas invisíveis, porém constitutivas desse discurso, que podem nos ajudar a compreender a enorme teia de relações que existem e são construídas em cada enunciado. Do ponto de vista das epistemologias do Sul e das lutas sociais, além de cada enunciado expressar possíveis saberes construídos pelas comunidades em luta, o dialogismo é uma forma de entender a produção desses saberes populares como um processo social em que se mesclam diferentes sujeitos e papéis. Nesse caso, o enunciador é referenciado em seu papel de assessor jurídico, mas traz consigo todo um conjunto de saberes e relações construídos no âmbito acadêmico e de seu papel de professor universitário não apenas engajado, mas

militante, já que é nomeado no filme sem referenciar seu papel como acadêmico. Não foi possível saber se tal nomeação no documentário é uma ação intencional, ou seja, uma forma de apresentação discutida pelo professor, a universidade, a comunidade e os movimentos sociais envolvidos. Caso a resposta fosse, de alguma forma, positiva, isso também representaria a incorporação de princípios da metodologia colaborativa não extrativista discutida anteriormente, em que ao longo do processo de assessoria ou pesquisa-ação o contexto das lutas sociais e o diálogo entre os vários sujeitos redirecionam as diversas práticas. Esse tipo de dialogismo é fruto de sua inserção em redes interativas ao redor das lutas sociais.

João Paulo, apesar de expressar a voz do Direito, materializa-se aqui uma polifonia de vozes em seu discurso trazendo saberes de outros campos de conhecimento.

Nesta parte da cena, ele fala da impossibilidade de se acabar com a seca por meio de grandes projetos como os perímetros irrigados. Ele explica que 9 mil hectares (dos 12 mil a serem desapropriados) serviriam à monocultura do agronegócio, porém o projeto conseguiria suprir a necessidade de água de apenas 3 mil hectares do agronegócio. Isso significa que já realizam a desapropriação assumindo que terão que buscar outras fontes hídrica futuramente, uma lógica de acumulação baseada em investimentos públicos e na aniquilação de modos de vida baseado num ciclo vicioso. Ou seja, projeto gera a própria dependência do sistema sobreviver em função de futuros grandes empreendimentos que ainda sequer existem ou foram projetados.

Essa fala, assim como a de Zé Holanda, é muito interessante por mostrar, não apenas uma simples informação, mas uma forma concreta de polifonia. Como já discutido anteriormente, Bakhtin desenvolve seu conceito de polifonia para caracterizar a heterogeneidade constituinte de um texto que se apresenta, inicialmente, a partir do contexto situacional imediato. Porém, podemos perceber a multiplicidade de outros textos por meio da heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso. Esse pode ser percebido pela inserção de pistas ou vestígios de outros textos preexistentes no texto presente, e que podem ser melhor analisadas pela caracterização das condições de produção de cada texto. A fala de João Paulo busca visibilizar um texto oculto intencionalmente, embora não por todos, já que muitos discursos reproduzidos no âmbito das instituições, dos técnicos de órgãos públicos ou de grupos acadêmicos seguem textos

“oficiais”. Ou seja, políticas, hierarquias, paradigmas e lógicas de estruturação que interditam possibilidades de se analisar a origem de certas afirmações, reproduzindo dessa forma os textos hegemônicos. O exercício da polifonia nestes discursos pode ser entendido pela sociologia das ausências como a possibilidade de introduzir informações relevantes, porém ocultas porque são de interesse dos sujeitos invisibilizados, os camponeses e agricultores que habitam o lado de lá da linha abissal.

Essa questão é aprofundada quando a palavra é retomada, na sequência, por Zé Holanda, que nos fala se tratar de uma imposição de um modelo que serve mais aos que possuem mais dinheiro e compram os alimentos do agronegócio em outros países, enquanto o que sobra nos territórios espoliados que produzem as mercadorias “é lixo”.

CENA 17



Tempo: 24'14" a 25'23"

Nas sábias palavras de Zé Holanda:

“Eles produzem, retiram a riqueza de todos nós que temos, solo, água, ar, no fim enchem os buchos das famílias de só Deus sabe onde, a conta bancária daqueles cabras da empresa, e ao redor a fome reinando. Que sustentabilidade é essa, que projeto é esse que mata uns de fome e outros de barriga cheia, e ainda por cima mata envenenado? Então tá errado mesmo.”

A fala final de Zé Holanda que marca o último discurso do documentário é um convite democrático, a uma ecologia de saberes, expressando a diversidade de vozes, ou seja, uma polifonia:

CENA 18

O filme termina com um texto imagético sem palavras, uma mensagem de esperança, de outro futuro ao som do violão. A mulher de Zé Holanda dá banho no seu filho. Lá fora a rara chuva refresca e alimenta, pelo cuidado, a menina corre na chuva e brinca, admirada, com as poças formadas, assim como o menino andando com sua bicicleta, deixando seu rastro nas terras molhadas.



Tempo: 25'24" a 27'45"

O texto final, antes dos créditos, é uma dedicatória dos realizadores do filme aos trabalhadores de Cidade Alta, em Limoeiro do Norte, e do assentamento Moacir Lucena. Essa legenda ratifica o processo colaborativo da produção deste documentário, que expressa visões de como dois diferentes projetos de desenvolvimento agrário e de sociedade criam diferentes modos de vida. O documentário introduz esse elemento lançando o olhar sobre dois territórios que, em verdade, são um só. Dito de outra forma, nas categorias propostas por Porto-Gonçalves (2001), a Chapada do Apodi possui diferentes territorialidades em transformação por meio de processos de territorialização no mesmo território, um relacionado ao agronegócio e à agricultura industrial capitalista, outro vinculado à agricultura familiar, camponesa e agroecológica, incluindo a luta pela terra e pela reforma agrária.

7.3- DOCUMENTÁRIO “NUVENS DE VENENO”

Ficha técnica completa do documentário

Título:	Nuvem de Veneno (Original)	
Ano produção:	2014	
Coordenação geral do projeto:	Carlos Minayo	“Tem que sentar, tem que discutir, convido os movimentos sociais que nós temos muito a contribuir. Agora, desde que sente e respeite a opinião de cada um... Se é para mudar as condições de vida do nordestino e do semiárido brasileiro, então ninguém melhor para dizer as potências que o semiárido tem do que as pessoas que vivem o semiárido.”
Direção e roteiro:	Beto Novaes	
Duração:	23 minutos	
Assessoria e conteúdo:	Wanderlei Pignatti e Carlos Minayo	
Fotografia:	Cleisson Vidal	
Produção executiva:	Beto Novaes, Carlos Minayo, Wanderlei Pignatti	
Edição:	Gislaine Lima	
Trilha original e edição de áudio:	Bernardo Gebara	
Gestão do projeto do documentário:	Sergio Brito e Regina Petri (VÍDEO SAÚDE – Distribuidora)	
Administração de Recursos:	Eder Azevedo (Cerest – MT)	
	FIOTEC	

Classificação: L - Livre para todos os públicos
 Gênero: Documentário
 Países de Origem: Brasil
 Realização: Secretaria de Saúde de Mato Grosso, Terra Firme e VideoSaúde
 Distribuição: VideoSaúde — Distribuidora da Fiocruz
 Apoio: Ministério da Saúde- Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador; Secretaria Estadual de Saúde MT; Universidade Federal de Mato Grosso; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde – MT; Assentamento D. Osório Stoffel, Campo Verde – MT; Escola Estadual Dom Bosco; Escola Municipal São Cristóvão; VídeoSaúde Distribuidora.

Sinopse divulgada

O Brasil é um dos maiores produtores mundial de soja, algodão, milho e um dos maiores consumidores de agrotóxicos. O agronegócio se espalhou pelos rincões do país padronizando um tipo de desenvolvimento que impacta o meio ambiente, a saúde dos trabalhadores e da população local. “Nuvens de veneno” expõe às consequências do uso dos agroquímicos no ambiente, na saúde dos trabalhadores permitindo questionar o significado do progresso e do tipo de desenvolvimento que chega nas diferentes regiões do país.

7.3.1- Condições de produção: o contexto

7.3.1.1- Cenário: A nuvem de veneno em Lucas do Rio Verde e a investigação acadêmica militante

Antes mesmo de o Brasil ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos em 2008, o que disparou as mobilizações que levaram à criação da Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida em 2011, uma série de indicadores sobre a gravidade sanitária e ambiental dos agrotóxicos foram se sucedendo a partir da virada do século XXI. Nesse contexto, é exemplar o processo ocorrido no Estado de Mato Grosso, pois este assumiu um grande destaque nacional para o avanço do agronegócio e a produção de soja de exportação no país. Dentro do MT, o município de Lucas do Rio Verde é emblemático, assim como as pesquisas realizadas por várias instituições acadêmicas, em especial os trabalhos ligados ao professor e pesquisador militante Wanderlei Pignati, da UFMT.

Três artigos científicos e uma dissertação de mestrado são exemplares dessas pesquisas: (i) o de Pignati, Machado e Cabral (2007), que aborda o episódio das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde, MT; (ii) o de Moreira et al. (2012), que articula uma rede de pesquisa entre a Fiocruz e a UFMT, com destaque para o professor Pignati, que teve como objeto de investigação a contaminação de águas superficiais e de

chuva em dois municípios, Lucas do Rio Verde e Campo Verde; (iii) o artigo de Larissa Bombardi (2011), geógrafa e professora da USP que vinha se dedicando ao tema do campesinato e do agronegócio, e passa a se dedicar às intoxicações e mortes por agrotóxicos no Brasil, usando como especial referência no artigo o caso de MT e o de Lucas do Rio Verde; (iv) a dissertação de Danielly Palma (2011), realizada na UFMT e orientada por Wanderlei Pignati, sobre a presença de resíduos de agrotóxicos em leite de mães residentes no município de Lucas do Rio Verde.

Segundo artigo de Pignati et al. (2007), a velocidade da expansão agrícola da soja com a migração de agricultores vindos da região sul do país permitiu acompanhar, num período relativamente curto, as etapas da instalação dos monocultivos que irão gerar inúmeros impactos à saúde e ao meio ambiente:

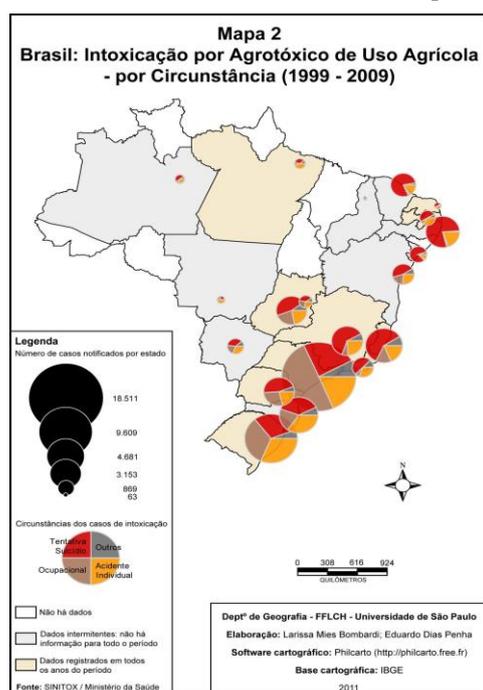
[...] Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental. (p. 107)

Com o crescimento acelerado dos monocultivos, em poucos anos, o Mato Grosso passou a ser o maior estado consumidor de agrotóxicos do país, cerca de 20% na safra de 2005, com um total de 1,3 bilhões de dólares, segundo o Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas, e 48 mil toneladas, segundo o Sistema de Informação de Agrotóxico do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso.

Embora MT seja um caso emblemático do crescimento dos monocultivos de soja, para Bombardi (2011), o modelo de agricultura industrial capitalista, altamente concentrador de terras e a estrutura oligopolista da atuação das indústrias produtoras de agrotóxico no Brasil, estão por detrás do aumento não só da quantidade de agrotóxicos, mas das intoxicações registradas entre 1999 e 2009, no Brasil. O mapa a seguir, elaborado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da USP, a partir de dados do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (SINITOX / Ministério da Saúde), revela uma realidade preocupante em todo o território nacional. Isso é ainda mais grave ao se levar em consideração que diversos estados da Federação não possuíam sistemas de notificação de casos para o período, e alguns autores apontavam uma subnotificação de até

50 casos para cada um que fosse oficialmente notificado. Na década registrada, foram levantados 1876 casos de morte por intoxicação com agrotóxicos registrados pelo SINITOX, ou seja, cerca de 170 mortes por ano. Outro fator alarmante era a forte conexão entre o uso de agrotóxicos e os casos de suicídios, que já havia sido apontado no MT em artigo de Pires et al. (2005).

Voltando ao emblemático município de Lucas do Rio Verde, Pignati et al. (2007) mostram que este foi fundado em 1988 com a expansão da pecuária e dos monocultivos de soja e milho, e em pouco tempo restavam apenas 14% de cerrado nativo. No ano de 2005, a produção de soja foi de 697.800 toneladas em 200.500 hectares, e a de milho de 588.000 toneladas em 140.000 hectares. A concentração fundiária naquele ano já era extremamente elevada e exemplar da expansão do agronegócio de exportação: 60% com fazendas acima de 1.000 hectares, 30% de 100 a 1.000 hectares e apenas 10% abaixo de 100 hectares.



Fonte: Bombardi (2011), p. 11.

As consequências da enorme expansão dos monocultivos em termos de uso de agrotóxicos são apresentadas no trecho a seguir, extraído do artigo mencionado de Pignati et al. (2011):

[...] utilizou-se em 2005, neste município, segundo o somatório das segundas vias do receituário agrônomo fornecidos pelo INDEA-MT25, um total de 2.978.851 kg de agrotóxicos (produto comercial), assim distribuídos: 61% de herbicida, 18% de inseticida, 14% de fungicida e 7% de outros tipos. Deduziu-se uma média de aplicação e/ou consumo de 8,5 kg de agrotóxicos por hectare plantado, ou exposição de 102 kg de agrotóxico por habitante/ano ou 682 kg/habitante rural/ano. Além disso, potencialmente a população de Lucas do Rio Verde se expôs aos agrotóxicos 6 vezes mais que a média estadual (17 kg/habitante/ano) ou 8 vezes mais que a média por habitante rural de Mato Grosso (85 kg/habitante rural/ano). No município, usou-se, segundo o SINDAG29, quase três vezes mais agrotóxico que a média brasileira, que é de 3,2 kg de agrotóxico/hectare plantado/ano. (Pignati et al. 2011, pp. 108-109)

Esse crescimento espetacular e alarmante está por detrás da tragédia ocorrida em 2006 nesse município, e que deu origem ao artigo de Pignati et al. (2011) em 2007. A grande quantidade de pulverizações aéreas feitas por aviões agrícolas no monocultivo gerou um evento que foi discutido nacionalmente em março de 2006, quando as chamadas derivas, os agrotóxicos dispersos pelos ventos, acabaram atingindo o espaço urbano do município. Segundo o autor, tratou-se de "acidente rural ampliado" de "caráter ocupacional e ambiental, cuja gravidade e extensão ultrapassaram a unidade produtiva rural, causando impactos sanitários, sociais e ambientais" (p. 105). Para analisar o caso foram levantadas informações de instituições locais de Saúde, Agricultura e Ambiente, lideranças sindicais e políticas, chacareiros e fazendeiros, Promotoria de Justiça, jornalistas e a Universidade.

Na época, o jornalista Paulo Machado, da Radiobrás, fez uma série de reportagens e utilizou como uma das fontes principais o pesquisador Wanderlei Pignati. Essas reportagens resultaram no livro "Um avião contorna o pé de Jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade", que foi publicado pela Anvisa em 2008 (MACHADO, 2008). Embora as reportagens tenham sido produzidas e publicadas por dois órgãos oficiais de imprensa do Governo Federal, a Radiobrás e a Agência Brasil, no prefácio do livro é comentado que a maioria da mídia hegemônica permaneceu silenciosa frente à gravidade do que estava sendo anunciado. O livro tornou-se um exemplo de jornalismo ambientalista e militante, e é um dos marcos importantes da luta contra os agrotóxicos no Brasil.

O livro narra, mesclando linguagem jornalística, relatos pessoais e dados técnicos e científicos, o ocorrido nos primeiros dias de março de 2006, quando um avião monomotor passou junto à cidade pulverizando agrotóxicos nos monocultivos ao redor. Foram atingidas casas, jardins e hortas locais, animais e inúmeras pessoas que se queixaram de diarreias, vômitos e urticárias. Segundo a associação de pequenos produtores, sindicatos locais e

diversos especialistas, o veneno era um herbicida dessecante utilizado para acelerar a colheita da soja. Os impactos também atingiram dezenas de pequenas hortas particulares, plantas frutíferas e ornamentais, e um horto de plantas medicinais. Posteriormente, estimulados pela UFMT e pela ONG Fase, representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Associação dos Chacareiros e do Horto de Plantas Medicinais iniciaram

[...] um movimento social, no sentido de mitigar os danos na saúde humana e ambiental ou no reparo da perda econômica de suas plantações agrícolas, denominando-o de “vigilância do uso e abuso de agrotóxico no município”. Os primeiros participantes do movimento decidiram deflagrar o processo pela notificação à vigilância sanitária/ambiental das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde; posteriormente notificaram a Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente, o Prefeito e a Procuradoria de Justiça. (Pignati et al. 2007, p. 110).

Os peritos utilizados pela investigação realizada pelo Ministério Público concluíram que houve pulverização de agrotóxico sobre a cidade. Contudo, diante da falta de informações, não podiam especificar nem o tipo de agrotóxico que causou estes danos, nem a origem da pulverização. Também discordaram das conclusões dos fiscais do Ministério da Agricultura, pois estes, numa clara postura de defesa dos interesses do agronegócio local, descartaram a possibilidade dessa pulverização ter sido feita por aeronave. Percebe-se um alto grau de manipulação e ocultamento de informações e provas que impediram o aprofundamento do ocorrido.

Um dos desdobramentos acadêmicos ocorridos com o caso de Lucas do Rio Verde se deu com o projeto de pesquisa interinstitucional sobre os impactos dos agrotóxicos coordenado pelo químico e toxicologista ambiental Josino Moreira, da Fiocruz. Um dos subprojetos envolveu a articulação com a UFMT e o grupo de Wanderlei Pignati para analisar a contaminação de águas superficiais e de chuvas por agrotóxicos em dois municípios com forte presença do agronegócio da soja, Lucas de Rio Verde e Campo Verde (Moreira et al., 2012). Os resultados do artigo apontaram

[...] a presença de resíduos de diferentes agrotóxicos nas amostras de águas superficiais e de chuva coletadas nos dois municípios. Associados a estes dados, resultados das análises ecotoxicológicas mostraram a presença de anomalias em uma espécie de anfíbio anuro (sapos e rãs) coletado em uma das duas localidades, compatíveis com exposição a agrotóxicos. Os resultados aqui apresentados e discutidos apontam para a degradação da qualidade de recursos hídricos da região, causada pelo uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, incluindo fontes de água de

consumo humano e de chuvas, amplificando o risco de contaminação para além das áreas de plantio.

Dentre os agrotóxicos mais vendidos nos dois municípios entre os anos de 2005 e 2009 destacavam-se glifosato, atrazina, metamidofós, endossulfam, paraquat + diquat, 2,4 D, S-Metolacoloro e Metil paration. Com exceção dos dois primeiros, todos pertenciam à classe toxicológica I, a mais perigosa, e vários deles já haviam sido proibidos na Europa e nos EUA, alguns sendo objeto de proibição no Brasil apenas anos mais tarde, como o Paraquat. A grande quantidade de amostras de água de chuva com resíduos de agrotóxicos demonstrava a gravidade da situação na região. Além da contaminação da água, uma dissertação de mestrado defendida na UFMT e orientada por Wanderlei Pignati investigou a presença de resíduos de agrotóxicos em leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT (Palma, 2011). Os resultados encontrados em 62 amostras de leite materno coletadas entre a 3ª e a 8ª semana após o parto foram impressionantes: cem por cento das amostras analisadas apresentaram contaminação por p,p'-DDE, 44% por β -endossulfam e 13% por o,p'-DDT.

Segundo informações fornecidas pelo cineasta e professor da UFRJ, Beto Novaes, foi no apogeu dessas pesquisas e artigos que ele foi procurado, entre os anos de 2011 e 2012, pelo pesquisador e cientista social Carlos Minayo-Gomez, do Cesteh/ENSP/Fiocruz. Nessa época, Minayo coordenava um projeto na Fiocruz financiado pelo Ministério da Saúde chamado "Saúde Coletiva e Saúde do Trabalhador no Agronegócio". Um dos alvos era a indústria sucro-alcooleira, já que esta vinha sendo objeto de ações de fiscalização por parte do Ministério Público do Trabalho, principalmente, desde 2009, quando foi lançado o Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucoalcooleiro. A isso se somavam as ações de vigilância de diversos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) com atuação em áreas rurais (MINAYO-GOMEZ, 2011). Foi então proposta uma parceria para produção de três projetos que seriam argumentos para produção dos documentários, e um deles foi o do Prof. Pignati sobre as pesquisas sobre agrotóxicos no Mato Grosso. Os outros dois projetos envolviam o Professor da USP e pesquisador do CEREST de Piracicaba, Rodolfo Vilela, sobre a intensificação e precarização do trabalho na plantação de cana-de-açúcar e as consequências na saúde dos trabalhadores; o do professor Paulo Pena, da UFBA, sobre os problemas vivenciados pelas pescadoras dos manguezais na região Nordeste, com o caso da Ilha da Maré, na Baía de Todos os Santos (Salvador/BA) com a ocupação e poluição dos territórios pesqueiros pelos grandes conglomerados industriais, turísticos e agrários.

A partir dessa conversa inicial foi construída uma relação entre o projeto da Fiocruz, coordenado por Carlos Minayo, com o projeto "Educação através das Imagens", coordenado por Beto Novaes na UFRJ, e a partir daí foram realizadas a produção dos três documentários combinados: "Nuvem de Veneno"; "Linha de Corte"; e "Mulheres das Águas". Para a produção destes documentários foi realizada uma articulação destas instituições com a VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz, **que** assumiu a responsabilidade pela edição e todo trabalho de finalização. Houve também a participação da empresa de produção de filmes Terra Firme, **que** entrou no projeto com Cleisson Vidal para realizar a parte das filmagens, incluindo fotografia, câmara e sonografia. A Terra Firme já trabalhava com Beto Novaes, anteriormente em outros projetos no âmbito do projeto "Educação através das Imagens", e foi contratada para participar da produção deste documentário. A maior parte dos recursos para a filmagem, edição e finalização do "Nuvem de Veneno" veio da Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso por meio de um projeto encaminhado pelo CanalSaúde da Fiocruz, e apenas uma pequena parcela dos recursos vieram do projeto junto ao Ministério da Saúde, coordenado por Carlos Minayo. De acordo com Beto Novaes, essas fontes de financiamento somente viabilizaram a realização dos documentários pelo caráter militante e colaborativo da produção, já que o custo da produção foi muito aquém do preço normal de realização dos documentários à época.

7.3.1.2- Entrevistas com cineasta, pesquisadora militante e movimentos sociais

Beto Novaes, diretor do documentário

José Roberto Novaes, Beto Novaes, trabalha com imagens no Instituto de Economia da UFRJ, coordenando o projeto "Educação através das imagens", cujo objetivo é apoiar os movimentos sociais em suas lutas. Possui uma trajetória acadêmica multidisciplinar, na qual suas escolhas de áreas de formação foram devido a fatores circunstanciais que apareceram ao longo da vida. Beto Novaes é graduado em agronomia pela Escola de Agronomia de Piracicaba, mestre em Engenharia de Produção do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE) na UFRJ e doutor em Economia na UNICAMP.

Logo que se graduou, na década de 1970, prestou concurso para trabalhar no Ministério do Interior, e após sua aprovação foi transferido para o Rio de Janeiro, para fazer uma assessoria aos projetos de irrigação no Vale do São Francisco em Juazeiro e Petrolina. Este polo irrigado hoje é uma grande região produtora e exportadora de frutas para o mundo todo. Sua experiência como técnico na organização de cooperativas de produtores lhe

propiciou um encontro com a realidade que foi lhe dando elementos importantes para mais tarde trabalhar na academia. Não em uma academia fechada em si mesmo, como se refere Beto, mas fazendo uma ponte com a realidade, trazendo da realidade uma reflexão para estudar uma teoria na academia e devolver essa teoria para realidade. Em toda a sua trajetória acadêmica nessas três etapas, tanto na agronomia, quanto engenharia de produção e na área de economia, seu vínculo foi muito estreito com os movimentos sociais.

Após este trabalho no Nordeste, Novaes voltou a trabalhar no Rio de Janeiro e por volta de 1973, foi viver no Chile. No seu retorno ao Brasil, desempregado, decidiu fazer um mestrado na COPPE da UFRJ, a partir da sua experiência nos projetos de irrigação no Vale do São Francisco. A base empírica para a dissertação que ele trazia consigo tratava do deslocamento populacional, o problema de aquisição de terras nas margens dos rios, o agravamento da seca no Sertão, entre outros. Essa problemática que ele havia conhecido a partir de uma inserção prática no mundo concreto real, agora trazia para a academia. Ao terminar seu mestrado, em 1977, foi convidado a trabalhar na Universidade Federal da Paraíba, no campus de Campina Grande, onde o então reitor (e posteriormente presidente do CNPq entre 1981 a 1995), Lynaldo Cavalcante, queria transformar esta universidade em uma grande experiência inovadora para discutir a questão regional na área da ciência, da tecnologia e da economia. A intenção era montar um curso de Economia Regional. Por esta razão estavam contratando também vários exilados políticos que estavam voltando ao Brasil no período iniciado na era Geisel de distensão política. Muitos exilados de esquerda possuíam titulações, e isso era algo fundamental para que o curso pudesse ser credenciado na CAPES. Lá foi sua primeira experiência como professor universitário, deixando de exercer a atividade de agrônomo e se tornando coordenador do curso de Economia Regional em Campina Grande, Paraíba. Sua intenção era ficar três anos, que acabaram se tornando doze. Beto relata ter sido uma experiência fantástica, porque eram pessoas que vinham de diferentes partes do mundo, todos com uma mesma formação e querendo fazer uma espécie de “revolução brasileira” dentro do curso de economia. Depois de uns cinco, seis anos de trabalho, Beto Novaes prestou concurso na UNICAMP para fazer o doutorado na área de Economia. Nessa época, ele passou quatro anos em Campinas e depois voltou para João Pessoa, para compensar os anos em que havia ficado fora do doutorado.

Nessa trajetória, desenvolveu várias pesquisas acadêmicas, como a realizada no campus de Campina Grande, no limite da cidade com o sertão. Esta pesquisa surge do olhar de um pesquisador da UFPB por sua janela da sala de trabalho, através da qual ele percebeu, num período de quatro/cinco meses, que a cidade se encontrava em um processo de expansão

violento. Eram pessoas que migravam do sertão para Campina Grande, que iam fazendo seus ‘puxadinhos’, construindo suas casas das formas mais precárias e rudimentares possíveis. Assim foi se formando na cidade de Campina Grande um bolsão de favelas e periferias. A cidade começou a crescer, o solo urbano começou a se valorizar e essas favelas começaram a ser ameaçadas. A imensa favela que podia ser avistada lá da janela de sua sala chamava-se Pedregal. Nesse mesmo local estava sendo construído um conjunto habitacional para professores da universidade. Aquela favela era um incômodo, e um belo dia os pesquisadores refletiram: “poxa, a gente está aqui nessa universidade, esse mundo tão fechado, o mundo lá fora acontecendo e a gente nem sabe o que está acontecendo lá”. Campina Grande, na época, era uma cidade que tinha uma atividade cultural intensa, principalmente cinematográfica, com oito a nove cineclubes. Estes cineclubes solicitavam ao Museu de Arte Moderna do Rio (MAM-Rio) o envio de dois ou três filmes a cada 15 dias para que fossem exibidos e debatidos na cidade.

Quando Beto chegou em Campina Grande, começou a frequentar os cineclubes, passando a conhecer algumas pessoas desta área, ao mesmo tempo em que realizava as pesquisas acadêmicas. Foi neste contexto que surgiu a ideia de fazer, além dos clássicos relatórios escritos, um documentário como devolução da pesquisa. Foi feito então um filme em parceria com os cineclubes de Campina Grande, em uma interlocução entre professores da academia e cineastas locais, tornando-se um laboratório interessante em termos de produto final. Porém, a relação entre estes grupos durante o processo de produção havia sido muito conflituosa. Os acadêmicos sem experiência viam o cinema como uma ferramenta instrumental de reprodução da sua linguagem, enquanto os cineastas tentavam mostrar que o cinema trabalha com outra linguagem, com a sua própria. O filme que foi produzido naquela época se chamou “O que conto do sertão é isso” (1979), por conta da entrevista com uma senhora no Pedregal, que no final de seu depoimento, após contar sua vida no sertão e a razão de vir para cidade, ela diz: “o que eu conto do sertão é isso”.

Na época dessa filmagem, Beto nos conta que aprendeu muito trabalhando com as imagens. Para o cineasta, trabalhar com o cinema se difere da sala de aula em que é o professor quem fala, ou no sindicato, que o dirigente sindical é que transmite o seu saber e conduz as discussões. No cinema tem que se aprender a ouvir.

A estrutura dos filmes montada neste laboratório era também balizada por ideias trazidas por movimentos de dentro da igreja católica oriundos da teologia da libertação com os quais ele trabalhava, em que levantavam a questão de que era o povo que devia falar. Então, a estrutura narrativa do documentário era a fala, as falas que puxavam o documentário,

e as imagens ilustravam a fala. Mas aí surgiu um problema na época: como é que arranjaríamos um grande proprietário de terra, um latifundiário, que se dispusesse a falar?

Em uma de suas saídas para captar imagens, Beto e a equipe encontraram no município de Pombal um grande latifundiário, que, além disso, era padre e deputado estadual. Era época de campanha eleitoral, então, quando este homem viu o carro da universidade, deve ter pensado consigo mesmo: “Oba! Mais divulgação pra minha campanha!”, e os convidou para ir a sua casa. Abriu uma rede, se sentou e começou a discursar sobre a realidade, a realidade que ele estava vendo, de um ponto de vista de um latifundiário. Em sua narrativa, ele explicava que não fazia mais sentido morar no campo, que os trabalhadores rurais deveriam ir para a cidade, pois lá tem luz, tem emprego e que ele não queria mais gente morando na sua propriedade, pois era uma fonte de problemas. Problemas trabalhistas e tudo o mais que envolve esta relação. Portanto, ele havia resolvido modernizar sua produção, estava entrando na pecuária e o grande contingente de trabalhadores dentro da sua propriedade teria que sair, e o proprietário queria fazer isso sem pagar nenhum direito. Com isso, os trabalhadores rurais não tinham opção e migravam para as periferias das cidades da região, em Campinas Grande.

Esse documentário, quando finalizado, foi utilizado nas salas de aula da universidade e exibido em sindicatos. A partir dessas interações, surgiram vários convites que permitiram que Beto conhecesse lideranças sindicais, inclusive a Margarida Maria Alves, que inspirou a “Marcha das Margaridas”. Margarida Alves foi uma líder sindical paraibana assassinada na porta de casa, em 1983, por um matador de aluguel. Três meses antes de morrer na frente do marido e do filho, ela havia feito um discurso no 1º de maio dizendo que “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

O trabalho de pesquisa e do documentário foi derivando para outras questões importantes das lutas dos trabalhadores daquela região. Foi-se abrindo um espaço na universidade para que pessoas que faziam assessoria às lutas dos trabalhadores pudessem se qualificar, fazendo mestrado. Montou-se também um grupo de pesquisa que desenvolveu várias dissertações, tendo como foco central a questão da luta pela terra, por melhores condições de trabalho, ampliando-se assim uma interação entre a universidade e os movimentos sociais. Beto tornou-se um militante político, ao mesmo tempo em que fazia uma ponte entre a academia, a teoria, a prática social e a militância.

Dessa experiência nasceu a ideia de se fazer uma exposição fotográfica, que se efetivou na sua volta ao Rio de Janeiro, agora trabalhando na área da Saúde e Economia do Instituto de Economia da UFRJ. Nesta mesma época, surgiu a oportunidade de uma

convivência com o fotógrafo João Roberto Ripper, que estava trabalhando com a questão do trabalho infantil, numa época em que na cidade do Rio de Janeiro essa questão das crianças em situação de rua estava ganhando repercussão na mídia nacional, assim como nos noticiários internacionais. Beto levantou a questão do trabalho infantil no campo, algo que se tornou fortemente presente em seu horizonte de trabalho. Ripper já tinha uma relação com os procuradores do trabalho e os auditores fiscais, os acompanhando na realização de vistorias para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso aconteceu entre 2000 e 2002. Nesse movimento, resolveram produzir alguns documentários sobre a temática do trabalho infantil. Juntos realizaram os documentários “Sonhos de criança”, “Os meninos na roça” e “Conversas de crianças”. Este último foi uma produção em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em São Paulo e no Paraná com o apoio da UFRJ. A universidade patrocinava a exposição fotográfica, agora interativa, e a formação de monitores para desenvolver o trabalho de interação com as escolas. Montava-se um evento com exposição de fotos e exibição dos filmes para receber as escolas na UFRJ. Para Beto, foi uma experiência fantástica em termos de repercussão, “a experiência na Educação é muito diferente da Engenharia, onde se constrói um prédio, tem o produto e depois o abandona. Na educação, quando o trabalho se inicia, forjam-se laços que não se desfazem facilmente.” Este filme com o MST foi como uma descentralização na experiência de Beto com o cinema, pois tudo fluiu de forma participativa. Foram colocadas diferentes instituições para conceber e discutir o projeto, com as escolas também participando da sua concepção, assim como da execução, tornando-se um grande aprendizado para todos os envolvidos.

Chegamos agora no “Nuvens de Veneno”, um dos documentários selecionados para a análise desta tese. Esse documentário nasce com o convite a Beto Novaes feito pelo pesquisador Carlos Minayo, que coordenava um projeto na Fiocruz chamado “Saúde coletiva, saúde do trabalhador no agronegócio”. Tratava-se de uma proposta de realização de três documentários, com o objetivo de serem utilizados nas aulas de formação dos agentes de saúde. O primeiro documentário desta série foi realizado sobre a pesquisa de Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela da USP, sobre o desgaste físico do trabalhador no corte da cana, revelando as consequências para sua saúde pela intensificação e precarização do trabalho. O segundo foi “Nuvens de veneno”, que foi realizado com o pesquisador Wanderlei Pignati da UFMT, sobre o tema da contaminação por agrotóxicos. E, naquele momento da entrevista, em 2016, estavam terminando o terceiro documentário sobre as mulheres marisqueiras, que trabalham nos manguezais no Nordeste do Brasil. Este projeto é sintetizado, na fala do cineasta, em uma produção que tem como objetivo apoiar pesquisas acadêmicas consideradas

relevantes para atender as demandas dos movimentos sociais sobre temas que envolvem as suas lutas.

No contexto deste projeto, Carlos Minayo e Beto Novaes organizaram um encontro em Piracicaba, na área médica, com vários técnicos do CEREST, pesquisadores de universidades e dirigentes sindicais, para discutir sobre a saúde do trabalhador no campo. Foi um encontro multidisciplinar, no qual Beto foi apresentado ao pesquisador Wanderlei Pignati. Após este encontro Beto leu a tese de doutorado de Pignati, e a partir desta leitura propôs um roteiro.

O “Nuvens de veneno” foi realizado em parceria com este pesquisador na UFMT, médico que ministra cursos de extensão universitária na área de saúde e que havia feito um doutorado na Fiocruz, a partir de uma ampla pesquisa sobre o agrotóxico no Mato Grosso do Sul. Neste estado, que é hoje o maior produtor de soja do Brasil, logo o maior consumidor de agrotóxicos, montou-se uma estrutura do agronegócio afetando fortemente o meio ambiente, pois não são respeitadas as leis ambientais, nem mesmo quanto à preservação das águas, plantando a soja até bem próximo às nascentes. O veneno corre solo abaixo contaminando as aldeias indígenas, toda a população ribeirinha e as cidades próximas.

A ideia deste documentário foi dar visibilidade aos problemas de saúde causados aos trabalhadores rurais e à população local pelo uso intensivo do agrotóxico nas lavouras de grão da região, a partir da pesquisa em andamento, coordenada pelo prof. Pignati. Com a leitura de seu trabalho, o cineasta pode observar a sua abrangência e buscou trabalhar o conjunto de temas que eram abordados por esta pesquisa, dando uma “pincelada” em cada um deles.

Pignati, Beto e o cinegrafista, que participou das três produções deste projeto, se reuniram no Mato Grosso do Sul para pensar uma estrutura de entrevista. Ali, Pignati selecionou duas cidades para se captar as imagens, Lucas do Rio Verde e Campos Verdes, e em seguida saíram a campo guiados pelo pesquisador. Esse trabalho durou uma semana em cada uma das cidades, onde eram feitas as entrevistas e a captação de imagens, entre as quais tiveram oportunidade de captar bem de perto imagens de aviões pulverizando as lavouras com agrotóxicos, o que não é uma tarefa fácil, pois os pilotos costumam se comunicar entre si para não se deixarem filmar.

Foram escolhidos os mais diversos segmentos das sociedades locais para serem entrevistados, como a diretora da escola que estava envolvida em projeto de medição da contaminação das águas na escola, uma promotora pública, o dirigente sindical, o presidente de uma associação de produtores agroecológicos, pesquisadores, um bioquímico da região e

um empregado de uma empresa do agronegócio que sofreu uma intoxicação durante a manipulação do agrotóxico, na qual adquiriu graves sequelas neurológicas.

Alguns resultados das entrevistas chamaram a atenção de Beto. Na entrevista do trabalhador contaminado, ele relatava insistentemente que, após sua internação na UTI do hospital da região, o médico que o havia atendido lhe deu um laudo afirmando que sua contaminação havia sido por inalação. Depois, Beto ficou sabendo que o empregador não queria indenizá-lo, alegando que sua contaminação teria sido decorrente de uma tentativa de suicídio. Em outra entrevista com uma pesquisadora que havia feito uma tese sobre a contaminação do leite materno por agrotóxicos, ficou sabendo que ela havia sofrido um processo judicial, alegando-se a falta de bases científicas em suas afirmações.

Na fase seguinte, da pós-produção do documentário, seu roteiro foi reelaborado a partir de um processo, no qual os depoimentos dos entrevistados foram transcritos, e somente a partir de então que Beto faria a edição. Ele parte, principalmente, das narrativas, não das imagens. É um tipo de trabalho que faz com muito prazer e que, segundo ele, está descontextualizado das perspectivas de tempo, ditadas pelo mercado. A edição vai sendo construída a partir das ideias e concepções que surgiram durante o campo, muitas vezes concepções colocadas pelas comunidades envolvidas no conflito e que não havia percebido antes.

Quando este material tem uma primeira versão, em geral, Beto retorna aos entrevistados e o retrabalha a partir, e em função do que for colocado por eles. No caso do “Nuvens de veneno”, fizeram o copião e mandaram para o pesquisador Pignati. Depois, fizeram uma reunião presencial no Mato Grosso, mas sem a presença dos entrevistados. Lá, as distâncias são enormes, o que tornou inviável uma reunião geral. Isso não quer dizer que Beto não tenha feito o possível para colocar o olhar das pessoas entrevistadas, pois, em sua visão, quando essas pessoas participam da concepção do documentário, quando estão envolvidas na produção, se tornam peças-chaves na sua divulgação e circulação.

Beto tem como eixo central as lutas, as reivindicações, que retrata através de seu olhar, perpassando pelas longas entrevistas, deixando emergir as sutilezas narradas em confiança, onde os entrevistados se emocionam, fazem suas narrativas de vida e vão contando sua intimidade. Muitas vezes, a mídia, e mesmo alguns documentários, exploram a dimensão emotiva, sem respeitar, inclusive, a intimidade destas pessoas. Beto tem muito cuidado para não fazer isto. Não quer chocar pela miséria, pela dramaticidade da vida. A intenção é gerar indignação no espectador, o que não é algo fácil de se fazer em uma sociedade em que a violência permeia todo o ambiente social onde se vive. Sua estratégia é produzir um material

que ajude as pessoas a refletir aqui sobre o tema do agrotóxico, num contexto onde a mídia não informa, e sim manipula.

Para Beto, a pré-produção é a etapa mais importante, na qual se articulam as ideias com os representantes dos movimentos sociais que vão dar elementos importantes para ir a campo, para fazer um filtro no seu olhar sobre a realidade que vai ser retratada. Não é um filtro que não tenha uma parcialidade, é um filtro que tem compromisso com as lutas dos movimentos. Este é o recorte. Em toda sua produção de documentários, com uma só exceção, não têm nenhum depoimento patronal, pois a seu ver, eles já têm seus canais para divulgar suas ideias. Beto não quer fazer o documentário pela tragédia, quer, através das imagens e narrativas, sensibilizar as pessoas que os veem. Os documentários produzidos provocam um choque quando, ao contrapor os ideários das classes dominantes, mostrando a capacidade de argumentação e de análise política das pessoas de comunidades e movimentos sociais. “Nuvens de veneno” é um trabalho com poucos recursos, pois não havia um recurso específico para produção do documentário, com os gastos sendo feitos com diferentes arranjos. Mas isso acaba sendo superado quando se valoriza o elemento da militância, pois essa estratégia facilita os arranjos e compromissos entre os participantes da produção.

A partir da parceria na produção de “Nuvens de veneno”, Beto Novaes vê o pesquisador Pignati como uma referência política de militância e de luta com apoio e junto com os movimentos sociais do MT. Este caráter de militância política, para o cineasta, é fundamental para perceber a realidade a partir destes atores sociais, pois só por um tipo de pesquisa, que extrai e retorna para a academia, não é possível perceber o que está em jogo. Para ele, essas são deformações das teses realizadas na academia com tais características: faz-se um recorte, abordam-se temas específicos que interessam à academia, mas ficam apenas no foco, e não na abrangência e no contexto em que tal foco se insere.

O filme “Nuvens de veneno” vai discutir a questão do modelo de desenvolvimento, que tem um impacto terrível na questão ambiental e está mostrando as consequências deste impacto para a sociedade, seja na saúde dos trabalhadores e na saúde coletiva das cidades pela pulverização aérea. Trata-se de um viés que sedimentou muito a visão da equipe cinematográfica. Isso está muito presente na ida ao posto de saúde na periferia da cidade de Lucas do Rio Verde, quando foram fazer uma entrevista com a médica responsável que afirmou que o perfil das doenças havia mudado muito desde quando ela começou a trabalhar por lá cerca de quinze anos antes. No início, havia diarreia, malária, sarampo, mas no momento da entrevista, o que predominava eram as doenças alérgicas e o câncer. Embora essa parte da entrevista não tenha aparecido no filme, seu argumento ajudou, fez parte do

entendimento do problema, do porquê da luta dos movimentos sociais, e auxiliou na elaboração do roteiro. Para Beto, a partir daí, essa médica pode ser considerada como integrante da produção do filme.

Para o cineasta, a ideia foi fazer um documentário que não fizesse uma demarcação conjuntural a ponto de, em outra conjuntura, ele ficar desatualizado. A questão central do filme, os agrotóxicos, continuará a ser combatida ainda por muito tempo, e isso fica claro pelos vários fatos mostrados ao longo do filme e que, mesmo em outras conjunturas, comprovam as teses que estão colocadas no documentário. Portanto, mais que se trabalhar com a conjuntura, a ideia era se trabalhar com o processo, mostrando como os agrotóxicos estão relacionados com o modelo de desenvolvimento. E, no final do filme, abre para uma discussão de alternativa a este modelo.

Para Beto Novaes, o audiovisual nesse formato também contribui para ajudar e influenciar a produção de pesquisas, além de minimizar as contradições entre o saber acadêmico e os saberes não científicos, colocando-os no mesmo patamar. Esse tipo de produção não busca propriamente encontrar soluções para os problemas sem contextualizá-los ou questionar suas origens, mas sim dar visibilidade e promover reflexão. Isso permite desmontar o discurso da classe dominante a partir da indignação gerada, e faz com que as pessoas repensem suas ideias.

Fran Paula de Castro, ativista da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida no MT

Essa entrevista foi a única realizada por escrito. O motivo foi que, diferente dos outros filmes, na produção deste documentário não houve a participação sistemática de nenhum movimento social específico vinculado à luta contra os agrotóxicos ou pela agroecologia. Enquanto em “O Veneno está na Mesa” foi a própria Campanha e seu leque abrangente de movimentos sociais que atuou como protagonista, da mesma maneira que a Articulação Nacional de Agroecologia no caso do “Chapada do Apodi: Morte e Vida”, para “Nuvens de Veneno”, a produção partiu de outra dinâmica. Os movimentos sociais que participaram em vários momentos da produção do filme estavam relacionados ao contexto das questões específicas que emergiram a partir da expansão do agronegócio no Estado do MT, e da atuação da UFMT por meio do pesquisador militante, Wanderlei Pignati. Isso ocorreu por meio de sua investigação dos eventos de pulverização, intoxicação e contaminação ambiental por agrotóxicos, cujo marco inicial ocorreu em 2006, no município de Lucas do Rio Verde. Esse contexto aparece de forma clara na entrevista fornecida pelo diretor do filme, Beto Novaes, que coloca como protagonistas centrais o coordenador do projeto "Saúde Coletiva e Saúde do Trabalhador no Agronegócio", o pesquisador Carlos Minayo da Fiocruz, e o professor Pignati. Isso se expressa nos créditos finais do filme com o nome de Carlos Minayo como coordenador do projeto da Fiocruz que viabilizou a articulação e produção do filme. O nome de Beto Novaes surge a partir da articulação com projeto que ele coordena na UFRJ intitulado "Educação através das Imagens", que produz documentários relacionados a movimentos sociais.

A partir dessa compreensão, somente ao final da tese, complementei a entrevista com a indicação pelo diretor Beto Novaes, a meu pedido, de um representante de movimentos sociais mais diretamente vinculado às lutas contra os agrotóxicos e que teria, ainda que de forma mais tênue que nos outros filmes, participado na produção do filme. O nome indicado foi da ativista da Campanha que atua no MT, Fran Paula de Castro.

Segundo Fran, o convite de sua participação na produção do documentário “Nuvens de Veneno” surgiu a partir das articulações em rede no estado de Mato Grosso, realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. Antes mesmo deste convite, Fran atuava conjuntamente na “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” e no Grupo de Intercâmbio em agroecologia de Mato Grosso (GIAS). A participação na concepção da ideia do filme foi resultado de um reconhecimento da sua atuação com o tema dos agrotóxicos em

Mato Grosso. Porém, ao contrário de outros documentários, a voz dos movimentos sociais escolhida para ser entrevistada na minha pesquisa somente participou de uma reunião inicial de diálogo sobre a concepção do filme. Portanto, neste documentário, a voz do movimento, materializada na fala da Fran, se deu somente nos diálogos iniciais da concepção do filme. O envolvimento das entidades, organizações e movimentos sociais ocorreu a partir da articulação destes com o Instituto de Saúde Coletiva da UFMT e a Fiocruz, com os quais a própria Fran já vinha atuando. Segundo ela, sua participação, ainda que pontual, na produção do filme, foi importante para o fortalecimento das ações de formas coletivas e conjuntas no Estado.

Para Fran, a característica mais autoral do documentário, apesar da participação de várias entidades, movimentos e pessoas envolvidas nesta luta, não atrapalhou na efetivação dos objetivos, em termos de produção, assim como de seus efeitos na sua circulação. O filme aborda principalmente o saber científico em relação à problemática dos agrotóxicos, onde o lugar de fala dos pesquisadores/cientistas que aparecem no documentário são depoimentos centrais informativos.

Para Fran, existem tensões nesses convívios entre o lugar dos cientistas e os movimentos sociais, mas há uma busca de se superar e avançar nesses problemas. O filme foi inclusive importante nesse aspecto, pois sua legitimidade contribuiu para as tentativas posteriores de se superar essas lacunas.

O documentário discute as origens ou causas estruturais dos problemas de saúde apresentados, fazendo a denúncia direta do modelo de desenvolvimento do território e os processos de adoecimento provocados. Aborda também a promoção de alternativas para solucionar e transformar os problemas discutidos, porém de forma bem tímida. Isso ocorre somente no final do filme ao propor uma alternativa através da agroecologia e das práticas de manejo sustentáveis de não uso de agrotóxicos. Mesmo assim, este documentário contribuiu para um debate mais profundo, crítico e propositivo acerca dos agrotóxicos, trazendo informações de contextos e imagens reais e atuais da problemática dos agrotóxicos, o que nos permite uma reflexão sobre contextos reais. A produção do documentário propiciou também o fortalecimento e ampliação das redes e movimentos sociais articulados em torno dos problemas discutidos a partir da sua reprodução em eventos e atividades de discussão sobre o tema, assim como foi utilizado por diversas organizações, movimentos e redes, contribuindo dessa forma com os debates e planos conjuntos de estratégias para o enfrentamento da problemática.

Para concluir, Fran avalia que a possibilidade do documentário produzir efeitos mais fortes sobre as redes e movimentos sociais que se articulam em torno da luta contra os agrotóxicos poderia ter sido maior. Isso aconteceria caso tivesse sido construído de forma mais coletiva. Porém, a produção do filme acabou ficando mais restrita ao ambiente de atuação do espaço acadêmico, perdendo um pouco desse efeito articulador e mobilizador de ações no Estado.

Wanderlei Antonio Pignati, pesquisador militante da UFMT

Médico sanitário, mais tarde foi trabalhar na universidade e na saúde coletiva em uma área mais pertencente à biomedicina. O trabalho do internato rural, que é um estágio na zona rural dos alunos do 6º ano de medicina, foi justamente nas cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde, onde começou a trabalhar a questão do agronegócio no Mato Grosso. Sempre que ia para Lucas do Rio Verde, percebia o desmatamento e perguntava no caminho: “Cadê a mata que estava aqui?” Lá, a fumaça e o uso de “correntão” eram bastante comuns naquela época. A partir dessas observações, foi iniciado um trabalho de pesquisa com as madeiras junto com o sindicato dos trabalhadores das indústrias madeiras, que resultou em artigo, dissertações e tese.

Nos anos de 2000 e 2001, Pignati estava fazendo um trabalho de pesquisa com o sindicato que, na época, tinha 1600 madeiras. Foi quando os patrões pressionaram para que o sindicato dos trabalhadores das indústrias madeiras não mais participasse da pesquisa, pois havia se empoderado com ela e começavam a exigir melhores condições de trabalho e saúde. Pignati chegou a pensar em interromper a pesquisa, mas conseguiu pactuar com o sindicato dos trabalhadores sua manutenção e, a posteriori, repassar os seus resultados. Um dos dados relevantes da pesquisa foi descobrir que, no ano 2000-2001, a região era, nas palavras de Pignati: “campeã mundial de mutilados e sequelados⁸”. Depois, em uma segunda etapa, passou a trabalhar com a questão do agronegócio mais amplo, com o plantio de grãos e aquelas pulverizações sem controle de agrotóxicos.

Trata-se de uma cadeia que começa com o desmatamento realizado pela indústria da madeira. Depois, vem a preparação da pastagem que é altamente pulverizada com agrotóxicos (herbicidas) para que se plante o pasto, assim como durante a agropecuária, em que o pasto dá muita erva daninha. Na sequência posterior vem a plantação da soja.

⁸ Segundo artigo publicado (Pignati e Machado, 2005), os resultados da pesquisa apontaram que 11% dos trabalhadores estavam mutilados, outros 25% apresentavam outras sequelas de acidentes de trabalho e 28% estavam com deformidades de coluna vertebral, dentre outros agravos diagnosticados.

Já na etapa da soja, Pignati relata que, no ano de 2006, houve uma grande pulverização em Lucas do Rio Verde. Ela provocou uma nuvem de veneno que atingiu toda a cidade, e que está relacionado a diversas atividades centrais da região: a pecuária, a agricultura, o transporte disso tudo, armazenamento, depois a agroindústria em si, talvez o último elo da cadeia, que é a transformação da soja em óleo, o frigorífico, enfim, toda a cadeia do agronegócio. Esse caso de Lucas do Rio Verde, que Pignati denominou de “acidente rural ampliado”, se tornou o objeto de sua tese de doutorado na Fiocruz sob a orientação de Jorge Machado.

Durante o doutorado surgiu a ideia da realização do documentário sobre o caso ocorrido em Lucas, “Nuvens de veneno”, juntamente com pesquisador Carlos Minayo da Fiocruz, e o cineasta Beto Novaes. Nessa época Pignati e diversos pesquisadores da UFMT e Fiocruz já haviam começado a trabalhar juntos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o Sindicato dos professores, e mais especificadamente algumas escolas afetadas da região, nas quais foram colocados equipamentos para coletar chuva, para coletar ar, e também foram coletadas amostras de sangue e urina dessas pessoas para a pesquisa.

Além das mutilações provocadas pelas madeiras e da contaminação pelos agrotóxicos, trabalhava-se também a questões como a doença mental, o suicídio e os acidentes nas rodovias daqui do Mato Grosso. O transporte dessa grande produção de soja tem que caminhar 2000km para chegar até o porto, ou seja, tem muita ida e vinda de caminhões. O trem havia chegado somente a pouco tempo em Rondonópolis, há duzentos e poucos quilômetros de Cuiabá, e atendia somente cerca de um terço dessa produção, o restante da soja era transportada através do caminhão.

Além da soja e das madeiras, Pignati também trabalhou e trabalha com outros setores do agronegócio em MT, como a cana-de-açúcar. Para ele, uma das populações mais prejudicadas com esse grande agronegócio são as comunidades escolares, já que muitas escolas rurais estão localizadas no meio das plantações de soja, não só escolinhas rurais como a própria escola da cidade. Na análise da distribuição espacial da exposição aos agrotóxicos, eles começaram a ver que muitas escolas localizavam-se no meio das plantações de soja, de algodão, de milho, de pasto.

Pignati assumiu na pesquisa sobre agrotóxicos uma metodologia participativa e construtivista, que para ele se baseia bastante até na obra Boaventura. Por exemplo, foram feitas assembleias com os professores e com os trabalhadores rurais para se escolher as escolas selecionadas, quem iria se dispor a trabalhar em quais áreas, quais os critérios para saber de quem seria colhido o leite materno para análise, etc. Como não havia recurso suficiente para fazer todas as coisas que a comunidade queria, a própria comunidade deu dicas

de como fazer o estudo sem grandes custos. Neste processo vários professores foram ameaçados, o que levou a mobilização dos alunos na defesa da continuidade deste trabalho.

Como já dito, a participação do Pignati no documentário ocorreu a partir do seu doutorado. O pesquisador Carlos Minayo já tinha um convênio com a CONTAG Nacional e estava buscando ampliar a divulgação desses estudos. Uma estratégia anterior foi a produção de um gibi, que foi produzido de forma participativa com os alunos de uma escola rural de Lucas do Rio Verde. Na busca de alternativas para alavancar essa discussão do processo da saúde e da doença, que é um processo crucial não só dos trabalhadores como também da população rural submetida às políticas do agronegócio, era necessária alguma forma de comunicação que chegasse a uma parcela maior da sociedade. O desrespeito com a população, com as normas, não só de aplicação como a legislação em geral, e as próprias ameaças que já sofriam as pequenas propriedades do lado das grandes propriedades, tudo isso tornava o problema bem mais amplo.

Foi nesse contexto que Beto Novaes foi procurado e sugeriu que participasse da produção a CONTAG, com a própria UFRJ, onde Beto é professor. Beto, Minayo e o próprio Pignati foram a Lucas do Rio Verde conversar com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na época, com a professora que era diretora da escola, para levar o tema da devolutiva da pesquisa, entre os anos de 2009/2010. Neste momento, já havia a ideia de se produzir um documentário, mas não era claro como poderia se concretizar. Foi aí que se resolveu usar esta história de Lucas como argumento do documentário que viria a se concretizar no ‘Nuvens de Veneno’.

Desde o início, a ideia era que fosse uma produção bem participativa, não só com os professores das escolas, mas também os trabalhadores rurais. No final das filmagens, havia muito material, muito mais informação do que resultou no filme. Como um dos objetivos dessa produção era de que servisse para ser utilizado nas salas de aula da pós-graduação da Fiocruz, ele foi reduzido no seu tempo de duração. Segundo Pignati, Beto Novaes possuía mais de 10/12 horas de filmagem.

Nesse período, Pignati fazia parte da construção da “Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida”, uma campanha de abrangência nacional criada em 2011 que lançou o “O veneno está na mesa” aproveitando as imagens sobre a denúncia da contaminação do leite materno produzidas pelo Beto Novaes. Para Pignati, o filme “O veneno está na mesa” serviu como mais uma estratégia articulada por Sédile para alavancar a campanha. Contudo, na época da defesa de seu doutorado e antes mesmo de se fazer a devolutiva da pesquisa,

Stédile esteve no MT, com a campanha já em construção, para convocar a imprensa e divulgar os resultados da análise que detectou os resíduos de agrotóxicos no leite materno.

Antes da produção do “Nuvens de veneno”, Pignati já tinha uma longa trajetória de intensa militância política e sindical no Sindicato dos Professores da Universidade, Movimento Sindical da CUT do Mato Grosso, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), do qual fazia parte da diretoria, e com a CONTAG. Na época era também secretário geral da CUT do Mato Grosso, quando se aproximou do Sindicato dos Trabalhadores das Madeireiras e dos Sindicatos dos Professores Estaduais nas pesquisas já relatadas. Colaborou desde o início da “Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida”, lançando-a no MT e depois participando da construção do “Dossiê Agrotóxicos” da Abrasco. Em sua pesquisa à época da entrevista, fazia análises de resíduos de agrotóxicos para o desenvolvimento de estudos sobre a relação dos agrotóxicos com o câncer no MT junto com a Fiocruz e com o INCA. Esse trabalho era vinculado a uma rede de laboratórios públicos coordenado pela Anvisa e foi desativado após a saída da Dilma Rouseff do governo.

Segundo Pignati, o documentário “Nuvens de Veneno” teve como objetivo uma comunicação popular, pois a seu ver a grande mídia distorce as informações e mesmo deixam de divulgá-las. A ideia foi de empoderar a própria população, os sindicatos, não só de professores, mas também todos que estão envolvidos na cadeia produtiva do agronegócio, desmascarando a ideia passada pela grande mídia, de que agrotóxico não faz mal. Na época havia pouca discussão sobre o tema, e por isso foi decidido colocar no filme uma propriedade de agricultura familiar localizada ao lado de uma grande, para mostrar uma realidade bem de perto do grande agronegócio do Mato Grosso, o campeão nacional de uso de agrotóxicos, e internacional em termos setoriais como o da produção de soja e milho, algodão e boi. O lançamento do documentário foi feito em Lucas do Rio Verde, em outros municípios e em vários estados, com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais fazendo parte da divulgação da campanha.

Para o pesquisador, sua experiência como sindicalista, que o acompanha desde a época de estudante, seguida do trabalho com as madeireiras, nas quais eram os trabalhadores quem viviam a intensidade dos riscos, contribuiu para construir essa outra forma de pesquisar, ajudando-o a discutir e compreender melhor a percepção do risco que esses trabalhadores têm. Por todas essas razões, se buscou a participação dos trabalhadores, sejam eles do sindicato dos trabalhadores rurais, sejam eles os professores, e mesmo os alunos. Conseqüentemente, os resultados parciais das pesquisas eram discutidos em conjunto com os professores, os

pesquisadores e os alunos, estes últimos, muitas vezes, eram os que cuidavam dos equipamentos e materiais da pesquisa, e por esta razão foram levados a Cuiabá para conhecerem de perto um laboratório mais profissional.

A principal influência do documentário na relação do pesquisador com essas entidades, organizações e movimentos sociais, foi principalmente com os professores e alunos de escolas rurais. Infelizmente essa atuação com as escolas está sofrendo bastante com as estratégias políticas atuais de desmonte. A partir das escolas ampliou-se bastante a discussão sobre os agrotóxicos no próprio movimento dos professores do estado do Mato Grosso, e mais tarde isso expandiu-se para outros estados, tendo o filme sido exibido e debatido em Goiás, Tocantins e Mato Grosso Sul. Professores e alunos criaram uma entidade chamada Associação do Meio Ambiente, onde o documentário também foi passado. Além do mais, foi exibido em audiências no Congresso Nacional, no Ceará, Pernambuco, São Paulo, Minas, Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a presença de movimentos sociais para discutir a pulverização aérea. Na grande maioria dessas audiências o documentário 'Nuvens de Veneno' era passado para iniciar a discussão.

Na visão de Pignati, o documentário tem fortes características coletivas na sua produção. A partir desta pesquisa, o projeto da UFMT sobre agrotóxicos, que oficialmente terminaria em 2010 ou 2011, continuou até o ano de 2016 envolvendo instituições como a Fiocruz. Participaram vários segmentos tanto de trabalhadores rurais, como professores e alunos, alguns profissionais da saúde tanto do município como de outro, assim como a participação da CONTAG. A sua participação no filme não foi somente técnico-científica enquanto pesquisador, mas foi ele quem fez a ponte, os contatos com os movimentos sociais a partir de suas ligações anteriores. Este formato da produção da pesquisa e também do documentário fez com que os envolvidos participassem fortemente de sua circulação e divulgação nas discussões sobre os processos de saúde e doença. A produção do documentário permitiu que fosse ampliada a percepção da gravidade do agrotóxico através de eventos relatados acima como também em seminários de pesquisa e encontro nos sindicatos, onde eram distribuídas várias cópias em DVD. Ou seja, a circulação e divulgação foram muito além da internet e do YouTube.

A discussão de que o agrotóxico estava até no ar e nas chuvas na época foi inédita no Brasil. Nas primeiras audiências públicas sobre o caso da pulverização de Lucas do Rio Verde, a promotora do Ministério Público queria saber se havia sido realmente o agrotóxico o responsável pela queima das plantas do horto medicinal, hortaliças e jardins do lugar, assim como sobre a saúde humana e problemas relatados, como diarreia e bronquite principalmente

em crianças e idosos, já que na época era aventado que as diarreias seriam causadas por um rotavírus⁹. Estas perguntas permitiram inicialmente a continuidade dos trabalhos de investigação. Contudo, naquele momento, por vários motivos, a Secretária Municipal de Saúde tanto de Lucas do Rio Verde como de Campo Verde, não queriam mais ceder dados para a pesquisa. Alguns fazendeiros não queriam que os pesquisadores entrassem nas suas propriedades para coletar dados e investigar. Mas, como a promotora estava exigindo as respostas para entender o que havia acontecido, os pesquisadores puderam ter acesso aos dados da secretaria da saúde e foram permitidos de entrar nas fazendas, o que confirmou o alto nível de contaminação.

Para Pignati, o diálogo envolvendo a questão técnica, científica e do pesquisador com as outras partes, como os movimentos e a escola exige respeito por esses saberes, inclusive reconhecendo-se que a pesquisa é sempre uma análise parcial, tanto no diálogo e no reconhecimento dos saberes envolvidos, inclusive os não científicos, é possível produzir tanto um documentário, como um livro em si, levando em conta para quem se destina o material produzido: alunos, professores, trabalhadores rurais. Nesse processo, é preciso discutir para que se consiga transmitir o conhecimento técnico científico sem agredir quem está recebendo, de tal maneira que esse conhecimento seja repassado permitindo melhorar o conhecimento que ele já a pessoa ou comunidade melhore a percepção que já possui. Não se trata de apresentar ou discutir as técnicas analíticas, mas sim buscar equilibrar o conhecimento que se quer repassar ou dialogar. O convívio do pesquisador e do não pesquisador permite elevar o índice de confiança, até porque existem muitos pesquisadores que colhem os dados e vão embora, sem se comprometerem com propostas de melhoria e de empoderamento das pessoas. E como já a relação desse grupo da UFMT do Pignati já vinha trabalhando a alguns anos com escolas e sindicatos, já havia uma confiança construída, o que facilitou o diálogo sobre o que iria ser ou não filmado.

Para o pesquisador, o documentário discute uma questão estrutural dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental, quando traz à tona os problemas da pulverização aérea, que não respeita nenhum limite, desde o preparo da calda sem o fornecimento do EPI até a contaminação do vento e da chuva. Se esta ventando ou chovendo não se poderia pulverizar o veneno, pela falta de uma redoma que proteja essas cidades. Para Pignati, o documentário abordou a determinação do processo saúde doença, já bastante discutido em congressos anteriores da Abrasco onde havia sido lançada a ideia da vigilância do

⁹ Rotavírus é considerado como uma das principais causas de diarreia grave em lactentes e crianças, sendo um dos vírus que provocam as chamadas gastroenterites.

desenvolvimento como forma de se avançar além da vigilância em saúde, dos códigos e normas das vigilâncias ambiental, da saúde do trabalhador e dos alimentos. Para Pignati, é esse modelo de desenvolvimento que está trazendo todas essas doenças envolvendo o ambiente, a água, os alimentos. Fica claro que é impossível se ter uma escola dentro de uma plantação de soja, de algodão, ainda que respeite a legislação vigente. Esta diz que a pulverização aérea pode ocorrer até 500 metros de uma escola rural, por exemplo, enquanto a terrestre, que até 2013 era 300 metros passou para 90 metros. Mas nem distância permitida para a pulverização aérea ou a terrestre, ainda que cumpridas, resolvem o problema. Suas pesquisas mostram que nem a hora escolar é respeitada, mesmo com a presença dos filhos dos fazendeiros locais que estudam naquelas escolas, nada disso impede do trator ou o avião passarem. Há denúncias de casos de aviões que passam em cima da própria escola, ou dos casos em que o vento traz os agrotóxicos. O filme, segundo Pignati, ajuda a fortalecer alternativas como a proibição da pulverização aérea.

O documentário também ajudou a fortalecer ou ampliar certas redes de combate aos agrotóxicos, como no caso do Ministério Público do Trabalho, que usava o “Nuvens de Veneno” em seus cursos como base para discutir vários elementos da contaminação às doenças e a legislação. Passados já alguns anos do lançamento, Pignati considera importante a produção de um segundo documentário que ampliasse questões pouco trabalhadas naquele momento, como a questão indígena no Pantanal e no Estado, não apenas no Xingu, mas em outras regiões como em Dourados. Ali ficaram conhecidos os casos de suicídio indígena, e essas aldeias estão rodeadas de plantação de soja, algodão e milho, e por isso todos esses povos são muito impactados.

7.3.2- Vozes e saberes em cena: o texto

Na análise deste texto a opção foi por uma narrativa mais objetiva, já que o documentário está centrado num conjunto de informações em torno do trabalho desenvolvido pelo pesquisador principal Wanderlei Pignati, e outros depoimentos que reforçam a questão central sobre a situação grave do estado de Mato Grosso como o maior consumidor nacional de agrotóxicos. O documentário, assim como “Chapada do Apodi, morte e vida”, não possui uma voz em off que narra e conduz ao fundo a sequência de imagens. O argumento é construído na edição dos relatos narrados.

CENA 1

Com imagens aéreas de nuvens sobre uma área verde, a voz de um dos enunciadores do documentário, Wanderlei Pignati nos relata que MT possui 141 municípios, e em todos eles existe uma ampla estrutura profissional e institucional para cuidar da saúde dos animais e das plantações como a



Tempo: 00: 19 a 1:33

Um dos enunciadores aqui é uma voz da academia, porém de uma ciência militante vinculada à saúde coletiva e compromissada com os problemas causados pelo aumento intenso no uso de agrotóxicos no estado do Mato Grosso. Wanderlei Pignati tem por objetos principais a vigilância em saúde e os impactos do agronegócio na Saúde, Trabalho e Ambiente, e assim como Raquel Rigotto no Ceará, sua atuação na Universidade Federal do Mato Grosso no Departamento de Saúde Coletiva desde a década de 1980 permitiu que ele acompanhasse a radical transformação desse estado num grande produtor do agronegócio. Ele é um cientista que acompanhou toda essa evolução e esteve presente como protagonista da pesquisa universitária em diversos momentos desse processo. Sua denúncia vai marcar fortemente todo o documentário fornecendo informações sobre a gravidade da situação.

Sua fala inicial, em tom de denúncia com diversas informações técnicas, retrata a força do agronegócio nas instituições e na atuação profissional, mostrando como a saúde dos animais e das plantas sobrepõe-se à saúde dos trabalhadores e do meio ambiente. Essa fala é seguida de tomadas que mostram cidades com a presença de grandes empresas do agronegócio no armazenamento, processamento e distribuição de grãos como a Maggi, Sadia, Dreyfuss e Cargill. São imagens de celeiros e caminhões que ilustram a fala anterior.

A linha abissal é aqui traçada nesse cenário, expressa nos processos de exclusão enunciados pelo pesquisador em sua denúncia. Seu discurso objetiva desconstruir um pensamento e uma prática hegemônicas no caso dos agrotóxicos, que mais do que excluir trabalhadores explorados, exclui radicalmente os trabalhadores rurais da condição de humanos e sujeitos portadores de direitos e saberes.

CENA 2

Em seguida o documentário traz a voz do agricultor e assentado Celiton Trevisan.

“A tecnologia tem se preocupado muito com a pesquisa de produzir novos grãos, novas variedades, novas espécies para gerar mais produção, mais volume, né? E a saúde tem ficado para trás.”

A cena segue com um avião monomotor fazendo um voo rasteiro numa plantação de soja para a pulverização de agrotóxicos.



Tempo: 1'33" a 2'07"

A voz do agricultor reforça a crítica feita anteriormente pelo pesquisador acerca da não priorização da saúde nas pesquisas mais preocupadas com a produtividade agrícola. Esta cena refrata a convergência de diferentes vozes, com diferentes capitais simbólicos, na busca de promover a escuta e amplificação do que está silenciado. Estamos falando numa ecologia de saberes, no que respeita ao modo de articulação dos conteúdos. Trata-se da construção de um discurso, assim como na pesquisa que inspira o argumento do filme, de construção de conhecimento a partir da perspectiva dos que sofrem as exclusões radicais, e não exclusivamente a partir de uma ciência que se arroga detentora da única fonte de saber legítimo e confiável. Daí a importância da ciência e os cientistas reconhecerem seus limites e saberem dialogar com outros saberes externos à própria ciência e presentes nas visões de mundo, práticas e lutas dos excluídos do Sul Global.

CENA 3



Tempo: 2'08" a 3'27"

A cena retorna ao enunciador da pesquisa. Ele expõe a importância de MT como maior produtor de algodão, soja, milho e gado do país, ao mesmo tempo em que se tornou o maior consumidor de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) do país.

Volta então a fala com o agricultor Celito que nos conta que, ao chegar 20 anos atrás, aquela região ainda era formada pelo cerrado que estava sendo aberto e preparado para o início da lavoura mecanizada.

Apesar de se manter uma polifonia não muito intensa, o diálogo se mantém entre o pesquisador e o camponês, numa complementariedade de saberes que vai emergindo sobre diferentes escalas temporais e espaciais, abordando a questão do território e suas especificidades. Eles trazem a memória do território, em seguida a sua nova realidade inserida num capitalismo crescentemente globalizado, articulando o local a processos mais globais em diferentes escalas.

CENA 4

Tempo: 3'28" a 5'27"

Aqui a voz de um novo sujeito da enunciação, o sindicalista representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde reforça e amplia o discurso inicial dizendo que:

“Todo o alimento que é produzido aqui é tudo exportado. O que sobra? Os insumos químicos, os agrotóxicos que foram jogados aqui.”

Vem a imagem do avião pulverizador, mas agora também com o trabalhador em terra que faz a mistura dos agrotóxicos. Em seguida retorna a voz do pesquisador, que fornece explicações técnica sobre o que está acontecendo.

“É uma linha, se planta soja depois algodão, e os dois usam muito agrotóxico. Mas nós, preocupados com a saúde pública e a saúde em geral, nós temos que perguntar aonde foram parar os milhões de litros de agrotóxicos que estavam dentro desses milhões de vasilhames que estão aqui?”

A cena reproduz formatos anteriores, mas dessa vez amplia a polifonia, com a voz do movimento social sindical dos trabalhadores rurais de Lucas do Rio Verde. Seu discurso acrescenta um novo elemento do problema, a distribuição internacional dos riscos e o metabolismo social do comércio internacional injusto. De um lado, os países que importam alimentos do mercado global das *commodities* agrícolas, de outro o que sobra de poluição química nos países que produzem e exportam os alimentos.

CENA 5

Tempo: 5'28" a 6'57"

Retorna a voz do agricultor e assentado, que nos fala da quebra do equilíbrio da cadeia da vida dos pássaros e animais que existem no bioma pelo uso dos agrotóxicos.

Na sequência surge a imagem da Chapada dos Guimarães, lugar de ecoturismo conhecido próximo à capital de MT, Cuiabá, quando o pesquisador denuncia a plantação de milho à beira deste ícone do turismo do

A fala do agricultor assentado da reforma agrária apresenta o saber camponês que domina os ciclos da natureza, e por isso fala com naturalidade do equilíbrio da natureza que é quebrado pela agricultura moderna. Sua fala incorpora conceitos sofisticados da ecologia, como o bioma cerrado e a extinção de espécies, mostrando um diálogo intercultural e uma ecologia de saberes que permite a apropriação, na fala do agricultor, de termos usados pelo

saber científico. Segue a paisagem afrodisíaca de uma cachoeira com uma queda d'água de altura elevada, com um som de violão ao fundo, que mostra a natureza ainda vibrante que está sendo ameaçada pelo agronegócio, que não mede esforços e violência na escalada pelo lucro.

CENA 6



Tempo: 6'58" a 8'00"

Retorna à cena a voz do agricultor junto a uma paisagem homogênea do monocultivo, trazendo um novo elemento ao filme: a convivência contraditória, lado a lado, de dois tipos de agricultura. A estrada separa dois sistemas de produção e duas classes de produção. Do lado direito, o agronegócio. À esquerda, um projeto de assentamento via Banco da Terra. Quando se pulveriza o milho, a estrada de apenas quatro metros não impede a contaminação do assentamento. Isso impede aos agricultores familiares, mesmo não usando agrotóxicos, ter um selo orgânico.

A voz do agricultor apresenta pela primeira vez uma alternativa ao modelo do agronegócio, que aqui é ameaçada pela contaminação de agrotóxicos. O termo deriva, que significa a nuvem de agrotóxico que sai do seu alvo, o plantio da monocultura, tem sequência na próxima cena. O camponês usa a estrada que separa o agronegócio da agricultura familiar do assentamento para caracterizar os dois modelos de produção e o poder que um, o do agronegócio, tem de aniquilar o outro. É inevitável pensarmos na estrada como a expressão física da linha abissal. Trata-se de um exemplo de violência que, pela lente da sociologia das ausências, demonstra que o capitalismo, em suas verticalidades materializadas pelo mercado e pelas cadeias de produção e comércio, são, em grande medida, resultado de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas e descartáveis, e por isso mesmo inexistentes.

CENA 7



Tempo: 8'02" a 12'07"

A cena se inicia com a voz de uma agricultora das chácaras de Lucas do Rio Verde relatando a contaminação de flores e plantações após o veneno que, segundo investigações, teria vindo de um avião que pulverizava agrotóxicos na região. Em seguida o agricultor Celito, complementa com informações que o veneno Paraquat teria vindo de uma pulverização aérea ao norte que, com uma nuvem e vendaval que se aproximava naquela hora, trouxe o veneno de uma distância aproximadamente 40 quilômetros de distância. Segue a voz da diretora escolar narrando a pesquisa feita com professores e alunos após o evento, que mostrou nascentes e poços artesianos contaminados, assim como a horta da escola, que está exatamente ao lado do monocultivo. O pesquisador valida estas informações e acrescenta que vários agrotóxicos utilizados na região são proibidos em

Num encontro de vozes com experiências e saberes diversos se conforma uma estratégia discursiva nos processos de resistência, participação e violência no contexto de conflitos naquela região a partir da narrativa de um episódio de contaminação de agrotóxicos na área urbana. A participação das vozes da moradora, do agricultor, da diretora escolar e do cientista são forjadas e expressas de diferentes maneiras no conjunto das dinâmicas sociais e políticas, culturais e simbólicas, mas que permanecem como contra-hegemônicas.

CENA 8



Tempo: 12'08" a 13'41"

A voz da academia introduz nesta cena uma nova população exposta, a indígena, já que existem 30 reservas no estado do MT. Ele alerta que a maioria das nascentes dos rios que abastecem o território indígena do Xingu nasce na área onde existem monocultivos de soja, milho e algodão.

Pignati continua explicando que um dos motivos para o aumento na quantidade e diversidade dos agrotóxicos está relacionado à resistência das pragas aos agrotóxicos. Ele questiona o raciocínio econômico dos produtores, que se recusam a usar agrotóxicos como os piretróides, menos perigosos, porém mais caros. E pergunta: “quanto vale uma vida, um câncer ou outros distúrbios tratados nos hospitais?”

A cena é marcada apenas pela voz do cientista, que algumas vezes usa termos biomédicos específicos de difícil compreensão, como endócrino. É a partir dele de que se manifesta a voz de um sujeito do enunciado, a dos indígenas do Xingu, também afetados pelos agrotóxicos. Trata-se de uma ausência importante, pois na perspectiva das epistemologias do Sul e da sociologia das ausências seria estratégico que uma voz invisibilizada tão importante como a dos indígenas pudesse surgir sem intermediários ou tutelas. No caso, dois terços da reserva indígenas do Xingu encontram-se dentro do estado do MT, tornando essa denúncia sobre as nascentes ainda mais importante.

CENA 9

Tempo: 13'42" a 17'15"

A cena começa com a voz do sindicalista mais uma vez, mencionando as diversas denúncias que chegam ao sindicato sobre problemas de saúde. E questiona: “Será que precisa chegar a esse ponto?”

A seguir surge a voz do trabalhador que relata ter ficado sem trabalho por dois anos em função de uma intoxicação com veneno. Ele trabalhava como dosador de agrotóxicos junto com o irmão, mas muitas vezes não usava o EPI porque a máscara desgastava e a empresa não tinha para reposição. A voz de Pignati entra para dar elementos técnicos, alertando que o produto manipulado endossulfan é muito tóxico, sendo cancerígeno, teratogênico e neurotóxico.

Em seguida a mãe do trabalhador faz um depoimento emocionado sobre os pedidos feitos a Deus para que o filho voltasse a ter emprego. A cena termina com Celito mostrando o laudo de intoxicação fornecido pelo hospital.

As vozes nesta cena mostram mais uma vez os processos de descaso e invisibilização de sujeitos que, ao viverem no lado de lá da linha abissal, são radicalmente excluídos. Explicita assim, as relações sociais de produção, os sistemas econômicos e de poder enquanto produtores e reprodutores de desigualdades sociais com implicações sobre os processos saúde-doença das populações.

CENA 10

Tempo: 17'16" a 18'17"

Novamente aparece a voz do pesquisador que discute a necessidade de alguns pactos para que a sociedade exerça um controle social sobre o problema do agrotóxico.

Segue-se o a voz feminina de um membro da Comissão de Saúde do Trabalhador de MT, que explica o significado de controle social, abrindo um amplo leque de organizações e entidades da sociedade civil. Ao falar da escola, volta-se para a diretora escolar que relata o papel da escola no diálogo com a os movimentos sociais, agricultores e fazendeiros na busca de alternativas.

Nesta confluência de vozes, o discurso que se constrói é de uma tentativa de diálogo onde a sociedade precisa ser informada para que exerça seus direitos e deveres. Uma vez que a negociação dos sentidos se dá por processos comunicacionais, o direito à comunicação é, portanto, inseparável do direito à saúde e dos direitos humanos. Ao falarmos da comunicação a partir das lutas e movimentos sociais, levantam-se temáticas como a questão do direito à comunicação a partir de uma instância de controle social, a comissão interinstitucional de saúde do trabalhador. Aqui, contudo, há um pedido de diálogo diante da grave situação, sem expressar uma qualificação crítica pelas vozes que enunciam das condições para que esse diálogo se realize.

CENA 11

Tempo: 18'18" a 20'05"

Esta cena traz imagens do cotidiano do assentamento Dom Osório Damião, na cidade de Campo Verde, MT. Surgem as vozes da responsável pelo posto de saúde do assentamento, de um assentado, de uma pesquisadora e volta a voz da coordenadora do Conselho de Saúde do Trabalhador do MT. Mesclando as vozes, surgem mais elementos que fortalecem a argumentação do filme sobre os impactos do agrotóxico na saúde humana e do meio ambiente: o uso dos transgênicos, o uso de agrotóxicos que assumiu o lugar da capinagem realizada pelos trabalhadores rurais e a contaminação do leite materno.

Essa cena de novo amplia a polifonia a partir de diferentes vozes e lugares de interlocução que introduzem novos temas e reforçam a crítica ao uso de agrotóxicos, desde a violência da expulsão dos camponeses até a contaminação do leite materno pela pesquisadora. A cena começa com um breve anúncio da beleza e da harmonia no assentamento Dom Bosco, mas as falas que se seguem não dão continuidade às alternativas, e reforçam as impossibilidades diante de tantas dificuldades associadas ao modelo que contamina e desemprega trabalhadores. A única esperança apresenta na cena pela voz da sindicalista do controle social reside no futuro, na educação das crianças sobre a compreensão da saúde, antes mesmo do que é a doença, para que futuramente lutem por uma saúde coletiva.

CENA 12



Tempo: 20'06" a 21'36"

A cena final antes dos créditos reúne um conjunto de mensagens sobre o futuro e as alternativas para a superação do problema. São depoimentos que mesclam três lugares de interlocução marcantes no documentário: a do pesquisador, a do agricultor e assentado, e finalmente a do sindicalista que representa os trabalhadores rurais. A voz da academia alerta a necessidade de substituir os agrotóxicos extremamente perigosos até chegar em um outro modelo agrícola, o agroecológico. Em seguida, a voz do camponês alerta sobre as possíveis consequências negativas desse modelo de agricultura. Diante disso, questiona até que ponto toda a riqueza que vem sendo produzida é válida. A última, que na mesma linha questiona se é sustentável tudo isso que contamina o ar, as águas e o sangue humano, “que qualidade de vida nós vamos ter no futuro?”.

A proposta de denúncia desse documentário se materializa nas falas finais. A polifonia produzida traz poucos anúncios e esperanças, e é focada à voz do cientista militante, tendo como mensagem principal a redução dos agrotóxicos mais perigosos e da quantidade geral dos venenos, sendo o tema da agroecologia mencionado de forma muito rápida. O camponês e o sindicalista reforçam o questionamento sobre a sustentabilidade do modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos, mas não há pistas que poderiam fornecer elementos interessantes, do ponto de vista da sociologia das emergências.

CENA 13



Tempo: 21'37" a 22'41"

Ao lado dos créditos e com uma música de fundo, suave, porém solene, vão passando cenas de trabalhadores misturando o veneno, avião de pulverização, grandes máquinas colheitadeiras. O último crédito mostra com destaque os símbolos do

A cena dos créditos reforça a centralidade das vozes que se encontram por detrás da construção do filme, com destaque para a Universidade Federal do Mato Grosso e a Fiocruz, além do SUS e organizações sindicais ligadas ao trabalho rural.

7.4- REFLEXÕES SOBRE OS DOCUMENTÁRIOS: PRODUZINDO SENTIDOS E SABERES A PARTIR DE IMAGENS E VOZES

Para continuar a análise dos filmes, agora conjuntamente, retomo as perguntas gerais que orientam nossa investigação e as respondo nos três tópicos que se seguem.

7.4.1- Diversidade de vozes, polifonia e sociologia das ausências

A primeira questão a ser analisada nos documentários está relacionada à polifonia, ou seja, à diversidade de vozes que compõem os movimentos e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia. Para a análise recorro principalmente à proposta da sociologia das ausências, no sentido de identificar como os filmes revelam a maneira pela qual são produzidos e enfrentados os processos de invisibilização dos sujeitos envolvidos nessas lutas, já que estas são consideradas desqualificadas e descartáveis. Isso implica analisar como os filmes respondem ao desafio de transformar vozes ausentes em presentes, um movimento de tornar, nas palavras de Boaventura Santos, o impossível em possível pela quebra das monoculturas da civilização ocidental. Quais as vozes ausentes que se tornam presentes, e de que maneira? Como isso surge nos três documentários?

O conjunto dos filmes busca tornar claro que muitas vozes são desconsideradas quando se trata da questão do agronegócio, dos agrotóxicos e das alternativas da agricultura camponesa e agroecológica. Pela lente da sociologia das ausências os documentários em si buscam demonstrar que o capitalismo desconsidera tais discursos e vozes em suas verticalidades materializadas pelo mercado e pelas cadeias de produção e comércio. No caso dos filmes surgem questões como a saúde dos trabalhadores, o desrespeito à natureza e à biodiversidade que, em grande medida, resultam de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas, ininteligíveis e descartáveis na lógica do capitalismo

globalizado. Portanto, as vozes contra ou ante hegemônicas que surgem se articulam com o objetivo de transformar essas ausências em presenças. O papel de um documentário crítico busca recuperar a autonomia das vozes subalternizadas do Sul Global, como camponeses e agricultores familiares. Uma abordagem bakhtiniana vê os discursos de filmes críticos como uma “enunciação situada” que amplia possibilidades comunicativas do dialogismo. Mas, como “situada”, é sempre contingente, histórica, permeada tanto pela hegemonia quanto pela resistência. Todos os filmes analisados assumem um posicionamento claro ao lado dos que lutam por dignidade, e nesse sentido a polifonia deve ser aqui entendida na perspectiva de uma sociologia das ausências.

“O Veneno está na Mesa” frequentemente retrata a invisibilização de vozes quando apresenta o discurso da mídia hegemônica, através da estratégia simbólica utilizada pelo enunciatador principal de lançar mão de reportagens que aparecem na tela de um móvel antigo de televisão, representando com isso a relevância desse meio de comunicação como central na sociedade brasileira. Por vezes tais reportagens são usadas para mostrar o discurso hegemônico concorrente, como o da senadora Kátia Abreu ao acusar o diretor da Anvisa de ser um farsante por querer restringir o uso de agrotóxicos, única possibilidade de colocar alimentos baratos na mesa das famílias mais pobres. Tal discurso é enfrentado ao longo do filme por meio de várias vozes, como de cientistas, agrônomos e camponeses envolvidos em experiências agroecológicas que trabalham não para controlar e domesticar a natureza como um fábrica, mas junto com ela, seus ciclos, solos vivos, e as características do que a agroecologia denomina de agroecossistemas.

Estratégia semelhante é utilizada no filme “Chapada do Apodi, morte e vida”, que inicia com uma reportagem da Rede Globo da década de 1970 sobre a importância de grandes empreendimentos como os perímetros irrigados para salvar o pobre nordestino que vive na seca do semiárido. Também aqui ao longo do filme surgem várias vozes qualificadas, principalmente de agricultores familiares que conquistaram suas terras em assentamentos da reforma agrária. A lembrança da memória abissal quando trabalhavam para patrões e eram contaminados por agrotóxicos foi central na busca de alternativas que os levaram para a agroecologia e o convívio com o semiárido, tornando possível o impossível, ou seja, que não precisavam passar fome ou ter uma qualidade de vida indigna. Na perspectiva da sociologia das ausências, o documentário sobre a Chapada apresenta a voz da mulher que vivencia possibilidades emancipadoras com a agroecologia. Entretanto, somente este documentário traz a voz que representa as mulheres em suas lutas e resistências por direito e autonomia, e em nenhum deles aparece a voz das comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas,

como seria de se esperar nessa discussão. Apenas no filme “Nuvens de Veneno” essa voz se manifesta através de um dos enunciadores. Nas entrevistas, porém, a questão indígena é por vezes mencionada, e especificamente no caso do filme “Chapada do Apodi, morte e vida” a liderança sindical menciona diretamente que a compreensão dos modelos de agricultura apresentada pelo filme estimulou uma articulação mais ampla dos agricultores com outros povos da Chapada. Agricultores passaram, nas lutas travadas, a ver melhor grupos sociais como indígenas e pescadores, rompendo assim com barreiras culturais existentes na região.

Os três documentários tornaram-se uma ferramenta de luta para todas as comunidades envolvidas tanto diretamente na produção, como posteriormente na circulação dos vídeos feito por meio de diferentes estratégias, como debates em escolas, universidades, sindicatos rurais, e até no nível local comunitário e de pequenos municípios, quando se organizavam projeções na tela grande em plena praça pública. Isso fica claro nas falas das três vozes privilegiadas nas entrevistas realizadas, os cineastas, os movimentos sociais e os pesquisadores militantes, porém com papéis e pesos diferenciados em cada um dos filmes produzidos. Em “O Veneno está na Mesa”, a participação desses três lugares de interlocução foi ativa em todo o processo de produção e circulação, desde a construção do argumento e roteiro, passando pela seleção das experiências e locais a serem registrados, a edição final e posteriormente a circulação do documentário, com um processo qualificado de debates em diversos lugares e contextos por todo o Brasil. Movido por uma Campanha de caráter nacional com movimentos organizados nacionalmente como o MST e o MPA, além de organizações de atuação também nacional como a Fiocruz, o INCA e o Ministério Público do Trabalho, “O Veneno está na Mesa” é exemplar da escala espacial mais ampla que, desde o início, se propôs alcançar, o que ampliou a quantidade de vozes em diferentes estados do país que aparecem no documentário.

Já no “Chapada do Apodi, morte e vida”, as vozes do cineasta e do movimento social, no caso a ANA, participaram integralmente de todo o processo de produção. Já a voz da ciência militante aparece fortemente como fonte de pesquisa para a argumentação e o roteiro, que por sua relevância na região contribui de forma fundamental na aproximação do cineasta com as comunidades e entidades locais, além de aparecer ao longo do filme. Portanto, a voz da academia militante não atuou diretamente, no processo de produção de elaboração do roteiro e nas escolhas da edição final, ainda que a lente do cientista social estivesse presente na equipe do cineasta através do fotógrafo e parceiro de edição.

No filme “Nuvens de Veneno”, invertem-se esses papéis: é principalmente a voz do pesquisador militante, junto com a do diretor Beto Novaes, que assumem maior protagonismo

na construção dos argumentos, roteiro e edição final. No caso do cineasta, há uma especificidade, já que este também é professor universitário, mas que assumiu uma vida profissional dedicada à extensão e ao trabalho audiovisual articulado às lutas sociais, inclusive para o uso dos audiovisuais como material de ensino. A relevância da voz do pesquisador militante decorre de sua trajetória ativa nas pesquisas que conformam o conteúdo principal do filme. O filme carrega, portanto, o formato, as informações e visões elaboradas por essa voz da academia em seu processo de pesquisa. Os movimentos sociais e as comunidades atingidas, seja a de trabalhadores rurais, agricultores e a escolar, foram chamados desde o início para a construção do projeto, mas seu papel principal se deu nas entrevistas que foram feitas e aparecem ao longo do filme para fortalecer sua argumentação central de denúncia.

7.4.2- Ecologia de saberes: vivências e emergências

A segunda questão trabalhada na análise conjunta dos filmes envolve a noção de ecologia de saberes, como ela aparece e pode ser compreendida tanto na produção dos documentários, como no filme propriamente dito. Ou seja, como são incorporados, explicitados e expressos os saberes em sua pluralidade para além dos saberes científicos. Para avançar, parti de duas estratégias analíticas. A primeira está relacionada à busca de como a produção dos filmes e seu resultado final expressam a presença e o reconhecimento, mais que a pluralidade de vozes que marcam certa polifonia, dos saberes enunciados por tais vozes como legítimos. Falo aqui principalmente dos saberes de camponeses e das diversas comunidades atingidas a partir de suas experiências com a contaminação dos agrotóxicos, seja no meio ambiente, nos processos de adoecimento vivenciados em seus corpos, nos alimentos, no cotidiano escolar, do trabalho ou das implicações decorrentes da perda do mesmo, enfim, em suas vidas como um todo. Nesse caso, trata-se de perceber como emergem sentidos de saúde-doença para fora do cânone das ciências ambientais e da saúde, como a biomedicina e a toxicologia. A segunda estratégia implica em exercitarmos a sociologia das emergências para perceber como os documentários expressam vivências sociais em andamento que apontam para a transição paradigmática e sociedades pós-abissais. Por exemplo, novas concepções de agricultura, como a agroecologia, novas concepções e práticas de atenção à saúde menos biomédicas e abertas a outros saberes, novas perspectivas de economia, dentre outras alternativas.

A existência de diferentes saberes e os diferentes encontros entre eles está presente nos três documentários analisados. Isso decorre não apenas pela referência assumida dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, caso evidente da pesquisadora Raquel Rigotto do

TRAMAS/UFC no filme sobre a Chapada do Apodi. Como todos os filmes estão relacionados a situações concretas de transformação social que envolvem as lutas contra os efeitos nocivos do agrotóxico, contra a concentração de renda, a expulsão de agricultores camponeses de suas terras, ou ainda o anúncio de uma agricultura camponesa e agroecológica, em todos eles é marcante, com diferentes nuances, a existência de um processo de articulações entre diferentes sujeitos e seus saberes. Tais nuances dependem do contexto e das características que fazem com que certas vozes assumam maior ou menor protagonismo no filme.

No documentário “Chapada do Apodi, morte e vida” os trabalhadores rurais apresentados em algumas partes possuem saberes circunscritos à sua inserção dependente do trabalho que possuem na fruticultura do agronegócio e da falta de outras opções. Isso demarca um dos desafios mais complexos abordados pelo filme sobre como avançar nas lutas sociais a partir da articulação de duas situações que tendem a se opor. De um lado, o reconhecimento e ampliação das alternativas de enfrentamento do agronegócio pela reforma agrária e a agroecologia. De outro, a dependência econômica local e de inúmeras famílias do agronegócio, mesmo em circunstâncias em que há o reconhecimento e vivência dos sofrimentos provocados pelos agrotóxicos e outras formas de exploração do trabalho. Embora se trate de um desafio geral para todos os filmes, o documentário “Chapada do Apodi, morte e vida” é o que assume com mais vigor o debate das dificuldades em como superar a contradição entre a consciência dos problemas de saúde e as alternativas de enfrentamento a partir de outro modelo de agricultura. Isso fica claro não apenas nas falas da pesquisadora militante sobre esse desafio, mas também pelas falas dos trabalhadores rurais do agronegócio e das imagens que exploram seu cotidiano repleto de contradições em contextos de dificuldades extremas, inclusive de violências simbólicas como a propaganda do progresso, que se mesclam às físicas como no assassinato da liderança rural Zé Maria do Tomé. Esse mesmo documentário apresenta uma solução difícil, porém fundamental para superar tais contradições: é na capacidade de reinventar a luta diante das adversidades extremas que reside a esperança e os sentidos de transformação da realidade. O alimento da esperança que nutre possibilidades de ações concretas para a continuidade das lutas emerge da visibilização, ampliação e dos encontros entre os saberes envolvidos nas resistências e articulações políticas em diferentes lugares, espaços e escalas. Isso fica claro em diversos momentos, como no destaque dado à manifestação que relembra os três anos do assassinato de Zé Maria, e também na fala proveniente do lugar de interlocução da academia que reconhece e assume os saberes dos movimentos sociais e das comunidades, assim como o contrário. A voz da liderança camponesa local, que não admite perder as conquistas realizadas com a luta pela

terra e a agroecologia, é repleta de conceitos e conhecimentos que provém da interlocução e assessorias de diversos grupos de pesquisa e ONGs que atuam em ambas as frentes, a saúde e a agroecologia, como também do resgate dos conhecimentos tradicionais e ancestrais. Ainda no filme, a centralidade da ANA na produção do documentário representa, ela própria, um espaço permanente de circulação, integração e renovação de saberes. A criação e forma de funcionamento da ANA está assente em um tripé básico: a ciência engajada e sistêmica da agronomia a partir da compreensão dos agroecossistemas feita pela agroecologia; as práticas de trabalho e convívio com a natureza, a terra e o território realizadas por camponeses, agricultores familiares e comunidades tradicionais; e os movimentos sociais que organizam suas lutas e articulam suas relações com outros espaços e processos, em particular o Estado e as políticas públicas. Na produção do documentário o cineasta e sua equipe passam a ter acesso a outros saberes, particularmente as pesquisas do TRAMAS. Mas é no território, no trabalho de campo, que foram se concretizando as filmagens posteriormente usadas para o documentário, emergindo tanto saberes como ocultamentos, desmobilizações e impossibilidades vividas no cotidiano dos trabalhadores rurais.

O filme “O Veneno está na Mesa” também expressa uma ecologia de saberes pela forte articulação construída pela Campanha contra Agrotóxicos entre movimentos sociais e cientistas militantes, particularmente da saúde coletiva. Silvio Tandler, sendo um cineasta com formação em História com pós-graduação na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Cinema e História na França, tem plena consciência da falsa dicotomia a ser superada entre arte, ciência e política. A força do filme reside justamente na forma simultaneamente rápida, densa e atraente com que fatos históricos e certos eventos são selecionados e na sequência da edição final vão sendo revelados ao espectador, combinando falas de agricultores, técnicos e cientistas, muitas em off. Tais narrativas distintas articulam-se de forma a complementarem-se uma com as outras. Segue, assim, os ensinamentos de Paulo Freire, um dos grandes inspiradores das epistemologias do Sul, que diz não haver saberes maiores ou menores, saberes que são mais que os outros, há sim saberes diferentes. A habilidade de como lidar com esses diferentes saberes trouxeram uma contribuição valiosa ao filme. A argumentação científica possibilita diferentes compreensões do problema que cabem justamente ao trabalho sistematizado e validado por pares, como exige a estrutura acadêmica e científica. Mas logo em seguida, o que se sucede ao longo de todo o filme, são trazidos as vozes e os saberes de agricultores que viveram e vivem os efeitos perversos dos impactos dos agrotóxicos em seus corpos.

Outra característica marcante de “O Veneno está na mesa” é a sistemática conexão entre as origens e as causas estruturais dos problemas de saúde apresentados. Para isso, é recorrente o uso de narrativas e dados históricos, como a origem da criação dos agrotóxicos enquanto armas químicas com finalidades bélicas por empresas que, mais tarde, iriam apoiar um modelo de agricultura industrial dependente do agrotóxico. Essas poucas empresas se tornaram transnacionais com lucros exorbitantes, e na sequência é apresentado um conjunto de impactos à saúde, diretos e indiretos, como a contaminação ambiental, a morte de animais silvestres e resíduos de agrotóxicos nos alimentos. É a construção histórica e social que fornece sentido às informações subsequentes sobre a intoxicação de trabalhadores/as rurais, suas lesões, sequelas, ou seja, diferentes situações de sofrimento decorrentes dos adoecimentos e mortes relacionados aos agrotóxicos. Ainda que a ênfase principal seja a denúncia em torno desses efeitos, a ecologia de saberes é realizada para fornecer elementos que os associam ao desenvolvimento de um modelo de agricultura capitalista predatório e violento, sendo essa uma contradição central a ser superada no modelo neoextrativista da realidade latino-americana, aplicado mesmo em governos ditos progressistas de esquerda.

O documentário “Nuvens de Veneno” apresenta condições particulares em termos dos encontros de saberes construídos em sua produção e na expressão do filme realizado. De um lado, apresenta um caso de enorme importância pelas dimensões que o crescimento do plantio de grãos e do uso de agrotóxicos assumiu no cerrado brasileiro e no MT. Isso fez que as escalas territoriais municipais e estaduais transcendessem as realidades mostradas, sendo de interesse nacional e internacional diante das tragédias humanitárias associadas à pulverização aérea que atinge até escolas com crianças, e contamina a chuva e o leite de mães que amamentam. Embora não seja um tema diretamente abordado, transborda no documentário, assim como nos outros filmes de distintas maneiras, a dimensão dos direitos humanos na questão dos agrotóxicos. Boa parte da ecologia de saberes ao longo do “Nuvens de Veneno” retrata esse problema, ora pela vivência das pessoas intoxicadas, ora principalmente pela fala do pesquisador e militante que acompanha há anos o problema pela universidade, em articulação com a Fiocruz. Contudo, a tônica nos impactos dos agrotóxicos na saúde, assim como a ausência de organizações camponesas, grupos acadêmicos e ONGs vinculados à agroecologia na construção do filme, reduz o potencial de transformação sob a ótica da sociologia das emergências a partir da construção de outro modelo de agricultura.

7.4.3- Contribuições Metodológicas: Co-Labor-Ação, Co-Criação e Co-Produção

Por fim, a terceira questão está relacionada às metodologias colaborativas não extrativistas e suas implicações nas práticas artesanais de co-criação e co-produção de novos saberes e práticas. Me interessa discutir como a produção e a realização dos documentários selecionados podem subsidiar a produção de conhecimentos em comunicação e saúde e na saúde coletiva de forma alternativa a partir das contribuições das epistemologias do Sul. Para fazer isso exploramos um conjunto de reflexões desenvolvidas na primeira parte da tese e, em especial, no segundo artigo apresentado, relacionadas a duas limitações apontadas pelas epistemologias do Sul na produção de conhecimentos. A primeira refere-se à desconstrução da ideia do processo científico no campo social como algo estático e descontextualizado, baseado em regras e procedimentos rígidos que definem o aparente grau de cientificidade da pesquisa, incluindo sua objetividade e neutralidade. Como alternativa à essa concepção, Boaventura Santos se inspira em Wright Mills (1959) para propor uma artesanaria das práticas, ou seja, a ideia do pesquisador como um artesão e da investigação como um ofício. Articulei essa ideia aos escritos de Walter Benjamin (2015) ao refletir sobre a perda contemporânea dos conhecimentos tecidos nas experiências, a sabedoria, e expressos por diferentes narrativas não logocêntricas ou abstratas, que são por excelência a principal linguagem do conhecimento científico e erudito. O cinema, como outras artes práticas, assume um forte caráter artesanal em seu processo de realização e criação. No caso do documentário engajado como os que analisei, interessa-nos avaliar como as diversas vozes que surgem das entrevistas destacam essa capacidade de realização aberta ao contexto, ou seja, de como são enfrentadas as questões, dificuldades e oportunidades que surgem ao longo da produção e do próprio filme em si. Busquei então analisar as pistas de como, na realização do filme, surgem práticas colaborativas e solidárias que contribuem para produzir sínteses e enfrentar diversos limites, sejam eles oriundos da escassez de recursos financeiros, seja pelas disputas e contradições que afloram no diálogo entre movimentos sociais e cientistas. A segunda limitação é a rígida separação entre razão e afeto buscado pela ciência e suas proposições teóricas e metodológicas. Para avançar, quando possível resgatei as ideias de *corazonar* e razão quente, assim com a abordagem teórico-poética apresentada nas primeiras partes da tese.

Em todos os filmes, processos colaborativos são nítidos nas condições de sua produção, o que se constata principalmente nas entrevistas realizadas por esta pesquisa. Um aspecto para entender como a colaboração se materializa nos filmes é mais evidente quando analiso as condições de produção presentes e o confronto com seus resultados finais. Além dos baixos recursos e do limitado período de tempo para sua realização, havia a proposta de se produzir filmes num formato pensado para uma circulação com distintos públicos, e isso

exigia filmes com curta duração, de até 30 minutos, o que aconteceu com o “Nuvens de veneno” e “Chapada do Apodi, morte e vida”, mas que no caso específico do “O Veneno está na mesa” acabou sendo ampliado para média duração (entre 31 a 69 minutos). A realização dos filmes só foi possível pelas práticas colaborativas que viabilizaram, nessas condições, desde o acesso às informações de pesquisa até o traslado das equipes de filmagem aos locais, muitas vezes em lugares ermos em relação aos locais onde viviam as equipes de filmagem, não casualmente todas elas no Rio de Janeiro, o que evidencia o papel dessa cidade na história do cinema e do documentário engajado brasileiro. Tais práticas colaborativas ficam particularmente evidentes no “O Veneno está na mesa”, um documentário com poucos recursos, apenas 50 mil reais, mas que foi o único que acabou extrapolando o formato de curta metragem, registrando imagens e experiências em territórios distantes de todas as regiões do país, com uma grande quantidade de vozes, saberes e narrativas que somente seriam possíveis com recursos muito maiores, caso não houvesse a colaboração que existiu. No caso do “Chapada do Apodi, morte e vida” numa escala menor em termos de abrangência territorial, essa colaboração também aconteceu nos três intensos dias de filmagem com o uso de recursos bastante limitados. Já no “Nuvens de Veneno”, a colaboração ocorre mais no processo de viabilização dos contatos para as entrevistas realizadas e que aparecem no filme.

Portanto, a produção colaborativa é nítida nas condições de produção dos três documentários, e isso vai se refletir na materialidade dos filmes pela diversidade e quantidade de vozes, saberes e narrativas de diferentes grupos que aparecem proporcionalmente em formatos de curta e média duração.

A conexão entre ciência, comunicação e arte, relacionada ao que podemos denominar de razão quente ou *corazonar*, foram captadas, de forma diferenciada, nos três documentários. No “Chapada do Apodi, morte e vida”, o lado artístico, estético e sensível emerge a todo o momento, já que este é o filme que mais trabalha com textos sem palavras, com imagéticas que ilustram o cotidiano e expressam ora a beleza dos cenários, ora a solidão, o sofrimento, as pequenas alegrias e a vontade de lutar em diversas cenas, desde o momento de lazer no banho de família na barragem construída para o perímetro irrigado que escuta um som de música vinda do alto falante do carro, até a passeata em procissão que homenageia Zé Maria do Tomé. Já os outros filmes utilizam-se muito mais das informações e saberes narrados pelas várias vozes, numa sequência sem muitas pausas para respirar e apreciar a força das poucas imagens sem palavras que vão surgindo, embora elas sempre apareçam.

Em “O Veneno está na mesa”, a razão quente é trazida pela fala do representante do movimento social na entrevista concedida a esta pesquisa, quando este evoca a capacidade do

cinasta que, num primeiro momento, assiste silenciosa e atentamente as tensões e impasses do que deve entrar ou não nos cortes do processo de edição, e no encontro seguinte surge com uma proposta imagética de sequências que dilui impasses e permite a continuidade do trabalho construtivo, em que a co-labor-ação é feita pela co-criação através da capacidade de escuta profunda e síntese do cinema pelo cineasta. No filme isso também se materializa com a estratégia simbolizar a voz da mídia hegemônica, que mesmo apoiando os discursos contra os agrotóxicos, o faz com a lente do mercado e da ideia de progresso econômico. No “Chapada do Apodi, morte e vida” isso também acontece quando, apesar do planejamento inicial prever a ida para a procissão da comunidade contra a violência pelo assassinato de Zé Maria, o cineasta tem a sensibilidade de permanecer em diálogo e escuta profunda com trabalhadores rurais que o recebem. Esse elemento permitiu construir a cena que expressa um aspecto central do filme, os diferentes modelos de desenvolvimento. A cena retrata o modelo de desenvolvimento do agronegócio por meio de um cotidiano que contrasta as imagens na residência do trabalhador rural com a televisão e o equipamento de som comprados por seu salário, mas que mal podem ser usufruídos pela falta de tempo e a precariedade das condições de saúde em situações de exploração extrema e exclusão radical.

No documentário “Nuvens de veneno”, há um momento particular em que a razão quente se expressa com força. Ele aparece quando surgem três falas seguidas, a do pesquisador, da diretora da escola e da trabalhadora vinculada, como representante de uma organização sindical, ao controle social do SUS por meio da comissão estadual de saúde do trabalhador do MT. As vozes convergem no questionamento do sentido de se perseguir um modelo de agricultura com tantas violências e barbáries. Ao final, esse modelo produz riquezas para os grandes produtores rurais nacionais, as indústrias multinacionais do veneno e os países que importam essa produção. Mas, a comoção da cena surge quando, mesmo vivendo uma situação semelhante à barbárie de uma guerra, clamam pelo diálogo entre movimentos sociais, pesquisadores, escolas e até mesmo os fazendeiros que participam desse modelo para buscar uma alternativa.

Em todos os filmes constata-se que a produção da riqueza feita pelo agronegócio encontra-se radicalmente divorciada dos interesses dos que vivem e trabalham nos territórios atingidos. A denúncia técnico-científica alia-se ao afeto ao expressar a indignação de todos pelo sentido do modelo econômico e tecnológico daquela agricultura. Esse aspecto, evidente em todos os documentários, mostra a potência do cinema para integrar produção de conhecimento e ética, e através disso construir as bases de um conhecimento transformador.

8. DIÁLOGOS INACABADOS

Nessas palavras finais, que denominei de diálogos inacabados, me permito um espaço de reflexão mais livre, uma tentativa de estabelecer pontes entre a razão e o coração que impulsionaram o doutorado.

Ao longo da construção da tese passei por vários momentos que retratam limites, dificuldades, desafios, tensões e avanços de ordem tanto pessoal, da vida, como da compreensão proveniente dos referenciais que elegi aprofundar. Com o tempo, fui percebendo que um projeto de doutorado, assim como a vida, só termina quando o ciclo do tempo, no caso acadêmico e institucional, nos diz que temos que encerrar. Aliás, ainda bem. Me sinto mais segura e renovada para outros ciclos que virão.

O final de uma tese é o que conseguimos alcançar nesse percurso, e nessas palavras finais gostaria de destacar alguns elementos que me animam, mas por vezes também me colocam dúvidas, me espantam e me estarrecem.

Começo pelo estarrecimento. Ele decorre da constatação, acirrada ao longo da pesquisa, que as realidades retratadas pelos filmes analisados apresentam tantas violências radicais, abissais. Elas envolvem condições de exploração e práticas de invisibilização que retiram das pessoas sua condição básica de portadores de direitos, de saberes, de autonomia e dignidade.

Por outro lado, ao longo do doutorado um sentimento de muita esperança também foi crescendo dentro de mim, mesmo com todo esse processo de crise que foi se intensificando no Brasil e em boa parte do planeta. Busquei com o projeto de doutorado perseguir as bases de um trabalho acadêmico que fosse mais coerente com minha história de vida e trabalho, fruto de um caminho profissional e que não se afasta de meu trabalho espiritual, de minha família e meu casamento, este uma convergência de duas almas que se uniram família, espiritualidade, amor e trabalho. Por isso defender a tese de doutorado é, literalmente, um ritual de passagem.

Em minha trajetória profissional e pessoal anterior ao mestrado, tive uma série de experiências de trabalho e formação no campo da educação que questionavam o papel da academia na construção de uma proposta pedagógica mais viva. Porém, quando nossa proposta “Aprendendo com as Histórias”, desenvolvida na Escolinha de Artes Granada e que mencionei na introdução da tese, entrou nas escolas públicas, vi a necessidade de uma formação acadêmica para poder assinar os projetos, já que ninguém naquele grupo possuía uma titulação acadêmica no campo da Educação. Foi aí que li, pela primeira vez, um texto de Boaventura de Sousa Santos, e percebi que poderia encontrar na academia um entendimento intelectual da minha convicção de ser necessário e possível construir um outro tipo de

pensamento antenado com a vida. Trata-se, como Boaventura define as epistemologias do Sul, de construir um pensamento alternativo de alternativas.

Não diria que o diálogo entre a comunicação com as epistemologias do Sul foi ou é fácil, pelo contrário. Não se trata propriamente de um porto seguro que alcançamos com bússolas precisas. Afinal de contas, como diz o poeta: “navegar é preciso, viver não é preciso...”

Ao longo desse caminho, repleto de momentos de Sol, mas também algumas tempestades e medos de não conseguir chegar viva na praia, tentei não me perder num emaranhado de autores e referenciais que fui conhecendo e me aprofundando no campo da comunicação e das ciências sociais. Alguns mais encantadores que outros, e com o tempo fui selecionando e focando melhor meus objetos teóricos e empíricos. Aos poucos fui me municiando de certas bússolas externas, como os conceitos que fui aprendendo a dominar principalmente da teoria da produção social de sentidos e das epistemologias do Sul.

Mas fui e sou guiada também por bússolas interiores, convicções, intuições, sentimentos. Os meus nunca deixaram de me dizer que as epistemologias do Sul, trabalhadas no diálogo entre a velha cidade de Coimbra com o mundo, iriam me servir como um porto seguro, ainda que inevitavelmente muitas tempestades e riscos fizessem e ainda farão parte da jornada. Propostas como pensamento abissal, ecologia de saberes, sociologias das ausências e emergências, artesanias das práticas e metodologias colaborativas não extrativistas têm me ajudado muito, assim como a outras pessoas que querem conhecer para transformar. É uma utopia aproximar a ciência da vida, aprender a pensar o presente a partir do passado em direção a um futuro incerto, mas sem abandonar o que a humanidade já produziu de mais relevante em suas múltiplas formas de busca por realização e dignidade, e que em meu trabalho denomino de lutas ou conhecimentos emancipatórios.

Um dos autores que conhecia e retomei durante minha estadia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cidade onde vivi com minha família por mais de um ano, foi Tierno Bokar. Um sábio de Mali que viveu entre 1875 e 1938, conhecido por promover um pensamento muçulmano ecumênico e cosmopolita a partir das lutas contra o colonialismo na África. Ele vivia numa região com a forte influência dos saberes tradicionais dos *dogons*, povo cujo nome significa "aqueles aos quais foi dada a palavra", expressa mais pela tradição oral dos sábios que por meio de livros. Há um texto atribuído a Tierno Bokar em que ele diz:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

Os referenciais da comunicação e das epistemologias do Sul envolvem elevada complexidade e capacidade de abstração para a interpretação de realidades que envolvem simultaneamente as dimensões sociais, comunicacionais e epistemológicas que me interessam. A compreensão dos referenciais assumidos exige uma leitura e erudição difíceis de alcançar nos anos do doutorado. Por tudo isso, gostaria de terminar essas conclusões inacabadas pontuando tanto certos avanços, como alguns dos limites e desafios desse trabalho. Faço isso também com a intenção de registrar e, quem sabe, contribuir com trabalhos futuros dos interessados nas discussões aqui trabalhadas.

A produção dos documentários que aqui estão em pauta não deve ser inscrita apenas em uma forma de concorrência por visibilidade. Tanto quanto seu conteúdo milita por um modelo outro de agricultura e desenvolvimento, tais documentários se inscrevem num esforço que lhes transcende para a construção de um modelo de comunicação que, ao se articular às lutas sociais dos grupos radicalmente excluídos, não centraliza a voz. Busca sim democratizar e fazer convergir diferentes vozes, daí a importância dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia.

A explicitação e articulação das vozes em lutas por dignidade, ao promover a amplificação do que costuma ser silenciado pelo pensamento abissal, colocam pelo menos dois desafios para a comunicação a partir das epistemologias do Sul. O primeiro desafio é reconhecer que estamos falando não apenas de vozes, discursos, textos e pontos de vista, mas de saberes que são legítimos, embora não reconhecidos como tais por se encontrarem fora do cânone científico. Para legitimá-los é preciso adicionar à dimensão comunicacional das vozes e discursos a dimensão epistemológica dos saberes não científicos das populações excluídas e suas lutas por reconhecimento. Isso se concretiza pela emergência de uma ecologia de saberes, uma proposição que vai além da polifonia dialógica ao modo de Bakhtin. Esta é muito importante, pois permite caracterizar o fenômeno da linguagem como ontológico (ou se é dialógico ou não se é) e entender a língua como arena das disputas simbólicas, ao sinalizar a existência de diferentes "sotaques", com diferentes repercussões sobre os efeitos de linguagem. A ecologia dos saberes, por sua vez, favorece a compreensão das disputas pelo modo de hierarquização dos saberes e pelos critérios do que vai ser mostrado ou ocultado. A aposta principal desta tese consiste na articulação sinérgica entre os dois referenciais teóricos,

e a análise conjunta dos três documentários selecionados realizada no item 7.4 indica, em minha avaliação, para a potência dessa proposta.

Contudo, uma dificuldade central para se avançar nesse desafio está no reconhecimento que caminhamos num terreno pantanoso que envolve tanto a contradição como o paradoxo de adotarmos como referenciais científicos conceitos, metodologias e práticas institucionais nascidos e difundidos dentro da modernidade eurocêntrica. A contradição decorre do fato de os saberes científicos, ao permanecerem fechados em sua pretensa superioridade, negam e subalternizam os saberes não científicos, e dessa forma não estabelecem o necessário diálogo intercultural que inevitavelmente é aberto pelo reconhecimento do que está em jogo com lutas de transformação social. Por sua vez, o paradoxo decorre do fato de que não há outra alternativa possível que não seja partir desses conhecimentos para o diálogo e a construção de uma ecologia de saberes, e a partir daí transformá-los em direção a uma transição paradigmática.

O caso dos agrotóxicos é emblemático, pois envolve vários saberes oriundos das ciências biomédicas e da saúde, como a clínica e a toxicologia, ou ainda das ciências ambientais. O elemento que vai marcar a abertura para o diálogo e uma ecologia de saberes tem por base a ciência militante assumida pelos pesquisadores que participaram dos filmes e foram entrevistados ao longo da pesquisa. Em vários momentos da análise dos filmes, apoiados principalmente pelas propostas das epistemologias do Sul, evidenciaram-se modos de produção de conhecimentos que vão na direção contrária dos objetivos de objetividade e imparcialidade exigidos pelo cânone científico, e por isso são sistematicamente taxados de ideológicos e não científicos. Mas é justamente esse caráter militante, ativista e solidário dos pesquisadores que permitiram um acúmulo persistente de conhecimentos sobre os problemas das realidades que são expressos nos filmes de várias formas, mas sempre contextualizada dentro dos territórios nos quais se inserem.

Acho que aqui chego a uma das conclusões relevantes desse trabalho: jamais esses filmes teriam sido produzidos e circulados para um público mais amplo, pelo menos com a densidade e propriedade com que os saberes científicos são tratados já como um exercício de tradução intercultural, se não fossem a partir de pesquisadores comprometidos de corpo e alma com as lutas sociais em questão, assim como de cineastas sensíveis e engajados, e de movimentos sociais abertos a compartilhar seus saberes e vivências de modos coletivos e colaborativos de lutar.

O segundo desafio para a comunicação provocado pelas epistemologias do Sul se refere às metodologias colaborativas não extrativistas, concretizado por meu objeto empírico,

o cinema documentário. Ele abre espaços de experimentação social e epistemológica proposta pela ecologia de saberes que buscam transpassar as rígidas fronteiras entre ciência, arte e política construídas pela modernidade. Mais que uma apropriação ferramental da arte, de forma similar ao que costumeiramente ocorreu e continua a acontecer com a própria comunicação, sua relação com a produção de conhecimentos pelas epistemologias do Sul coloca como desafio superar as linguagens logocêntricas e eruditas da ciência. O cinema, escolhido como objeto dessa tese, é apenas um dos vários caminhos que podem ser abertos para pensarmos sobre a emergência da ecologia de saberes e diálogos interculturais. Eles incluem inúmeras outras linguagens e expressões artísticas, como o Hip Hop e o Rap, a música popular e regional, a dança, a poesia, a contação de histórias, sempre e quando articuladas a lutas sociais por reconhecimento e contra exclusões radicais. Todas elas assumem inúmeras possibilidades de conectar conhecimentos com diferentes sentidos corporais e afetivos, e buscam superar o atual divórcio que afasta ciência e ética dentro da modernidade capitalista e colonial.

No caso do cinema, como já dito nas primeiras partes da tese quando cito Jean-Claude Carrière e Walter Benjamin, o filme e sua equipe de produção retomam, com os recursos tecnológicos atuais, uma função muito antiga em diferentes sociedades anteriores à moderna, simultaneamente mágica e educativa. Trata-se de uma base estratégica para as narrativas de comunicação que retomam o tornar comum através da arte de contar histórias. Acredito que o cinema, apesar de ser fonte de dominação e alienação da mesma maneira que outros dispositivos modernos como a internet, se apresenta como um potente espaço tanto de comunicação como de aproximação entre ciência e arte numa perspectiva emancipadora. O risco aqui é justamente como não cair nos fetichismos exclusivistas que vêm no cinema apenas seus lados positivos.

A partir das discussões anteriores, resgato minha proposta de que os documentários analisados trabalham com elos silenciados que podem expressar tanto a produção social de sentidos como as sociologias das ausências e emergências. Eles fazem isso na medida em que resgatam, confrontam e ressignificam novos-velhos sentidos de saúde, natureza, trabalho, economia e direitos, entendendo tanto os processos de produção das não existências que se encontram por detrás dessas lutas, como as possibilidades abertas de transformação social em direção a sociedades pós-capitalistas, pós-coloniais e pós-abissais. Tanto as ausências como principalmente as emergências necessitam, para serem compreendidas e incorporadas na produção de conhecimentos, não apenas de novos paradigmas e referenciais teóricos, mas de novas linguagens, metodologias e práticas colaborativas.

Nesse final de tese me sinto ainda mais propícia a ver na iniciativa da agroecologia um dos projetos utópicos mais relevantes da atualidade, presentes no cotidiano de inúmeras comunidades do campo e, cada vez mais, de populações urbanas que vivem a crise de alienação e fragmentação nas cidades. Tal proposta resgata práticas e saberes do campesinato e outros povos das florestas e águas, vinculados a uma busca da construção permanente de autonomia tanto no âmbito do trabalho, como na relação com a natureza que impregna cosmovisões e produções simbólicas presentes na cultura desses povos. Ao mesmo tempo, a agroecologia reconhece e busca a integração do conhecimento científico da natureza, das técnicas e do funcionamento da ecologia, da agronomia, dos mercados com novos sentidos sociais, como os mercados institucionais produzidos por políticas públicas brasileiras como o PAA e o PNAE, as feiras agroecológicas, dentre outros experimentos que se encontram atualmente em pleno retrocesso diante do golpe político-judicial-midiático em curso.

Para uma transformação emancipatória considero essencial entender os projetos de sociedade em disputa em situações concretas, e a partir daí repensar formas de viver a criatividade individual e coletiva a partir dos espaços de emergência de transformações, o que incluem as tensões e conflitos produzidos pelas exclusões radicais que oprimem, mas também a partir das mobilizações que resistem e constroem alternativas de saberes e práticas na direção de conhecimentos e sociedades pós-abissais.

A meu ver, neste contexto, a produção de documentários potencializa novas constelações por trazer consigo processos criativos que valorizam experiências humanizadoras para além da gramática da linguagem textual e discursiva, ampliando e articulando novos sentidos de saúde, natureza, trabalho, alimentação.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Estudos científicos e conflitos de interesse: por uma ciência a favor da vida. Nota Técnica. 2016. Disponível em:

<https://www.abrasco.org.br/site/2016/03/nota-estudos-cientificos-e-conflitos-de-interesse-por-uma-ciencia-a-favor-da-vida/>

ALMEIDA-FILHO, Naomar. A problemática teórica da determinação social da saúde. In: Roberto Passos Nogueira (Org.). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

ALMEIDA, Silvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**: subsídios a formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. ASPTA, Rio de Janeiro, 2001.

AMULETO de Ogum. Néilson Pereira dos Santos, (112 min): sonoro, colorido. 1974.

ARAÚJO, Inesita Soares de. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 2000.

_____. Materiais Educativos e Produção de Sentidos Sociais na Intervenção Social. In: Monteiro, S & Vargas, E. (Org.). **Educação, Comunicação e Tecnologia**: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006:49-69.

_____. **Mercado simbólico**: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.8, n.14, p.165-177, 2004.

_____. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde**, 2009, v.3, n.3, pp.42-50.

_____. **A percepção da comunicação como parte do processo de determinação social da saúde** [entrevista na internet]. Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil; 2013 Nov. 28. Entrevista concedida a Jaqueline Pimentel. Disponível em: <http://dssbr.org/site/entrevistas/a-comunicacao-como-ciencia/>

ARAUJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 152 p., 2007.

ARAUJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda; LERNER, Kátia. **Comunicação e saúde**: um olhar e uma prática de pesquisa. ECO-PÓS, 2007, v.10, n.1, pp.79-92.

ARAUJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda; MURTINHO, Rodrigo. **A Comunicação no Sistema Único de Saúde**: Cenários e tendências. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN, 9, México DF, 2008. Disponível em:

<http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Comunicacion_y_salud/ponencias/GT7_12Inesita.pdf>. Acesso em: 18 mar 2016.

ARAUJO, Inesita Soares de; MOREIRA, Adriano Delavor; AGUIAR, Raquel. Doenças negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde**, 2013, n.6. Disponível em: <<http://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/738>>.

ARAUJO, Sara; SANTOS, Sofia José. Os Media e a proposta das Epistemologias do Sul. JANUS - Anuário, **OBSERVARE** Observatório de Relações Exteriores. 2017; 78-79.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The postcolonial studies**: the key concepts. 3rd ed. London: Routledge, 2013.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. **Pesquisa (ação) em saúde ambiental**. Recife: Editora Universitária, 2001, 149 p.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FERREIRA, Angelica Fonseca e CORBO, Anamaria D'Andrea (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz; 2007. p. 51-86.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Editora Martins Fontes, São Paulo 1997.

_____. **Estética de la creación verbal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1985.

BARBERO, Jesus Martim. **Dos Meios às Mediações Comunicação, Cultura e Hegemonia**.

Rio de Janeiro: 4ªed. 2006.

BARBOSA, Ana Mae Arte-educação: perspectivas. **CEPE**. Recife, 1988.

_____. **Arte-educação pós-colonialista no Brasil**: aprendizagem triangular. In: Comunicação e Educação, v. 01, n.02, p. 59-64. jan./abr., 1995.

BARBOSA, Jessyka Mary Vasconcelos. Recomendações para enfrentamento dos determinantes sociais da saúde direcionadas pela **1ª Conferência Regional sobre DSS – Nordeste**, 2013.

BARTHES, Roland. **The Semiotic Challenge**. Oxford: Basic Blackwell, 1993, p. 95 – 135.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: Barthes R. et al. **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 7 ed; 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 12ª Edição, 2014.

BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Walter Benjamin, Linguagem tradução, literatura**. Obras Escolhidas de Walter Benjamin 5, Porto: Assírio & Alvim, 2015 (edição e tradução de João Barrento), pp. 147-178.

BERGALA, Alan. **A Hipótese-Cinema**: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklink e CINEAD/UFRJ, 2008.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** - Artigo do mês: set. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.460, 12 de dezembro de

2005. Cria e define a coordenação e os representantes no Grupo da Terra. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/portaria_2460.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BREILH Jaime. **Epidemiologia Crítica**: Ciência Emancipadora e Interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud. Em: C. Eibenschutz, S. Tamez, R. González. **¿Determinación social o determinantes sociales de la salud?** Memoria del Taller Latinoamericanos sobre Determinantes Sociales de la Salud. Ciudad de México: Ed. U. Autónoma Metropolitana, 2011.

CABRA marcado para morrer. Eduardo Coutinho. (119 min): sonoro, colorido. 1984.

CARDOSO, Janine; ARAUJO, Inesita Soares de. Verbete COMUNICAÇÃO E SAÚDE. In: **Dicionário Da Educação Profissional em Saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). Rio de Janeiro: EPSJV, 2006, p.94-103.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, 8(2), 331-338, 2014.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **O círculo dos mentirosos**: contos filosóficos do mundo inteiro. São Paulo: Códex, 2004.

CHAPADA do Apodi, morte e vida. Tiago Carvalho. (28 min): sonoro, colorido. 2013.

CINCO vezes favela. Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman. (92 min): sonoro, p&b. 1962.

COSTA, Luiz Rosalvo. Ideologia e divulgação científica: uma análise bakhtiniana do discurso da revista Ciência Hoje. Bakhtiniana. **Revista de Estudos do Discurso**. 11 (2): 33-51, 2016.

COSTA, Marisa Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Org.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. In: _____ (Org.). **Caminhos Investigativos II**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. v. 1. 157p.

COUTINHO, Eduardo. O Cinema Documentário e a escuta sensível da alteridade. In: **Projeto História 15**: 175-77, 1997.

COUTO, Mía. **Conferência de Abertura**. Seminário Internacional Determinantes Sociais da Saúde, Intersetorialidade e Equidade Social na América Latina. Rio de Janeiro, 2015.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS Carlos Machado (Org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53

DEWEY, John. **A arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FACCHINI, Luiz Augusto; SOUZA, Luis Eugenio de. Apresentação. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. 2 ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FARIA, Glauco. Chapada do Apodi: a resistência da agricultura familiar contra o agronegócio. Entrevista com Tiago Carvalho. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, set. 2013. Seção Brasil. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/chapada-do-apodi-a-resistencia-da-agricultura-familiar-contra-o-agronegocio/> Acesso em: 28 nov. 2017.

FASANELLO, Marina Tarnowski; PORTO, Marcelo Firpo. A arte de contar histórias, integrada a outras linguagens de arte: uma prática pedagógica na educação básica. **Pro-**

Posições vol.23 no.3 Campinas Sept./Dec. 2012.

FASANELLO, Marina Tarnowski, ARAUJO, Inesita Soares & PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Produção audiovisual nas lutas dos movimentos sociais do campo no Brasil: dimensões comunicacional e epistemológica. **Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, 5(2): 118-147, 2016.

FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **RECIIS** (2018), no prelo.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 30ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Rio de Janeiro: L&PM, 1994.

GARDINER, Michael. O carnaval de Bakhtin: a utopia como crítica. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Org.). **Mikhail Bakhtin**: Linguagem, Cultura e Mídia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Panorama do documentário no Brasil**. DOC on line 1: 79-91, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Civilização Brasileira: 1985.

GRILLO, Nícia. **As Histórias da Tradição Sufi**. Rio de Janeiro: Edições Dervish, 1996.

GRILLO, Nícia. **O Guerreiro Invisível e Outros Contos do Tempo**: Uma Antologia da Tradição Viva. Rio de Janeiro: Editora Jaquatirica, 2016.

GUDYNAS Eduardo, ACOSTA Alberto. **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa**. Utopía y Praxis Latinoamericana 16(53):7183, 2011.

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar El Sentido de Las Epistemologías Dominantes Desde Las Sabidurías Insurgentes, Para Construir Sentidos Otros de La Existencia. Calle 14: **Revista de Investigación En El Campo Del Arte** 4 (5): 80–95. 2010.

HALL, Stuart. **A centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções do nosso tempo. In Educação e Realidade, Porto Alegre v. 22 n. 2 p.15-46 jul.dez. 1997.

HEFFNER, Hernani. Hernani Heffner: depoimento [jul. 2016]. Entrevistadora: Marina Tarnowski Fasanello. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à produção da tese de doutorado.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Programa de Aquisição de Alimentos**: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar Soc. & Nat., Uberlândia, 25 (3): 469-483, set/dez/2013.

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz, et al. O Projeto Vidas Paralelas Indígena e a construção da interculturalidade na formação em saúde: um estudo de caso. **Tempus Actas de Saúde Coletiva** 6 (1): 23-35, 2012.

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz e SEVERO, Denise Osorio. Movimentos sociais e participação em contexto de conflitos socioambientais: uma proposta de matriz de análise. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, 8(2), 27-45, jun, 2014.

HUTCHEON, Linda. O carnavalesco e a narrativa contemporânea: cultura popular e erotismo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.) **Mikhail Bakhtin**: Linguagem, Cultura e Mídia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

ICICT et al. **Comunicação e determinação social da saúde**: Contribuição para o debate. Reunião prévia à Conferência Regional sobre DSS. Recife, 2013.

JARDIM nova Bahia. Aloysio Raulino. (15 min): sonoro, colorido. 1971.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 12ª Edição, 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, **Serie Antropológica**. N° 322. 31. 2002.

MACHADO, Beatriz. **A trama e a urdidura**: um ensaio sobre educação a partir do Encantamento. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACHADO, Regina Stela.Barcelos. Rasas razões. In: Barbosa, AM (org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez; 2008.

_____. Sobre mapas e bússolas: apontamentos a respeito da Proposta Triangular. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2010, v. 1, p. 64-79.

MACHADO, Paulo (2008). **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade**. Brasília: MS/ANVISA.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, Pontes/UNICAMP, 1993.

MARIÁTEGUI, J. C. **La escena contemporânea**. Lima: Editorial Minerva, 1925.

MARTINEZ-ALIER Joan, et al. Between science and activism: Learning and teaching ecological economics with environmental justice organisations. **Journal of Political Ecology** Vol. 21, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais-projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Ed. UFMG, 20

MINAYO-GOMEZ, Carlos. Produção de conhecimento e intersetorialidade em prol das condições de vida e de saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Ciência & Saúde Coletiva** 16(8): 3361-3368, 2011.

MILLS, Charles Wright. **The Sociological Imagination**. Harmondsworth: Penguin; 1959.

MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In NUNES, João

Arriscado e ROQUE, Ricardo (org.) **Objectos impuros**. Experiências em estudos sociais da ciência Porto: Edições Afrontamento, 2008.

NOGUEIRA, Roberto Passos (org.) **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, (80), 45-70, 2008.

NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. **Revista Crítica de Ciências Sociais** 2003, 65: 129-150.

NUVENS de veneno. Beto Novaes. (23 min): sonoro, colorido. 2013.

O VENENO está na mesa. Silvio Tendler. (49 min): sonoro, colorido. 2011.

PALMA, Danielly CA. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT [dissertação]. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso; 2011.

PAÍS de São Saruê. Vladimir Carvalho. (1h 20min): sonoro, colorido. 1971.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino. **É veneno ou é remédio? agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIGNATI, Wanderli Antonio; MACHADO, Jorge Huet Mesquita. Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso. **Ciência e Saúde Coletiva** 10(4): 961-978, 2005.

PINTO, Milton José. **As marcas linguísticas da enunciação**. Esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numem, 1994.

_____. **Comunicação e discurso**: introdução à Análise de Discursos. São Paulo: Hacker, 2ª edição, 2002.

PIRES, Dario Xavier; CALDAS, Eloisa Dutra; RECENA, Maria Celina Piazza. Uso de

agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(2):598-605, 2005.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2013, vol.18, n.11, pp.3213-3222.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PIVETTA, Fátima. Por uma Promoção da Saúde Emancipatória em Territórios Urbanos Vulneráveis In: CZERESNIA, Dina & FREITAS, Carlos Machado Org. **Promoção da Saúde, conceitos, reflexões, tendências**. Ed. Fiocruz. 2ªed. 2009.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza, et al. Produção compartilhada de conhecimento e cidadania: a experiência da comunidade ampliada de pesquisa-ação do Laboratório Territorial de Manguinhos, RJ. In: Toledo, R.F. e Jacobi, P.R. (orgs.). **A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente**: princípios, desafios e experiências interdisciplinares. São Paulo: Annablume; FEUSP, PROCAM, FAPESP, 2012, p. 193-229. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

PORTO, Marcelo Firpo. & FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciênc. Saúde Coletiva**, 17(6): 1493-1501, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (10): pp.4071-4080, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>. Acesso em: 1 out. 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina” em **Estudos**

Avançados (São Paulo) Vol. 19, Nº 55, 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa. A mise-en-scène do documentário: Eduardo Coutinho e João Moreira Salles. **Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual** 1 (1): 16-53, 2012.

READ, Herbert. *A Educação pela Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin e os estudos da comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. (Org.). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(06), 1533-1542, 2012.

RODRIGUES, Flavia Lima. Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro. **CES Revista** 24: 61-73, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 62, 237-280, 2002.

_____. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56)

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos Cebrap** 79, novembro 2007, p. 71-94.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política, S. Paulo, Porto: Cortez Ed., Afrontamento, 2006.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. Travessias, **Revista de Literatura e Ciências Sociais em Língua Portuguesa**. 2007; 6-7:36.

_____. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, 2009 (2):10-18. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Di->

reitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf

_____. **Nas mãos de Alice**. S. Paulo, Porto: Cortez Ed., Afrontamento, 2013.

_____. A filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascal. In: Santos, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora; 2014. p.467-507.

_____. Um olhar sobre o dossiê a partir da ecologia de saberes. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2015.

_____. A Sociologia Pós-Abissal: Metodologias Não Extractivistas. Aula magistral dada em 15/05/2017. CES/Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-videos/video-master-class-may-15-post-abysal-sociology-non-extractive-methodologies/?lang=pt>.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Paula; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para Ampliar o Cânone da Ciência. A diversidade epistemológica do mundo, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), **Semear Outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 19 – 101, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Aledina/CES, 2ª edição, 2014.

SANTOS, Milton. O Retorno do território. In; SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora USP, 2005.

SCHILLER, Friedrich; **A educação estética do homem: numa série de cartas**. São Paulo: Editora: Iluminuras, 1995.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Org.) **Mikhail Bakhtin: Linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

TEIXEIRA, Carmem Fontes; PAIM, Jairnilson Silva; VILASBOAS, Ana Luiza. SUS, **Modelos assistenciais e vigilância da saúde**, 1 Texto elaborado para a Oficina de Vigilância

em Saúde do IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 1998.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. A. Dilemas na promoção da saúde no Brasil: reflexões em torno da política nacional. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. 2007, 11(22), 223-38.

TYGEL, Alan Freihof et al. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. *Agriculturas* 11(4): 38-42, 2015.

VALLA, Victor Vincent. Organizador. *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*, Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

_____. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.

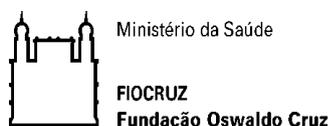
WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, 22(40): 131-143, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ANEXO 2- ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

ANEXO 3- INTRODUÇÃO À ENTREVISTA



ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: O AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO:
Produção dos sentidos, determinação social da saúde e ecologia de saberes
Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica - ICICT/Fiocruz

Pesquisador(a) responsável: Marina Tarnowski Fasanello

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação: Informação e Comunicação em Saúde. A pesquisa, com finalidade exclusivamente científica, tem como objetivo de configurar e analisar a dimensão comunicacional dos processos de produção de sentidos relacionados à determinação social da saúde e às novas formas de produção de conhecimento enquanto estratégia resistência no contexto das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia.

Pretendo assim reconhecer os espaços e estratégias de produção e circulação dos audiovisuais produzidos pelas articulações em torno das lutas sociais contra os agrotóxicos e pela agroecologia; discutir a comunicação à luz dos referenciais da determinação social da saúde; identificar as diversas vozes que se expressam e se articulam nos audiovisuais.

A razão de você estar sendo convidado, se deve ao fato de ter participado da produção ou circulação de um dos audiovisuais selecionados na pesquisa. Sua participação se dará por meio de entrevista com relação às atividades realizadas no âmbito da produção e circulação de algum dos audiovisuais selecionados. Dentre outros, serão levantadas os seguintes temas: a origem do projeto e seus principais objetivos; os grupos acadêmicos, movimentos sociais, organizações e profissionais do audiovisual envolvidos, bem como seus papéis; o desenvolvimento do roteiro e sua realização; avaliação do resultado final, bem como de sua circulação. A entrevista será filmada e gravada e estima-se que dure cerca de duas horas.

Sua participação é voluntária, não implica despesa ou envolve remuneração e não implica riscos significativos. Porém, informamos que, caso concorde em participar, mesmo diante dos esforços, existe a possibilidade de sua identidade ser revelada na publicização dos resultados da pesquisa.

Salientamos que, a qualquer momento, terá o direito de esclarecer dúvidas e obter informações sobre qualquer aspecto referente à pesquisa, assim como interromper a sua participação, sem nenhum prejuízo ou penalidade. A pesquisadora Marina T. Fasanello e o comitê de ética poderão ser contatados nos endereços abaixo e mais informações poderão ser obtidas na Gestão Acadêmica do Icict/Fiocruz (Avenida Brasil, 4036/ sala 210, Manginhos, RJ; telefones (21) 3882-9033/9063).

Assinale sua concordância ou discordância em relação à:

Anonimato: () sim () não

Filmagem: () sim () não

Gravação: () sim () não

Caso seja a sua opção, as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Neste caso os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Caso a opção seja o anonimato, e a filmagem e o áudio sejam autorizados, logo após o término da pesquisa de campo, o áudio será transcrito. Após transcrição o áudio e filme serão destruídos e as transcrições dos áudios serão armazenadas em arquivo digital, em computador protegido por senha, de poder exclusivo da pesquisadora. Estes arquivos, bem como as autorizações de participação na pesquisa, serão arquivadas por um período de 5 anos, prazo determinado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Declaro que fui devidamente esclarecido quanto à minha participação na pesquisa e aceito participar.

_____, ____/____/____.

Assinatura do Participante

Marina Tarnowski Fasanello
Pesquisadora principal
Rua Avenida Brasil, 4036/ sala 504
Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21040-360
Telefones: (21)3882- 9057/(21)98807-0786
E-mail: marina.fasanello@icict.fiocruz.br

ANEXO 2 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

1. Roteiro de perguntas para diretores dos documentários
 - Como surgiu a ideia do documentário?
 - Quais os principais objetivos do documentário?
 - Quais as entidades, organizações e movimentos sociais envolvidos?
 - O documentário teve uma característica mais autoral?
 - Qual o papel dos cientistas presentes na produção ou que aparecem no documentário apresentando argumentações?
 - Como o convívio entre os vários saberes científicos e não científicos aparecem no documentário? Qual sua posição acerca dessa relação? Existem tensões nesse convívio?
 - O documentário discute, de alguma forma, as origens ou causas estruturais dos problemas de saúde apresentados? Como?
 - O documentário aborda a promoção de alternativas para solucionar e transformar os problemas discutidos? De que forma?
 - Como avalia a circulação do documentário? Quais públicos ele atingiu ou ainda não atingiu?
 - Como a produção do documentário e sua circulação propiciaram o fortalecimento e ampliação das redes e movimentos sociais articulados em torno dos problemas discutidos?
 - De que forma o documentário contribui para um debate mais profundo, crítico e propositivo acerca dos agrotóxicos e suas alternativas?

- 2- Roteiro de perguntas para pesquisadores militantes que participaram da elaboração dos documentários
 - Como surgiu a sua participação no documentário?
 - Quais os principais objetivos do documentário na sua perspectiva como pesquisador?
 - Quais as entidades, organizações e movimentos sociais foram envolvidos?
 - Qual foi o seu papel na produção, roteiro e circulação no documentário?
 - Como o convívio entre os vários saberes científicos e não científicos aparecem no documentário? Qual sua posição acerca dessa relação? Existem tensões nesse convívio?
 - O documentário discute, de alguma forma, as origens ou causas estruturais dos problemas de saúde apresentados? Como?
 - O documentário aborda a promoção de alternativas para solucionar e transformar os problemas discutidos? De que forma?
 - Como avalia a circulação do documentário? Quais públicos ele atingiu ou ainda não atingiu?
 - Como a produção do documentário e sua circulação propiciaram o fortalecimento e ampliação das redes e movimentos sociais articulados em torno dos problemas discutidos?

- De que forma o documentário contribui para um debate mais profundo, crítico e propositivo acerca dos agrotóxicos e suas alternativas?
- 3- Roteiro de perguntas para militantes de movimentos sociais que participaram da elaboração dos documentários (roteiro e produção)
- Como surgiu a sua participação e do movimento social ao qual está ligado no documentário?
 - Quais os principais objetivos do documentário na sua perspectiva como o membro de movimento social?
 - Quais as entidades, organizações e movimentos sociais foram envolvidos além do seu?
 - Qual foi o seu papel, enquanto membro de movimento social, na produção, roteiro e circulação no documentário?
 - Como o convívio entre os vários saberes científicos e não científicos aparecem no documentário? Qual sua posição acerca dessa relação? Existem tensões nesse convívio?
 - O documentário discute, de alguma forma, as origens ou causas estruturais dos problemas de saúde apresentados? Como?
 - Qual foi o seu papel, enquanto membro de movimento social, na produção, roteiro e circulação no documentário?
 - O documentário aborda a promoção de alternativas para solucionar e transformar os problemas discutidos? De que forma?
 - Como avalia a circulação do documentário? Quais públicos ele atingiu ou ainda não atingiu?
 - Como a produção do documentário e sua circulação propiciaram o fortalecimento e ampliação das redes e movimentos sociais articulados em torno dos problemas discutidos?
 - De que forma o documentário contribui para um debate mais profundo, crítico e propositivo acerca dos agrotóxicos e suas alternativas?

ANEXO 3 - INTRODUÇÃO À ENTREVISTA

Nessa pesquisa, nós pretendemos analisar o lugar do documentário enquanto estratégia de comunicação, de visibilidade de uma perspectiva da pluralidade de vozes e saberes a partir das lutas de movimentos sociais do campo e suas articulações. Estas articulações envolvem instituições e grupos acadêmicos, em especial no encontro da saúde coletiva com movimentos pela agroecologia e reforma agrária, que lutam contra uso intensivo dos agrotóxicos e seus impactos na saúde.

Tais lutas são decorrentes, nesse momento, principalmente da expansão do agronegócio, que culminou com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Nesse cenário, tanto os movimentos sociais como as várias instâncias de articulação na forma de campanhas, fóruns e redes reconhecem a necessidade de obter visibilidade diante a sociedade para legitimar essas suas lutas. E para isso, recorrem a narrativas como a produção documentários. Essa produção e circulação de documentários passam a ser uma estratégia crescentemente utilizada para ampliar as vozes e as argumentações dessas lutas.

É nesta interface entre a denúncia do uso intensivo dos agrotóxicos e o anúncio de alternativas agroecológicas, que buscamos fazer uma reflexão de forma crítica sobre as dificuldades impostas à escuta das necessidades e vozes das populações e dos movimentos sociais do campo.

Apoiamo-nos numa perspectiva da Comunicação e Saúde que busca desvelar os elos silenciados pelos processos de dominação dos interesses hegemônicos, avançando no sentido do reconhecimento de que a comunicação integra fortemente o processo de determinação social da saúde. Tais elos podem ser identificados, em nossa pesquisa, nas proposições e articulações de lutas sociais que conectam denúncias e alternativas: as lutas contra os agrotóxicos e pela agricultura camponesa e agroecológica. Ambas expressam e atualizam questões com múltiplos sentidos de saúde, que são constitutivas desses elos silenciados. Por exemplo: alimentação saudável; o trabalho digno, autônomo e sem exploração; o direito à terra e à reforma agrária; o reencontro entre sociedade, produção, trabalho e natureza na busca de um meio ambiente equilibrado; educação e saúde no campo que considere a singularidade dessas populações e seus conhecimentos; o papel e a função social da ciência com suas contradições no apoio, de um lado, ao agronegócio ou, de outro, às lutas emancipatórias; a dissolução de fronteiras entre ciência, política, cultura e arte nas formas de compreender e expressar esses temas.

A noção de elo silenciado que propomos busca estabelecer uma conexão entre a comunicação e a obra sociológica de Boaventura de Sousa Santos e sua proposição de Epistemologias do Sul e Ecologia de Saberes. Para este autor, uma das tarefas centrais de uma perspectiva emancipatória na atualidade é enfrentar as formas sociais de produção da não existência de modos de ser, de saberes, experiências e alternativas que marcam o mundo contemporâneo. Os elos silenciados que sugerimos são elos entre o quê e entre quem? Entre a não existência socialmente produzida de populações existentes no “Sul Global” e o desvendar de alternativas presentes e produzidas pelas lutas sociais dessas populações. No nosso caso,

racionalidades e sentidos hegemônicos que desqualificam e silenciam alternativas ao que é considerado “progresso”, “científico”, “produtivo”, “universal” e “global”. Os agrotóxicos representam a ciência aplicada ao campo do controle das “pragas” para aumento da produtividade agrícola e fazem parte das inovações tecnológicas do agronegócio que integra o mercado de commodities da economia global. Já a agricultura familiar camponesa e a agroecologia, com suas práticas agrícolas “primitivas” e propostas de um mundo “utópico” de integração entre sociedade, economia, produção e natureza com solidariedade, não representariam alternativas plausíveis para um mundo “moderno”, economicamente poderoso. Do lado hegemônico encontram-se não apenas as vozes do agronegócio e dos defensores dos agrotóxicos, mas de boa parte das instituições modernas, da ciência clássica e, certamente, da mídia hegemônica, que é financiada pelos setores econômicos mais poderosos e reproduz a racionalidade monolítica dominante. Do lado das populações oprimidas cuja existência é negada e sistematicamente silenciada, encontram-se camponeses, movimentos sociais do campo e, ainda, organizações e cientistas militantes que solidariamente se aliam aos que lutam por tornar plausível um mundo agroecológico e sem venenos. As lutas sociais de tais grupos não pretendem apenas desconstruir argumentos do outro lado, mas romper as barreiras que silenciam e condenam à não existência seus saberes e suas experiências. Trata-se, portanto, de uma batalha simultaneamente epistemológica, comunicativa e política que busca romper com a comunicação imposta para o controle e a dominação, desvelando outras racionalidades e vozes que ampliem o presente, por conseguinte, possibilitem outros futuros.

A necessidade da emergência ou resgate de tais elos silenciados explicita a importância da Comunicação como dimensão constituinte e constitutiva dos processos de determinação social da saúde, dado que os discursos definidos como práticas sociais implicam que:

[...] a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são parte integrantes do contexto sócio histórico, tendo assim atribuição na reprodução, manutenção ou transformação das representações feitas pelas pessoas e das relações e identidades com que se definem uma sociedade, pois é por meio dos textos que se travam batalhas, levando os participantes de um processo comunicacional a buscar a hegemonia de seu discurso (PINTO, 2002, p.28).

Diante destes desafios, propomos - simultaneamente a esta análise - pensar técnicas de investigação dentro de uma abordagem participativa com pesquisas e intervenções colaborativas no panorama do audiovisual e sua possibilidade de potencializar a escuta e a análise das vozes e discursos sociais em documentários. Problematizamos os métodos das Ciências Sociais à luz de conceitos das teorias pós-coloniais e apresentamos algumas possibilidades à luz de conceitos das Epistemologias do Sul.

Identifico nossa pesquisa inserida numa abordagem qualitativa referenciada, na sintonia da perspectiva sócio semiológica com a perspectiva sociocultural construtivista. Pelas suas naturezas, estas não admitem regras precisas, privilegiando uma visão que ressalta experiências e saberes contextualizados dos sujeitos envolvidos, considerando-os como processos renovadores de mudanças (COSTA, 2005 e 2007 e FAIRCLOUGH, 2008).

A pesquisa social, como um todo, tem o objetivo de categorizar o presente, alicerçada em dados sobre o mundo social, que se constrói nos processos de comunicação. Este mundo representado é constituído através de processos de comunicação, de uma leitura de acontecimentos sociais que demanda diferentes métodos, assim como diferentes dados. A grande maioria de tais pesquisas se baseia nas entrevistas, ou seja, é um método estabelecido e conveniente. Porém, o espectro de dados acessíveis vai além das palavras que emergem nas entrevistas, podendo-se ampliar para outras linguagens como textos, imagens e materiais sonoros que carregam e expressam sensações múltiplas pelos inúmeros sentidos e processos cognitivos e simbólicos evocados. Tais “textos” referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos, discussões das pessoas, e algumas vezes podem dizer mais do que seus autores imaginam ou planejam.

A partir dessa perspectiva teórica, definimos nossa pesquisa como um estudo qualitativo e elegemos a entrevista, ao lado da análise semiológica dos documentários, como um importante método para investigar as condições de produção social dos sentidos. Mas, a aposta é na modalidade da entrevista narrativa, que permite ativar o espírito, entendido como formas mais plenas de engajamento relacionadas às experiências e formas de sentir e pensar do sujeito entrevistado. Essa ativação é disparada quando ele próprio, o sujeito entrevistado, torna-se um contador de histórias. Partimos de uma experiência profissional anterior no estudo e prática das histórias da tradição oral nos processos educativos de sensibilização, a fim de dinamizar processos criativos e reflexivos.

Em sintonia com a proposta de Boaventura de Sousa Santos de um método de pesquisa a ser construído cujo modo de realização permita a emergência de condições de aproximação entre participantes da pesquisa, senti-me desafiada e inspirada a pensar possibilidades de experiências sensível de pesquisa. Uma abordagem com histórias da tradição oral pode contribuir para articulá-las com experiências pessoais sensíveis dos entrevistados através do poder da metáfora e do encantamento por elas produzidas. Ao mesmo tempo, pode operar como estratégia de aproximação e diálogo mais horizontal entre os participantes da pesquisa.

Trata-se de uma abordagem metodológica de pesquisa na qual as metáforas e analogias das histórias são pensadas para negociar a distância e formas de aproximação entre diferentes saberes e perspectivas nos processos de produção e atribuição de sentidos. A intenção nessa prática é proporcionar uma relação impregnada de afetos e sensações, buscando pensar a realidade por meio do encantamento. O encantamento aqui é entendido no sentido de que as histórias podem promover uma distração da atividade puramente racional e, assim, passam a ser escutadas, não somente em seus conteúdos objetivos, mas também considerando o contato com experiências prévias, conectando com sentimentos em contextos mais livres de expectativas de comportamento presentes em ambientes como uma entrevista investigativa. Em outras palavras, essas histórias permitem o contato com a própria experiência dos envolvidos por meio das percepções que afloram no processo de contar e escutar histórias, sendo a metáfora das histórias o canal de acesso a essas experiências. Nesse sentido, redescobre-se a oralidade como linguagem e expressão de saberes que, de outra forma, não poderiam ser transmitidos e fazer parte de processos dialógicos. Como nos sugere Boaventura de Sousa

Santos, uma história de origem permite a conexão e engajamento ativo com outras histórias, numa dinâmica que possibilita a construção de outros relatos e outros textos.